



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

DANIELA PEIXOTO RAMOS

Representações sobre gênero e política no Distrito Federal

Brasília, DF
2014

DANIELA PEIXOTO RAMOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe Miguel

Brasília, DF
2014

DANIELA PEIXOTO RAMOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política. A tese foi submetida à seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Luis Felipe Miguel (Presidente)
Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

Profa. Dra. Céli Pinto
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul

Profa. Dra. Silvana Mariano
Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Tânia Mara Campos de Almeida
Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília

Profa. Dra. Flávia Biroli
Instituto de Ciência Política/Universidade de Brasília

Aprovada em: 05 de maio de 2014

Local de defesa: Sala de Atos do Prédio IPOL/IREL – IPOL Campus Darcy
Ribeiro Asa Norte – Brasília - DF

Agradecimentos

Agradeço ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, aos funcionários e aos professores, por proporcionar as condições que favoreceram a realização da tese. Em especial à profa. Flávia Biroli, pela disciplina Gênero e Política, pela participação na banca de qualificação, pelas críticas e pelo incentivo. Também pela participação na banca com sugestões e críticas importantes, agradeço à Profa. Wivian Weller, do Departamento de Educação.

Às professoras da banca de defesa da tese: Céli Pinto (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Silvana Mariano (Universidade Estadual de Londrina), Tânia Mara Almeida (Universidade de Brasília) e Flávia Biroli (Universidade de Brasília). Muito obrigada pela leitura atenta, crítica e generosa da tese.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela concessão da bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior.

À Universidade de Boston, em especial ao Departamento de Ciência Política, à Profa. Virginia Sapiro e ao Prof. Taylor Boas, pela co-orientação durante o período do doutorado sanduíche e por todo o apoio à minha estadia.

Às demais professoras e professores de Boston que gentilmente me ofereceram comentários e sugestões: da Universidade de Boston, Prof. David Scott Palmer, Profa. Emily Barman, Profa. Japonica Brown-Saracino, Prof. John Gerring e, em especial, Profa. Susan Eckstein. De outras instituições: Profa. Carol Hardy Fanta (Universidade de Massachussets), Profa. Eileen McDonagh (Northeastern University), Profa. Elizabeth Wood (Massachussets Institute of Technology) e Profa. Kay Schlozman (Boston College).

Aos colegas do grupo de pesquisa sobre Democracia e Desigualdades, Demodê, pela discussão de parte da tese, e aos colegas do grupo de pesquisa sobre política latino-americana da Universidade de Boston, em especial a Lilian Jaimes, pela leitura e comentários de um capítulo.

A Danielle Alves dos Santos, pela transcrição cuidadosa das entrevistas.

Às minhas entrevistadas e entrevistados, por me permitirem ter acesso ao seu mundo. Agradeço imensamente pela generosidade e paciência com que me receberam.

Ao meu orientador, Luis Felipe Miguel, por uma orientação pautada por confiança, respeito e liberdade. Pelas posturas políticas corajosas e pela competência de sempre.

Às amigas feitas durante o doutorado, que tornaram este processo menos solitário e mais divertido: Ana Karine Pereira, Denise Mantovani, Fernanda Mota, Juliana Maia, Karina Duailibe e Luanda Schramm.

Às amigas e amigos que leram e discutiram partes desse trabalho e/ou que estiveram presentes com seu apoio carinhoso: Ana Amélia Silva, Ana Carolina Querino, André Saraiva, Daniele Duarte, Danielle Valverde, Diana Barbosa, Juana Lucini, Lauro Stocco, Marília Oliveira e Natália Fontoura.

Por fim, agradeço e dedico esta tese:

aos meus pais – Maria Tamar e João Antonio - e irmãos – João, Sávio, Ana e Bárbara – com quem muitas das questões debatidas aqui foram discutidas e vivenciadas numa relação marcada por amizade e amor;

às adoradas sobrinhas Cecília e Sofia, desejando que experimentem e construam relações de gênero mais justas;

e ao Marco, pelo amor, inteligência, sensibilidade e humor em todos os momentos.

“... Quando eu era menina, o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a História do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensores da pátria. Então eu dizia para a minha mãe:

– Por que a senhora não faz eu virar homem?

Ela dizia:

– Se você passar por debaixo do arco-íris, você vira homem.

Quando o arco íris surgia, eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-íris estava sempre distanciando. Igual aos políticos distantes do povo. Eu cansava e sentava. Depois começava a chorar.”

(Carolina Maria de Jesus
Quarto de Despejo)

Representações sobre gênero e política no Distrito Federal

RESUMO

Buscou-se compreender como papéis de gênero, em interação com as clivagens de classe e idade/geração, moldam formas de pensar e se inserir politicamente. A desigualdade de gênero marginaliza as mulheres em termos de acesso a recursos políticos e as leva a desenvolver representações e vivências da política distintas das masculinas porque marcadas pela localização estrutural de gênero. Supondo que a divisão sexual do trabalho é determinante de identidades de gênero e de perspectivas sociais que têm impacto políticos, tratou-se de captar representações sobre gênero e política por meio de entrevistas qualitativas com mulheres e homens residentes em bairros de classe média e popular no Distrito Federal. A partir deste estudo de caso, analisaram-se assunções de gênero que estão na base dos discursos sobre política e variações que podem ser atribuídas a gênero (e à combinação entre gênero, classe e idade/geração), nas formas de pensar e vivenciar a política apresentadas por mulheres e homens. Argumenta-se, assim, que a compreensão das representações sobre política requer a análise de como está organizada a construção social de gênero e suas representações. A importância da socialização de gênero para o entendimento de como se articulam os discursos políticos fica evidenciada pela forma como a casa e a política se interrelacionam, isto é, como papéis e valores familiares/morais são usados para pensar a política. Os princípios de gênero da divisão sexual do trabalho são guias não apenas para relações familiares, mas para todo o mundo social. Como consequência, a participação política das mulheres é vista sob a lente de estereótipos, relacionados a uma suposta superioridade moral decorrente da maternidade. A feminilidade, tal como entendida predominantemente, impõe obstáculos ao ingresso da mulher no campo político, mas também lhe proporciona recursos que podem ser usados politicamente, a começar pela maternidade, que está na base da identidade feminina. Vista de forma estereotipada, como virtuosa, a feminilidade tende a ser entendida tanto como capaz de transformar a política quanto passível de ser desvirtuada por um campo político estruturalmente corrupto. Os diferentes tipos de discurso sobre feminilidade e política, porém, coincidem em considerar que gênero não é um critério legítimo para balizar a escolha eleitoral. A socialização de gênero, em conjunção com o funcionamento do campo político, podem explicar a produção e disseminação de desigualdades que continuam, por meio de mecanismos que são revelados pelos discursos, a se reproduzir e a prejudicar as mulheres.

Palavras-chave: Gênero; Representações; Participação política; Divisão sexual do trabalho; Discurso.

Representations on gender and politics in Distrito Federal

ABSTRACT

This dissertation has aimed at understanding how gender roles, interacting with the cleavages of class and age/generation, can shape ways of thinking and getting politically involved. Gender inequality marginalizes women in terms of access to political resources and leads them to develop their own representations of politics, which are different from men's, because of the unique structural location of women in society. Assuming that the sexual division of labor is a determinant of both gender identities and social perspectives which carry political impacts, this research has captured representations on gender and politics through qualitative interviews with a group of men and women who live in different neighborhoods of Brasilia/Distrito Federal – one middle and one lower class. Based on this case study, the analysis has focused on gender assumptions that are present in political discourses. It has also attempted to untangle the variations that may be attributed to gender (and the combination of gender, class, and age/generation) in the forms women and men think and interact with politics. Therefore, it is argued that understanding representations on politics requires analyzing how gender social construction and gender representations are patterned. The importance of gender socialization for analyzing political discourses is evidenced by the way house and politics are interrelated, that is, how moral/family roles are used to think of politics. The gender principles of the sexual division of labor are guidelines not only to family relations but also to the entire social world. As a consequence, the political participation of women is seen under the lens of stereotypes, which are related to an assumed female moral superiority stemming from maternity. Femininity, as it is usually regarded, presents obstacles to women's entrance into the political field even though it also provides them resources that may be politically used, beginning from maternity, which is at the basis of female identity. Stereotypically viewed, as virtuous, femininity is understood both as capable of transforming politics and as prone to be denatured by a structurally corrupt political field. However, the different types of speech on femininity and politics coincide in considering that gender is not a legitimate criterium to be used for voting. Gender socialization, along with the working of the political field, may explain the production and dissemination of inequalities that continue, through mechanisms that are revealed by discourses, to reproduce and harm women.

Keywords: *Gender; Representations; Political participation; Sexual division of labor; discourse.*

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1 – Gênero como determinante de desigualdades políticas	14
1.1 Incorporação do conceito de gênero e da categoria mulher à análise política.....	15
1.2. Socialização e reprodução das desigualdades de gênero	20
1.3 Esferas pública e privada: uma distinção conceitual marcada pelo gênero	25
1.4 - A centralidade da família para a crítica feminista	29
1.5 Nova visão da política e rearticulação entre o público e o privado	32
1.6 -Visão feminina da política e poder privado das mulheres	34
1.7 – Rearticulando as categorias de privado, público, poder e política.....	39
Capítulo 2 – Hiatos de Gênero em Participação Política	47
2.1 Desigualdade de gênero na participação política: primeiras discussões.....	47
2.2. A continuidade do debate sobre diferença de gênero em novos termos	51
2.3 Como a diferença de gênero e a participação política feminina se caracterizam na América Latina/ Brasil	58
2. 4. Implicações da desigualdade de gênero na participação política	68
Capítulo 3 – Plano de pesquisa e construção dos dados	71
3.1 Representações sociais: métodos qualitativos de investigação.....	77
3.2 Opções metodológicas	81
3.3. Resultados do piloto.....	85
Capítulo 4 - Representações e discursos de gênero	89
4.1Análise dos dados – os constrangimentos da fala e análise de discurso.....	89
4.2. O que são e como se produzem as representações de gênero	102
4.3. A divisão sexual de trabalho: seus indicadores e representações.....	105
4.3.1 Diferenciais de usos do tempo na execução do trabalho doméstico	105
4.3.2 O trabalho doméstico na perspectiva de mulheres e homens	108
4.3.3 Trabalho remunerado: como mulheres e homens lidam com ele	123
4. 4 Feminilidade e masculinidade	142
4.4.1 Casamento e maternidade/paternidade.....	152
Capítulo 5 – Representações e discursos de gênero e política	162
5.1 Família e representações sobre política.....	165
5.1.1 Hierarquias familiares e políticas.....	170
5.1.2 Formação de representações sobre política em família: conversas familiares.....	174
5.2 – Impotência e incompetência política: variações de gênero e classe	186
5.2.1 Cínicos versus céticos	191
5.2.2 Céticos e sua relação com a política	197
5.3 – Valores familiares/morais e políticos	221
5.3.1 Feminilidade, masculinidade e política.....	235
5.3.2 Discursos sobre feminilidade e política e os casos de Dilma, Weslian e Marina	240
5.3.2.1 Gênero como critério para representação política.....	244
5.3.2.2 Segundo e terceiro discursos: feminilidade em oposição à política.....	254
6. Conclusão	260
6.1Condução da pesquisa e análise	260
6.2 Classe social e práticas/representações políticas	264
6.3 Identidades de gênero e divisão sexual do trabalho.....	267
6.4. Hierarquia e representações domésticas e políticas	271
6.5. Cinismo e ceticismo: padrões de discurso	277
6. 6 Relacionamento das mulheres com a política.....	279
6.7.O campo político e os efeitos das desigualdades de gênero	287
Anexo 1 – Roteiro para entrevistas em profundidade	290

Introdução

Como mulheres e homens divergem ou convergem em suas representações sobre política? Esta pergunta, expressa de forma ampla, é a preocupação que norteia esta tese. A questão, porém, foi refinada segundo as prescrições da literatura de gênero e política a respeito dos fatores que moldam as representações de atores sociais: uma mulher – ou um homem – tem sua identidade forjada não apenas por seu gênero, mas também por sua classe, raça, idade, orientação sexual e outros determinantes. Além disso, as mulheres e homens de quem se fala aqui pertencem a contextos sociais concretos e não se pode ler, a priori, suas visões de mundo como representativas de outras culturas ou configurações sociais. Assim, embora a tese esteja voltada sobretudo para a compreensão de como papéis de gênero – tal como conformados nesta sociedade – são capazes de moldar formas distintas de pensar e se inserir politicamente, desde o início houve a tentativa de compreender como o gênero interage com a classe e a idade/geração, gerando distinções relevantes no fenômeno que se quer compreender.

A escolha desse recorte – de classe e de idade – se deveu à suposição de que estas são variáveis definidoras da inserção social de gênero. A comparação de pessoas de diferentes idades pode prover elementos à análise da transformação de representações e comportamentos de gênero ao longo de diferentes gerações. A idade está sendo tratada como relevante por apontar tendências tanto geracionais quanto relativas a ciclos de vida, isto é, fases em que se concentram eventos que marcam mudanças significativas em termos de gênero e política, como casar-se, ter filhos, tornar-se eleitor/a e entrar no mercado de trabalho.

Já a variável classe parece indispensável a qualquer análise sociopolítica feita no Brasil, sobretudo no Distrito Federal – cidade/metrópole com uma das piores taxas de desigualdade do país¹ e configurada de forma segregacionista em relação aos segmentos de menor renda, que foram, desde os primórdios de Brasília, expulsos do centro. Desta forma, a vida de qualquer pessoa residente no DF é moldada pela classe social/região da cidade onde vive, o que agrega elementos fundamentais a uma análise de como as vivências de gênero podem assemelhar-se ou distanciar-se. A variável classe é operacionalizada em termos de renda domiciliar e, ainda que se assuma que pertencer a uma mesma classe implica uma certa homogeneidade em termos de escolaridade,

¹ O índice de Gini do Distrito Federal é o mais alto do país (igual ao dos estados do Acre, Alagoas e Roraima): 0,63. A população no DF é hoje de 2.789.761 (dado de 2013), sendo a quarta cidade mais populosa do Brasil e tendo crescido a uma taxa de 7,2% desde 2010, quando a população era de 2.602.074 pessoas.

atitudes e comportamentos, não há aqui uma discussão aprofundada a respeito da relevância sociológica da categoria classe.

O percurso feito na tese começa por mapear as análises feitas pela teoria política feminista a respeito de como desigualdades de gênero e políticas estão entrelaçadas e como a inserção social de mulheres lhes provoca constrangimentos e limitações em termos de acesso à esfera pública. Estão presentes nesta revisão analítica da literatura, feita no primeiro capítulo, os horizontes normativos prescritos por autoras e autores que se dedicam a criticar a condição de subordinação da mulher em todas as esferas sociais, principalmente na política, e a pensar em como seria uma sociedade justa, sem opressões de gênero.

A leitura que se faz aqui é guiada pela percepção de que mulheres estão alijadas politicamente numa sociedade marcada pela dominação masculina, mas, a despeito disso, mulheres também fazem política, em suas interações cotidianas e a partir de seus papéis sociais. A política pode ser praticada fora das instituições clássicas, ou seja, o conceito de política deve ser mais amplo do que a esfera convencionalmente entendida como pública. Isso não implica, porém, aplacar a crítica que denuncia o afastamento das mulheres da política institucional. O entendimento de que existem diferentes formas de se fazer política não exclui a constatação de que o poder político se encontra concentrado no Estado, de cujos círculos decisórios estão excluídas, em grande medida, as mulheres. A demanda por igualdade pode se coadunar com uma apreciação das especificidades da inserção política das mulheres (algumas das quais são analisadas pela literatura abordada no segundo capítulo), supondo, porém que estas derivam da ocupação de lugares sociais subordinados e acirram esta marginalização.

No passo seguinte, terceiro capítulo, é apresentada a proposta de como a tese pretende contribuir para esta discussão. Delineia-se então o estudo de caso qualitativo baseado em entrevistas em profundidade com uma amostra de mulheres e homens, de distintas faixas etárias e pertencentes às classes média e popular no Distrito Federal. As entrevistas tentaram captar uma diversidade de representações sobre gênero e política e a análise pretendeu identificar padrões associados às variáveis principais - gênero, classe e idade -, com o intuito de apresentar variações em termos de representações sociais e oferecer um quadro complexo, permeado pelos discursos, de como papéis, estereótipos e categorias de gênero se articulam com formas de pensar e viver a política.

Embora se entenda que as pessoas fazem política e emitem discursos de caráter político ainda quando não tratam do que convencionalmente se entende por política, também se enfatizou a percepção de entrevistada/os sobre a política institucional (forma predominante de entender a política). Considerou-se importante avaliar como se

manifestam as diferenças de gênero na abordagem do tema visto que indica o quão distantes estão mulheres, em comparação a homens, do campo político e como se inserem de formas distintas como agentes políticas. A política é, portanto, tratada como tópico de conversação – e, neste sentido, reduzida à sua dimensão de jogos de poder em arenas institucionais – mas, ao mesmo tempo, encarada como uma atividade presente nos mais diversos espaços pelos quais circulam os indivíduos, a começar pela casa e pelas interações familiares.

Os discursos – analisados no quarto e quinto capítulos - são tratados como reveladores de representações sociais que circulam nestes contextos culturais e que indicam desigualdades de gênero na maneira como papéis femininos e masculinos são percebidos. Desta forma, importa menos saber, por exemplo, em que medida homens, de fato, falam mais sobre política que mulheres – percepção das atrizes e atores entrevistados, abordada na tese – ou quão grande é essa disparidade, do que entender que essa percepção disseminada existe e as implicações disso para como papéis de gênero e políticos estão conectados, gerando entraves institucionais e simbólicos para a entrada de mulheres no campo como político.

Ao final, retomam-se os principais achados da tese, analisando-os em conjunto e refletindo sobre as questões postas inicialmente. Toda a análise privilegia a socialização de gênero, em interação com o funcionamento do campo político, como pontos de partida para entender a produção e disseminação de desigualdades que continuam, por meio de mecanismos que são revelados pelos discursos, a se reproduzir e a prejudicar as mulheres.

Capítulo 1 – Gênero como determinante de desigualdades políticas

A construção social de gênero, tomada na definição célebre de Joan Scott, como “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995: 86), implica invariavelmente acesso desigual aos recursos materiais e simbólicos por parte de homens e mulheres, ainda que com distinções relevantes entre sociedades e períodos históricos. O fato de que mulheres e homens são socializados, ao longo de toda a vida, conforme papéis sociais de gênero distintos tem implicações profundas para o desenvolvimento de suas representações sobre política e seu comportamento político. As teorias políticas feministas têm tratado extensivamente de como a clivagem social de gênero impacta a inserção diferencial de homens e mulheres no campo político. Há diversas correntes que propõem explicações/abordagens distintas sobre as manifestações da hierarquia de gênero em termos políticos. Alguns dos principais fatores associados a esta desigualdade política de gênero serão discutidos neste capítulo, de forma a fundamentar, a partir deste arcabouço teórico, o objeto de estudo que aqui se propõe. Ao longo deste e dos próximos capítulos, questões relevantes para essa discussão serão tratadas, tais como a dicotomia público/privado e suas consequências para a inserção das mulheres na esfera pública, a divisão sexual do trabalho, diferenças no comportamento político das mulheres e dos homens e as explicações possíveis para esse fenômeno. A introdução a esta temática será realizada por meio de uma discussão inicial a respeito da importância de se estudar a política sob o prisma de gênero.

O estudo da política, desde as suas origens e mesmo após a criação e consolidação da Ciência Política, tem ignorado questões fundamentais acerca da estrutura de gênero, o que ocasiona sérios vieses e equívocos teórico-interpretativos. O próprio conceito de política, alegam as teóricas políticas feministas, tem sido restringido em consequência de como o escopo da análise política foi tradicionalmente definido. Assim, efetivando um projeto de revisão crítica de postulados e proposições teóricas centrais da análise política, feministas têm apresentado novas perspectivas a uma variedade de conceitos políticos, tais como cidadania, Estado, representação, democracia, justiça, governança etc. A crítica feminista à separação instituída pelo pensamento liberal entre esferas pública e privada, herdada inclusive por autores que não se filiam à tradição liberal, constitui um ponto central e um marco apropriado - dado que a ela se vinculam diversos outros argumentos -, para esta incursão à abordagem feminista da teoria política. Uma das consequências mais relevantes de se adentrar nesse território, aberto pelo feminismo, consiste em se formularem novas questões que têm

pertinência central para este trabalho, tais como: que implicações políticas tem o fato de que apenas as mulheres (ou as mulheres, de forma desproporcional) façam o trabalho doméstico não remunerado? Como o feminismo se diferencia da teoria política convencional na abordagem das diferentes formas pelas quais homens e mulheres se relacionam com a política?

1.1 Incorporação do conceito de gênero e da categoria mulher à análise política

Embora haja uma ampla discussão, nas teorias feministas, a respeito dos conceitos de gênero e sexo e ainda que se saiba que estes conceitos adquiriram diferentes significados e foram utilizados com diversos propósitos ao longo do debate², pode-se considerar que o termo “gênero” refere-se, em primeiro lugar, aos significados sociais e culturais imputados às diferenças biológicas e sexuais entre homens e mulheres. Assim, existem determinados comportamentos, atitudes e modos de pensar que são considerados femininos, ou seja, relacionados às mulheres, embora não sejam, na realidade, exclusivos delas. Mulheres, como afirma Lovenduski (2005: 6), em geral, possuirão em maior medida os atributos relacionados à feminilidade porque estes constituem os fundamentos de sua socialização de gênero. No entanto, as pessoas tendem a distribuir-se de forma particular ao longo desta escala de feminilidade e masculinidade, isto é, de atributos femininos e masculinos, realizando diferentes combinações destas características. Tais atributos, é importante enfatizar, variam histórica e temporalmente. Assim, quando se afirma que os traços “masculinos” e “femininos” não têm uma base natural, rejeita-se o argumento de que haja diferenças imutáveis e insuperáveis entre homens e mulheres.

A construção cultural de gênero sempre faz referência à diferença sexual (distinção entre homem e mulher, macho e fêmea), ainda que varie entre culturas, como argumenta Piscitelli (1997). Assim, embora a associação entre gênero e sexo possa, por vezes, implicar um não questionamento da categoria “sexo” e ainda a postulação de uma relação de causalidade entre sexo e gênero que tem sido discutida pela teoria feminista (como em Haraway, 1990), é preciso reconhecer o fato de que estes fenômenos sociais estão diretamente relacionados, não havendo, porém, necessidade de se estabelecer uma relação unívoca entre eles. Assume-se que as pessoas possuem identidades de gênero não binárias e diversas, independentemente do seu sexo, ou seja, os atributos femininos também podem estar associados a homens e vice-versa.

Ao lado de outras dimensões estruturantes da identidade individual, tais como classe, raça e diversas outras, gênero é um dos eixos fundamentais de determinação de

² Ver, por exemplo, Scott, 1995 e Piscitelli, 2004.

percepções e comportamentos. Assim, não há apenas uma única construção social de gênero, mas várias, a depender de quais sejam as demais segmentações sociais relevantes e de como gênero interaja com elas. O conceito de interseccionalidade (elaborado, entre outras autoras, por Grillo, 1995) trata exatamente da maneira como as construções sociais de gênero interagem com outras clivagens, como a de raça e de classe. Da mesma forma, como Grillo esclarece, categorias como classe, raça e gênero são centrais para a habilidade do indivíduo em “agir no mundo”, o que tem implicações também para a sua capacidade de participar politicamente. Krause (2011: 107), por exemplo, define interseccionalidade como “sensibilidade para as formas divergentes pelas quais os múltiplos aspectos de nossas identidades afetam nossa experiência política”³. Cada pessoa se situa numa intersecção de várias categorias. A depender de quais categorias são realçadas, uma mesma mulher pode estar numa posição de opressora ou oprimida.

A despeito dessa diversidade de localizações estruturais em que as mulheres se situam, a ideia de desigualdade de gênero sublinha que o poder se faz presente no processo de definição de papéis de gênero, colocando o feminino em posição de inferioridade. Estes papéis refletem a estrutura desigual de poder existente em sociedades em que os homens são atores dominantes, isto é, têm supremacia “na definição de papéis e posições socialmente relevantes” (Kritsch, 2012:21). Essa visão hierárquica de gênero é contrária ao que propunha a “sociologia de gênero conservadora”, nos termos de Connell (1987: 32), praticada por Parsons (1956), que falava em papéis sexuais, porém não enxergava a dimensão de poder presente nas relações homem-mulher⁴. O reconhecimento dessa dimensão, realçada pioneiramente por Beauvoir (2009 [1949]), é uma das maiores marcas da literatura feminista, em todas

³ Além de raça e classe – dimensões enfatizadas por Crenshaw (1989) -, outras foram acrescentadas à literatura feminista, tais como: “religião, etnia, nacionalidade, casta e orientação sexual” (Krause, 2011: 107)

⁴ Connell (1987: 47-49) sumariza os principais pontos da teoria dos papéis sexuais da seguinte forma: existem determinados “comportamentos de papéis” (“*role behaviors*”) associados às posições sociais ocupadas pelos atores, os quais passam a agir, uma vez socializados, segundo tais papéis devido aos incentivos (sanções e recompensas) impostos por pessoas que ocupam as chamadas “contraposições”, isto é, aquelas que nutrem as expectativas de que os conteúdos dos papéis serão encenados pelos atores. Embora Connell aponte várias falhas nesta teoria, ele admite que ela tem uma série de vantagens, quais sejam: o reforço do caráter social, e não biológico, das diferenças de gênero; a conexão “entre estrutura social e formação da personalidade”; e a facilidade de gerar prescrições sobre como esse mecanismo pode ser modificado. Portanto, ela fornece ao movimento feminista respostas pelas quais ele almeja. O autor considera, porém, que ela acaba colocando a estrutura (que, neste caso, se resume à dicotomia biológica) em segundo lugar por depender excessivamente do voluntarismo dos atores sociais aos quais se atribui a função de impor as sanções. Além disso, como ressaltado anteriormente, essa teoria enfatiza muito a questão da complementaridade entre os papéis, deixando de lado a dimensão de poder que subjaz as relações entre homens e mulheres. Connell a acusa ainda de pressupor um tipo ideal de relações familiares (pai provedor, mãe dona de casa) que é restritivo e conservador e está longe de ser o modelo mais empiricamente encontrado na realidade.

as suas vertentes.

É assim que se pode falar de hierarquia de gênero, visto que a mulher e tudo que lhe é associado detêm um status social inferior. O conceito tem, portanto, um aspecto relacional, que obriga quem o utiliza a pensar em como um gênero é definido em relação a outro (ou, como argumenta a teoria feminista, mulheres são definidas em relação a homens). Desta forma, utilizar a categoria gênero na Ciência Política implica pensar em como a análise política se aplica de forma diferenciada conforme os gêneros, ou seja, negar a possibilidade de que mulheres e homens possam ser considerados indistintamente como indivíduos ou pessoas neutras, considerando as formas pelas quais sua localização estrutural distinta segundo gênero pode fazer diferença em termos políticos. Trata-se, portanto, de trazer mais uma dimensão analítica a partir da qual as desigualdades de poder, inclusive as desigualdades intragrupo, ou seja, entre mulheres ou entre homens, podem ser observadas.

A Ciência Política tem sido mais resistente e lenta do que outras ciências sociais (como a Antropologia e a Sociologia) a incorporar a temática de gênero - isto é, as questões ligadas às desigualdades entre homens e mulheres e ainda questões que ultrapassam essa dicotomia homens/mulheres -, provavelmente porque a política “tem sido mais exclusivamente limitada aos homens e mais autoconscientemente masculina do que qualquer outra prática social” (Brown, 1988, citada por Squires, 1999: 1). Além disso, a Ciência Política tendeu a priorizar sempre a esfera pública, em que as mulheres não estavam presentes. Mulheres, tradicionalmente, não têm grande participação política aparente, a não ser como eleitoras, e mesmo isso foi conseguido tardiamente, o que contribuiu para reforçar a ausência das mulheres na Ciência Política ou sua aparição como pessoas desprovidas da mesma sofisticação política dos homens, como se discutirá no próximo capítulo. No entanto, mesmo privilegiando a análise da participação em espaços públicos, a Ciência Política tem sido relativamente omissa quanto a formas alternativas de inserção no espaço público. Caso isso fosse considerado, como aponta Randall (1982), as formas indiretas pelas quais as mulheres influenciam a política, fazendo uso de recursos tais como suas redes comunitárias e seus laços com homens, teriam sido mais notadas e analisadas. Se isso não acontece, talvez se deva ao fato de que as formas alternativas (e subalternas) de fazer política não têm recebido a devida atenção. Ainda que essas formas não deem acesso aos espaços centrais de exercício do poder, ignorá-las implica rejeitar também os próprios atores políticos subalternizados cuja invisibilidade deve ser resgatada.

Na visão de Randall (1982:1), a Ciência Política tem sido sexista de três formas principais: não tomando as mulheres como sujeitos (a não ser quando elas aparecem

“subsumidas” sob o rótulo de indivíduos, humanidade etc); não considerando as mulheres como dotadas de relevância própria, mas apenas nas situações em que são significativas para os homens e, em terceiro lugar, assumindo que a “natureza masculina é superior ou, pelo menos, normal”. Pode-se acrescentar ainda uma quarta maneira de analisar a política de forma sexista: entendendo o conceito de política de forma restrita, rotulando como não políticas atividades exercidas pelas mulheres num âmbito tido como não público, portanto não político. Assim, o esforço de reconceituar a política é também um traço fundamental da teoria política feminista.

A razão principal pela qual a Ciência Política é menos aberta a questões de gênero é que, como Pateman (1989) alega, as categorias com as quais trabalha a teoria política convencional foram construídas de forma patriarcal, inviabilizando, por isso, o exame de questões fundamentais como o poder exercido por homens sobre mulheres. A mais importante dessas construções diz respeito a considerar a política como pertencendo exclusivamente ao âmbito público e excluindo dela tudo que é considerado privado. Uma vez que essas categorias de pensamento e assunções ontológicas se tornam hegemônicas, a ruptura com elas é muito difícil⁵.

Não é possível analisar as representações de gênero numa determinada sociedade ou período histórico sem fazer referência às estruturas sociais e políticas e como elas interferem na construção social das relações e representações de gênero. Incorporar o gênero à análise política tem o intuito não apenas de explicar como se configura a estrutura de gênero em termos políticos como também de explicar como gênero é parte integrante e estruturante da política. As mudanças que se pode esperar produzir na desigualdade de gênero também são desencadeadas sobretudo por meio de processos políticos.

Trata-se também de reconhecer que os atores políticos são generificados, explicitando em que medida essa dimensão produz impacto sobre o seu modo de se inserir politicamente, à parte o risco de essencialismo, isto é, de pretender afirmar a existência de uma natureza feminina essencial, para o qual têm alertado constantemente teóricas feministas, como Phillips (2009). Como afirma Squires (1999: 68), “qualquer análise requer alguma série de categorias sobre as quais generalizações possam ser feitas”, o que mostra que é difícil falar sobre “mulheres” ou “homens” sem cair em

⁵Embora tenha havido avanços nas últimas décadas, evidenciados pelo progressivo crescimento da área de “gênero e política” em termos de número de pesquisadores, linhas de pesquisa e subáreas, não se pode dizer que essas barreiras tenham sido superadas por completo, ainda mais num contexto acadêmico relativamente restrito, como o brasileiro. Além disso, a discussão sobre gênero e política ou gênero e poder não se faz apenas dentro da disciplina da Ciência Política. Essa discussão tem, na realidade, um perfil multidisciplinar.

algum grau de essencialismo, ainda que seja no sentido mais leve do termo (como proposto por Ferguson, 1993, citada por Squires (1999: 70), o qual denota apenas que se possa falar de grupos de mulheres ou homens, assumindo que há elementos em comum em cada um destes grupos que lhes permite serem constituídos como tal. No entanto, isso não significa admitir que haja uma essência masculina ou feminina determinada por variáveis biológicas. Também não significa supor que as identidades de gênero são fixas e imutáveis, mas apenas de admitir que a sociedade submete mulheres de todos os tipos a determinadas formas comuns de opressão, o que tende a dar-lhes alguma identidade ou perspectiva como grupo.

Mulheres, como indica Williams (1998: 15), formam, nos termos da autora, um *grupo marginalizado imputado*, sujeito a “padrões de desigualdade social e política estruturados de acordo com o pertencimento de grupo” sem que esse pertencimento seja mutável ou voluntário e que tende a prover aos membros do grupo um senso de identidade política. Uma outra característica relevante de grupos como esse é que sua identidade é desvalorizada pela cultura dominante, ou seja, há um estigma em relação ao grupo que de alguma forma “limita a agência dos indivíduos” que o compõem. Caso os padrões de desigualdade estrutural (que implicam a menor alocação de recursos políticos, econômicos e sociais aos seus membros) e a ordem simbólica (que atribui menor valor ao grupo) fossem revertidos, estes grupos deixariam de ser considerados marginalizados e talvez até sua identidade de grupo se perdesse. Assim, embora o pertencimento ao grupo das mulheres seja involuntário e praticamente imutável, suponho que elas não necessariamente teriam uma identidade de grupo em contextos sociais que não reproduzissem esses padrões de desigualdade.

Segundo a advertência de Piscitelli (2004: 57), abrir mão da categoria “mulher” em sociedades desiguais, como correm o risco de fazer determinadas perspectivas desconstrutivistas feministas com o intuito de afastar de vez o fantasma da essencialização, implica perder de vista o “ponto de partida” da teoria feminista. Na opinião desta autora, esse ponto de partida deve ser mantido, mesmo que não se deva atribuir às “mulheres” nenhuma característica previamente definida e, muito menos, tentar associar alguma característica a fatores biológicos. De forma ainda mais radical, Mouffe (1992: 372) considera que os agentes sociais são sujeitos “múltiplos e contraditórios”, dotados de identidades “contingentes e precárias” e inseridos em “posições de sujeito” as mais variadas, o que torna qualquer tentativa de análise essencialista impossível e indesejável em termos de um “projeto de democracia plural e radical”, como sugere Mariano (2012:146). Para Mouffe (2007), o que importa é questionar as estruturas que colocam a mulher em situação de subordinação, sem

pretender afirmar que elas teriam interesses comuns pelo fato de serem mulheres. Abrir mão desse tipo de análise, que não faz, porém, apelo a uma essência comum entre as mulheres, implica continuar assumindo que o modelo de comportamento político predominante é masculino, ou seja, abster-se de verificar como mulheres exercem sua cidadania política, atuando como atores políticos de formas possivelmente distintas da masculina. É preciso, segundo Phillips (2012:13, citada por Teosold, 2012:189) apelar às diferenças para “entender e desafiar as desigualdades estruturais”.

1.2. Socialização e reprodução das desigualdades de gênero

As identidades de gênero são constituídas a partir de relações de poder, em sociedades dominadas por homens, que exercem um poder político, econômico e social presente em todos os campos da sociedade. Como aponta Gould (1974), a dominação “envolve controle ou delimitação das ações de outrem através do controle sobre suas condições de ação, objetivas ou subjetivas”. Ela pode não ser intencional ou consciente, mas está presente no nível institucional ou dos costumes. Não se trata de argumentar que as relações individuais homens/mulheres são sempre de dominação, o que seria muito simplista, mas de propor que há uma institucionalização do poder masculino cuja superação pode ser vista como um requisito para a democracia. Também se reconhece que não há nada biológico ou inerente em relação aos homens – os quais, constituem, aliás, uma categoria tão diversa quanto a de mulheres – que lhes proporcione uma posição vantajosa em termos de poder. Como indica Crowley (1996: 347), são os “sistemas sociais”, com seus mecanismos e processos sociais – e não individuais ou masculinos -, que “constituem mulheres e homens como sujeitos sociais”.

Respaldo e executado pelo Estado formal e coercitivamente, por meio de normas e políticas de caráter sexista⁶, é também um tipo de poder que se legitima e se reproduz via socialização ocorrida em instituições como família, escola e tantas outras. A família geralmente se organiza, em sua forma ideal-típica, de maneira que o homem assume a “chefia” da família e os filhos se submetem aos pais, em especial ao pai, assim como as esposas aos maridos. A dominação masculina na família se manifesta tanto pela autoridade do homem em tomar decisões quanto, por exemplo, pela violência física e simbólica dirigida contra a mulher, frequente nas relações familiares. Porém, a família não é a única instituição em que a dominação masculina se manifesta. As igrejas, o mercado, a mídia, a rua (como argumenta Connell, 1987: 132), e diversas outras instituições, articuladas, projetam um padrão de ordem de gênero que reafirma a desigualdade de poder entre homens e mulheres.

⁶ Ver Pateman (1990), por exemplo, sobre o Estado de bem-estar social.

A parte cultural da reprodução da dominação masculina se acha centrada no processo de socialização, pelo qual as pessoas aprendem a pensar e a se comportar segundo as normas sociais estabelecidas para o seu sexo. Para entender a configuração das relações e papéis de gênero, é preciso começar pela forma como se organiza a divisão sexual do trabalho⁷, que estrutura o processo de socialização. Young (1990:43) a compreende como um processo que “criou grupos sociais de mulheres e homens em todas as sociedades conhecidas” e que levou ao desenvolvimento de afinidades, baseadas na diferença de experiências vividas, entre membros de um mesmo gênero, implicando sua diferenciação em relação ao outro. Esse “arranjo entre os sexos”, nos termos de Goffman (1977), que em sociedades pré-modernas se baseava na crença de que havia diferenças de aptidões e capacidades naturais entre os gêneros, é instabilizado nas sociedades modernas, assentadas na racionalidade. Segundo este autor, essa crença na inevitabilidade dos lugares sociais naturalmente adscritos a homens e mulheres é abalada e, em consequência disso, um segmento cada vez maior de pessoas passa a estar desconfortável com esse arranjo (embora uma grande parcela continue acreditando que tais arranjos são funcionais por serem naturais). Como ele próprio nota, esse não é o tipo de transformação que se complete rapidamente, no intervalo de apenas algumas gerações.

A clivagem social de gênero é única em sua complexidade, como ressaltado por Burns (2009). Trata-se de um tipo de desigualdade sub-reptícia, mascarada e duradoura porque encoberta por relações de amor entabuladas por familiares e amigos num contexto supostamente marcado pelo consenso e altruísmo e desprovido de assimetrias de poder. São desigualdades que, ao contrário de outras, como as de classe e raça, se constroem de forma irrefletida entre pessoas que convivem intimamente e que possuem laços fortes, assentados em valores de honra e afetividade, relacionados a cuidar dos filhos e de outros familiares. Dado que o cuidado sequer costuma ser encarado como “trabalho”, sendo antes caracterizado como um conjunto de atos de amor e devoção, torna-se mais difícil discutir quem deverá executar que fração dele. E ao concentrar-se todo ou uma parte desproporcional desse cuidado sobre a mulher, que se considera ter as disposições naturais para tal, estabelece-se uma divisão de trabalho que expressa a forma mais acabada de organização familiar.

A partir da família, a desigualdade se estende, como argumenta Burns, para as demais esferas sociais, inclusive a política, o que garante sua continuidade e sua

⁷ Pode ser definida como uma “forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos”, caracterizada pela “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, da apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticas, religiosas, militares etc)” (Hirata e Kergoat, 2007: 132).

“resiliência”, nos termos da autora. O modelo descrito por Burns é o de uma sobreposição cumulativa de desvantagens (menor quantidade de recursos de ordens diversas, principalmente econômica) que culmina no acesso desigual ao poder político-institucional. Assim, pode-se falar não apenas em divisão sexual do trabalho na família, mas também em outras esferas, como implica a definição do termo dada acima, e também em divisão sexual de poder e divisão sexual do trabalho político, como fazem diversos autores⁸. O desenvolvimento da ambição política para candidatar-se a um cargo público seria, portanto, apenas a fase final de um processo que se inicia em outras esferas. Como a política não se restringe a ocupar cargos públicos na cúpula institucional, acrescenta-se, é preciso olhar para como outras formas de fazer política também são desigualmente acessadas por gênero.

Além desse amparo político-institucional, a desigualdade é mantida pelas representações que a respaldam, as quais formam identidades de gênero que se tende a carregar ao longo da vida. Neste caso, a durabilidade da desigualdade de gênero se deve também a que as disposições aprendidas durante a socialização primária, em que papéis de gênero têm importância crucial, são de difícil modificação. Os detalhes de como a socialização ocorre são analisados por Berger e Luckmann (2011), para quem a linguagem é o principal meio de acesso à realidade objetificada e à rede de significados particular a cada cultura. Sendo assim, a “realidade cotidiana” já se apresenta decodificada a cada indivíduo que se incorpora à sociedade. As rotinas que se constituem na vida cotidiana são assimiladas e reproduzidas, em geral, de forma automática, desde que não perturbadas. As interações no plano mais próximo ao indivíduo, que geralmente ocorrem no âmbito familiar e de sua vizinhança, se apresentam de forma padronizada e são estas as que tendem a se afigurar mais intensas devido ao seu grau maior de proximidade física e de trocas intersubjetivas⁹. Assim, as relações de gênero – em especial mães, mas também e, em menor medida, pais e filha/os - estão entre aquelas que se apresentam de forma mais contínua e estruturada. O conhecimento que o indivíduo desenvolve da realidade social a partir deste tipo de interação é um dos mais sólidos em seu arcabouço mental. Este tipo de conhecimento faz parte do senso comum, da reunião de “máximas, morais, pedaços proverbiais de sabedoria, valores e crenças, mitos e assim por diante” (idem: 65), que é transmitida via socialização e internalizada pela geração seguinte, institucionalizando-se assim as

⁸ Ver Sapiro (1984:14) e Miguel (2001), por exemplo.

⁹ Por outro lado, a exposição aos meios de comunicação é, geralmente, tão grande e tão prematura que tende a impactar a formação das percepções do indivíduo a respeito de papéis e relações de gênero e não se pode dizer que apenas a experiência física e sensorial das relações face a face sejam determinantes das representações.

práticas sociais e os tipos de indivíduos ou papéis sociais correspondentes (o homem provedor, a dona de casa, a mãe/pai de família, a prostituta etc).

Por meio da socialização secundária, a pessoa tem acesso a novas esferas sociais. No entanto, segundo Berger e Luckmann (2011: 131), a socialização primária – aquela levada a cabo na infância, por meio da qual o indivíduo é introduzido na sociedade – em geral é a mais importante e constitui o modelo que a socialização secundária deve seguir para ser efetiva. Durante a socialização primária, a criança não escolhe ser ou não incorporada ao mundo que lhe é apresentado nem apreende a noção de que este é um mundo entre outros. Trata-se de um processo mais diretivo, em que a criança apreende o mundo social em que vive como o único mundo possível e é por isso, segundo os autores acima citados, que este é um processo mais definitivo do que socializações posteriores. As certezas iniciais, a sensação de pertencer necessariamente àquele mundo, tendem a ser conservadas.

Quanto mais diferenciada institucionalmente a sociedade, mais complexos são os processos de socialização secundária e mais específicos os tipos de conhecimento requeridos de pessoas treinadas em cada campo. Disposições e identidades adquiridas prematuramente tendem a permanecer embora as pessoas tenham contato virtual e pessoal com cada vez mais espaços sociais que distam de sua realidade primária. Além disso, Berger e Luckmann enfatizam as tensões que podem ser geradas pela superposição do mundo conhecido por meio desta segunda socialização - entendido como referente a apenas uma instituição específica -, ao mundo da infância, que representa toda a vida de uma criança. Outro ponto importante diz respeito a que a socialização secundária não requer envolvimento emocional forte nos moldes da relação mãe/pai-filho. Seus agentes podem ser encarados apenas como funcionários institucionais.

A localização na estrutura social molda a socialização primária e secundária, levando indivíduos pertencentes a classes sociais, gêneros e raças distintos a serem socializados de forma semelhante, o que não exclui, obviamente, a possibilidade de haver variações individuais. Estas se devem a que cada indivíduo reage, por suas peculiaridades biográficas, de formas diversas aos estímulos que recebe. Dessa forma, ainda que desenvolvam uma perspectiva comum, indivíduos terão também nuances e particularidades em sua vivência de classe, gênero e raça e outros condicionantes sociais. Cada uma destas vivências tem contornos específicos. Como já argumentado anteriormente, uma das principais especificidades da organização social de gênero, comparativamente a classe e raça, diz respeito a que as mulheres são intimamente ligadas aos homens e distribuídas socialmente junto a eles. Essa forma de inserção

social das mulheres tem consequências perversas para a geração de laços de solidariedade entre elas.

De forma análoga, a intersecção de tais condicionantes gera especificidades na inserção dos indivíduos na esfera pública/política. O acesso de mulheres e homens na política é regulado pela forma como o gênero estrutura a socialização política, ou seja, a “interação entre o sistema social e o indivíduo, pelo qual tanto as predisposições quanto as habilidades relacionadas à participação na esfera política são internalizadas” (Flora e Lynn, 1974, citadas por Randall, 1982: 60). É nesse processo que se adquirem as predisposições culturais potencialmente convertidas em comportamentos específicos. No caso das mulheres, a socialização as leva a assumir papéis e a inserir-se em práticas sociais que as afastam do mundo público/político. A posição estrutural na ordem social de gênero que é dada a elas as estimula a adquirir uma percepção de si próprias não como indivíduos, mas como filhas, namoradas, esposas e mães visto que seu status social é definido a partir dos homens com quem se relacionam.

Dado que a organização familiar está, em larga medida, marcada por uma divisão do trabalho político em que o homem se encarrega prioritariamente do mundo externo e, a mulher, do interno, a socialização política provida pela família proporciona diferentes orientações a respeito da associação entre feminilidade, masculinidade e política. Se, como nota a literatura de socialização política (como em Dahl, 1997), a fase decisiva, isto é, a que provê as crenças mais duradouras, é a que ocorre na infância e juventude, a análise de como a organização e os modelos familiares estão delineados é chave para se compreender como as subjetividades políticas começam a ser formadas, independentemente do quanto elas possam vir a ser modificadas depois.

Visto que o acesso à política ou, de forma mais ampla, ao envolvimento social/público, requer disposições subjetivas que favoreçam a visão da política como algo possível e desejável, é preciso saber como homens e mulheres variam em sua exposição a informações sobre política bem como em suas oportunidades de desenvolver as orientações simbólicas necessárias ao envolvimento político e de se posicionar discursivamente sobre política. Como argumentado acima, a aquisição de tais disposições se faz socialmente, por meio de uma socialização política mediada por instâncias tais como a família, a escola, o mercado de trabalho e os meios de comunicação. Segundo Burns *et al* (2001), homens e mulheres são expostos a diferentes tipos de ambiente – mesmo que criados no âmbito de uma mesma família ou educados numa mesma escola – que os “levam a extrair diferentes conclusões sobre a relevância da política para suas vidas”. Assim, mulheres concluiriam que a política é um mundo estranho a elas como resultado desse processo de socialização política diferenciada.

1.3 Esferas pública e privada: uma distinção conceitual marcada pelo gênero

Como visto, a clivagem social de gênero, que é estruturante na sociedade brasileira assim como nas demais, interage com outros tipos de clivagens, como a de classe e também de raça, produzindo efeitos sobre a inserção diferencial de homens e mulheres na esfera pública. Esta desigualdade de acesso à esfera pública, não reconhecida pelo liberalismo, está relacionada à participação política desigual de homens e mulheres e também, de forma mais ampla, a tipos diferenciados de cidadania segundo gênero. Por estarem socialmente adscritas à esfera doméstica, mulheres tendem a ser dependentes economicamente dos homens, o que constrange o relacionamento delas com a política.

Ao tentar reavaliar conceitos e dicotomias analíticas consolidadas, desconstruindo-os e mostrando como podem ser entendidos de forma distinta sob a perspectiva de gênero, feministas implementam uma batalha não apenas teórica, mas também política, sobre qual seria a delimitação real do campo político. A crítica à dicotomia público/privado, que será analisada a seguir, é um dos componentes principais desse empreendimento. Esta dicotomia estaria na origem da divisão sexual do trabalho, fenômeno que tem importância explicativa fundamental em termos de inserção política das mulheres. As desigualdades no interior da família, simbolizadas pela divisão do trabalho, reforçam as desigualdades na economia e na política, num círculo vicioso. A divisão sexual do trabalho segue as linhas da demarcação prévia de esferas pública e privada.

O pensamento liberal é símbolo e fonte desta dicotomia para a crítica feminista. A abordagem de Pateman sobre a dicotomia público/privado, detalhada aqui, é típica desta forma de teorização desconstrutivista. Assim como outras autoras (Ortner, 1974 e Rosaldo, 1974, citadas por Randall, 1982), ela localiza nesta dicotomia a chave da dominação masculina. Para Pateman, o patriarcalismo é constituinte do liberalismo: está presente nas raízes do surgimento desse sistema ideológico desde os contratualistas, seus primeiros formuladores, os quais teriam delineado uma visão de mundo dicotômica que tendeu a ser apropriada de forma acrítica por quase toda a teoria política subsequente. A subordinação feminina, na concepção de Pateman (1993: 15), está alicerçada numa ficção que foi criada para prover legitimidade às instituições políticas modernas – o Estado, o governo civil e a legislação civil – e que está intrinsecamente relacionada ao contrato social original, qual seja: o contrato sexual. Embora este não seja reconhecido pelo cânone da teoria política moderna, a autora argumenta que os dois

tipos de contrato são indissociáveis e que é esta a construção artificial que teria dado aos homens o poder de livre acesso sexual às mulheres – dado que o casamento lhes confere o direito não apenas de fazer uso dos serviços da mulher como dona de casa, mas também de seu corpo¹⁰ - e criado o direito político dos homens sobre as mulheres, o qual caracteriza o patriarcado. Tem-se assim uma sociedade civil patriarcal, em que o direito político de origem paterna teria sido abandonado, mas que continua a submeter as mulheres à fraternidade dos homens por terem elas constituído o objeto da deliberação contratual que sanciona a ordem civil.

Trata-se, na realidade, de um fenômeno anterior ao liberalismo, mas preservado por ele. Na visão de Pateman, o patriarcado que pré-existia ao liberalismo se mantém, após o advento da sociedade liberal, porque é sancionado pela celebração de um contrato sexual¹¹ que empurra as mulheres para um espaço – familiar, privado - que permanece não perscrutado e tido como apolítico. Assim, o direito masculino sobre as mulheres é declarado não político e escondido na esfera familiar. Dado que a política só se refere ao que não é natural e, portanto, passível de mudança, a autoridade masculina sai do campo do questionável politicamente.

Embora os dois mundos estejam entrelaçados por influências recíprocas que não permitem entender um sem referência ao outro, a norma tem sido analisar o público apenas e assumir que tudo o mais é desimportante. Essa presunção leva os autores a considerar ainda que o público, como afirma Pateman (1989: 3), é universal e neutro sexualmente.

¹⁰ Para Pateman (1988:116), por meio do contrato de casamento, a mulher se torna uma serva para o marido, praticando uma forma de trabalho servil não remunerado, que ela exerce por ser mulher.

¹¹ A figura do contrato, criada para legitimar o estabelecimento dos sistemas políticos liberais, já deixou de ser necessária, na visão de Squires (1999: 30), como fonte de legitimidade tanto do liberalismo quanto da opressão feminina. Segundo esse ponto de vista, a crítica de Pateman teria sido válida para o momento de instituição da sociedade moderna, quando os contratos começaram a substituir o parentesco como fundamentos das relações sociais, mas seria menos relevante para a sociedade contemporânea, em que o liberalismo já não dependeria tanto dos contratos para manter seu status de ideologia dominante. Outras autoras também fazem reservas em relação ao modelo teórico de Pateman, que adquiriu grande notoriedade na teoria política feminista, tendo já se tornado um trabalho clássico na área. Fraser (1997: 228), por exemplo, concorda com Pateman a respeito de que o contrato de casamento estabelece papéis diferentes e hierarquizados para homens e mulheres de acordo com seu sexo, mas discorda de que o seu modelo conceitual seja o melhor para explicar as relações de poder entre marido e mulher por alegar que Pateman, ao contrário de Okin (1989), deixa de considerar a estrutura institucional em que se inserem as relações de poder entre homens e mulheres e a dominação masculina exercida no âmbito do casamento. Alguns componentes dessa estrutura institucional seriam, na visão de Fraser, a divisão sexual do trabalho, os regimes de políticas públicas e a segregação sexual do mercado de trabalho. Fraser argumenta que a mulher se sujeita ao homem não porque haja no casamento uma relação análoga à de mestre/objeto, mas porque está vulnerável a determinados constrangimentos estruturais, como a divisão sexual do trabalho, que diminuem suas chances de ter acesso a fontes de poder. Assim, não seria o direito masculino, instituído pelo contrato social/sexual, o principal fator gerador da opressão feminina, como postula Pateman, mas a estrutura social marcada pela divisão sexual do trabalho.

A cegueira da teoria política convencional a respeito deste contrato que Pateman julga fundamental para se compreender a estruturação da sociedade civil, deve-se a que a esfera privada sempre foi considerada não política e as diferenças sexuais entre homens e mulheres nunca foram reconhecidas como construídas socialmente e relevantes politicamente. Dado que o contrato origina a ordem civil, associada à esfera pública e à masculinidade, a ordem natural passa a estar vinculada à esfera privada e às mulheres. Daí a importância de, segundo a autora, explicitar os significados sociais atribuídos a homens e mulheres, sem deixar de considerar as diferenças internas a estes segmentos, e entender como esses significados estão presentes na “estruturação das mais importantes instituições sociais” (1993: 36).

A separação e, ao mesmo tempo, a indissociação das esferas pública e privada são pontos fulcrais da concepção de Pateman sobre as causas da dominação e subordinação femininas. O direito patriarcal dos homens é o elo estrutural que perpassa as duas esferas que constituem a sociedade civil. O poder que estava concentrado nas mãos do patriarca é disperso entre a fraternidade de homens, dando a estes um poder sobre as mulheres que não se restringe à vida conjugal. Ambas as esferas são indissociáveis porque uma adquire sentido em oposição à outra, ou seja, a esfera pública é vista como universal em oposição à “sujeição natural” da mulher, que se explicita na esfera privada. Trata-se de uma divisão sexual da vida social em geral, que abrange, mas ultrapassa a divisão sexual do trabalho¹².

Essa dicotomia público/privado está associada a outras tantas dicotomias presentes no liberalismo, todas relacionadas à oposição homem/mulher, em que o homem está associado à cultura, política, razão, justiça, público, filosofia, poder, liberdade, universalismo e, a mulher, ao oposto disso, ou seja, ao que é natural, pessoal, emocional, amoroso, privado, intuitivo, particular e sujeito. Segundo Squires (1999: 27), essa premissa relativa à dicotomia público/privado está ligada a uma outra premissa do liberalismo, que consiste em sua visão do indivíduo como sujeito autônomo, racional e não situado ou desvinculado das estruturas sociais. Não correspondendo as mulheres a esse modelo ideal de indivíduo, elas foram explícita ou implicitamente excluídas dele. Não consideradas como indivíduos em sentido pleno, elas também não foram

¹² Mais uma vez, a interligação das duas esferas é explicitada no fato de que o homem só pode aceder à vida pública como trabalhador por dispor dos serviços domésticos e de cuidado prestados pela mulher. E esta, quando se torna trabalhadora, não o faz nas mesmas condições que os homens devido à divisão patriarcal de trabalho. O assédio sexual e as barreiras que impedem a ascensão profissional da mulher são apenas sintomas da dominação sexual que integra a “estrutura de subordinação no local de trabalho” (Pateman, 1988: 142). A estrutura patriarcal põe a mulher em posição de sujeição devido ao seu sexo e à assunção de que ela, devido aos ditames da natureza, tem a função de exercer os serviços domésticos (Pateman, 1990: 124).

incorporadas à cidadania da mesma forma que os homens.

Ainda que a utilização dos conceitos de público e privado seja derivada de uma experiência histórica presente em diversas sociedades, interessa ao pensamento feminista criticar a forma pela qual ambas as esferas têm sido vistas como não interligadas, assim como também questionar o conteúdo do que o liberalismo tem tradicionalmente considerado como privado e, portanto, não passível de regulação pelo Estado. Segundo Weintraub (1997), a concepção liberal clássica de distinção entre público e privado corresponde, em linhas gerais, à dicotomia claramente estabelecida entre governo e mercado. Assim, a preocupação básica do pensamento liberal consiste em resguardar o mercado, tendo a família pouca relevância na discussão liberal embora se assuma que ela também deva ser preservada da interferência estatal.

Uma das autoras cuja obra é mais representativa do uso da dicotomia público/privado, Hannah Arendt, inspirada no pensamento grego, diferencia bem “a associação natural cujo centro é constituído pela casa (oikia) e pela família” (1989: 33) da organização política. Na esfera pública da polis, onde se praticava a atividade humana mais proeminente, em sua visão - a ação -, não penetram atividades que pertencem ao reino da necessidade ou da utilidade, como o labor e o trabalho. O que caracterizava a vida familiar grega, segundo Arendt, eram o despotismo do chefe de família - cujo poder era ilimitado -, a violência e a imposição, em contraposição à persuasão típica da política, uma esfera de poderes limitados.

A família aparece na filosofia de Arendt como uma esfera distinta e separada da política, com uma função que ela julgava inferior e dotada de atributos não democráticos. A questão levantada pela teoria feminista, de como (e quantos) cidadãos socializados numa esfera hierárquica e desigual poderão vir, no futuro, participar de uma esfera deliberativa democrática para ela não faz sentido pois seu modelo está na polis grega, onde essa questão não se colocava. Visto que a política era, para ela, uma atividade demasiado elevada para ter como objeto questões socioeconômicas, ela negava, na prática, a possibilidade de que as desigualdades sociais pudessem macular a esfera pública. Para uma perspectiva de gênero, essa base antidemocrática que servia e serve de sustentáculo à esfera pública põe em profundo xeque todo o modelo de esfera pública que Arendt constroi.

Assim, Arendt distingue duas esferas claramente separadas - a privada e a pública -, associadas aos territórios da família e da polis. No entanto, embora a autora reivindique a estrita separação entre as esferas como um dos pontos marcantes do mundo grego, havia fortes ligações entre ambas que Arendt, assim como os autores liberais que são criticados pelas teóricas feministas, não ressalta ou não problematiza.

Por exemplo, o fato de que o participante da esfera pública deveria ser um proprietário de sua própria residência; caso contrário ele não teria “um lugar que lhe pertencesse no mundo”¹³. Mais um aspecto do inter-relacionamento entre as duas esferas consistia em que a superação das necessidades impostas pela manutenção da vida era requisito para o estabelecimento dessa outra esfera. Assim, a igualdade da esfera pública, como admite a própria Arendt (1989: 43), pressupunha a desigualdade da esfera privada. A vida ligada à necessidade, na família, não passava de um meio para a prática da “boa vida” (por poucos) na polis. Assim, a liberdade e a igualdade da esfera pública estavam ancoradas sobre a dominação e a desigualdade da esfera privada. A família, no mundo grego, era uma espécie de amarra da qual o senhor da casa deveria se afastar a fim de poder exercer sua liberdade.

A contribuição da esfera doméstica em termos de estruturação das demais esferas, como nota Kymlicka (1990 citada por Squires, 1999: 26), é desprezada por todo o pensamento liberal, cuja preocupação central reside em proteger determinados âmbitos da indevida interferência do Estado. Arendt, que se dedica a discutir a esfera da liberdade, considerada política por definição, também não se interessa pelo “reino da necessidade” e suas desigualdades internas. Essa cegueira à esfera privada/doméstica do pensamento liberal o impede, assim como também a Arendt, de perceber que um condiciona o outro. Assim, Arendt prefere ignorar o paradoxo de crer que uma esfera pública pretensamente “democrática” pudesse estar embasada sobre uma esfera privada flagrantemente autoritária, marcada pela unicidade de opinião, que era a de seu chefe patriarcal, pela falta de diversidade e pluralidade e pela convivência motivada unicamente pelo objetivo de prover a subsistência coletiva (Arendt, 1989: 56).

1.4 - A centralidade da família para a crítica feminista

É o feminismo que trouxe a família e o lugar da mulher para o centro da discussão sobre público/privado. Nas demais interpretações geralmente presentes no pensamento político a respeito desta dicotomia, como ressalta Weintraub, a família não tem tanta importância. Squires (1999: 27) acrescenta ainda, citando Pateman, o argumento de que, ao considerar a sociedade civil como esfera do privado, o pensamento liberal desincumbiu-se de pensar a família visto que a sociedade civil teria deslocado a família como centro do “privado” e empurrado-a para o doméstico, cuja conexão com o público nunca foi articulada teoricamente antes do feminismo. Sendo vista como o lugar da privacidade, que deve ser protegida da indevida intervenção

¹³ Na realidade, segundo Arendt (1989: 73), a propriedade era totalmente identificada com a família e a posse desta propriedade (“campo, casa, dinheiro, escravos”) era condição *sine qua non* para pertencimento ao corpo político.

estatal seguindo a concepção liberal clássica, a família não é normalmente vista como possível locus de exercício de poder e dominação, mas apenas como domínio privado “incólume”, o que é altamente questionável. Sob a imagem de Estado neutro e restrito, o poder público sempre regulou e interveio sobre a família, como ressalta Young (1997), sancionando legalmente suas configurações desejáveis e restringindo aquelas que divergem do modelo patriarcal preconizado.

Para a teoria feminista, segundo Phillips (2002: 76), a visão da esfera pública como oposta a outras esferas resulta numa caracterização artificial e empobrecedora das interrelações entre os diferentes campos. As consequências da inserção diferenciada e generificada de homens e mulheres em fóruns da esfera pública é desconsiderada por autores que ignoram a relevância dos papéis de gênero para a geração de desigualdades na esfera pública. Portanto, a ideia de separação rígida entre esferas é inaceitável em termos feministas.

A falta de questionamento sobre o que acontece dentro da família e, por conseguinte, a tendência a assumi-la como o âmbito do altruísmo e do amor, ao passo que, no Estado e no mercado, a razão instrumental, a independência e a autonomia prevaleceriam, seria uma decorrência desse modo de pensar a relação entre o público e o privado. A família é notadamente a principal esfera “privada” cujo caráter político e cuja relevância para se entender as demais esferas sociais têm sido repetidamente afirmados pelo feminismo. Dentre outros pontos já citados, questiona-se a assunção implícita, presente no liberalismo, de que a família será capaz de formar os indivíduos idealizados (autônomos, independentes, racionais), porém, mais uma vez, essa assunção é feita de forma separada do exame crítico do que se passa na esfera familiar¹⁴. Com a entrada da discussão sobre a família e suas desigualdades na análise, o suposto do indivíduo autônomo e participativo – admitido tanto por Arendt quanto pelo liberalismo em geral – deixa de se sustentar visto que o locus principal e primário de socialização é, frequentemente, incapaz de produzir pessoas capazes de respeitar diferenças e de assumir comportamentos do tipo que suas teorias julgariam como desejáveis. A socialização de gênero, ocorrida na família, precede e afeta profundamente a inserção de mulheres e homens na esfera pública.

A família nuclear ocidental tem sido tradicionalmente uma instituição conservadora e hierárquica embora não se deva concluir, por isso, que os indivíduos

¹⁴ A formação dos tais sujeitos capazes de se afirmar como atores políticos e econômicos, dizem feministas como Okin e Pateman, está condicionada à estruturação da família de forma que as mulheres, ao lhes proverem trabalho doméstico remunerado, liberam seu tempo para se dedicar a estas atividades “mais elevadas”.

formados em contextos familiares tradicionais sejam necessariamente intolerantes e pouco afeitos à participação. Apesar disso, o fato de as mulheres serem as únicas ou principais cuidadoras dos filhos tem “consequências enormes para o tipo de pessoas que nos tornamos, a estrutura do mercado de trabalho e quem detém o poder estatal” (Phillips, 2002: 75). Esse argumento remete à questão discutida ao longo deste capítulo, relativa às interligações entre esfera doméstica/privada e esfera pública, porém a primeira parte dele (a que se refere ao “tipo de pessoa que nos tornamos”) traz um componente adicional, que é o de que as crianças aprendem com suas mães algumas das disposições que elas carregarão consigo por muito tempo. Além disso, as crianças em geral crescem em ambientes familiares não igualitários, marcados pela subordinação da mulher ao homem. Parece razoável supor, como tratado na seção anterior, que isso leve à naturalização dessa relação hierárquica entre homens e mulheres, assim como de outros tipos de hierarquias, e à reprodução dessa escala em outros contextos, inclusive na esfera pública.

Interessa ao feminismo identificar as maneiras pelas quais ambas as esferas estão interligadas, desmistificando o funcionamento desta dicotomia porque ela está na base da subordinação feminina. Porém, nem todas as autoras analisam o fenômeno da mesma forma. Pateman e Fraser enquadraram sob diferentes perspectivas a divisão sexual do trabalho, visto que, para Pateman, ela seria um dos pilares de uma estrutura social patriarcal, baseada no direito sexual do homem sobre a mulher, que gera a subordinação feminina. Fraser, ao contrário, considera a noção de “subordinação” de Pateman demasiado personalizada (baseada numa relação de mestre/serva direta em que *um* homem subordina a *uma* mulher) e enfatiza que as sociedades de capitalismo tardio passaram por mudanças cujas consequências para a alteração das relações pessoais de subordinação entre homens e mulheres não teriam sido bem analisadas por Pateman. Fraser (1997: 234) a acusa, portanto, de ter uma visão “patriarcal monolítica”, insuficientemente atenta aos processos estruturais que perpassam as relações homem-mulher, e ainda de não levar em conta o fato de que as noções de gênero e sexualidade têm hoje bastante pluralidade para impedir que se lhes atribua um significado único.

Seria mais útil, na concepção de Fraser, analisar a forma como esta estrutura se materializa em cada sociedade para entender como se reproduz a desigualdade de gênero. O encargo atribuído à mulher provoca seu isolamento na esfera do doméstico e seu status tende a ser menor, segundo Okin (1998) e Rosaldo (1974), conforme seja mais amplo o hiato entre o público e o privado/doméstico e nas sociedades em que a submissão da mulher ao homem na esfera que ela ocupa seja mais acentuada. As próprias características do trabalho de cuidado de crianças - o tempo e a energia,

inclusive emocional, que consome, e o seu caráter contínuo e prolongado - desfavorecem a participação de quem o exerce em outras esferas¹⁵.

Portanto, a divisão sexual do trabalho é determinante do baixo acesso das mulheres a um recurso que é fundamental no que se refere à participação na vida pública: o tempo livre. Em oposição ao tempo empregado no trabalho, de caráter remunerado ou não, o tempo livre tende a ser maior conforme aumenta a posição do indivíduo na estratificação social: assim, trata-se de um recurso desigualmente distribuído segundo gênero, classe e raça. De acordo com Phillips (2002: 80), os fatores que geram uma associação política ou uma organização qualquer são genericados: “tempo, autoconfiança, variedade de contatos e, em menor medida, habilidades”. Visto que mulheres tendem a possuir, em menor medida que os homens, esses recursos, compreende-se assim por que, na visão desta autora, a esfera da sociedade civil e suas organizações acaba reproduzindo e agravando a distribuição de recursos e o desequilíbrio de poder existente na sociedade.

A questão, porém, vai além do tempo. Trata-se também, como afirma Young (2001), de fatores subjetivos enraizados, relacionados ao mais baixo senso de eficácia das mulheres e outros grupos, da sua percepção a respeito do próprio direito de se expressar, ainda mais quando a forma prevalente de discurso não é dominada por estes. Assim, mulheres participam menos da vida pública em razão da existência de obstáculos criados pelo confinamento na esfera doméstica, a começar pelas diferentes experiências que, segundo Phillips (1991: 97), mulheres e homens têm do poder.

1.5 Nova visão da política e rearticulação entre o público e o privado

Na formulação de uma crítica normativa a como se configuram as sociedades contemporâneas, as feministas deveriam desenvolver, como aponta Dietz (1998), uma visão própria e política de cidadania. Como isso tem sido feito nas teorias políticas feministas e suas implicações em termos da postulação de qual seria o relacionamento entre mulheres e política (e, de alguma forma, homens e política) numa sociedade justa são questões a serem examinadas aqui.

A rejeição à tendência a definir o que é político como próprio do espaço público em contraposição ao privado, visto como apolítico, é um ponto a respeito do qual as diversas correntes feministas estão de acordo. Como assinalado anteriormente, a naturalização desta disjunção entre doméstico e público permite que desigualdades de

¹⁵ Isso ocorre porque a forma atual como esse cuidado a crianças é prestado, ao menos nas sociedades ocidentais contemporâneas, requer grande dispêndio de tempo por parte da/os cuidadora/es .

gênero cruciais na esfera da família e seu caráter político sejam ignorados pela maior parte da teoria política, resultando em que a visão tradicional de política seja restritiva e empobrecida. Trata-se, assim, de alargar a própria concepção de política (e de democracia) que se quer utilizar tanto no sentido de reconhecer a relevância política do privado quanto de incorporar à análise formas de participação política empreendidas por pessoas inseridas de forma subalterna no campo político.

A autora pioneira em repensar o conceito de política foi Kate Millet, em *Sexual politics*, que definiu política como “relações estruturadas por poder, arranjos pelos quais um grupo de pessoas é controlado por outro” (Millet, 1972 citada por Randall, 1982: 9). Assim, esta inflexão que começou no movimento feminista acabou sendo transposta para termos teóricos por cientistas políticas que desenvolveram o tema de como reconceituar política e, por conseguinte, toda a relação entre o público e o privado. Concepções mais amplas do político, como a de Phillips (1991: 94), para quem a “política existe onde quer que haja conflito”, seguem a linha da bandeira assumida pelo feminismo - “o pessoal é político” - e objetivam afirmar que mesmo relações familiares são afetadas pela desigualdade de poder. E, mais do que isso, a inexistência de democracia no âmbito doméstico tem consequências sobre a organização democrática fora dele.

A preocupação das feministas tem sido no sentido de formular um novo conceito que possa incluir as mulheres ou, ao menos, tentar inseri-las no domínio da política como tradicionalmente entendido, ou seja, como espaço institucional de tomada de decisões governamentais. Squires (1999: 3), por exemplo, propõe que a definição de política como “um processo de negociação ou luta pela distribuição de poder” implica uma adesão à primeira proposta. Ela afirma que o entendimento da política como um processo tende a implicar também a associação da política diretamente com o poder e questões relativas à sua alocação, o que indica o alto grau de imbricação entre os dois conceitos.

Essa visão mais transformadora da política tende a negar a possibilidade de se pensar numa neutralidade de gênero nos termos liberais. Rejeita-se a manutenção do conceito de política vigente na sociedade liberal, abrindo mão de requerer a entrada das mulheres em pé de igualdade num mundo definido em termos masculinos. Esta tentativa de se pensar em novos conceitos e novas visões da política é parte integrante de um avanço na teoria feminista, que se deslocou do seu estágio inicial, o qual consistiu em criticar os textos canônicos da teoria política, desmistificando sua pretensa neutralidade de gênero e apontando o caráter político da diferença sexual. Isso implica repensar a relação entre política e poder e ainda entre mulheres, política e poder.

Há análises, em especial aquelas que adotam uma concepção de poder como algo relacional, ubíquo e produtor de comportamentos, que afirmam a capacidade de resistência dos sujeitos implicados nas relações de poder e também de sua atuação como detentores de poder, em vez de como simples vítimas. Essa concepção é importante em termos de análise das relações de gênero porque permite compreender como as mulheres e outros grupos marginalizados se insurgem contra seus opressores. Connell (1987: 110) enfatiza as recentes transformações sociais, motivadas em grande parte pela resistência feminina, que abalam a autoridade masculina, entendida como imposição de poder legítimo, dentro e fora da família. Os homens estariam hoje enfrentando dificuldades maiores para exercer o papel de autoridade absoluta no domínio doméstico já que a família teria se transformado num local de relações mais negociadas, de contestação do “patriarcado doméstico”. Se se aceita a concepção de que todas as pessoas que se sujeitam ao poder podem exercê-lo, como demonstra a literatura antropológica, exemplificada por Rosaldo (1979), que ressalta a diversidade de maneiras pelas quais as mulheres se empoderam, está claro que também aqui não se deve falar em termos dicotômicos, ou seja, em impotentes, de um lado, e poderosos de outro.

1.6 -Visão feminina da política e poder privado das mulheres

Embora sob outra perspectiva, Elshtain (1998) e autoras do chamado “pensamento maternal” também ressaltam a autoridade detida pelas mães nos círculos comunitários e sua capacidade de se opor inclusive ao poder “frio e impessoal” do Estado, em seu afã de prestar atenção às necessidades peculiares de seus filhos. Desta forma, o verdadeiro poder feminino estaria no mundo privado. Este é um ponto complicado porque implica dizer, como argumenta Sapiro (1984: 9), que o mundo público não é tão importante para as mulheres como para os homens ou que a verdadeira política é aquela praticada no âmbito privado. Esse argumento do poder privado das mulheres implica ainda fechar os olhos para a sua exclusão, de fato, do domínio da política formal, em que são tomadas decisões que afetam tanto, ou até mais, a mulheres do que a homens. A política praticada na vida cotidiana e doméstica ou comunitária certamente importa, mas a política convencional importa ainda mais em termos de tomada de decisões vinculantes e acesso a recursos. Assim, fechar os olhos à segunda implica subestimar as mulheres e condená-las a uma situação de cidadania incompleta continuada e deliberada. Implica, como sugere Sapiro (idem), que elas continuarão a ser cidadãs que apenas obedecem.

Por outro lado, ver as mulheres apenas como seres excluídos de qualquer

acesso à esfera pública política é também vê-las como impotentes. Em contraposição a isso, as feministas do pensamento maternal - classificadas por Tong (2009) como “radicais culturais” - questionam essa visão e pretendem valorizar positivamente as experiências das mulheres em suas “diferenças” e até mesmo afirmar a superioridade moral das mulheres em relação aos homens, que é vista como ensejando uma concepção de política própria e uma forma de poder também específica. Para essa proposta, o feminismo não deveria se espelhar num modelo de comportamento masculino, mas na busca da valorização da feminilidade e do privado, tradicionalmente associados a valores como interdependência, comunidade, conexão, confiança, emoção etc. O objetivo é valorizar as formas de comportamento, inclusive políticas, que têm sido assumidas pelas mulheres de forma a impedir que elas precisem se “masculinizar” para alcançar poder numa sociedade em que este é definido por padrões masculinos. MacKinnon (1998), por exemplo, defende o argumento de que, numa sociedade construída sobre um modelo normativo de pessoa humana que tem, na realidade, atributos masculinos, as diferenças femininas devem, sim, ser consideradas e reafirmadas.

Uma das principais precursoras do feminismo da diferença, Chodorow (1990 [1978]) parte da constatação da divisão sexual do trabalho, a qual atribui à mulher o papel principal de cuidado, e argumenta que, por causa da maternagem, meninos e meninas desenvolvem diferentes formas de se relacionar com o outro. É na tensa relação das crianças com a mãe que estaria a origem da dominação masculina, na visão de Chodorow¹⁶. Enquanto meninas podem simplesmente manter a identificação com a mãe, numa relação de proximidade e continuidade que marca sua personalidade e identidade, meninos são obrigados a romper com a mãe em busca de um modelo masculino com quem se identificar, o que é dificultado pelo fato de que todo o cuidado com os filhos é prestado por mulheres. Assim, sua experiência de “individualização” é mais radical que a feminina.

Gilligan (1997), baseando-se em Chodorow, desenvolve sua própria e prestigiosa tese sobre as diferenças do desenvolvimento moral da mulher em relação ao do homem, sublinhando-as de forma positiva, isto é, tentando reverter a crença que se havia consolidado, neste campo da psicologia, de que as mulheres tenderiam a

¹⁶ Essa tentativa de encontrar uma única causa ou uma causa precípua para a formação da identidade de gênero foi, posteriormente, assumida pela própria autora como inadequada (Chodorow 1989 citada por Squires, 1999:58). A tendência atual seria, portanto, a de reconhecer que diversas estruturas sociais, não apenas o gênero, formam a identidade individual e que, em se tratando do gênero, seria demasiado reducionista pretender atribuir a um único fator, como a maternagem, a origem de todo esse fenômeno.

desenvolver-se moralmente de forma mais precária que os homens. Seguindo uma linha de argumentação familiar à teoria feminista, Gilligan propôs que o parâmetro de avaliação da conduta humana referendado pelo seu campo científico continha sérios vieses. Ou seja, a escala de desenvolvimento moral (de Kohlberg) utilizada pela teoria psicológica, que se pretendia válida para seres humanos independentemente do seu gênero, constituiria na realidade um modelo masculino que se tentava impingir às mulheres. Esta escala, segundo ela, assim como outras, teria sido construída predominantemente com base na análise da experiência masculina e refletiria, portanto, um modo de pensar e ver o mundo próprio dos homens. Por isso, os que a utilizam concluem que a mulher tem seu senso de entendimento moral menos desenvolvido que o homem. Considerações de ordem social, como o fato de que a mulher tem seu status social definido em relação ao homem a quem está ligada, não são incorporadas à análise.

Assim, Gilligan procedeu ao seu próprio estudo das vozes femininas e percebeu a existência de uma diferença que indicava não um retardamento, mas uma forma de se relacionar e perceber os conflitos morais que denotava maior envolvimento interpessoal e tendência a rejeitar a aplicação de princípios impessoais para guiar a ação em situações concretas. Ainda que ela não tenha feito o argumento explícito de que esta nova escala de desenvolvimento moral seria própria de mulheres em virtude do gênero, é assim que ela acabou sendo incorporada à discussão teórica feminista.

O argumento de Gilligan – ilustrado de forma bastante expressiva no título de sua obra “em uma voz diferente”¹⁷ – tem sido usado por autoras interessadas em afirmar que há uma perspectiva feminina a ser valorizada. Ele também seria o mais emblemático do que se denomina de “ética do cuidado”, centrada na relevância atribuída à responsabilidade com os compromissos estabelecidos com o outro, no relacionamento com outras pessoas, em oposição à “ética da justiça”, definida pela prevalência de normas e princípios de justiça abstratos e universais. Essa corrente teórica da ética do cuidado não situa a autonomia como ideal de comportamento porque atribui esse traço a um padrão liberal que seria impingido às mulheres¹⁸. Estas tenderiam a pensar e se comportar de forma muito mais relacional e co-dependente do que autônoma e individualista.

Gilligan e outras autoras que reivindicam a existência de uma identidade

¹⁷ Observação: Na edição portuguesa, que está sendo usada aqui, o título original em inglês foi deslocado para o subtítulo.

¹⁸ Há autoras, como Verkerk (2001), para quem a ética do cuidado postula uma noção de “autonomia relacional como competência moral”, distinta da noção de autonomia individual convencional. Os relacionamentos sociais seriam importantes para desenvolver a chamada autonomia relacional.

feminina associam-na às funções tradicionalmente designadas à mulher: a maternidade e o cuidado em geral. Nesse caso, a perspectiva das mulheres seria derivada diretamente desta experiência vista como totalizante, no sentido de capaz de determinar uma forma de raciocínio moral singular. Em Ruddick (1989), a prática da maternidade - orientada pela necessidade de prover cuidado aos filhos, o que é feito sob formas culturalmente específicas -, origina um pensamento maternal, ao qual está ligada uma perspectiva própria. Essas autoras exemplificam o que Ferguson (1987) denomina “teoria social da diferença” que, ao lado das teóricas naturais da diferença, enfatizam a existência de diferenças irreduzíveis entre as identidades de homens e mulheres e as atribuem a causas sociais. Segundo elas, as mulheres desenvolveriam um senso de “self” e, portanto, de autoestima de forma bastante distinta da masculina. Sendo assim, cada gênero teria seus padrões específicos de comportamento e de inserção no mundo.

O pensamento maternal teria suas “próprias atitudes metafísicas, valores, julgamentos, questões, métodos e objetivos” (Ruddick, 1989: 24). Em virtude de que ele nasce a partir de uma prática que implica a devoção ao outro e o empenho na preservação da vida de outrem, ele adquiriria, segundo o raciocínio de Ruddick, um caráter pacifista e solidário, que ela julga que deveria ser difundido para o espaço público. O pensamento maternal pretende, assim, reformar a esfera pública, vista por ele como excessivamente dominada por disputas de poder e interesses. Elshtain seria uma das grandes expoentes dessa visão qualificada por Squires (1999: 48) como política “ética”. A proposta seria, então, levar os princípios morais que operam em privado para o público, tido como degradado. Então, não se trata apenas de revalorizar o privado, mas também de transformar o público a partir dele. As mulheres seriam as principais agentes desta transformação porque elas é que mantêm um “espírito comunitário” vivo devido aos laços familiares que cultivam. A tendência dessas autoras é, portanto, a de não enxergar na família ideal (em oposição à família real, que reconhecem ter problemas) relações de caráter tão opressivo quanto fazem outras feministas, mas a de ressaltar suas qualidades e sua moral diferenciada.

As raízes desse pensamento oriundo da prática do cuidado, portanto, são sociais, ainda que vistas também como imbricadas na psique feminina, e acabam sendo associadas à identidade feminina de maneira tão direta que se tornam naturalizadas, como afirma Tong (2009: 17). Assim, essa proposta da ética do cuidado tem sérios riscos de cair num essencialismo contraproducente em termos de promover a “perspectiva” feminina. Mouffe (1992), por exemplo, destaca a impossibilidade de se pensar em “entidades homogêneas” de mulheres e homens, portadoras de identidades e valores comuns, e, portanto, de se fazerem generalizações a partir de tais entidades,

como propõem as teóricas da ética do cuidado. Além disso, essa oposição que tende a se estabelecer entre ética do cuidado e da justiça é uma falsa dicotomia porque supõe que o exercício do cuidado dispensaria o uso de princípios de justiça, aos quais o feminismo apela inevitavelmente ao retratar as injustiças da sociedade “patriarcal”. Isso não deve, porém, como adverte Biroli (2012: 239), implicar uma “adesão normativa aos valores liberais da imparcialidade e da universalidade”, o que significaria ignorar a maneira pela qual as representações dos atores dominantes se tornam hegemonicamente aceitas como imparciais e universais.

Ainda na linha de se conciliarem os dois princípios, Benhabib (1999) julga que deve haver uma complementaridade entre os pontos de vista do “outro generalizado” – associado à justiça - e do “outro particular” – associado às concepções plurais de boa vida. Se, por um lado, não se pode pensar em justiça sem afirmar a existência de direitos individuais assentados sobre o reconhecimento da dignidade dos seres humanos pensados em termos abstratos, por outro lado, também não é possível abrir mão da concepção de outro particular como uma forma de criticar o pensamento universalista, o qual reluta em levar em conta o fato de que as identidades – tanto masculinas quanto femininas - são constituídas por “gênero, raça, classe, diferenças culturais assim como por habilidades psíquicas e naturais” (Benhabib, 1999: 296). A autora afirma ainda que todo/as somos “outros concretos”, dotados de necessidades emocionais, e propenso/as à intimidade, ao amor e ao cuidado, o que negaria a alegação de feministas da diferença para quem esses traços são mais femininos que masculinos.

Há ainda argumentos contrários à visão do pensamento maternal para os quais essas tais “diferenças” são, na realidade, produtos de uma sociedade patriarcal, comportamentos que as mulheres foram levadas a praticar devido ao sexismo institucionalizado, e não em razão de aptidões de gênero. Puka (1990 citada por Tong, 2009: 176), por exemplo, julga que essa escala alternativa criada por Gilligan representaria uma “tentativa de sobrevivência num mundo patriarcal” e hostil e que, ao tentar valorizar o cuidado, as mulheres estariam apenas agindo conforme o esperado e, ainda, criando justificativas normativas para assim fazê-lo. Consequentemente, nenhuma mudança real poderia advir daí. Já Ferguson considera que as teóricas da diferença têm uma visão determinista e estática dos traços que a socialização primária seria capaz de gerar em mulheres e homens visto que os reais fatores determinantes da personalidade seriam, para esta autora, as práticas em que as pessoas estão inseridas, e não uma essência adquirida na infância.

Como visto, essa perspectiva que advoga um conceito “ético” de política, como detalhado acima, é bastante criticada por outras vertentes da teoria política que tendem a

considerá-la demasiado conservadora. Mesmo assim, como afirma Dietz (1998: 388), as maternalistas têm ao menos o mérito de trazer o tema da cidadania para debate e de repensar a política e o modelo de cidadão como apenas portador de direitos. A política que elas defendem é a política aperfeiçoada pelas virtudes do mundo privado e a mulher aparece como (sub)partícipe de um mundo político ao qual elas podem oferecer sua contribuição moral de mães.

1.7 – Rearticulando as categorias de privado, público, poder e política

A visão ética da política, porém, como dito acima, não é a única alternativa presente no pensamento feminista ao modelo liberal de política. Squires (1999: 47) sugere que tanto a visão do feminismo liberal – referente à inserção da mulher na política institucional, definida segundo padrões masculinos – quanto a visão que pretende “feminizar” o conceito de político, adaptando-o e estendendo-o à perspectiva idealizada da mulher, derivada de sua inserção num mundo do privado, são ambas limitadas e podem ser superadas por uma terceira, que desloca a questão das fronteiras entre o público e o privado para uma concepção de política mais “crítica e heterogênea”, que ela atribui a Pateman, Mouffe e a Frazer e Lacey (1993), por exemplo, e que também pode ser referida a Phillips, Cohen e a diversas outras. Segundo ela, essa terceira corrente veria a separação público/privado como arbitrária e o que é tradicionalmente definido como privado é visto como fonte de desigualdades de gênero e de identidades de gênero que são permeadas pela dominação masculina. Assim, não haveria razão para tentar manter tais identidades, como querem as feministas do pensamento maternal.

Desta forma, não existem apenas, de um lado, a alternativa que denuncia o caráter masculino dos conceitos de política e de cidadania e, de outro, a que pretende redefinir tais conceitos à luz do que seriam as características “femininas”, que precisariam ser revalorizadas. É possível pensar em outras alternativas, que fujam de soluções fáceis baseadas em visões essencialistas tanto de mulheres quanto de homens. Mouffe (1992), por exemplo, argumenta a favor de uma noção de cidadania em que a diferença sexual seja irrelevante.

O que tem essa terceira perspectiva de mais “avançado” em relação às duas visões anteriores é a sua rejeição à utilização do critério liberal-patriarcal para definição do que é privado, como faz a visão da política “ética”, assim como à noção de cidadania liberal. Há ainda a sua crítica à utilização de “valores familiares como base para relações políticas” (Squires, 1999: 51). Como afirma Miguel (2000), a relação mãe-filho

não parece apropriada para guiar relações políticas democráticas dado que são intrinsecamente hierárquicas. Porém, nem todas as autoras que poderiam ser classificadas como pertencentes a essa terceira alternativa, que advoga uma nova visão de política, estão de acordo sobre quais seriam os contornos dessa cidadania política feminista. Pode-se dizer, no entanto, que há uma concordância no que diz respeito à rejeição aos modelos liberal e maternal.

Dietz (1998) também questiona a existência de bases democráticas no pensamento essencialista da ética do cuidado dada sua tendência ao exclusivismo e ao estabelecimento de distinções, características que não condizem com os requisitos democráticos. A visão de cidadãos das “maternalistas”, como Dietz as chama, é a de “íntimos que se amam”, tão inadequada para se pensar em termos políticos democráticos como a visão liberal de cidadãos como “estranhos desconfiados”. O que Dietz (1998: 390) propõe, em vez disso, é que os cidadãos se vejam uns aos outros como “pares cívicos”, mutuamente respeitosos. Essa noção de cidadania democrática, que o pensamento feminista ainda não desenvolveu por completo, não pode estar assentada na alegação maternalista de que um determinado grupo de cidadãos – no caso, as mulheres, em especial as mães – tenham virtudes morais superiores, já que isso rompe o acordo inicial de igualdade política. Em vez de apelar apenas às mulheres como cidadãs políticas legítimas, é preciso pensar, segundo Dietz, um modelo de cidadania que abra espaço para a participação também dos homens, que não comporte uma relação de oposição entre os gêneros. Ao vislumbrar esse novo modelo, Dietz acaba chegando a uma proposta que estaria próxima do que seria a visão de cidadania de Arendt, em que a política é definida como “o engajamento coletivo e participativo dos cidadãos na determinação dos assuntos de sua comunidade”.

Analogamente, Cohen (1997), em sua tentativa de conceber uma concepção de “privado” adequada ao feminismo, destaca a centralidade dos direitos individuais à privacidade, a relevância de que as mulheres, assim como os homens, sejam vistas como indivíduos autônomos, com capacidade de agência, escolha e identidades individuais, independentes da sua inserção comunitária e dos valores da coletividade em que estejam inseridas. Reconhecendo que as concepções vigentes de espaço público abrem pouco espaço para as diferenças, ela considera que a participação neste espaço ainda é a melhor maneira de assegurar que se poderá decidir democraticamente os conteúdos e limites de cada uma destas esferas desde que se resguarde este “reconhecimento recíproco da privacidade” (Cohen, 1997: 156) a que toda/os temos direito.

Desta forma, não se pretende abrir mão da definição de alguma linha

demarcatória entre público e privado. Rejeita-se, porém, a possibilidade de estabelecer tal linha de uma vez por todas e, sobretudo, se rechaça a generificação dessas esferas. Ao mesmo tempo em que se quer delimitar de alguma forma o âmbito do político, tem-se a precaução de alertar contra a definição dessa fronteira com excessiva rigidez. Apesar de sua característica “desconstrutiva”, a teoria política que se guia por essa visão mais contingente da política ainda atribui valor ao resguardo da esfera da privacidade, como visto, e também à distinção entre o poder exercido por determinados Estados de forma autocrática e o poder legítimo e democrático.

Esse conceito amplo de política abre espaço para a entrada de questões de gênero no estudo da política por possibilitar que o terreno da política não seja precisamente delimitado. A crítica feminista é uma das principais responsáveis por essa extensão da concepção de política como relações de poder e do próprio conceito de poder visto que ela requer o reconhecimento de que o poder também é exercido no âmbito tido como pessoal e não apenas como imposição aberta e autoritária da vontade do dominador sobre o dominado, mas também de maneiras mais sutis¹⁹.

A concepção advogada por Phillips (1991: 111) é a de que a política “não tem integridade até estar fundamentada na vida cotidiana”. Isso sugere um outro nível de interpenetração entre as esferas pública e privada, como mencionado acima. A teoria política feminista apenas foi capaz de propor uma redefinição do conceito de política após ter feito uma crítica profunda à dicotomia público/privado que não implica, contudo, assumir que há uma identidade total entre esses dois polos. Nunca foi objetivo de ao menos algumas feministas, como Mouffe (1992), ou mesmo de feministas liberais, como Okin (1998) e outras, dissolver por completo as fronteiras entre público e privado. Esta última autora ataca justamente a visão liberal de que o reino privado da família não deveria ser objeto dos princípios reguladores criados para a coisa pública. À parte isso, porém, restaria, na visão de Okin, ainda uma esfera – a da privacidade – que, para o bem dos direitos individuais, deveria continuar a ser considerada indevassável. Assim, ela clama por uma nova redefinição da fronteira entre público e privado, desta vez sem os vícios presentes na forma como ela foi primeiramente estabelecida, como demonstrado por Pateman. No entanto, Okin reluta em abrir mão das noções de

¹⁹ Como nota Weber (2004), as formas de dominação baseadas na autoridade sempre estão baseadas no dever de obediência por parte dos dominados e no interesse que estes têm em prestá-la. O poder não se manifesta apenas quando há uma clara e detectável divergência de preferências entre quem manda e quem obedece, como querem os comportamentalistas, mas está presente mesmo quando o dominado incorpora a voz de comando como se fosse a sua própria voz, isto é, quando as próprias preferências de quem é sujeitado são condicionadas de forma que, para o observador ingênuo, não pareça estar em jogo uma relação de poder. O poder também pode estar oculto, como observa Lukes (2005), em relações de aparente consenso e que indicam a influência exercida por determinados atores sobre valores e atitudes socialmente compartilhados.

indivíduo, que, na realidade, teriam permitido ao feminismo se constituir como tal, isto é, como movimento político e acadêmico de afirmação dos direitos das mulheres na condição de indivíduos e de grupo. Ao reivindicar o direito de expressão grupal, o feminismo vai além do liberalismo: se apoia nele, mas o abandona porque seus pressupostos são enviesados.

Similarmente, Mouffe (1992), preocupada em resguardar princípios liberais que preservam liberdades e direitos dos quais o feminismo não deseja abrir mão, propõe que a construção liberal que cria uma dicotomia entre o público e o privado, ainda que perversa e excludente, seja reformulada, em lugar de descartada. Em sua proposta, ela rechaça o republicanismo cívico por acreditar que este elege a cidadania à condição de fonte de identidade política que deveria abranger toda a vida dos partícipes de uma comunidade política. Ela deseja, assim como Cohen, uma visão de cidadania que se harmonize com o respeito às liberdades individuais próprio do liberalismo. Nesse caso, o público e o privado não seriam esferas distintas, mas corresponderiam a princípios que se unem na conduta cívica dos cidadãos pois as escolhas e decisões são, no entendimento de Mouffe (1992: 378), ao mesmo tempo privadas (por serem “responsabilidade de cada indivíduo”) e públicas, por estarem necessariamente submetidas às “condições públicas prescritas pelos princípios de cidadania”, o que a autora também chama de “gramática da conduta do cidadão”.

Assim, o feminismo frequentemente se encontra numa situação ambígua de tentar conciliar princípios contraditórios, criticando e, ao mesmo tempo, precisando conviver com estruturas e categorias de pensamento que são vistas, de uma só vez, como injustas e indispensáveis. A necessidade de rechaçar a dicotomia, porém utilizar as categorias público e privado é um exemplo dessa tensão. O princípio liberal dos direitos iguais (o que Dietz chama de acesso igual às instituições) pode ser reconhecido como insuficiente para qualificar uma noção de cidadania democrática feminista, mas não pode ser rejeitado porque constitui um trunfo utilizado pelo feminismo para reivindicar os direitos das mulheres. Como afirma Gould (1974), “alguma concepção de direitos iguais está implícita na crítica da dominação e é essencial para a justificação da democracia”.

O argumento de Mouffe sobre o que chama de gramática da conduta do cidadão - que não é dada pelo indivíduo, mas que é formado de maneira coletiva - e como ela condiciona os comportamentos individuais é relevante por trazer à tona uma questão essencial para a discussão de como se produzem modos de pensar e de se comportar, inclusive politicamente, de maneira diferenciada segundo gênero.

O percurso que se fez neste capítulo passou por examinar como a socialização de

gênero se produz e tem impacto em termos de inserção política distinta de homens e mulheres. Isso se faz sobretudo por meio da divisão sexual do trabalho, iniciada na família, que continua vigente. Sendo um fenômeno típico do mundo privado, a organização familiar foi largamente ignorada antes do feminismo, em especial porque o pensamento liberal não atribui lugar de destaque, em sua teoria da esfera pública, à sua contraparte, ou seja, à esfera “privada”, deixando de analisar as mudanças por que esta tem passado e como essas mudanças e seu grau de profundidade são capazes de afetar a própria esfera pública. Qualquer teorização feminista sobre esfera pública, portanto, não pode desconsiderar aspectos como a permeabilidade desta esfera a desigualdades que se iniciam fora dela, numa esfera considerada privada e, para a Ciência Política convencional, alheia à política.

A família é notadamente a principal esfera “privada” cujo caráter político e cuja relevância para se entender as demais esferas sociais têm sido repetidamente afirmados pelo feminismo. Desde seu início, era intenção do movimento feminista/sufragista ressaltar a importância da autodeterminação feminina, estendendo às mulheres os princípios liberais de individualismo no que se refere a um direito político central e substituindo, de fato, a família pelo indivíduo. Assim, não estão mais vigentes hoje preceitos como o de que o homem representa a mulher na política por ser o chefe de família em cuja identidade está subsumida a da mulher. Mas o fato de que, há não muito tempo, esse preceito estivesse inscrito inclusive no código legal mostra o quanto a família tem sido simultaneamente uma fonte de solidariedade e de dominação para as mulheres. Sua inserção política plena, supõe-se, depende tanto do reconhecimento de seu status como indivíduos titulares de direitos políticos quanto de seu status como grupo marginalizado (um rompimento com o paradigma liberal que as sufragistas não estavam dispostas a fazer), portador de uma perspectiva que precisa ter lugar na política por razões de justiça.

Além de estarem associadas a uma esfera social que simultaneamente as oprime e lhes provê uma identidade pública, a qual é incorporada de forma marginal no campo político, as mulheres também são excluídas por serem portadoras de atributos da feminilidade que tendem a obstar sua capacidade de circular por esse campo e atuar conforme suas regras. Sapiro (1984) argumenta que as mulheres vivem na marginalidade por pertencerem a dois mundos distintos, que lhes fazem exigências contraditórias: o mundo público e moderno, o qual demanda que elas se comportem segundo os princípios da racionalidade, competitividade e autonomia; e, por outro lado, o mundo privado, que lhes ensina a se comportar de forma “feminina”, ou seja, emotiva, compassiva e submissa. Isso geraria um comportamento contraditório em diversos

âmbitos, inclusive no político. Githens e Prestage (1977 citadas por Randall, 1982: 85) também já haviam chamado atenção para a condição das mulheres que conseguem se inserir politicamente como sujeitos “marginais”, que vivem numa tentativa de se identificar com o grupo dominante, a fim de se engajar politicamente, libertando-se de suas inclinações de grupo marginal.

Seguindo o argumento de Sapiro, espera-se delas, na política, que ajam segundo seus papéis primários de dona de casa, mãe e esposa. No entanto, elas também são julgadas segundo os critérios próprios do campo político, definido como não feminino, em que estes papéis tradicionais femininos são vistos como inadequados. A “latitude de comportamento” (Jaquette, 1974:xxx) considerada aceitável para mulheres é bem mais restrita que a dos homens, portanto. Assim, elas são vistas como insuficientemente adaptadas às exigências do mundo público devido à sobressalência de sua identidade privada. Mais do que isso, a sua inserção no campo político é julgada a partir do papel que elas ocupam em âmbito privado. Mulheres não são vistas apenas como tendo uma vida privada que pode, às vezes, conflitar com sua vida pública. Elas são consideradas completamente “privatizadas”, (Sapiro, 1984: 33) isto é, dominadas pelos valores e práticas típicos do mundo privado e é isso que gera, conforme a autora, sua marginalização no campo político.

Mesmo quando algumas delas conseguem penetrar nesse campo político, elas acabam ocupando determinados nichos considerados periféricos justamente por serem associados à feminilidade, o que representa uma forma controlada de incorporá-las. Além disso, a marginalização delas é acentuada também pelo fato de que elas têm formas discursivas não compatíveis com as dominantes do campo, como ressalta Miguel (2010). O fato de elas não atenderem aos critérios do campo e de reconhecerem-no como hostil poderia levá-las a buscar inserções políticas diferenciadas. Há um acordo implícito no campo político de que só os políticos têm a legitimidade necessária para fazer e falar sobre política. Desta forma, os “profanos”, nos termos de Bourdieu, isto é, os que não pertencem ao campo, são cada vez mais afastados dele (à medida que cresce a especialização do campo), tornando sempre mais difícil a entrada de pessoas de fora. Ainda mais porque o campo tem uma cultura própria, um *modus operandi* que não é facilmente incorporado pela massa de profanos, um conjunto de regras que estes desconhecem. As mulheres, pertencendo ao grupo dos mais profanos entre os profanos, internalizam esta proibição e tentam criar suas próprias formas de participar politicamente.

Williams (1998: 136) também argumenta, o que pode ser interpretado como mais uma causa do afastamento das mulheres em relação ao campo político, que a

exclusão permanente de qualquer grupo afeta a sua capacidade de confiar no governo ou, de forma mais ampla, na política institucional como um todo. Dado o fato de que as mulheres foram excluídas da política durante centenas de anos, a sua entrada neste campo não se faz de forma automática. Como indica Sapiro (1984: 27), é preciso haver mudanças culturais para que o processo de “integração política” das mulheres ocorra. Esse processo, longe de ser automático, envolve a incorporação de novos “vínculos, crenças e significados” básicos que estão relacionados à aquisição de um novo status. Todo o ambiente institucional, que oferece incentivos seletivos aos atores sociais e circunscreve esta ordem social de gênero, necessitaria também se adaptar a esta mudança, indo além de simples inovações legais, como a instituição do voto feminino ou a introdução de uma lei de cotas para mulheres nos partidos políticos.

Esta difícil inserção das mulheres no campo político é evidenciada não apenas pela baixa quantidade de mulheres eleitas e candidatas a representantes políticas – seu indicador mais flagrante, passível de ser interpretado de diversas formas, sendo uma das mais facilmente formuladas a de que elas preferem virar as costas a um campo considerado masculino e interditado – como também por possíveis formas alternativas, encontradas por elas, de atuação política num campo que lhes impõe barreiras formais e informais.

O reconhecimento das formas mais praticadas pelas mulheres de fazer política deve fazer parte também desse esforço de repensar a política em termos feministas. A micropolítica ou a “política do cotidiano” (nos termos de Brito, 2001: 193) – a política praticada no âmbito da família e da comunidade, em oposição à política institucional, relacionada a contextos mais formais, como Parlamentos e eleições – deve ter seu status político considerado sob pena de se adotar um conceito demasiado estreito de política, o qual não contempla as mulheres e outros grupos marginalizados.

Assim como sugere Randall (1982) a respeito de formas de ação política pouco organizadas, que tendem a ser praticadas por mulheres, essa política do cotidiano pode consistir em ações não coordenadas, individuais e não reportar-se diretamente ao campo político. Há uma semelhança aqui com a oposição feita por James Scott (2011: 223) entre “política institucionalizada, formal, ostensiva, preocupada com a mudança sistemática e *de jure*”, de um lado, e “a resistência cotidiana e informal, muitas vezes dissimulada e, em grande medida, preocupada com ganhos *de facto* imediatos”, de outro. Essa semelhança é ainda mais acentuada porque em muitos casos, as mulheres adquirem poder - como argumenta Rosaldo (1974), por exemplo -, de forma marginal, isto é, sem se opor abertamente aos homens e sem chegar a ocupar postos formais de exercício do poder, mas agindo nas frestas da dominação masculina. Este é um ponto

reconhecido pelo próprio autor, que remete à literatura feminista, embora ressaltando que não se trata, neste caso, de uma resistência imposta a uma dominação de classe. Tanto na política praticada pelas mulheres quanto na política levada a cabo pelos camponeses, está-se falando de fenômenos pouco analisados pelos cientistas políticos devido à sua “invisibilidade institucional” (Scott, 2011:226), praticados por grupos situados nas camadas inferiores da hierarquia social.

Por outro lado, as mulheres também têm uma peculiaridade marcante em relação às classes subordinadas da sociedade camponesa de que trata Scott porque elas têm com os homens uma relação que não se assemelha a nenhuma outra relação social hierárquica (brancos e negros ou ricos e pobres, por exemplo), caracterizada por muita proximidade com seus “opositores”, uma relação que tem elementos de subordinação e de domínio, mas que está longe de esgotar-se nisso, isto é, são relações também de amor e solidariedade. Como afirma Beauvoir (2009: 20), “o laço que a une a seus opressores não é comparável a nenhum outro” dado que as mulheres “vivem dispersas entre os homens, ligadas ...*(a eles)* mais estreitamente do que a outras mulheres”. Isso torna a subordinação feminina diferente de todas as outras (e mais difícil de ser identificada como tal e combatida). Em razão disso, essas formas cotidianas de resistência analisadas por Scott talvez sejam mais reconhecidas pelos camponeses como atos de insubordinação contra seus arrendadores do que as formas femininas de se insubordinar contra a dominação masculina em seus atos de política cotidiana, ao tentar ganhar espaços de poder, sejam vistos como tal pelas próprias mulheres.

A questão de como as mulheres, sujeitos marginais e profanos, se relacionam com um campo que as repele e que maneiras elas encontram para praticar a política a partir do lugar subordinado que ocupam continuará a ser examinada no próximo capítulo, desta vez por meio da revisão de uma literatura mais empírica.

Capítulo 2 – Hiatos de Gênero em Participação Política

Neste capítulo, serão revisados os achados da literatura que se dedica a testar empiricamente – principalmente, por meio de pesquisas quantitativas, cujas amostras abrangem países e comparações internacionais – em que medida as mulheres apresentam um engajamento político distinto dos homens, como se esperaria em virtude da dicotomia de gênero entre o público e o privado. O objetivo é ter uma visão geral de como a literatura tem abordado os diferenciais de participação política entre homens e mulheres e que regularidades são encontradas nas formas femininas de se inserirem no mundo da política, tanto institucional quanto informal/do cotidiano.

2.1 Desigualdade de gênero na participação política: primeiras discussões

As primeiras análises reveladoras de desigualdades de comportamento político relativas a gênero foram fruto de teorias empíricas da democracia que tinham como referencial o ideário liberal de democracias procedimentais, em especial o sistema político estadunidense, com relação ao qual eram comparadas as “culturas políticas” dos demais países estudados. Trata-se de análises do conceito emergente de cultura política, definida como o conjunto de “orientações especificamente políticas – atitudes relacionadas ao sistema político e suas várias partes e atitudes relacionadas ao papel do indivíduo no sistema” (Almond e Verba, 1963: 13), que tinham por objetivo verificar o grau de sua adequação à estabilidade das instituições políticas democráticas. Nesta teoria do comportamento político, a previsão do comportamento futuro dos indivíduos se faz com base no conhecimento do “sistema atitudinal”, entendido como incorporado à personalidade do indivíduo e de difícil alteração, o que levaria adultos a serem conservadores em seu sistema de crenças.

Atitudes políticas favoráveis à participação seriam recursos políticos desigualmente distribuídos entre os diversos grupos populacionais, sendo a segmentação por gênero uma das mais notáveis. O nível educacional do indivíduo também é considerado um dos preditores mais fortes da sua disposição à participação política assim como as demais variáveis socioeconômicas: renda e ocupação. A menor escolaridade, combinada com uma cultura que as afasta do campo político, geraria, entre as mulheres de baixo nível educacional, o segmento social mais próximo do paroquialismo, isto é, da indiferença e apatia com relação ao sistema político.

Assim, Almond e Verba (1963: 388) concluem que “mulheres diferem dos homens em seu comportamento político apenas por serem mais frequentemente

apáticas, paroquiais, conservadoras e sensíveis aos aspectos de personalidade, emotivos e estéticos da vida política e das campanhas eleitorais”. Eles notam, no entanto, que nos Estados Unidos e na Inglaterra, essa diferença de gênero é menor do que nos outros países analisados: Itália, México e Alemanha. Nos dois primeiros países, as mulheres seriam participantes ativas das suas comunidades, informadas politicamente e envolvidas emocionalmente com a política, ainda que em proporção menor do que os homens.

A consequência mais relevante desse achado, para os autores desse estudo considerado clássico, é de que o paroquialismo das mulheres importa na medida em que afeta as famílias como unidades de socialização política, o que sugere uma visão instrumental das mulheres como mães e agentes socializadoras. A explicação de por que isso acontece está associada à cultura política de cada sociedade. Nesse sentido, eles corroboram estudos anteriores, como o de Lane (1959), para quem as mulheres eram mais personalistas, intolerantes, portadoras de menor eficácia política e, portanto, votantes em menor proporção do que os homens embora possuíssem um grau maior de interesse por questões relacionadas à política local. Também para Lane (1959: 215), a cultura é a responsável por enfatizar “imagens morais, dependentes e politicamente menos competentes das mulheres”, sendo assim a explicação para as diferenças encontradas. Embora não discutam as origens dessa segmentação, estes autores reconheciam que os papéis políticos eram segmentados por sexo e que meninos e meninas apreendiam diferentes noções sobre política desde muito cedo. Mais ainda, para Lane, essa parece ser a ordem natural das coisas já que, em suas recomendações finais sobre como aumentar o nível geral de participação política, ele acusa o movimento feminista de estar incentivando as mulheres a se desviar do cuidado das crianças, a quem o tempo das mulheres “pertence de direito” (1959: 355) e ainda sugere que um suposto aumento dos níveis de delinquência juvenil e de homossexualidade se deveria, em parte, ao feminismo.

Estes são apenas dois exemplos de estudos altamente influentes na literatura da ciência política sobre opinião pública e cultura política nas décadas de 1950 e 1960. Como já extensamente comentado e criticado, a literatura sobre comportamento político dessa época afirmava a existência de um grande hiato entre homens e mulheres, o qual consistia em que elas seriam menos participativas, mais focadas em traços pessoais de candidatos e menos interessadas em política. A tese segundo a qual as mulheres seriam mais apolíticas e conservadoras que os homens acabou resultando numa falsa “comprovação científica” de que as mulheres, por características associadas ao sexo

feminino, corresponderiam ao velho estereótipo de seres apolíticos. Os fatores considerados explicativos desse hiato eram geralmente de ordem cultural, como visto, e também estrutural, ou seja, com variações relacionadas a classe, participação na força de trabalho, educação e religiosidade. No entanto, ainda que discuta papéis sexuais, esta literatura é desprovida de uma abordagem crítica dos resultados encontrados e tende mesmo, como no caso de Lane citado acima, a naturalizar as desigualdades entre homens e mulheres. As atitudes políticas alinhadas sob um padrão de gênero e classe são tomadas como preferências autônomas e não se reconhece o papel das desigualdades sociais na sua origem.

A revisão crítica destes achados viria a ser feita por autoras feministas alguns anos depois. Bourque e Grossholtz (1998 [1974]), por exemplo, analisaram diversos estudos desta época, inclusive suas fontes, e afirmam que essa literatura acabou reforçando acriticamente estereótipos de gênero ao sugerir que, por exemplo, as mulheres apenas teriam um papel político relevante na condição de esposas e mães visto que, por meio do exercício destes papéis, transmitiriam as orientações políticas no âmbito doméstico. Disso deriva também o “comprometimento com o feminino eterno” destes autores, que consiste em não problematizar (ao contrário, estimar que ele não deverá se alterar significativamente no futuro) esta desigualdade de gênero por julgá-la derivada do exercício dos papéis femininos de cuidado, que deveriam, em sua visão, ser preservados. Elas ressaltam ainda que esta abordagem desprovida de relações de poder acaba induzindo à conclusão de que as mulheres seriam as verdadeiras culpadas pelo seu paroquialismo visto que não se discute o papel do sistema político em moldar as crenças e valores políticos. Também está muito clara a premissa de que o comportamento político tido como padrão é o masculino e que os modelos de comportamento adequados ao campo político – a agressividade, o pragmatismo – são derivados de traços masculinos, sendo as mulheres condenadas por não se ajustarem a esse tipo ideal. Assim, as mulheres estariam no pior dos mundos: abaixo dos homens em termos de comportamento político, mas devendo permanecer assim porque se supõe que essa desigualdade seria socialmente funcional, ou seja, proveria do trabalho feminino de cuidado.

Desta forma, as autoras questionam estudos que afirmam a existência de diferenças significativas entre homens e mulheres em termos de comportamento político devido às conclusões apressadas e indevidas que muitos deles propõem numa tentativa de naturalizar diferenças encontradas ou usá-las como justificativa para a inserção desigual das mulheres na esfera política. Elas mostram, em sua análise, que, em

diversos casos, eram feitas generalizações e inferências não autorizadas pelos dados²⁰ e citações deturpadas de outros estudos. Desta forma, Sapiro (1984), por exemplo, nota, numa crítica a cientistas políticos não feministas (Greenstein (1969), Dahl (1961), Lane (1959)), que eles tendiam a usar um critério duplo para analisar as respostas de homens e mulheres, inclinando-se a julgar como “não políticas” as respostas dadas por elas e como “políticas” as respostas deles mesmo quando essas respostas não divergiam significativamente. A política, na visão destes autores, é, por definição, o que os meninos (nos estudos de socialização política infantil) e homens definem como político²¹.

Conclui-se, a partir destas críticas, que a chamada tese do apoliticismo feminino, tal como formulada por determinados textos clássicos da ciência política, é muito questionável. A forma como essa questão era discutida estava permeada de preconceitos e assunções discriminatórias sobre o papel político da mulher. A revisão crítica feita pela literatura feminista contribuiu para que se compreendesse que o conceito de política implícito nestas análises era muito estreito e ainda que o *mainstream* da ciência política estava demasiado imbuído de preconceitos de gênero para prover interpretações melhores sobre o que os dados estavam sugerindo.

Algumas observações propostas por Bourque e Grossholtz são típicas do embate travado na literatura feminista de maneira mais ampla. De um lado, elas lamentam que as diferenças de gênero não sejam ainda maiores, isto é, na sua interpretação, o que estaria ocorrendo é que as mulheres “entraram no jogo” da política masculina. Aparentemente as mulheres não teriam rejeitado de todo o “ethos masculino da política” (1998: 39). Por outro lado, as autoras demonstram simpatia pela visão feminina mais preocupada com a dimensão moral da política do que os homens, um traço visto como devendo ser incorporado pela política dominante. Portanto, a política institucional é ao mesmo tempo um campo rechaçado e desejado e as mulheres só deveriam se aproximar dele se o fizessem de forma feminina.

Esse tipo de dualidade é exemplificado pela interpretação feita de algumas das

20

Campbell (2013:33) nota, por exemplo, que os métodos analíticos utilizados pela “literatura tradicional de comportamento eleitoral” para lidar com dados agregados eram inapropriados e acabavam subestimando ou essencializando a influência da variável gênero.

²¹As críticas a tais estudos não implicam uma negação, porém, do fato de que a socialização política é guiada por vieses sexistas que reafirmam a associação entre política e masculinidade. Meninas manifestam maior vontade de pertencer ao sexo oposto do que vice-versa, tendem a procurar, assim como os meninos, mais os pais do que as mães em busca de informações sobre política e associam o poder mais aos homens que às mulheres, o que Sapiro (1984:43) interpreta como uma “tendência em desenvolvimento de que as crianças usem princípios sexistas em seu comportamento político”.

divergências encontradas entre homens e mulheres, como a menor identificação partidária feminina. Isso ocorreria provavelmente, segundo as autoras citadas acima, porque elas não têm razões para se identificar com plataformas partidárias que não são definidas por mulheres ou porque elas seriam mais realistas do que os homens. Mais uma vez, fica clara a alegação de que a política é um campo masculino, cujos conteúdo e formato são definidos pelos homens, e não deveria surpreender que as mulheres se distanciassem dele por isso. Assim, a rejeição das mulheres à política seria, ao mesmo tempo, contingente e enganosa, ou seja, ela não significaria uma rejeição pura e simples à “dimensão política da vida social” (Randall, 1982: 57) ou uma incapacidade intrínseca de lidar com essa dimensão, mas um rechaço à “política que está aí”, centralizada e pouco democrática. Porém, as mulheres não se afastam tanto quanto se alega, o que também é comemorado por Bourque e Grossholtz. As mulheres são, sim, atores políticos equiparáveis aos homens. São usados argumentos que apontam ora para a reivindicação da igualdade entre mulheres e homens ora para a celebração da diferença feminina.

2.2. A continuidade do debate sobre diferença de gênero em novos termos

À medida que cresceu o campo de estudos de opinião pública e comportamento político, estas questões continuaram a ser investigadas em sucessivos *surveys*. Isso fez com que o debate a respeito da diferença de gênero (*gender gap*²²) crescesse visto que foram encontradas novas diferenças relevantes entre homens e mulheres ou dentre os grupos de homens e mulheres, numa discussão que está longe de ter se esgotado (embora tenha tido pouco reflexo nos debates tanto sobre gênero quanto sobre participação política no Brasil). Já estavam sugeridas, desde o princípio, algumas diferenças - a despeito da incongruência e do conservadorismo que permeiam essas discussões iniciais sobre “singularidades femininas” - que seriam mais tarde confirmadas, como a maior preferência de mulheres por determinados tipos de políticas públicas.

Além disso, havia uma tendência empiricamente observada de que as mulheres votavam mais à direita do que os homens, o que foi alcunhado por Inglehart e Norris

²² O problema na utilização do termo “gender gap”, que pode ser traduzido como diferença ou hiato de gênero, é que ele insinua que o padrão masculino é o ideal a ser alcançado pelas mulheres e que elas precisariam superar brechas para atingir patamares iguais aos masculinos de comportamento político. Apesar disso, a expressão será usada aqui para referir-se a este diferencial de inserção política determinado pelo gênero, indicado por diversas formas de participação e representações sobre política.

(2000: 441) de “diferença de gênero tradicional”. A designação “tradicional” se refere a um fenômeno em parte superado, que diz respeito ao posicionamento ideológico mais à direita das mulheres, ainda que outros componentes desse alinhamento de gênero – aqueles referentes a diversos indicadores de participação política – tenham, em alguma medida, permanecido. É verdade que as mulheres tiveram seus níveis de engajamento político aumentados, o que reduziu a diferença de gênero relativa à participação política. Por exemplo, nos Estados Unidos, as mulheres têm votado em maior número do que os homens desde 1980 e sua participação em protestos tem sido tão alta quanto a de homens.

No entanto, ainda há desigualdades importantes quanto a outros tipos de participação política e atitudes. Alguns aspectos do comportamento político – discussões sobre política, tentativas de persuasão política, contribuições a campanhas, afiliação a organizações políticas, contato com políticos, esforços informais para resolver problemas comunitários - e expressões de atitudes políticas (como a propensão a estar interessado em política), medidos por estudos longitudinais nacionalmente representativos nos Estados Unidos, ainda revelam taxas femininas mais baixas. A diferença de gênero em participação política tem se reduzido de forma constante nas últimas décadas, mas ainda não desapareceu. Portanto, as mulheres continuam a ser menos engajadas politicamente mesmo em sociedades pós-industriais.

Em termos de posição ideológica, também foi notado que a identificação das mulheres com a direita tem mudado em anos recentes embora tenha continuado a acontecer em países pós-industriais até o começo dos anos 1980. Enquanto o conservadorismo das mulheres começou a se amenizar na Europa Ocidental nesta época (caracterizando um desalinhamento de gênero no comportamento eleitoral e nas preferências partidárias, isto é, um processo em que o gênero não mais seria significativo como variável determinante do comportamento político), começou a aparecer um novo fenômeno nos Estados Unidos, isto é, um novo alinhamento de gênero, em que as inclinações ideológicas das mulheres foram revertidas em relação ao padrão anterior. Inglehart e Norris (2000: 444) argumentaram que haveria agora uma nova diferença de gênero, mais clara nos Estados Unidos devido à identificação das mulheres com o Partido Democrata, mas também presente em sociedades pós-industriais em geral, especialmente entre as novas gerações. Ao contrário da diferença tradicional, a moderna implicaria uma maior identificação feminina com atitudes

políticas de esquerda²³. Os autores atribuem este fenômeno – a diferença de gênero ideológica moderna – à modernização, à difusão de valores pós-materialistas e ao incremento da identidade feminista, que teria causado a transformação de papéis de gênero. Grandes mudanças aconteceram no mercado de trabalho e no acesso à educação superior, que tenderam a levar as mulheres a ter atitudes mais liberais. Embora considerem que o mundo inteiro está se movendo gradualmente em direção a esse resultado, à medida que as sociedades passam de agrárias para industriais e pós-industriais, eles também ressaltam que esse alinhamento de gênero estaria muito mais presente em coortes mais jovens e variariam com base em fatores estruturais e culturais, como a participação das mulheres no mercado de trabalho, seu status socioeconômico, a religiosidade, o nível educacional e atitudes pós-materialistas.

Nos Estados Unidos e na Europa, observou-se que o realinhamento de gênero está associado à importância que as mulheres, mais do que os homens, atribuem ao Estado de Bem-estar Social, aos serviços públicos, às questões ambientais, ao pacifismo e à relação destas questões com a política de esquerda. De fato, Inglehart e Norris descobriram que “na maior parte das nações hoje, mulheres têm valores mais à esquerda do que homens” (2003: 99). Já existe uma “ampla concordância” (Howell e Day, 2000: 858) na literatura a respeito da maior identificação das mulheres estadunidenses com atitudes ligadas à política social, ao pacifismo e à regulação de questões ambientais e o maior rechaço por elas da pena de morte e de outras intervenções que envolvam o uso da força. Nesse caso, poder-se-ia argumentar que as mulheres estariam, para usar a terminologia de Molineux (1985), expressando tanto interesses de gênero “práticos” quanto “estratégicos” visto que, em geral, as pesquisas apontam taxas maiores que as masculinas de apoio a itens de política social e ao feminismo.

Confirmando a análise de Molineux, as pesquisas também mostram que a classe social apenas (ou o status socioeconômico, de maneira geral) não é suficiente para explicar essa diferença porque, embora as mulheres tenham um nível de renda menor do que os homens, as diferenças de gênero ainda persistem mesmo quando se controlam as variáveis de renda e ocupação. Trata-se, portanto, de uma interseccionalidade entre gênero e classe, mais do que apenas uma questão relativa a um ou a outro conceito. De qualquer forma, o apoio maior das mulheres a políticas de bem-estar se verifica mesmo entre as mais abastadas e, principalmente, entre as que

²³Inglehart e Norris sugerem (2000: p. 442), com base em três rodadas dos “*World Values Surveys*” (começo dos anos 1980 e 1990 e metade dos anos 1990), que “tendências culturais e estruturais de longo prazo, que transformaram as vidas dos homens e das mulheres, têm gradualmente produzido um realinhamento da política de gênero em sociedades pós-industriais”.

participam do mercado de trabalho, o que indica que este fenômeno está bastante ligado a mudanças estruturais ocorridas socialmente nas últimas décadas, que impulsionaram a entrada massiva de mulheres na força de trabalho. Em outro estudo cujas conclusões vão no mesmo sentido, Iversen e Rosenbluth (2006) descobriram, por meio da análise de dados de um *survey* aplicado em dez “democracias avançadas” na década de 1990, que as mulheres casadas e donas de casa permanecem mais conservadoras que os homens, o que reforça a hipótese de que níveis mais altos de modernização e seus efeitos sobre a vida das mulheres (aumentando as taxas de divórcio e de participação delas na população economicamente ativa) levam a diferenças ideológicas de gênero modernas.

Ainda que haja essa tendência geral, relativa ao alinhamento das mulheres à esquerda, nos debates acadêmicos sobre o *gender gap* em países desenvolvidos, essa é uma discussão cheia de nuances porque abrange uma ampla variedade de formas de participação sobre as quais a variável gênero incide de formas distintas, não permitindo generalizações fáceis. Até que ponto mulheres e homens diferem em seus graus de interesse e participação política, assim como em suas filiações ideológicas, é uma questão complicada não apenas devido aos estigmas que tais conclusões possam gerar, mas também devido à dificuldade de mensuração do impacto da variável gênero, incluindo as formas pelas quais ela determina posições e perspectivas sociais distintas sobre o comportamento político em suas múltiplas manifestações. Gênero faz com que homens e mulheres reajam distintamente a um mesmo “estímulo”, como a educação. Assim, ocorre que o que Hirschman (1983: 81) qualifica como “uma das mais sólidas descobertas da ciência política empírica”, isto é, a asserção de que quanto maior o status socioeconômico, maior a participação política, possa não funcionar tão bem assim em se tratando de mulheres, ou melhor, que a educação, nos termos de Sapiro (2003: 615), “devido aos constrangimentos impostos sobre as mulheres, não ‘compre’ tanto envolvimento (*político*) para mulheres quanto para homens”. Mulheres e homens apresentam diferentes reações políticas diante da aquisição de novos papéis e de como muda sua inserção nas estruturas sociais.

Assim, quando se discute o *hiato* de gênero, isto é, a diferença entre as taxas de participação de mulheres e homens, corre-se o risco de não perceber que as alterações ocorridas no comportamento de cada um dos gêneros podem resultar em que, ao final, o resultado líquido não se altere ou até mesmo cresça (ao contrário do decréscimo contínuo que poder-se-ia esperar). Um dos estudos mais referenciados nesta discussão, baseado em *surveys* realizado apenas nos Estados Unidos – um deles em 1990 e o outro

em 2000 - (Burns, Schlozmann e Verba, 2001), conclui que as “instituições não políticas da vida cotidiana” – a família, o trabalho, associações voluntárias não políticas e a religião – criam os recursos participativos que serão reconhecidos pelo campo político. Seu estudo ratifica a constatação, feita pelo “modelo do voluntarismo cívico” (Verba, Schlozman e Brady, 1995, citados por Burns, Schlozman e Verba, 2011), de que a educação está diretamente ligada à participação política - porque os mais educados participam mais por efeito único da educação - e também indiretamente porque pessoas mais educadas têm maior acesso a fatores participativos: maior renda, maior interesse e conhecimento político, maiores “habilidades cívicas” e mais chances de serem chamados a participar politicamente. Ao acrescentar a proposição de que as instituições não políticas selecionam e tratam de formas distintas homens e mulheres, eles propõem que diferentes campos institucionais amplificam o efeito de desigualdades educacionais. Isso resulta por exemplo, em que a instituição familiar hierárquica tradicional impulse a participação política masculina. Embora os autores não concluam que as mulheres participem menos por falta de tempo ou por falta de “espaço psíquico” para a política em suas vidas (espaço que seria supostamente reduzido devido à sua absorção no cuidado com crianças), constatam que elas têm, de fato, menor engajamento psicológico com a política – menor interesse, conhecimento e eficácia política. E ainda, que elas, de fato, participam em geral menos que os homens. Seus resultados são ainda mais pessimistas do que os de Inglehart e Norris, os quais alegam que as mulheres se destacam em determinados tipos de participação política (aquelas consideradas “não convencionais”²⁴, referentes ao ativismo cívico dentro de organizações voluntárias, associações comunitárias, novos movimentos sociais e ativismo de protesto) do que em outras (as chamadas formas convencionais de participação política - relacionadas à política institucional, como voto, contribuição para campanhas, pertencimento a partidos etc). Para Burns *et al*, o resultado do teste da hipótese de que haveria formas de participação política mais afins às mulheres é negativo, ou seja, elas não seriam mais ativas em atividades comunitárias.

E ainda, argumentam que a chefia familiar nas mãos dos homens (associada à

²⁴ Segundo Borba (2012), a literatura sobre participação começou a ampliar as atividades consideradas de participação política, dividindo-as nas categorias “convencional” e “não convencional” a partir da obra de Barnes e Kaase (1979). As formas não convencionais abrangem principalmente atos de protesto e as convencionais são aquelas previstas pela democracia eleitoral, tais como voto, conversas sobre política, participação em grupos de interesse e associações etc. No entanto, essa não é uma divisão plenamente aceita visto que a ascensão de “novos estilos organizativos, muito mais flexíveis e menos hierarquizados” implicaria a “normalização” - daí a impossibilidade de se falar em estilos menos “convencionais” - de uma concepção de participação política marcada por um “*continuum* de organizações e meios de implicação cívica e política” (Morán e Revilla, 2008:164).

divisão sexual do trabalho) e os tipos de emprego que são majoritariamente masculinos proporcionam a estes a chance de se tornarem mais ativos politicamente, ou seja, de serem chamados a participar e exercitar suas habilidades cívicas. Para os homens, valeria a correlação entre orientações psicológicas políticas mais intensas e mais alta participação política, o que, na visão dos autores, demonstra a importância de variáveis psicológicas como determinantes da atividade política. No entanto, não se trata apenas de maior ou menor disposição psicológica, mas de posse maior ou menor de recursos (mais concentrados nas mãos dos homens) que levam à participação. Mulheres podem ter acesso a recursos específicos por seus papéis de gênero, como um incentivo a participar em questões ligadas a infância quando casadas e com filhos pequenos (mesmo neste caso, as que trabalham participam mais do que as donas de casa) assim como um recrutamento preferencial pelas instituições religiosas, porém estas vantagens são neutralizadas porque o maior efeito do casamento é distanciar as mulheres do mercado de trabalho e também porque, no que diz respeito às igrejas, são os homens que mais exercem as lideranças religiosas. Portanto, mesmo no campo onde elas se destacam por serem mais numerosas, os recursos participativos deles são maiores ainda que, neste caso, o efeito estatístico sobre o hiato de gênero seja nulo.

A despeito do fato de que o hiato participativo tenha se mostrado notavelmente permanente há tempos, Burns *et al* acreditam que haja razões para otimismo quanto ao futuro considerando-se que a disparidade educacional entre mulheres e homens é um dos fatores causadores deste hiato e que o acesso das mulheres à educação tem se ampliado cada vez mais. O otimismo pode também ser justificado pelo acesso crescente das mulheres ao mercado de trabalho, porém desde que se avance na derrocada da segmentação ocupacional por gênero, no hiato de remuneração e na divisão sexual do trabalho, a qual impede que mulheres assumam melhores posições no mercado.

Se mulheres e homens diferem em seus níveis de participação política “de base”, poder-se-ia esperar que isso também acontecesse no nível mais alto de participação, isto é, na candidatura a cargos políticos. Aqui também o hiato se faz sentir, como Fox e Lawless (2004: 265) demonstraram em seu estudo de elites, ao argumentar que as mulheres nem sempre “respondem às oportunidades políticas da mesma maneira que os homens”. Quando se comparam mulheres e homens com igual dotação de recursos, a teoria da socialização de gênero, que trata de como se formam as autopercepções de mulheres e homens sobre suas capacidades e propensões, pode explicar melhor por que as mulheres tendem a ter uma menor ambição de se candidatar. As mulheres tendem a ser mais rígidas consigo mesmas sobre suas qualificações para

entrada neste que é um novo campo para elas. Para os homens, é uma decisão mais simples porque não rompe com as expectativas sociais sobre seu comportamento. Ainda pesa contra elas o fato de estarem mais distantes do campo político institucional, sendo menos recrutadas do que os homens para se candidatar. Portanto, embora mulheres pertencentes à elite, que já atingiram posições de destaque em carreiras profissionais que atuam como plataformas para a política profissional, tenham superado o encargo das responsabilidades familiares – um resultado direto da divisão sexual do trabalho – e mesmo a falta de interesse por política, restam obstáculos de mais difícil suplantação, também ligados aos papéis de gênero.

O mesmo argumento – relativo às dificuldades impostas pela socialização de gênero e política - se aplica às mulheres em geral. Ainda que a educação e o mercado de trabalho fossem menos segregados e discriminatórios, ou seja, ainda que as mulheres tivessem acesso à mesma quantidade de recursos participativos (renda, educação, rede de contatos etc), elas permaneceriam prejudicadas por um maior afastamento da política caso não ocorressem mudanças mais profundas em termos de socialização de gênero.

É também assim que se explica o fato de que mulheres tenham menor coesão política comparativamente a outro grupo submetido a desigualdades estruturais: os negros. O fato de que mulheres estadunidenses votem mais no Partido Democrata que os homens – um hiato que tem se mantido em torno de oito a dez pontos percentuais – é real e relevante em termos eleitorais, porém muito menor do que os quarenta pontos percentuais de diferença entre negros e brancos na adesão ao Partido Democrata. Nos Estados Unidos, esse fenômeno (o baixo hiato partidário de gênero) é notável porque o Partido Democrata tem uma postura mais claramente favorável a questões de gênero, como direito ao aborto e gastos com políticas voltadas para crianças, do que o Partido Republicano. Como argumentam Burns e Kinder (2011), a organização social de gênero difere da de raça (o fato de que as mulheres estão distribuídas entre os homens, ao contrário dos negros estadunidenses, que tendem a estar mais segregados) e impede que as mulheres desenvolvam um senso de identificação com seu próprio grupo tão alto quanto os negros. Em decorrência disso também, as mulheres passam pelos mesmos processos de socialização cultural a que são submetidos os homens, o que faz delas portadoras de representações de gênero que lhes reservam um lugar subordinado na sociedade²⁵. Daí a maior dificuldade de levar as mulheres a se verem como membros de

²⁵ Como explica Biroli (2013:46), a socialização promove a “internalização de significados, valores e práticas que estão na base dos papéis socialmente definidos”, o que torna complicada a possibilidade de separar o que seriam preferências “próprias” ou autônomas de preferências adaptativas, isto é, moldadas pelo contexto social e suas limitações.

um “grupo marginalizado imputado”, portador de interesses comuns. O mesmo poderia ser dito para o Brasil em relação à baixa identificação de gênero e, portanto, à pouca relevância política da identidade de gênero.

Sumarizando os resultados para os Estados Unidos, segundo Sapiro (2003: 606), os achados mais consistentes são aqueles que apontam para um menor militarismo das mulheres, maior condenação à posse de armas e à pena de morte e maior aprovação de gastos sociais, assim como uma maior inclinação ideológica em direção ao Partido Democrata. Ainda assim, a autora enfatiza que as semelhanças entre mulheres e homens em termos de opinião pública são maiores que as diferenças e que os resultados flutuam a depender de como são fraseadas as questões submetidas à apreciação dos respondentes nos *surveys* e de quando as pesquisas são aplicadas, ou seja, momentos históricos distintos – em que mudam também as questões que recebem maior atenção ou as configurações específicas de cada disputa eleitoral – geram resultados de gênero também diversos.

As clivagens de raça e classe são tidas pela literatura de comportamento político como mais relevantes politicamente do que a de gênero. A despeito disso, o fenômeno conhecido como *gender gap* tem suscitado numerosos estudos acerca de suas variadas causas e de sua notável persistência diante das transformações culturais e econômicas por que passaram as mais diversas sociedades desenvolvidas. No Brasil, esta não é uma questão tão discutida, o que reflete a baixa quantidade de estudos de gênero e política em geral. No entanto, alguns estudos que tratam deste tema serão abordados nas próximas seções.

2.3 Como a diferença de gênero e a participação política feminina se caracterizam na América Latina/ Brasil

As pesquisas internacionais de atitudes e práticas políticas geralmente não levam em consideração variáveis relacionadas a contextos institucionais e sistemas políticos, canais locais disponíveis para a participação política e oportunidades de ação coletiva. Elas falham em considerar (devido ao seu escopo) a configuração da construção de gênero em contextos particulares.

As especificidades das diferenças de gênero em cada país estão relacionadas a como está delineado o debate político, quais as questões políticas prementes e como elas se articulam com os papéis de gênero em cada sociedade. Assim, questões que mobilizam discussões políticas em contextos específicos, como posse de armas e participação do país em guerras, e que são relevantes em termos de diferenças de

gênero, sequer se colocam aqui. Os tipos de discurso político variam conforme as culturas e os sistemas políticos nos quais são formados, assim como as questões que mobilizam interesses de gênero podem variar segundo o estágio de avanço de cada sociedade em termos de direitos das mulheres e igualdade de gênero. A existência de um hiato político de gênero dependeria de que um segmento significativo de mulheres ou homens manifestasse apoio a questões vinculadas a interesses de gênero, quaisquer que fossem estes. O reflexo disso em termos político-partidários requereria então que mulheres ou homens fossem capazes de identificar em determinadas plataformas/candidatos a congruência com seus interesses de gênero e que seu voto fosse definido em função disso.

A maneira como mulheres e homens se inserem politicamente e divergem em suas opiniões e práticas políticas também se altera conforme ocorrem mudanças nos papéis de gênero em sociedades que se modernizam. A cultura de gênero, induzida por ondas de modernização que a impulsionam a evoluir no sentido de maior igualdade entre homens e mulheres, poderia estar contribuindo para um crescimento do movimento feminista e, portanto, da adesão das mulheres a propostas feministas. Este, ao menos, é o argumentado levantado por Inglehart e Norris (2003: 8), que centram sua explicação em fatores culturais - “as normas sociais, crenças e valores existentes em qualquer sociedade que, por sua vez, são condicionados por níveis de modernização social e tradições religiosas” - e também estruturais. O fenômeno que Inglehart e Norris observam em sociedades pós-industriais como o principal responsável pelo novo alinhamento de gênero em que mulheres estão mais à esquerda e homens mais à direita - a ascensão do pós-materialismo e seus valores de “liberdade, autoexpressão e igualdade de gênero”, em oposição à política de classes e seus valores materialistas - é menos prevalente em sociedades não desenvolvidas, que estariam num estágio anterior de modernização. Na sua visão, a mudança cultural é uma condição necessária para o resultado final - igualdade de gênero - já que ela permite que movimentos feministas surjam e influenciem a mudança institucional. Fatores socioeconômicos e culturais estariam, portanto, interrelacionados e não seria possível determinar a ordem de precedência entre eles. À medida que as sociedades se modernizam, as mudanças em todas as três áreas - econômica, política e cultural - evoluiriam no mesmo sentido de forma recíproca. O ritmo variável dessa mudança seria determinado pelo legado cultural e institucional de cada sociedade.

Pode-se alegar que as mulheres não passaram por transformações tão substantivas em seus estilos de vida ou que as concepções tradicionais de gênero ainda

continuam mais fortes em países menos desenvolvidos. A divisão encontrada entre as gerações mais novas e mais velhas nos países desenvolvidos com relação às atitudes de gênero não é tão grande nos países em desenvolvimento (Norris e Inglehart, 2001). No entanto, ainda que não seja apropriado denominar as sociedades latino-americanas como um todo de “pós-materiais”, também aqui as mulheres adquiriram novos papéis à medida que entraram na força de trabalho e no sistema educacional e que os modelos de família se alteraram.

É plausível supor - e estudos confirmam - que todas estas mudanças estruturais estejam associadas à transformação de valores culturais e políticos. O maior conservadorismo feminino, analisado por autoras como Jaquette (1976) e Aviel (1981), por exemplo, e exemplificado por evidências como manifestações femininas de rua em favor de valores familiares tradicionais, apoio a golpes de Estado e voto mais à direita²⁶ (eventos ocorridos em meados do século passado), era entendido como decorrente de sua inserção familiar simbólica e economicamente dependente e à sua maior religiosidade, em especial à influência exercida pela Igreja Católica e pelo modelo “marianista”²⁷ de comportamento que lhes era prescrito.

Essa religiosidade feminina teria impactos tanto em termos de direção do voto – padrões ideológicos – quanto de forma de participação ou de inserção política típica das mulheres. Não obstante a discussão sobre marianismo caracterize a maternidade como construção social privatizadora, ela também é, reconhecidamente, uma base para a “participação política, identidade, resistência e/ou transformação” (Chant, 2003:10). Para explicar como a participação política das mulheres latino-americanas tem sido moldada, Craske (1999) argumenta que elas compartilham, independentemente de classe, raça/etnia e nacionalidade, uma identidade comum de mães, que tem sido acionada politicamente. Esta identidade, construída religiosamente e dotada de legitimidade social, tem uma dimensão política já que as mulheres a usam para

²⁶ O voto conservador das mulheres foi considerado decisivo (segundo Aviel, 1981) nas eleições presidenciais de 1958 no Chile, quando Salvador Allende (eleito doze anos mais tarde e logo após, deposto por um golpe) foi derrotado.

²⁷ “Marianismo” é um termo que designa originalmente um movimento da igreja Católica de culto à Virgem Maria e que foi apropriado pela literatura sobre gênero na América Latina para descrever um “complexo híbrido de feminilidade idealizada”, o qual “ofereceu uma série de crenças sobre a superioridade moral e espiritual das mulheres que agiu para legitimar seu papel social doméstico e subordinado” (Chant, 2003: 9). Visto como o ethos feminino correspondente ao machismo, ele tem como traços peculiares a exaltação da maternidade, tida como o laço que tornaria as mulheres mais próximas de Deus, e da domesticidade, o espaço familiar em que as mulheres deveriam exercer sua missão primária no mundo. Em relação às igrejas evangélicas, Couto (2002: 358) confirma que, na literatura que estuda a relação entre pentecostalismo e gênero, há uma percepção de continuidade entre o “discurso religioso cristão” e as características que se costuma ver como “inerentes à mulher”: “docilidade, abnegação, intuição”.

manifestar demandas ao Estado. Portanto, a identidade materna tem um lado empoderador (visto que permite às mulheres se mobilizarem sob esta bandeira), mas também tem um lado restritivo. Mães são idealizadas como seres moralmente superiores e abnegados, mais sensíveis às necessidades da comunidade, o que tende a “constranger a atividade política, não apenas limitando táticas e estratégias, mas também restringindo possibilidades de negociação, que é uma parte intrínseca do processo político” (Craske, 1999: 4)²⁸.

O exemplo da identidade materna como gatilho para a mobilização política é apenas um dos mais emblemáticos de uma característica comum ao padrão feminino de participação: o uso do “gênero como tática” (Henderson e Jeydel, 2010: 47). Embora as manifestações dessa forma de atuação variem segundo o contexto político, isto é, as possibilidades oferecidas pelo sistema político – grau de liberdade política, canais de participação oferecidos pelo Estado etc - é comum que as mulheres se aproveitem das possibilidades que seus papéis de gênero – “mães, esposas, cuidadoras e até objetos sexuais” (Idem: 41), lhes proveem para inserir-se politicamente. O ativismo pode ser mais seguro para as mulheres, em se tratando de regimes repressivos, quando elas reivindicam a imagem de mães, assim como elas tendem a ter mais legitimidade atuando na área social. Por outro lado, as mulheres também podem se mobilizar em desafio a esses papéis tradicionais, por meio de formas “não convencionais” de política.

Um dos principais momentos em que mulheres latino-americanas e brasileiras, em particular, aproveitaram as possibilidades oferecidas por essa identidade para participar do espaço público foi durante as transições para a democracia nos anos 1970 e 1980, quando surgiram os “novos movimentos sociais”. Elas protestaram contra violações de direitos humanos, tais como os sequestros de seus filhos, que representavam uma violação à sua identidade materna, e as afetavam, portanto, de maneira mais intensa que aos homens, para Navarro (1989: 256). Também se manifestaram contra o aumento no custo de vida, a favor dos direitos das mulheres e reivindicaram serviços sociais, como creches. Uma característica importante desses movimentos de mulheres, que frequentemente usavam a identidade de mães em seus protestos²⁹, é o fato de que era mais fácil para elas fazerem demonstrações públicas já que tinham menos a perder (muitas delas não tinham emprego, por exemplo) e eram

²⁸ Há uma “sobreposição entre mulher e maternidade”, (Biroli, 2013: 63) que é danosa à autonomia feminina na medida em que restringe “determinadas atividades e formas de vida que foram consideradas conflitivas com a divisão sexual do trabalho, assim como o controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva das mulheres”.

²⁹ Alvarez (1988 citada por Bonetti, 2003:181) formulou a expressão “maternidade militante” para se referir à atuação feminina neste contexto específico, de transição para a democracia no Brasil.

consideradas menos subversivas por serem tidas como conservadoras e apolíticas. Elas, de fato, não tinham experiência prévia em ativismo político nem contato com organizações políticas, o que as deixava mais livres para inventar suas próprias formas de protesto. Como afirma Caldeira (1990), elas próprias tendiam a acreditar que não houvesse qualquer conteúdo político em sua atuação³⁰ já que, para elas, a identidade mais importante era a maternidade. Mesmo assim, elas tinham a percepção de que esse papel materno as autorizava a adentrar o espaço público para impor demandas derivadas de preocupações “privadas”. Similarmente, apesar de demandar políticas públicas, a vertente feminista do movimento de mulheres tinha uma postura clara de rechaçar qualquer envolvimento maior com o Estado autoritário e resguardar sua autonomia, o que também se repetia, por exemplo, entre feministas europeias, segundo Phillips (1991:61). A segunda onda do feminismo, no Brasil, aconteceu enquanto havia um regime militar no poder, o que representou um estímulo ainda maior para essa postura de desconfiança e de tentativa de resguardar a autonomia do movimento frente ao Estado.

O exemplo relativo ao ativismo de mulheres de periferia nos grandes centros urbanos a partir do final dos anos 1970 ilustra o argumento de que a atuação política das mulheres deriva de seus papéis de gênero, em interação com a classe, visto que, em tempos de crise econômica, são as pobres as mais afetadas e que tendem a se mobilizar por questões relativas a custos de vida e serviços sociais públicos³¹. Mulheres de classe média, por outro lado, eram as principais integrantes de movimentos que lutavam a favor de direitos para as mulheres (Alvarez, 1990).

Independentemente de classe, porém, a inserção política das mulheres tende a ser mais orientada para atividades de curta duração e que não requerem a afiliação a organizações políticas, mais locais do que estaduais e nacionais, como movimentos sociais, manifestações de rua e participação em campanhas eleitorais. A importância da

³⁰ Nesse sentido, não há nada de atípico no comportamento das mulheres latino-americanas dado que estudos sobre ativismo feminino local e movimentos de base em outros contextos, segundo Ackelsberg (2005), revelam uma tendência similar a rejeitar um maior envolvimento com a política institucional.

³¹ Também aqui, o peso da religiosidade das mulheres, em especial das mais pobres, se fez sentir. A Igreja Católica teve um papel importante na organização de grupos em que as mulheres tiveram participação expressiva durante a ditadura militar. A igreja também teve posições ambivalentes em relação a mudanças nas questões de gênero. Embora ela tenha historicamente se oposto ao divórcio e ao aborto, ela foi mais flexível em relação à igualdade de gênero dentro do casamento, o que explica, de acordo com Htun (2003), por que o Brasil foi um dos primeiros países da América Latina em que as mulheres obtiveram plena autonomia legal. Nas “comunidades eclesiais de base” da Igreja Católica, havia, segundo Drogus (1998, citada por Couto, 2002: 362), um encorajamento a que as mulheres tivessem reforçado “um sentimento de classe e cidadania”, direcionando-as para uma atuação na esfera pública.

política não institucional é magnificada na América Latina devido ao longo passado autoritário da região (em que a sociedade civil não dispunha de formas “convencionais” de participação) e ainda ao fato de que os partidos têm sido dominados pelos homens, empurrando as mulheres para outros canais de participação política. Outra característica marcante da política latino-americana consiste em práticas clientelistas que favoreceriam o envolvimento de mulheres, no argumento de Jaquette (1976), devido às redes pessoais pelas quais se articulam.

Um dos traços característicos da participação política das mulheres é que elas tendem a participar mais em organizações religiosas e de caridade³². Essa é uma das diferenças no ativismo político prevalecente no período anterior à transição democrática dos anos 1980 e que não se alterou muito desde então já que 23,7% das mulheres e 15,6% dos homens tanto “pertenciam quanto participavam ativamente” de organizações religiosas no Brasil de acordo com dados do Latinobarômetro 2007. A participação em grupos religiosos é uma forma importante de política comunitária não apenas porque não está limitada a funções estritamente religiosas (inclui, por exemplo, atividades de assistência social), mas também porque provê às mulheres redes sociais que elas necessitam para superar o isolamento do trabalho doméstico. Além disso, em diversos países, como já comentado, essas organizações religiosas tiveram importantes implicações políticas à medida que os participantes tenderam a se engajar em manifestações públicas. Randall (1982: 445) argumenta que as associações de mulheres de naturezas diversas - religiosas, comunitárias, culturais, trabalhistas/sindicais etc - têm um potencial político subestimado porque podem representar uma fonte de recrutamento de lideranças políticas e ainda postular reivindicações ao Estado.

Estudos mais recentes confirmam um padrão de participação política feminina mais tendente a se concentrar em “em associações que lidam com questões referentes à esfera da família e da comunidade” (Sacchet, 2009: 323³³), mais focado no trabalho de “base” do que nas posições de liderança e também nos níveis municipal e estadual, em detrimento do nacional, como mostra Cunha (2012: 26) em relação às conferências de políticas públicas, em período recente no Brasil. Segundo Morán e Revilla (2008: 166), a chamada “tese da feminização da participação em ONGs e movimentos sociais”, em

³² Segundo Morán e Revilla (2008: 170), em análise dos dados do Latinobarômetro 1996, só há dois tipos de organizações em que as mulheres claramente sobrepujam os homens em termos proporcionais: organizações da igreja e centros de mãe. A participação em associações de voluntariado é também praticamente equitativa para a América Latina.

³³ Em oposição, homens participam mais em associações “ligadas à esfera pública, como por exemplo, aquelas relacionadas ao mundo da política, do trabalho e do lazer” (Sacchet, 2002:324), que tendem a gerar mais recursos políticos e financeiros.

especial aqueles ligados a temas vistos como femininos – saúde, bem estar, infância e religião – segue sendo aceita.

Dois indicadores têm sido considerados fortemente relacionados à propensão a participar em formas convencionais de participação política: os níveis de interesse político e a frequência de discussão política com amigos, colegas e familiares³⁴. Nesse âmbito, as mulheres latino-americanas têm taxas historicamente menores que as dos homens. No Brasil, dados recentes, apresentados na tabela abaixo, mostram o quão amplos são os diferenciais de gênero.

Tabela 1: Hiato de gênero em interesse por política e discussão política no Brasil

Indicadores políticos	Mulheres	Homens
Interesse político (muito ou razoavelmente interessada/o)	15,40%	27,20%
Interesse político (não interessada/o de forma alguma)	46,80%	29,50%
Fala sobre política (muita ou alguma frequência)	16,10%	31,10%
Fala sobre política (nunca ou quase nunca)	83,90%	68,90%

Fonte: Latinobarômetro 2007

Esta situação não se restringe ao Brasil, mas afeta toda a América Latina. Usando dados do Barômetro das Américas de 2010, referentes a 24 países latino-americanos, Schwindt-Bayer (2011) mostra que o Brasil é o 6º país com o mais alto hiato de gênero em termos do interesse por política na região (um diferencial de 11% entre homens e mulheres)³⁵. Além disso, para todos os nove tipos de participação que

³⁴ Ainda que esse tipo de survey parta de uma caracterização limitada e pré-definida da política (ignorando-se toda a discussão feita no capítulo anterior a respeito da fluidez do conceito de política), estes dados são trazidos aqui para apresentar uma abordagem alternativa ao tema principal desta tese: a relação entre papéis de gênero e inserção política.

³⁵ Bourque e Grossholtz (1998) mencionam que um menor senso de eficácia política feminina pode derivar simplesmente de uma percepção mais acurada da capacidade do cidadão médio de intervir e influenciar a política. Especialmente em se tratando de política nacional, a maioria dos cidadãos apenas adquire alguma forma de influência por meio do voto. Os maiores níveis masculinos de eficácia política refletiriam, então, apenas um descolamento da realidade. No entanto, essa recusa a reconhecer a política

ela analisa³⁶, o voto é a única que não tem um hiato de gênero generalizado já que “apenas” oito países apresentam percentuais mais altos de homens do que de mulheres votantes ao passo que outros, como Argentina, têm até mesmo um hiato de gênero reverso. A autora atribui esse fenômeno ao voto compulsório, comum na América Latina. Desposato e Norrander (2008) confirmam que o hiato participativo de gênero é consistente em toda a América Latina em relação a formas convencionais e não convencionais de participação³⁷. Segundo os autores, as variáveis que mais afetam a participação política feminina são o emprego e a escolaridade, sendo que o emprego impulsiona mais os níveis de participação feminina do que masculina. Além disso, ao contrário do que a hipótese de que a modernização afeta positivamente a desigualdade político-participativa de gênero implicaria, a diferença de gênero não é menor para gerações mais novas na América Latina em relação a formas não convencionais de participação já que, no caso de pessoas jovens, os homens participam muito mais do que as mulheres. A respeito das formas convencionais, a idade leva os homens mais velhos a participar, mas não tem efeito sobre as mulheres e assim a diferença de gênero é aumentada na geração mais velha. Classe e casamento aumentam a participação convencional para ambos os gêneros e a religiosidade, que é mais prevalente entre as mulheres, aumenta as formas convencionais e diminuiu as não convencionais tanto para homens quanto para mulheres, afetando positivamente a diferença de gênero na participação convencional porque há mais mulheres religiosas.

Outros tipos de variáveis, relacionadas às instituições sociopolíticas mais amplas, são também consideradas. Desposato e Norrander mostraram, por exemplo, que as taxas de participação não convencional são mais igualitárias em termos de gênero em países latino-americanos com níveis mais baixos de liberdades políticas (já que as mulheres tendem a participar mais nestes regimes) do que nos países mais democráticos. Outra variável política – a presença de mulheres no Poder Legislativo, que poderia ter impactos positivos sobre as taxas de participação como provável efeito

como um possível campo de atuação, ainda que possa parecer racional, acaba se constituindo um entrave real na medida em que se constata que o engajamento psicológico está estreitamente associado à participação.

³⁶ Interesse político, conhecimento político, voto, convencer outros a votar, trabalhar para uma campanha política, protestar, pedir assistência a oficiais do governo, participar de uma reunião do governo local, participar de reuniões partidárias e participar de encontros de grupos de mulheres.

³⁷ As formas convencionais que os autores consideram são: acompanhar notícias políticas, falar sobre política com amigos, tentar convencer outros de suas opiniões políticas. As não convencionais são: participar de uma manifestação, bloquear o tráfego, ocupar terra, prédios ou fábricas. Eles não consideraram a participação em movimentos sociais ou em grupos comunitários. As exceções são Costa Rica em ambos os tipos de participação e a Guatemala nos tipos não convencionais.

do aumento da “legitimidade de facto”³⁸ do regime – mostra resultados contraditórios. A presença de mulheres como representantes políticas foi considerada um fator de aumento do envolvimento político das mulheres em geral (Desposato e Norrander, 2008) ao passo que Schwindt-Bayer (2011) e Zetterberg (2009), que testaram o efeito das cotas legislativas adotadas na América Latina sobre a participação de mulheres em geral, não tiveram o mesmo resultado.

Há ainda uma outra diferença de gênero que tem sido discutida na literatura e que diz respeito tanto às atitudes quanto à participação da mulher na política: mulheres tendem a ser mais progressistas do que homens. Em estudo sobre a República Dominicana, Kelly, Espinal e Hartlyn (2006: 248) concluem que um hiato de gênero moderno pode ser verificado naquela sociedade, o qual consiste em que “as mulheres são claramente mais igualitárias em suas opiniões sobre a participação e a capacidade políticas” de mulheres em geral e que estas opiniões refletem atitudes mais amplas sobre “papéis das mulheres na família e na sociedade”, ou seja, mulheres são mais progressistas sobre sua inserção na política porque também têm atitudes mais modernas sobre papéis de gênero em geral, em especial as mais instruídas. Por outro lado, homens se tornam mais progressistas à medida que envelhecem, o que não acontece com as mulheres, e a diferença de gênero tradicional – que consiste em que homens são mais engajados em atividades de participação e têm maior interesse por política que mulheres –, embora reduzida ao longo do período 1994-2004, continua a existir. Pior ainda: o aumento do nível de escolaridade tem efeitos maiores sobre homens – em termos de interesse por política – que sobre mulheres.

A existência dessa diferença de gênero moderna relativa ao maior apoio feminino à inserção política de mulheres é constatada também no Brasil. Matos e Pinheiro (2012: 67), que estudaram a adesão a valores tradicionais políticos e de gênero por meio de *survey* de 2010 em amostra representativa nacional, constatam que as mulheres são, em geral, mais conservadoras politicamente³⁹, porém mais progressistas no que diz respeito a sexo/gênero. Há, entretanto, algumas nuances relativas a grupos etários: um determinado grupo etário de mulheres – as que têm entre 25 e 39 anos –

³⁸ Mansbridge (1999) sugeriu que uma legitimidade mais alta é um benefício da representação descritiva. Quando cidadãos de grupos sub-representados observam que os membros do seu grupo galgam posições de poder no Legislativo, eles podem se sentir mais representados e, em decorrência disso, considerar o regime mais legítimo.

³⁹ A respeito do conservadorismo político feminino brasileiro, Miguel e Queiroz (2006), em estudo que tenta explicar por que o desempenho das mulheres nas eleições municipais tende a ser maior nas regiões menos desenvolvidas do país, concluem que a “hipótese da política tradicional”, isto é, de que as mulheres teriam uma “afinidade especial” com partidos conservadores, é incorreta.

apresenta posturas mais democráticas. A variável idade importa também no sentido de “aumentar as chances de o indivíduo ter uma atitude mais tradicional” tanto no que diz respeito a relações de gênero quanto à participação das mulheres na política, ou seja, mulheres de 40 a 69 anos e indivíduos em geral de mais de 70 anos tendem a ser mais conservadores nesse aspecto.

Outro resultado interessante consiste em que as mulheres, ao lado da/os preta/os e parda/os, apresentam posições mais progressistas com relação a aborto⁴⁰ e união de pessoas do mesmo sexo, o que as autoras atribuem à situação de opressão social vivenciada por tais grupos. Com relação ao tradicionalismo de gênero – crença nos papéis tradicionais de mulheres e homens – e também raça e sexualidade, elas destacam a importância da variável escolaridade: quanto mais escolarizada, menos tradicional tende a ser a pessoa.

A existência de valores menos tradicionais de gênero entre mulheres é confirmada pelos achados de Araújo e Scalon (2006). Também utilizando dados de *survey* aplicado em amostra nacional, realizado em 2003, elas apontam que são sobretudo os homens que valorizam a “domesticidade feminina, particularmente seu aspecto maternal” (2006: 49) assim como são eles que apresentam taxas mais elevadas de concordância – embora as delas também indiquem alto grau de tradicionalismo - com afirmações relativas à divisão tradicional de papéis, às más consequências do trabalho extra-doméstico das mulheres para o cuidado com os filhos e para o exercício do papel de esposa e à ideia de que cabe aos homens serem os principais (e as mulheres, as auxiliares) provedores do lar. Além disso, as mulheres, mais do que os homens, pensam que o casamento não é o ideal de felicidade (embora também pensem, em maior proporção, que o casamento é o melhor arranjo para criação dos filhos) e rejeitam, mais do que eles, a ameaça e a punição como “formas de controle conjugal” (2006: 51). Assim como outros estudos, também este confirma a importância da escolaridade mais alta, da idade mais baixa, da fraca religiosidade e do trabalho extra-doméstico como determinantes de atitudes menos tradicionais e mais individualistas.

Porém, evidências de diferenças de gênero tradicionais permanecem. Por

⁴⁰ Dados de pesquisa realizada em 2010 pela Fundação Perseu Abramo (intitulada “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”) ratificam estas diferenças de gênero mais progressistas para as mulheres no que diz respeito à visão sobre o aborto: 48% das mulheres e 52% dos homens concordam que deve haver punição para a mulher que fez aborto; 61% das mulheres e 69% dos homens acham que a lei sobre aborto deve ficar como está; 20% das mulheres e 16% dos homens acham que o aborto deveria ser permitido em todos ou mais casos e 72% das mulheres e 63% dos homens dizem conhecer a lei sobre aborto. Por outro lado, 59% das mulheres e dos homens acham que as igrejas estão certas ao tentar controlar as leis sobre aborto.

exemplo, o fato de que o eleitorado de Dilma Rousseff (candidata considerada mais à esquerda), nas eleições presidenciais de 2010, tenha sido majoritariamente masculino (Alves, 2012: 32), como fora o de Lula, ao passo que José Serra e Marina Silva tiveram mais votos no eleitorado feminino. Ainda assim, é digno de nota o fato de que a maioria das mulheres tenha votado em candidatas a presidente, o que contraria o senso comum de que mulheres não votam em mulheres⁴¹. Alves também destaca o fato de que as mulheres são maioria recorrente entre os que declaram intenções de votos “brancos, nulos, nenhum e não sabe”, o que pode ensejar interpretações diversas, entre elas a de que as mulheres levam mais tempo que os homens para decidir seu voto por estarem mais alijadas da política ou porque preferem permanecer no privado, ou, por outro lado, porque seria decisão delas não participar de um campo político institucional pouco feminino/representativo. Como alega Pateman (1989), seria mais racional para elas abster-se de participar politicamente porque elas extraem menos benefícios da participação comparativamente aos homens. Mulheres não têm acesso a educação política porque estão mais ausentes ou inseridas de modo mais precário no mercado de trabalho e em outras esferas nas quais se pode adquirir educação política democrática e também porque estão mais expostas a estruturas de autoridade autoritárias em outros âmbitos, como a família. Quem não tem acesso a oportunidades de participação em estruturas não governamentais tenderia, portanto, a ter menor participação política, o que reforça a visão de que a divisão sexual do trabalho tem efeitos perversos sobre a inserção política das mulheres.

2. 4. Implicações da desigualdade de gênero na participação política

Em resumo da discussão feita acima a respeito das variações temporais e espaciais da desigualdade de participação política entre mulheres e homens, tem-se que este é um fenômeno verificado em inúmeras sociedades e que perpassa, em diferentes níveis, vários tipos de participação política. Assumir que ele desaparecerá à medida que a modernização avance é uma suposição falaciosa não apenas porque as transformações econômico-sociais não produzem automaticamente resultados políticos quanto porque essa desigualdade tem se mantido, embora com variações, mesmo em sociedades mais avançadas.

⁴¹ Deve-se notar, porém, que nenhuma das candidatas fez da identidade de gênero uma bandeira de sua campanha. Igualmente, nenhuma delas propugnou propostas feministas como seu diferencial. Ainda que a então candidata Dilma Rousseff tenha defendido propostas pró-legalização do aborto no início de sua campanha, tais propostas foram abandonadas posteriormente.

A discussão sobre este tema se baseia predominantemente em pesquisas quantitativas, *surveys* aplicados em grandes amostras e que buscam testar uma série de hipóteses para tentar explicar as variações de respostas entre mulheres e homens. Ademais desse viés quantitativo, também pode-se afirmar que há uma baixa quantidade de investigações sobre o tema na literatura latino-americana tanto em comparação com a atenção que o tema recebe em outros contextos acadêmicos quanto comparativamente a outros temas relativos a gênero e política, por exemplo, a questão das cotas legislativas ou a participação das mulheres de elite na cúpula institucional. Isso demonstra uma ausência de preocupação que não condiz com a magnitude e a permanência desta desigualdade. Como afirmam Morán e Revilla (2008: 167), o “gênero segue sendo uma variável importante que marca diferenças significativas tanto na predisposição quanto na participação efetiva”.

Pesquisas quantitativas internacionais são importantes por mostrarem como os padrões se repetem em diferentes sociedades, mas nem sempre captam os sentidos atribuídos pelos atores às suas (in)ações ou os captam de forma muito esquematizada e superficial. Além disso, embora tentem abarcar os chamados tipos “não convencionais” de participação, as pesquisas quantitativas não são capazes de captar outros tipos de participação, referentes, por exemplo, à atuação feminina em “redes de comunicação informais, frequentemente centradas na família” (Aviel, 1981: 165), que têm um papel importante na política local, ou formas de resistência política mais subterrâneas, como a *fofoca*⁴², ou mesmo como as “relações íntimas e sexuais” pelas quais, por exemplo, jovens de classe média em Teerã contestam o regime (Mahdavi, 2009: 37). Estes são fenômenos políticos que têm sido sistematicamente pouco documentados pois se privilegia um conceito de política – por conseguinte, de participação política - masculino.

O problema em relação às formas de atuação política mais escondidas em que as mulheres se inserem – e que vale também para os tipos de associações e grupos de que elas costumam participar -, é que elas permanecem à margem dos núcleos de poder, em que se decidem como serão alocados os recursos sociais. Além disso, a agência política derivada de papéis tradicionais, como no caso da “maternidade militante”, tende a não ser transformadora das estruturas de gênero opressivas que a ensejam. Dado que estas segmentações tanto nos padrões associativos quanto nas taxas de participação política de mulheres e homens as deixam em situação de desvantagem – pois a maior

⁴² Como argumenta Pietilä (2007), as redes de *fofoca* podem chegar a constituir uma esfera “semi-pública”, no sentido de fazer o que é dito em privado ter ressonância sobre o público.

presença dos homens em quase todas as formas de participação ainda se mantem -, a persistência delas implica um reforço às construções sociais da feminilidade e da masculinidade calcadas em estruturas tradicionais como a divisão sexual do trabalho. Longe de constituir uma simples peculiaridade, a suposta concentração das mulheres em atividades menos formalizadas de participação política significa que elas estão inseridas politicamente em desigualdade de condições.

Capítulo 3 – Plano de pesquisa e construção dos dados

Esta tese investigou a relação entre gênero – e, secundariamente, a intersecção entre gênero, classe e idade - e representações sobre política. Buscou-se examinar em que medida homens e mulheres, socializado/as ao longo de toda a vida segundo papéis sociais de gênero distintos, manifestam diferenças de atitudes e comportamentos relacionados à política. Tratou-se, assim, de analisar comparativamente de que forma os papéis de gênero feminino e masculino se relacionam a papéis políticos. Visto que se pode afirmar, teoricamente, que há uma associação entre papéis de gênero distintos e formas ou padrões de inserção na esfera pública política, buscou-se entender como essas associações manifestam-se empiricamente em determinado contexto social, por meio de estudo de caso realizado no Distrito Federal. Desta forma, a principal questão norteadora deste trabalho é: como papéis sociais de gênero, em articulação com classe e idade, afetam representações sobre política de homens e mulheres?

Ainda que essa questão implique uma simplificação em termos do conceito de gênero, que, como visto, é mais complexo e sutil do que faz crer a distinção masculino/feminino, e embora se reconheça a existência de diversos tipos de feminilidade e masculinidade, argumenta-se que essa distinção é útil em termos operacionais e que ela demarca, como regra, identidades de gênero produzidas por efeito dos processos de socialização que associam, como regra, características físico-anatômicas aos gêneros masculino/feminino.

Esta pesquisa lida, portanto, com a questão das desigualdades de gênero e seus efeitos políticos. Há diversas suposições que informaram a pesquisa de campo, algumas das quais serão retomadas aqui. A análise feita nos capítulos anteriores aponta a existência de uma correlação entre representações sobre política e o padrão de gênero definido na forma de uma divisão sexual do trabalho. Portanto, esta divisão, que constitui uma segmentação estrutural e hierárquica presente em diversas esferas sociais, seria um fator explicativo fundamental das diferenças de representações sobre política entre homens e mulheres. Trata-se de uma divisão estrutural que implica, no que importa especificamente a este trabalho, uma desigualdade de acesso à esfera pública política e, assim, diferenças em termos de práticas e de visões sobre política entre homens e mulheres e, por consequência, a geração de tipos diferenciados de cidadania segundo gênero. No caso das mulheres, isso se reflete em maiores obstáculos – tanto de ordem simbólica quanto de ordem material, de posse de recursos – à participação

política. Quanto aos efeitos da divisão do trabalho sobre a subjetividade feminina, a literatura enfatiza os sentimentos de impotência e subordinação gerados pela hierarquia vivenciada tanto em casa quanto no trabalho (dadas as posições em geral ocupadas por mulheres no mercado de trabalho) e como isso tende a refletir-se também num menor senso de eficácia/competência política.

Desta forma, por estarem associados a espaços sociais distintos (no sentido de ocuparem diferentes posições na família, no mercado de trabalho, no campo educacional – dado que as escolas reproduzem segmentações de gênero, resultando, por exemplo, em que meninas não se interessem por ciências exatas -, na religião (homens tendem a ocupar posições de liderança enquanto mulheres se concentram no trabalho “de base” e em outras esferas) e nas demais instituições sociais, como estabelecido pela divisão sexual do trabalho, mulheres e homens adquirem representações sobre política distintas.

Estando mais próximos à esfera pública, tradicionalmente definida como política, homens têm maior inserção política (mais interesse por questões relativas ao campo político e maior proximidade com ele no sentido de sentir-se mais capaz de falar ou intervir sobre ele assim como estar a par do que nele se passa) do que mulheres, independentemente de classe social ou de qualquer outra segmentação estrutural. Assim, mulheres têm, segundo diversas pesquisas já citadas, em geral, taxas de participação política mais baixas que os homens, o que não foi objeto de investigação. Em lugar disso, enfatizam-se as visões subjetivas sobre política.

Mulheres têm uma concepção de política e uma forma de se relacionar com o campo político diferente da masculina no sentido de que elas tenderiam a ser mais ativas politicamente quando se trata de questões locais, relativas à comunidade e a importar-se mais com a “política do cotidiano”, ou seja, a micropolítica. Este tipo de diferença de comportamento se deveria, mais uma vez, à divisão sexual do trabalho e à consequente internalização, por parte das mulheres, da ideia socialmente prevalente de que a política institucional não é um terreno feminino ou que elas não têm as características requeridas para participar desse mundo masculinizado. Segundo Miguel (2010: 26), podemos chamar essa adaptação do comportamento a como os atores sociais enxergam o seu mundo como “efeito da doxa”, diagnosticado por Bourdieu, o qual implica que “nossa visão do mundo social constrange nosso comportamento, comprovando (e naturalizando) aquilo que pensamos”.

Há uma divisão sexual do trabalho político de acordo com a qual o gênero masculino se identificaria em maior medida com a política institucional ao passo que o

gênero feminino estaria mais alijado deste tipo de política. Porém, esse alijamento não se traduziria em um apoliticismo do gênero feminino, mas numa inserção política alternativa (e subordinada), marcada pelo aproveitamento dos nichos de (menor) poder que estariam disponíveis às mulheres num campo político que lhes é hostil. Isso representaria, assim, um alargamento desse campo político tradicional, com a penetração das mulheres em espaços que, embora marginais em termos de recursos de poder ou que sequer sejam vistos como políticos no sentido estrito do termo, fazem parte da esfera política e, em última instância, presume-se que poderiam ser capazes de influenciar a política institucional⁴³ caso tentassem fazê-lo. Assim, mulheres que praticam a política nesse âmbito podem acabar adquirindo capital político suficiente para adentrar no campo político mais restrito (das instituições políticas clássicas, o Parlamento e o Poder Executivo) embora isso seja raro no Brasil tendo em vista o pequeno percentual de mulheres, relativamente aos homens, que se candidatam às eleições municipais⁴⁴. No entanto, a correlação entre essas duas questões não foi objeto de investigação.

Pode acontecer, como argumenta Phillips (1991: 100), que a divisão sexual do trabalho não obstaculize a participação política das mulheres nessa esfera local, isto é, que as mulheres acabem participando em esferas afins às suas atribuições tradicionais, mas, mesmo que isso seja verdade, isso não significa que as mulheres tenham poder político igual ao dos homens dado que seu âmbito de participação é reduzido tanto em termos de recursos envolvidos quanto em termos de áreas de atuação. Pode ainda ocorrer que, para determinados segmentos de mulheres que se candidatam a políticas profissionais, a divisão sexual do trabalho seja um empecilho menor dado que as que pertencem às classes mais altas têm acesso ao trabalho doméstico remunerado ou que esse problema seja contornado pela simples recusa a viver esse dilema, não se casando ou não tendo filhos⁴⁵.

A proposição de que as mulheres têm uma visão política diferenciada da masculina não representa uma adesão ao que propõem as teóricas do pensamento maternal, as quais julgam que as mulheres são donas de uma sensibilidade política

⁴³ Assim como o movimento feminista tem lutado por estabelecer novas e mais amplas fronteiras para o campo político e tentado instituir o gênero como um dos princípios reconhecidos de “divisão do mundo social” (Bourdieu, 2011: 20), uma divisão marcada pela hierarquia, as mulheres que praticam uma forma de política não convencional buscam acessar o campo político que lhes parece fechado.

⁴⁴ Houve aumento, durante a década de 2000, no número absoluto de candidatas a vereadoras e prefeitas, porém os percentuais de mulheres em relação ao total de candidatos para o Brasil continuam muito abaixo dos masculinos.

⁴⁵ Fox e Lawless (2004) argumentam que o encargo das responsabilidades familiares não se aplica às mulheres estadunidenses ocupantes de posições de destaque em carreiras profissionais que atuam como plataformas para a política profissional.

peculiar para questões relacionadas ao cuidado (de onde adviria sua preocupação com políticas sociais, por exemplo). A razão pela qual se supõe que mulheres atuem em uma esfera política distinta da tradicional se deve a que, sendo mais difícil para elas adentrar e ocupar posições no campo político convencional, elas acabam sendo empurradas para outros domínios políticos que as comportem. Como ilustra o exemplo analisado por Clemens (2010)⁴⁶, essa exclusão obriga as mulheres a inventar modelos de ação política alternativos, a serem mais criativas em relação às formas de participação política comuns. Além disso, essa política do cotidiano é a que mais se aproxima das funções que lhes são assignadas em virtude da divisão sexual do trabalho, o que explicaria sua maior tendência a participar de tais atividades. É assim que questões relativas, como argumenta Bourdieu (2008: 376), à “existência cotidiana ou à vida privada”, como moradia, alimentação, educação e sexualidade, por serem associadas ao feminino, são mais respondidas por mulheres, em sondagens, que questões reconhecidas pelas respondentes como relativas à masculinidade.

Há um certo risco em afirmar que mulheres teriam um estilo peculiar de fazer política, avesso aos canais institucionais formais, menos hierárquico e mais direto porque esse pode ser usado como um argumento para manter as mulheres afastadas da política formal ou para justificar o que pode ser visto como a sua autoexclusão dela. No entanto, longe de advogar que mulheres tenham uma “cultura política própria” que as leva a afastar-se do campo político, o que se pretendeu fazer foi trabalhar com a hipótese de que mulheres estariam concentradas prioritariamente em formas alternativas de participação política que não têm visibilidade.

A perspectiva social das mulheres, derivada de seu posicionamento na estrutura social segundo Young (1990)⁴⁷, seria a responsável pelo seu menor interesse pela

⁴⁶ Segundo Clemens (2010: 167, 168), por estarem marginalizadas da política eleitoral, o movimento de mulheres nos Estados Unidos, no final do século XIX, foi levado a inventar “novos modelos de participação política fora dos partidos estabelecidos”, valendo-se de “modelos de organização que se encontravam disponíveis, cultural e experiencialmente, em outras áreas da vida social”.

⁴⁷ A concepção de perspectiva social que está sendo adotada aqui diz respeito à sua forma “mais sintética e operacionalizável” nos termos de Miguel (2010: 29), ou seja à definição de Young (2000: 137) segundo a qual perspectiva diz respeito “ao ponto de vista que membros de um grupo social têm sobre processos sociais por causa de sua posição neles”. Isso quer dizer que a posição subordinada de determinados grupos na estrutura social lhes dará uma determinada perspectiva social que afetará sua inserção no campo político. A definição do conceito de perspectiva da maneira proposta acima o torna mais neutro no que diz respeito aos motivos pelos quais se deva valorizar a perspectiva social de determinados grupos. Embora Young estivesse interessada em defender a presença de distintas perspectivas sociais no espaço público por considerar que tais perspectivas têm atributos positivos decorrentes da diferenciação de grupos que deve ser, em sua visão, apreciada e valorizada, considera-se aqui que a perspectiva social desenvolvida pelas mulheres enquanto grupo subordinado advém de uma situação de marginalização imputada – nos termos de Williams (1998) – que pode levá-las a ter uma postura de aversão à esfera política.

política convencional e maior afinidade pela política comunitária. Ainda que as mulheres tenham vivências muito distintas em razão de suas diversas identidades e também dos demais fatores estruturais que alicerçam sua posição nos processos sociais, todas elas estão circunscritas pela divisão sexual do trabalho, que é vista por Young (1990: 43) como o processo que origina a clivagem de gênero, tal como se propõe aqui, ou seja, a diferenciação social em grupos de homens e de mulheres.

Isso não significa que as mulheres tenham uma inclinação “natural” ou comum pela política comunitária; quer dizer apenas que sua posição na estrutura social lhes faz enxergar como mais factível sua participação em determinado tipo de política, em detrimento de outras. Caso fosse outro seu posicionamento e, portanto, sua perspectiva, elas tenderiam a adotar outro tipo de comportamento, provavelmente mais afim à política institucional, que lhes proporcionaria maior acesso aos foros decisórios relevantes. Assim, a perspectiva social é decorrente das práticas sociais que são próprias de determinado grupo de pessoas. Ela muda de acordo com a mudança em tais práticas. Não seria correto o entendimento de que as mulheres “preferam” uma política de menor prestígio; esse é apenas o caminho que está mais aberto para elas. Também pode ocorrer que esse seja o caminho visto por elas como mais feminino já que a política tradicional é masculinizada e, dado o imperialismo cultural - uma das formas de opressão vigente em nossa sociedade segundo Young (1990) -, aquilo que é feminino é tido como inferior pelo padrão cultural considerado normal e universal, isto é, o masculino. Essas são suposições a respeito das possíveis causas de um fenômeno que se pretendeu investigar em campo, qual seja: a maior afinidade das mulheres com um tipo “inferior”, segundo os padrões dominantes, de política.

Outra suposição que informa a pesquisa diz respeito à interação entre gênero e outras variáveis socioeconômicas (classe social e idade) como fatores explicativos do diferencial de representações sobre política. Gênero se soma a outras clivagens estruturais para moldar os comportamentos e crenças individuais, como classe, escolaridade, raça, idade, composição familiar, religião e outras. No entanto, dados o escopo deste projeto e as limitações relativas à construção dos dados, decidiu-se restringir a análise da interação de gênero com duas outras variáveis: classe e idade, por razões que serão expostas adiante. Foram analisadas as diferenças de representações sobre política entre mulheres e homens com diversos perfis em termos de posições de classe e faixa etária no intuito de buscar explicar como as diferenças de papéis sociais de gênero, alicerçadas na divisão sexual do trabalho e em interação com a estratificação socioeconômica e geracional, se refletem em termos de representações sobre política.

A clivagem entre mulheres e homens de classes sociais distintas é bastante relevante para essa discussão. Análises de gênero devem estar atentas às divisões internas nos grupos de gênero visto que classe e escolaridade são determinantes de variações significativas em termos de formação de identidade e modos de vida. O conceito de classe está sendo entendido aqui como referente a um grupo cujos membros auferem uma renda domiciliar mensal semelhante, “frequentemente envolvendo um estilo de vida comum e que se diferencia de outros grupos em termos de poder e status e ainda das chances que seus membros têm de melhorar materialmente de vida” (Bradley, 2007: 129). No que se refere à divisão sexual do trabalho, a variável classe, operacionalizada em termos de renda, é também relevante porque determina o acesso à contratação do trabalho doméstico remunerado.

A diversificação de arranjos familiares hoje existente na sociedade brasileira, assim como o aumento da taxa de escolaridade da população em geral e das mulheres em particular estão associadas ao fenômeno mais amplo da modernização social e a mudanças culturais. Entretanto, a modernização não atinge na mesma intensidade a todas as classes sociais nem as zonas rural e urbana. Daí porque é importante estudar como concepções de gênero variam entre mulheres e homens pertencentes a classes sociais diferentes e portadores de taxas de escolaridade também diversas. As análises de Sapiro (1984) apontam o forte efeito, em termos de atitudes políticas, do acesso à educação superior, o que está bastante relacionado à classe social. Além disso, classe e escolaridade têm efeitos sobre os níveis de interesse e compreensão cognitiva da política (Dalton, 2000). Como visto no capítulo anterior, a literatura da área em geral atribui grande relevância à influência da educação sobre a participação política.

Em sua análise de como as preferências culturais variam conforme as classes, Bourdieu (2008: 103) inclui também a variável gênero, ressaltando que a divisão do trabalho entre os sexos atribui aos homens a precedência em matéria política e, às mulheres, em matéria de estética, porém ele ressalta que isso tende a diminuir conforme aumenta o grau de escolaridade da mulher. Segundo este autor, as interrelações entre gênero e classe são tão grandes que pode ser difícil, ou até impossível, distinguir o efeito isolado de uma variável quando elas se apresentam, na realidade, sempre combinadas. Haveria, segundo Bourdieu (idem: 102), uma sobredeterminação mútua entre as variáveis (com ascendência da de classe, em sua visão), responsável pelo fato de que “as propriedades de gênero” sejam “indissociáveis das propriedades de classe” dado que o gênero e a divisão sexual do trabalho seriam moldados pela classe, assumindo tantas formas distintas quanto são as classes e suas frações.

Com relação à variável idade, supõe-se aqui que mulheres e homens mais velhos seriam mais conservadores por terem sido socializados num meio social mais tradicional em termos de gênero e também porque, quanto maior a idade, menor a taxa de atividade econômica a partir de determinada faixa etária⁴⁸. Também há a suposição, na literatura feminista⁴⁹, de que as diferenças de atitudes políticas constatadas entre homens e mulheres se devam mais a fatores geracionais do que a fatores de gênero em razão da maior longevidade feminina e à disparidade em termos de atitudes e práticas entre pessoas mais velhas e mais jovens. Além disso, as gerações mais novas podem estar mais inseridas em novas formas de participação política via internet.

A idade incide de forma diferente sobre o comportamento político visto que as variadas pesquisas apontam que homens e mulheres reagem cada um à sua maneira às mudanças nos ciclos de vida/faixas etárias. A intenção, nesta tese, foi também levar em conta os efeitos geracionais e sua relação com a socialização de gênero supondo que pessoas pertencentes a diferentes gerações, por terem sido socializadas em períodos temporais distintos, terão concepções de gênero e de política diferentes.

3.1 Representações sociais: métodos qualitativos de investigação

A discussão sobre as variações de gênero relativas a atividades políticas menos visíveis, como discutir sobre política e tentar influenciar as visões sobre política de outras pessoas, são questões pouco exploradas na literatura sobre gênero e política no Brasil. A centralidade deste debate, apesar de pouco explorado, pode ser justificada com o argumento de que ele aponta para uma desigualdade política fundamental que está na raiz de assimetrias mais visíveis, como a enorme disparidade entre o número de mulheres e homens eleitos para assembleias legislativas mundo afora. Para haver candidatura de mulheres a postos políticos, em geral é preciso haver antes interesse por política. Não é trivial, como suporia o pensamento liberal, que mulheres sistematicamente se interessem menos por política do que homens. Na medida em que, como argumentam Atkeson e Rapoport (2003), as mulheres deixam de se engajar em discussões políticas e de tentar persuadir outros, suas preferências adquirem menor relevância no debate político, com possíveis impactos também sobre o recrutamento político das mulheres e sua inserção na política institucional. Além disso, como

⁴⁸ Na faixa de 50 a 59 anos, a taxa de atividade era, em 2009, de 68,1% e, na faixa de 60 anos ou mais, a taxa de atividade era de 29,9% ao passo que as maiores taxas de atividade são verificadas nas faixas etárias de 20 a 29 anos e de 30 a 39 anos (83,7% e 84,6%), segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-IBGE) 2009.

⁴⁹ Ver Randall (1982), para referências sobre estudos que fazem essa suposição.

argumenta Miguel (2010: 28), os interesses são construídos socialmente, em arenas de participação política, o que demanda a inserção das mulheres e outras minorias em tais arenas para formação de seus interesses como grupo. Em última instância, esse debate tem implicações sobre a extensão da igualdade na distribuição de recursos políticos entre homens e mulheres, bem como sobre o grau de democratização do sistema político, tendo em vista a incorporação desigual nele de segmentos sociais divididos por múltiplas clivagens.

James Scott (2011: 228), para captar o fenômeno em que estava interessado, isto é, “as formas silenciosas e anônimas de luta de classe que tipificam o campesinato”, mais difíceis de serem percebidas por meio de pesquisas rápidas e que não fazem uso da observação, recorreu a uma metodologia de imersão numa determinada sociedade, por um período prolongado, num tipo de pesquisa que poderia ser chamado de etnográfico. Este autor estava interessado nos fundamentos profundos do comportamento destes atores, ou seja, ele pretendia não apenas coletar dados comportamentais que indicavam a existência desse tipo de resistência cotidiana concretizada por meio de atos específicos, mas também mostrar que esses atos se assentavam em “conflitos de significado e valor” vividos pelos camponeses, em “intenções, ideias e linguagem” que necessitam ser estudadas porque são elas que formam a “consciência social das classes subordinadas” e que estruturam a subcultura própria dos camponeses. A visão de mundo própria desta classe social norteia, embora nem sempre de forma consistente ou direta, suas ações de resistência.

Em termos metodológicos, o autor optou por técnicas de pesquisa que lhe permitissem captar as diversas manifestações culturais, escritas e orais, expressas pelos camponeses, entendidos como um grupo dotado de uma perspectiva própria, ainda que plural e não unívoca. Havia em seu favor a possibilidade de estudar um grupo cultural e geograficamente circunscrito, que coabitava um mesmo espaço e que vivia a mesma experiência de subordinação a uma única classe dominante, ou seja, que tinha “opositores” claramente definidos. No caso das mulheres, a situação é muito diferente devido a suas múltiplas divisões internas. Assim, dificilmente se poderia falar em uma subcultura política das mulheres como fez Scott em relação aos camponeses. Portanto, não se espera encontrar entre as mulheres a mesma unidade de perspectiva, o mesmo tipo de solidariedade.

Mesmo assim, considera-se relevante fazer como Scott, isto é, “ouvir cuidadosamente os agentes humanos (...), sua experiência, suas categorias, seus valores, seu entendimento da situação”. Embora se afirme que o gênero é uma determinação

estrutural relevante sobre mulheres e homens (assim como classe, estudada por Scott), é preciso entender como estes agentes compreendem a influência dela sobre suas vidas. Já se sabe, como afirma Scott em relação a classe, que gênero está longe de ser a única fonte de identidade (e talvez, em muitos casos, nem seja a principal) dos atores sociais. Além disso, é preciso colocar em perspectiva, isto é, não tomar literalmente, o que dizem estes agentes já que se objetiva apresentar uma interpretação mais teórica e coletiva dos fenômenos vividos pelos indivíduos.

No segundo capítulo desta tese, discutiram-se as críticas feitas pela teoria feminista a determinada literatura de comportamento político que tendia a fazer comparações apressadas sobre homens e mulheres e a extrair sentenças condenatórias igualmente despropositadas em relação à inserção política das mulheres. Os argumentos apresentados pelas feministas muitas vezes alegavam que os estudos haviam sido feitos de forma enviesada ou que as conclusões obtidas não eram autorizadas pelos dados. Havia, em várias destas críticas, um clamor por análises que não tratassem as opiniões das mulheres de forma tão mecânica quanto costuma ser feito nos *surveys*.

O tipo de estudo que fazem autores comportamentalistas acaba, como afirma Bourdieu (2008: 372), por imputar aos entrevistados determinado tipo de pensamento, induzindo-os a concordar ou a discordar com determinados enunciados pré-fabricados. Desta forma, resta aos entrevistados apenas confirmar o que já fora elaborado pelo entrevistador. O que os pesquisadores obtinham dessa maneira não poderia ser chamado de “opiniões políticas”, alerta Bourdieu (2011: 209), mas sim de “artefatos” visto que não se trata de manifestações espontâneas dos atores sociais nem condizem com comportamentos (por exemplo, intenções de voto reportadas por atores que não comparecem às urnas).

Neste tipo de análise, não costumam figurar os condicionamentos sociais que constroem a produção das respostas dadas. Por exemplo, o fato de que os homens têm maior chance de emitir uma opinião sobre política do que uma mulher. Assim como as mulheres, segundo Bourdieu (2011: 196), pessoas de mais baixa escolaridade e pertencentes às classes populares também costumam ter menor propensão a responder a questões sobre política em sondagens. Sendo esse fenômeno mal interpretado, todos esses grupos eram postos no mesmo rol de ignorantes e desinteressados. Dessa forma, a “desigualdade de acesso ao campo político” não era vista como tal, mas como uma propriedade natural de tais categorias sociais.

Da desigualdade acima mencionada, resulta que há uma grande diversidade em termos do que o autor chama de “competência política” entre os segmentos sociais, que

se refere à

“capacidade maior ou menor para reconhecer a questão política como política e a tratá-la como tal, fornecendo-lhe uma resposta do ponto de vista político, a partir de princípios propriamente políticos – e não éticos, por exemplo -, capacidade que é inseparável de um sentimento mais ou menos vivo de ser competente no sentido pleno da palavra, ou seja, socialmente reconhecido como habilitado a ocupar-se das questões políticas, dar uma opinião a propósito destas questões ou até mesmo, modificar seu curso (Bourdieu, 2008: 373)”.

Não ter competência política implica excluir-se objetiva e subjetivamente, afastando de si as questões políticas (que podem até ser corretamente reconhecidas como tal) por falta de interesse ou de possibilidade de debater sobre elas. Embora este conceito de “competência política específica” de Bourdieu se assemelhe ao de senso de eficácia política já mencionado, o autor faz, nesta citação, uma descrição mais ampla - por incluir nesse senso a questão do reconhecimento das questões políticas -, e também mais acurada do que está em jogo, ou seja, a internalização pelo ator da crença de que não possui uma capacidade que não lhe é atribuída socialmente por pertencer a determinados segmentos sociais. Em respaldo à suposição indicada aqui, Bourdieu cita como dois dos requisitos básicos de acesso ao campo político a educação e o tempo livre. E faz ainda a recomendação metodológica de “levar a sério as não respostas e suas variações” (idem), ou seja, tentar entender o que há por trás da recusa (e do perfil de quem se recusa) em se posicionar sobre questões políticas. Assim, homens, mais jovens, mais educados, moradores de zonas com maior concentração populacional e com maior renda são os atores mais propensos a responder questões políticas.

As características das questões também influem sobre a probabilidade de resposta, ou seja, são mais respondidas aquelas concernentes à experiência dos agentes, de maior concretude, de mais recente “aparição no campo da produção ideológica” e formuladas em termos de princípios políticos. Esse último ponto é interessante porque Bourdieu distingue as questões de caráter político, porém de “leitura ética”, que são feitas a mulheres e homens e são quase tão respondidas por elas quanto por eles, das questões que se referem a um objeto “mais propriamente político”. Essa distinção remete mais uma vez à diferenciação entre política *soft* e *hard*. Ele afirma que, em alguns casos, o mesmo objeto (por exemplo, a política externa da França), sendo tratado de formas diferentes (em um caso, sob um enquadramento mais ligado à ética ou de forma mais “feminina” e, no outro, mais abstrata/masculina ou politologicamente), gera percentuais de respostas distintos segundo o gênero. Isso indica que não se trata de quão

político é o objeto, mas do prisma sob o qual ele é abordado (e indica também, de maneira impressionante, a julgar pela interpretação oferecida por Bourdieu, o quanto está internalizada esta divisão sexual do trabalho político).

3.2 Opções metodológicas

Tendo em vista as advertências da literatura feminista e de Bourdieu e Scott a respeito dos riscos ensejados por metodologias que tendem a pré-categorizar e a não explorar ou questionar as opiniões e percepções sobre política manifestadas pelos atores entrevistados, considera-se que as técnicas de pesquisa qualitativas - entrevistas em profundidade - são as mais apropriadas para o objeto desta pesquisa e seus objetivos. Em termos metodológicos, pretendeu-se verificar empiricamente a manifestação de representações sobre política, por meio de uma pesquisa realizada no âmbito do Distrito Federal com mulheres e homens de diferentes faixas etárias e pertencentes a distintas classes sociais.

As técnicas de pesquisa qualitativas são caracterizadas pela valorização das percepções e interpretações feitas pelos atores⁵⁰. Há uma variedade de técnicas de investigação e de referenciais teórico-epistemológicos, inclusive o feminismo⁵¹, que podem ser empregados com abordagens qualitativas, os quais têm em comum o fato de serem empregados no contexto próprio dos indivíduos, com vistas à captação do seu comportamento real e dos significados que os atores sociais mesmos criam⁵². A entrevista consiste na técnica mais prevalente por permitir acessar o fenômeno que se quer explicar a partir do ponto de vista dos próprios atores envolvidos nele.

Em geral, como afirma Groulx (2010), a pesquisa qualitativa está mais interessada nos significados do que nos determinantes, o que a leva a aproximar-se mais das comunidades, dos atores entrevistados e de como eles próprios enxergam sua inserção social e a condição em que vivem. Ao fazer isso, ela introduz novos elementos ao debate, contribuindo para a remodelação das questões de pesquisa e pondo em evidência a distância existente entre atores portadores de perspectivas diferentes,

⁵⁰ Embora as técnicas de pesquisa quantitativas também valorizem as percepções e interpretações dos atores, as qualitativas tendem a dar a elas uma centralidade maior já que permitem aos atores fazer isso de forma mais livre e demorada.

⁵¹ Segundo Denzin e Lincoln (2003), há uma forma feminista peculiar de abordagem da metodologia qualitativa (o que não significa que as pesquisas que adotam um referencial feminista devam necessariamente seguir essas orientações epistemológicas) que se caracteriza por adotar uma “epistemologia subjetiva”, métodos etnográficos e um engajamento político e emocional na investigação, ou seja, pela intenção de promover mudanças nos atores ou de fazer da interação com os sujeitos da pesquisa um processo afetivo de troca de experiências.

⁵² Ver Deslandes, 2006, pp. 8-16 e Denzin e Lincoln, 2003.

derivadas de sua posição na estrutura social. Destacando-se o avanço metodológico que se faz ao não se admitir que os fenômenos sociais possam ser compreendidos sem referência ao contexto em que são produzidos, isto é, tendo em vista os condicionantes estruturais a que estão submetidos, a escolha pela utilização da metodologia qualitativa justifica-se em razão da necessidade de compreender um fenômeno pouco explorado: a articulação do gênero com a relação dos indivíduos – definidos não de forma abstrata, como faz o pensamento liberal, mas de forma concreta e generificada, ou seja, como homens e mulheres - com o campo político.

Ao contrário de estudos qualitativos que possuem propósitos mais exploratórios ou descritivos, esta pesquisa tem caráter explicativo na medida em que busca explicar a relação entre papéis sociais de gênero e representações sobre política. Assim como é possível testar proposições explicativas utilizando-se de técnicas de coleta de dados e de análise qualitativas (como se pretendeu fazer neste caso), também é possível, como confirma Pires (2010), fazer generalizações a partir de amostras qualitativas, isto é, não definidas a partir de critérios estatísticos, por meio do procedimento da indução empírico-analítica. A pesquisa qualitativa revela a existência de padrões cujo funcionamento pode ser elucidado a partir da análise dos casos estudados e que podem fomentar a elaboração de novas categorias teóricas.

O plano de pesquisa utilizado foi o de estudo de caso, realizado numa cidade de grande porte, dividida em bairros, designados de regiões administrativas, que se distinguem de forma relevante pelo nível de renda médio de seus moradores. Como buscou-se uma diversidade relativa a classe social, a/os entrevistada/os foram selecionada/os a partir de seu pertencimento a regiões administrativas distinguidas por possuírem níveis considerados médio e baixo de renda média domiciliar mensal⁵³. Foram selecionadas pessoas cuja renda média domiciliar mensal não fosse discrepante da média da região onde vivem. Assim, evitou-se um viés presente em determinadas pesquisas qualitativas, segundo Groulx (2010: 110), de privilegiar o ponto de vista dos estratos inferiores em termos de renda.

Procurou-se ter uma diversidade de entrevistadas e entrevistados no que se

⁵³ Utilizou-se a classificação de regiões administrativas adotada pela Companhia de Planejamento do Governo do Distrito Federal (2010), que as distingue com base na renda média de cada uma delas. Desta forma, elas são divididas em três grupos: i) Grupo 1, de renda mais alta, domiciliar mensal média igual ou acima de 19 salários mínimos (Brasília, Lago Sul, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal e Park Way); grupo 2, de renda intermediária, domiciliar mensal média entre 5 e 19 salários mínimos (Taguatinga, Sobradinho, Guará, Riacho Fundo, Gama, Cruzeiro, Candangolândia, Águas Claras, Paranoá, Núcleo Bandeirante, São Sebastião e Sobradinho II); e iii) grupo 3, de renda mais baixa, domiciliar mensal média de até 5 salários mínimos (Brazlândia, Ceilândia, Riacho Fundo II, Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas, Planaltina, Varjão, SCIA (Estrutural) e Itapoã). A renda média domiciliar mensal de todo o Distrito Federal é de 9 salários mínimos. Para este estudo, apenas os grupos 2 e 3 foram considerados.

refere às variáveis propostas: classe e idade⁵⁴. O número final de pessoas entrevistadas, não estabelecido a priori, mas alcançado pelo próprio desenrolar do trabalho de campo, foi de 30 pessoas⁵⁵. Fez-se uma amostra não probabilística em que o tamanho dependeu do grau de variedade que se pretendia obter e do processo de saturação teórica que tende a ocorrer nos estudos qualitativos (dado que chega-se a um ponto em que se procede à “suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados” (Fontanela, 2008). Estimara-se, a princípio, que o número de entrevistas necessárias deveria situar-se entre 20 e 35⁵⁶ (somando entrevistas individuais, que se presumiu que chegariam a, no máximo, 25 e grupais, que chegariam a, no limite, 10)⁵⁷. Além disso, o próprio delineamento da pesquisa qualitativa a torna mais propensa a trabalhar com não muitos casos visto que o objetivo é ampliar a diversidade de representações sociais sobre o tema investigado, que, aqui, consiste em captar as percepções dos entrevistados sobre política (definida em sentido amplo), as motivações para (não) participação e suas práticas políticas. Bauer e Aarts (2007: 57) notam que, na pesquisa qualitativa, tenta-se estabelecer, na seleção dos entrevistados, uma diversidade de “estratos sociais, funções e categorias”, deixando em aberto as representações (“as relações sujeito-objeto particulares, ligadas a um meio social”), isto é, procurando não defini-las a priori, como se faz na pesquisa quantitativa.

⁵⁴ A forma de tratar a variável idade foi dividi-la em duas faixas etárias (a primeira de 21 a 40 anos e a segunda de 41 a 65 anos). A escolha inicial foi trabalhar com pessoas adultas, que já tivessem alguma experiência como eleitores. A seleção dessas faixas foi feita com base em suposições relativas a ciclos de vida e geração visto que é na primeira faixa que mulheres e homens em geral têm o seu primeiro casamento e filho/a(s). Na segunda faixa etária estão pessoas que tiveram alguma vivência do regime militar (experiência que supostamente as faz desenvolver percepções comparativas a respeito da ditadura versus democracia) e que também já se encontram em outra fase/geração em relação a seus papéis de gênero (algumas pessoas já se tornaram avós, mulheres que deixaram de trabalhar quando os filhos eram pequenos já retornaram ao mercado de trabalho, muitas testemunharam mudanças significativas em relação ao papel da mulher na sociedade).

⁵⁵ Ver capítulo seguinte para descrição detalhada do perfil da/os entrevistada/os.

⁵⁶ Para Gaskell (2007:71), o número máximo de entrevistas em profundidade que um pesquisador sozinho consegue fazer e analisar varia entre 16 a 24 (individuais) e entre 4 a 8 (em grupo). Ele recomenda ainda que se façam ao menos duas entrevistas por “tipo” relevante de entrevistado segundo as características selecionadas, que neste caso são homens e mulheres, pertencentes a duas classes sociais distintas e a duas faixas etárias (21 a 40 e 41 a 65 anos), como proposto aqui (neste caso, o total seria de 16 entrevistas caso se decida entrevistar dois casos de cada tipo e 24 caso sejam três), e que, caso o número possível de combinações seja muito alto, que se selecionem as consideradas mais relevantes. Procedendo dessa forma, é possível obter diversidade na variável independente, ou seja, testar o “efeito” (mantendo reservas sobre a aplicabilidade destes termos para o tipo de pesquisa que está sendo desenhada) de uma determinada variável.

⁵⁷ A princípio, havia a intenção de se fazerem também grupos focais, porém esta ideia foi abandonada após o piloto porque julgou-se que seria preferível e suficiente utilizar apenas um tipo de dado – aquele obtido por entrevistas individuais – e que estas seriam também mais facilmente executáveis.

Utilizou-se um roteiro básico de questões, que foi estendido e explorado em cada entrevista a partir das respostas. O/as entrevistado/as foram estimulado/as a falar de forma livre e longa sobre os temas propostos. Assumiu-se que as representações sobre política são compostas pelas percepções da/os entrevistada/os a respeito de questões diversas, tais como: a importância que a política tem para a sua vida, a razão de haver mais homens do que mulheres na política, percepção sobre a eleição de mulheres para cargos políticos relevantes, participação em atividades políticas diversas, a percepção sobre ditadura versus democracia, a imagem dos políticos, a confiança nas instituições políticas e a visão do Estado. Também foram exploradas as percepções sobre gênero e a vivência dos papéis de gênero, em especial aqueles referentes à divisão sexual do trabalho, à relação com o trabalho remunerado, às relações de poder intrafamiliares – principalmente ligadas à chefia da unidade domiciliar e tomada de decisões –, à identidade de gênero, à relação entre representações religiosas e de gênero e ao posicionamento a respeito de aborto e casamento homossexual. Todos esses aspectos, integrados, formam a visão do indivíduo sobre gênero, a política e como gênero se relaciona com o sistema político.

Outro ponto importante diz respeito ao contexto em que estão inseridos os atores e como este foi analisado tendo em vista o arcabouço teórico-metodológico da pesquisa. As entrevistas individuais foram, em quase todos os casos, domiciliares ou realizadas no local de trabalho/estudo do/as entrevistado/as. Como se assume que as representações sobre política não são determinadas apenas por fatores individuais, mas também por questões relativas ao contexto em que se inserem os atores sociais, levou-se em consideração a questão de como o contexto social (determinados traços peculiares aos bairros, como tempo de existência, histórico político, proximidade com outros bairros com níveis de renda distintos etc) pode influenciar as visões sobre política dos atores.

O roteiro e a técnica de construção de dados foram testados por meio de um piloto, abrangendo cinco entrevistas individuais e duas em grupo⁵⁸, com o fim de observar algumas combinações de variáveis para que se tivesse uma diversidade razoável de entrevistada/os e, por conseguinte, também de representações e práticas. Foi

⁵⁸ Havia a intenção de testar a viabilidade de se fazerem entrevistas em grupo (grupos focais). Por isso, foram realizados dois grupos focais durante o piloto: um com homens de classe popular e outro com mulheres de classe média. Entretanto, foi descartada a possibilidade de se fazerem grupos focais durante o trabalho de campo porque considerou-se mais produtivo e viável concentrar-se apenas em entrevistas individuais, que, por si só, geraram grande volume de dados suficientes para a análise almejada. Além disso, as entrevistas individuais incluíram também pessoas de classe alta porque o desenho de pesquisa pré-piloto abrangia três classes: popular, média e alta. Posteriormente, decidiu-se excluir pessoas de classe alta de forma a se ter um desenho de pesquisa mais enxuto e que possibilitasse maior profundidade na análise.

testada a viabilidade de execução do trabalho de campo tal como previsto. Após analisados os resultados deste teste piloto, foi possível ainda repensar estratégias de abordagem do/as entrevistados, de colocação das questões, de estabelecimento de *rapport* entre entrevistadora e respondentes, entre outras.

Dado que o contexto de uma entrevista é influenciado pelas características do pesquisador – gênero⁵⁹, classe, raça, postura etc –, e que este não é um processo interativo de mão única, mas construído a partir da relação estabelecida entre entrevistador e entrevistado/a(s), a interpretação dos dados deve estar orientada pelo conhecimento desses elementos. Assim, é preciso estar atento também aos fatores em atuação no ambiente em que é realizada a entrevista e no contexto social onde está inserido o entrevistado/a a fim de pensar sobre como influenciam as respostas e o comportamento em geral do/as respondentes.

Para captar a dedicação ao trabalho remunerado e não remunerado, isto é, para verificar em que medida a divisão sexual do trabalho ainda se manifesta, assim como para prover informações sobre a disponibilidade do tempo necessário para a participação política formal, a interação com diferentes espaços sociais e o contato com pessoas em diversos ambientes, foram incluídas algumas perguntas relativas a “usos do tempo”. Supôs-se que a análise dos chamados “usos do tempo”, isto é, de como as pessoas empregam seu tempo, distribuindo esse recurso escasso e universal entre as mais diversas atividades, pode elucidar importantes formas de manifestação das desigualdades de gênero.

3.3. Resultados do piloto

O piloto foi realizado com o objetivo de testar os roteiros de entrevista, isto é, verificar a exequibilidade das entrevistas e grupos focais, a adequação das perguntas em termos de inteligibilidade e respostas geradas e ainda checar determinadas questões sobre as quais havia dúvida, como: a conveniência metodológica de se entrevistarem casais (em separado, dado que as entrevistas são preferencialmente individuais), homens (devido à questão de gênero já mencionada), e pessoas de classe alta (devido à suspeita de que elas seriam mais resistentes à concessão de entrevistas). Dados estes objetivos

⁵⁹Há autores, como Fontana e Frey (2003: 83), que ressaltam o risco proveniente da diferença de gênero entre entrevistador e entrevistada, ou seja, no caso em que o primeiro seja homem e a segunda, mulher. Pode acontecer que se estabeleça uma relação de hierarquia, devido ao gênero e a outras possíveis características do entrevistador, o que certamente gera vieses nas respostas dos entrevistados. Por outro lado, sendo uma entrevistadora, a tendência, segundo o mesmo autor, é que ela seja vista como “inofensiva e invisível” e que isso favoreça o processo interativo.

iniciais, considerou-se que o piloto prestou-se à sua consecução e que os resultados apontaram no sentido de continuidade, em linhas gerais, do plano metodológico inicialmente traçado, tal como relatado a seguir.

O piloto ocorreu ao longo de duas semanas, no final do mês de junho de 2011, e foram realizadas cinco entrevistas individuais domiciliares e dois grupos focais, tal como previsto. Também como se planejava a princípio, procurou-se obter entrevistados com perfis variados em termos das variáveis independentes propostas. Desta forma, a composição das entrevistas individuais foi a seguinte, por ordem de realização das entrevistas:

- Homem, de classe popular e pertencente à primeira faixa etária (21 a 40), morador da Região Administrativa (RA) Riacho Fundo II (renda baixa, isto é, até cinco salários mínimos), aposentado por invalidez, casado, um filho de outro casamento;
- Mulher, de classe alta e pertencente à primeira faixa etária, moradora da RA Sudoeste (Renda alta, igual ou superior a dezenove salários mínimos), servidora pública, casada, sem filhos;
- Homem, de classe alta e pertencente à primeira faixa etária, morador da RA Sudoeste (Renda alta), servidor público, casado, sem filhos;
- Mulher, de classe popular e pertencente à segunda faixa etária (41 a 65 anos), moradora da RA Vila Estrutural (Renda baixa), aposentada pela previdência rural, divorciada, seis filhos;
- Homem, de classe popular, pertencente à primeira faixa etária, morador da RA Vila Estrutural (Renda baixa), motorista, casado, três filhos;

As entrevistas e os grupos focais foram conduzidos segundo os roteiros previamente elaborados. Em todos os casos, foram acrescentadas ou suprimidas perguntas de acordo com as respostas dadas pela/o entrevistada/o, de forma a explorar alguns aspectos específicos de sua visão sobre determinados pontos e também para garantir que as entrevistas não fossem conduzidas de forma mecânica, isto é, seguindo uma sequência irretocável de perguntas e respostas. Embora este tipo de técnica de pesquisa (entrevistas e grupos focais) não permita acessar possíveis contradições entre discurso e práticas nem tampouco contrastar as diferenças entre o discurso utilizado numa conversação em alguma medida artificial, como a que ocorre num contexto de entrevista ou grupo focal, e as conversas cotidianas, mais autênticas e ocorridas em contextos recorrentes, é possível observar discrepâncias no próprio discurso dos

entrevistados, em alguns casos percebidas por eles e admitidas com constrangimento, e em outros casos, não percebidas, e ainda discrepâncias apontadas pelo confronto entre as posições/versões de diversos sujeitos sobre um mesmo acontecimento ou sobre uma mesma questão. Esse tipo de achado é importante por ser revelador, como afirma Fonseca (1999: 63), dos valores do grupo ou do indivíduo e das representações sociais sobre o fenômeno em apreço.

Toda/os a/os entrevistada/os foram selecionada/os por meio de conhecidos da entrevistadora. Assim, solicitou-se a determinadas pessoas, selecionadas por serem moradoras de determinadas áreas ou que exercem determinada profissão cujo nível de renda era compatível com o almejado, que convidassem pessoas conhecidas para serem entrevistadas. Os convidados deveriam ser selecionados aleatoriamente apenas por se encaixarem em determinado perfil (jovens ou mais velhos, de determinado gênero e de determinada classe social/bairro). Todas as entrevistas individuais foram realizadas no próprio domicílio dos entrevistados, em horário previamente marcado.

Foram realizadas mais entrevistas individuais com homens do que com mulheres porque se tinha a pretensão de testar a possibilidade de alguma interferência da variável gênero na condução das entrevistas, ou seja, pretendia-se averiguar se o fato de entrevistado e entrevistadora pertencerem a gêneros diferentes teria algum efeito negativo. Ao final, concluiu-se que, ainda que isso possa ter afetado as respostas dos entrevistados em determinados momentos, em geral as entrevistas ocorreram com tranquilidade e sem constrangimentos decorrentes desse fato. No entanto, suspeita-se que alguns dos homens entrevistados tenham se empenhado em demonstrar visões socialmente aceitáveis a respeito da desigualdade de gênero pelo fato de estarem diante de uma pesquisadora, e não de um pesquisador. Além disso, alguns foram em geral muito elogiosos em relação às mulheres embora um deles no grupo focal não tenha deixado de manifestar sua visão negativa sobre elas.

Concluiu-se também ser factível conduzir a pesquisa de campo segundo os planos feitos inicialmente, isto é, por meio de entrevistas individuais domiciliares. A prática de entrevistar um casal foi considerada exitosa e interessante devido à importância de ter acesso ao “contraditório”, ou seja, a checar em que medida as visões que um cônjuge expressa sobre o outro e sobre as práticas familiares são compartilhadas por ambos e ainda por possibilitar comparar as representações de mulheres e homens com perfil semelhante.

Percebeu-se que uma entrevista dedicada a temas como estes pode tornar-se delicada em alguns momentos porque, em primeiro lugar, as pessoas não gostam de

falar sobre política e isso as afasta; em segundo, elas podem não gostar e se envergonhar de ter que admitir que política não é uma de suas prioridades e que não fazem tudo que se esperaria de eleitores “conscientes” ou ainda de expor posições políticas que elas sabem que seriam percebidas como conservadoras; em terceiro, homens tendem a se por na defensiva diante de questões que fazem menção a diferenças entre homens e mulheres. Em suma, essas perguntas incomodaram (não a todos, mas a uma boa parcela do/as entrevistado/as). Podem gerar desconforto tanto o teor mesmo da pergunta quanto a sensação de ser questionado sobre algo para o qual não se tem resposta. Embora alguns não se sintam embaraçados em responder “não sei”, para outros isso pode ser bastante constrangedor. Em todos os casos, dado que a intenção da pesquisa não é submeter os entrevistados a situações difíceis ou embaraçosas, é preciso estar prevenido sobre as reações que ela provoca e estar preparado para lidar com elas. No entanto, não parece haver uma forma melhor do que perguntas abertas de se abordarem estes temas.

Embora o piloto não tivesse a pretensão de gerar resultados preliminares, acredita-se que algumas entrevistas poderão ser usadas para futura análise de resultados. Apesar da baixa quantidade de entrevistados, começou a haver algum padrão nas respostas visto que várias delas se repetiram. O piloto também foi importante por revelar que determinadas questões não foram compreendidas conforme se pretendia e ainda por suscitar a elaboração de novas perguntas.

O próximo capítulo apresenta os resultados da análise das representações sobre gênero, precedidos pela descrição do trabalho de campo e dos procedimentos de análise.

Capítulo 4 - Representações e discursos de gênero

4.1 Análise dos dados – os constrangimentos da fala e análise de discurso

As representações sobre gênero de que trata esta primeira seção, assim como, de resto, todo este capítulo, foram elaboradas a partir da análise de uma série de elementos presentes no discurso do/as entrevistado/as. Todo o discurso que está sendo usado aqui como conjunto de dados primários foi produzido em um tipo de contexto específico, que, embora tenha assumido contornos variados em cada caso, corresponde ao de uma entrevista com finalidade acadêmica.

A entrevista, definida de maneira genérica como uma situação em que um entrevistador faz perguntas a um ou mais respondentes, configura um tipo de interação social já bastante conhecida na nossa sociedade visto que ela tornou-se uma técnica de obtenção de informações utilizada para os mais diferentes fins (pesquisa, documentários, reportagens, entretenimento, investigações policiais etc). Em especial nas grandes cidades brasileiras que concentram a maior parte da produção científica e jornalística, a ocorrência de entrevistas não chega a ser algo desconhecido. Assim, a solicitação de uma entrevista, embora vista com estranhamento e desconfiança em alguns momentos, não é recebida com incompreensão. Ainda que não se queira conceder a entrevista, sabe-se como funciona o ritual deste tipo de interação. A finalidade acadêmica da entrevista também não chega a causar espanto visto que parece fazer sentido, à maioria das pessoas, que uma estudante queira obter dados para seu trabalho universitário a respeito de como vivem e o que pensam pessoas diversas. A crescente escolaridade da população brasileira nas últimas décadas, aliada à presença ubíqua de entrevistas na mídia, supõe-se, favorece o entendimento dos propósitos de uma entrevista acadêmica.

Apesar dessa facilidade de que dispõe a/o estudante interessado em fazer entrevistas, percebeu-se, no trabalho de campo, que as pessoas tendem a esperar que as entrevistas sejam curtas e fechadas e se surpreendem quando se lhes pede que falem suas experiências e visões sobre diferentes assuntos e descobrem que a entrevista pode tornar-se um tanto longa. Assim, em especial quando se pretende entrevistar alguém que sabe quanto tempo durou uma entrevista anterior ou quando se explicita a duração média da entrevista no contato inicial, em geral há surpresa ou reclamação. Desta forma, é mais difícil convencer alguém a conceder uma entrevista nos moldes das que foram feitas nesse trabalho do que a apenas responder a algumas perguntas fechadas. Perguntas abertas obrigam o respondente a elaborar respostas e a desenvolver pontos

sobre os quais a pessoa pode sentir-se pouco confortável. Por outro lado, alguns entrevistados sentem-se lisonjeados diante do convite a exporem o que pensam e gostam da liberdade de poder expressar-se em seus próprios termos, usando sua forma particular de abordar as questões. Isso está relacionado ao conforto que sente a pessoa com a temática e com a posição de entrevistada, o que varia, segundo se propõe adiante, de acordo com a inserção social.

A entrevista pode suscitar reações variadas, sendo vista, em diversos momentos, como uma ocasião bem-vinda de desabafo a respeito de propostas e frustrações represadas ou ainda de demonstração do próprio grau de refinamento político. Em outros momentos, ela é interpretada apenas como uma pequena distração das tarefas cotidianas, uma concessão feita a uma desconhecida que inquirir a respeito de temas sobre os quais não se tem muito a dizer. Obviamente, a forma como a pessoa se posiciona reflete o seu grau de interesse e eficácia política assim como quanto ela já havia pensado anteriormente sobre aquelas questões. A extensão das respostas oscila a depender da medida em que a pessoa se sente autorizada a falar sobre os assuntos propostos, como discutido no capítulo metodológico.

Outra dificuldade consiste em que os temas específicos da entrevista – em especial o tema da política – também tendem a gerar reações negativas e de recusa, o que torna mais difícil a obtenção da entrevista e a condução dela. A compreensão que se tem de um pedido de entrevista como algo até certo ponto legítimo se perde quando se descobre que a entrevista gira em torno da política. Neste caso, tentou-se contornar o problema da recusa inicial por meio da descrição do objeto da entrevista de maneira mais geral – questões do dia a dia, temas da atualidade, participação do entrevistado em diversos lugares – para convencer a/o potencial entrevistada/o a falar sobre algo que lhe pareça de sua competência, em lugar de algo espinhoso e desagradável. Durante a condução da entrevista, a estratégia adotada foi a de abordar primeiramente questões mais “leves” e pessoais, proporcionando ao entrevistado a chance de se sentir mais seguro ao abordar assuntos que lhe parecessem mais familiares e ir aos poucos se aproximando de questões mais “difíceis” e ainda alternando estas com outras, mais palatáveis.

Ainda assim, houve recusas que se justificaram por alegações de falta de tempo, não domínio do tema e falta de vontade de falar sobre ele. No caso específico da esposa de um entrevistado, a recusa foi explicada pelo tempo excessivo (quase duas horas) despendido por seu marido na entrevista, visto por ela como um tempo longo demais para ser gasto em uma atividade como essa, dada sua imensa carga de trabalho de

cuidado dos cinco filhos. Nesse mesmo caso, o marido entrevistado já alertara que sua esposa não teria o mesmo interesse ou a mesma capacidade de dissertar sobre as questões da entrevista. Comportamento semelhante teve um outro entrevistado que antecipou o desinteresse político da esposa, a qual, porém, não se furtou a conceder a entrevista.

A boa vontade inicial pode se converter em desconfiança e colocação em xeque da identidade da entrevistadora (“esse 'trem' é da UnB mesmo?”⁶⁰), passando a ser vista, como aconteceu, como emissária de algum político ou como alguém que usaria estas informações sensíveis para algum propósito desconhecido (“se você é parente dele (*do administrador de Samambaia*), não tem nada, não; pode dizer, pode falar para ele”). Nesse sentido, a vulnerabilidade a que se sentem expostas as pessoas de baixa renda pode levá-las a temer se constituírem em potenciais alvos de retaliação decorrente de sua participação na entrevista. A pessoa que convida a falar sobre política (e, por extensão, aqueles a quem a ela se associam), pode tornar-se, então, “*persona non grata*”⁶¹. Trata-se de um tema visto como possivelmente perigoso por versar sobre pessoas poderosas. Em outros casos, a pessoa entrevistada simplesmente não quer confessar suas filiações políticas por saber que seu político preferido está sendo investigado por denúncias de corrupção ou é mal visto por pessoas da classe social a que se julga pertencer a entrevistadora. Em outros casos, ela não quer ser levada a falar sobre algo que pensa não conhecer suficientemente.

Além disso, houve momentos em que entrevistados tentaram devolver a pergunta feita a ele/as ou questionar sutilmente a opinião de sua interlocutora sobre os temas abordados. Nesses casos, a saída encontrada foi desvencilhar-se de dar a resposta requerida por julgar-se que ela influenciaria de maneira negativa a condução do resto da entrevista e a postura que entrevistada/os teriam a partir daquele momento. De qualquer forma, as entrevistas foram sempre pautadas pela tentativa de criar empatia com entrevistada/os por meio de expressões e outras manifestações de compreensão e simpatia pelo/a entrevistado/a e por suas visões de mundo. Ainda que não se concorde com o que diz o/a entrevistado/a, é preciso mostrar que se é uma boa ouvinte e que o que está sendo dito é importante, levando suas opiniões a sério e compreendendo-as⁶².

⁶⁰ Os trechos de entrevistas citados neste trabalho foram corrigidos gramaticalmente, mantendo-se o estilo e os termos utilizados pelas pessoas entrevistadas, de forma a adaptar o que foi dito oralmente à língua escrita, com a forma culta que lhe é peculiar.

⁶¹ Tanto em Taguatinga quanto em Samambaia, pessoas a quem solicitei que me apresentassem outras pessoas que poderiam ser entrevistadas também tiveram resistência em fazê-lo, alegando que não queriam ser associadas ao tema da política.

⁶² O entendimento de quem está sendo entrevistado, proposto por Bourdieu (1996), requer que se preste “total atenção à pessoa questionada, submissão à singularidade de sua história de vida, que pode

Em alguns momentos, houve ainda a tentativa de criar uma identificação de gênero por parte de determinadas mulheres à medida que se entrava em temas que dizem respeito a questões “femininas”, tais como cuidado com os filhos. São exemplos a interpelação da identidade de mulher – por exemplo, na fala de uma mulher de classe popular (“Você vai ao hospital hoje, mulher, agora é por classe: tem a vermelha, a amarela e a verde”) - ou a tentativa de apelar para uma experiência supostamente compartilhada entre mulheres (“Não sei se você tem filho, mas, quando se separa, se tem filho, os filhos ficam com você”).

Assim, o posicionamento diante da entrevistadora foi claramente influenciado por elementos de classe e gênero. Para pessoas de mais baixo nível de escolaridade, o contato com uma entrevistadora universitária as fazia sentir-se inseguras diante da disparidade dos níveis de instrução. Desta forma, em diversas ocasiões, entrevistados e entrevistadas demonstravam querer confirmar a correção de suas respostas, tentavam se expressar de forma mais elegante/formal, desculpando-se por usar termos coloquiais (“Eu vou falar um termo bem comum”) ou relembavam estar diante de alguém com maior escolaridade (“Você é uma menina estudada, eu não tenho nem o terceiro ano primário”, ou “Se eu te falar meu estudo, você vai até rir, terceiro ano primário”, nas palavras de um homem e outro faz questão de avisar que: “Tem muita coisa aqui que eu vou falar, mas você já sabe, né?” e ainda, nas palavras de uma mulher de classe popular: “Nós todos somos seres humanos, todos somos iguais. A diferença é porque você tem mais estudo do que eu, tem experiência mais de alguma coisa do que eu, mas, como cristãos, nós todos somos iguais, né?”. Esta mesma entrevistada manifestou resistência em conceder a entrevista e questionava repetidamente “como assim?” às perguntas feitas. A resistência à entrevista tem muito de insegurança e vergonha, de colocar-se em posição de defesa contra um possível ataque à própria dignidade⁶³.

Para tentar impedir que assimetrias de classe e escolaridade tornassem a entrevista difícil ou incômoda, evitei falar que a entrevista serviria a uma tese de doutorado ou que sou aluna da Universidade de Brasília⁶⁴, que goza de maior prestígio

levar, por um tipo de imitação mais ou menos controlada, a adotar sua linguagem e esposar suas visões, sentimentos e pensamentos”. No entanto, críticas à técnica de entrevistas em profundidade, como a de Rapley (2001: 316), são céticas em relação a esse esforço de entendimento já que o entrevistador sempre controla a “trajetória da conversa (e a interação como um todo”).

⁶³ Bourdieu (1996:20) referindo-se à situação de entrevista, faz menção ao medo “geral, senão universal de ser feito de objeto”.

⁶⁴ Na primeira entrevista, realizada no escritório da presidente de uma associação de moradores em Taguatinga, que fica numa sala em sua casa, fui chamada a esclarecer dúvidas sobre o preenchimento de um formulário para solicitação de lote logo após haver dito que era estudante da UnB. A credencial de estudante da Universidade de Brasília claramente me colocou numa posição de autoridade diante da presidente da associação, que não possui curso superior, e de duas mulheres que estavam ali para tentar

social, por ser pública, do que as universidades privadas da cidade. Entrevistados com nível superior, por outro lado, tendiam a colocar-se em posição de igualdade, como se vê por esta fala de uma mulher: “Eu tenho esclarecimento político, (*também*) você, seus colegas...”. A percepção de estar falando para uma “igual”, principalmente em termos de classe social, levava entrevistada/os a sentir-se à vontade para emitir suas opiniões de forma mais aberta, o que será explorado mais adiante.

No que se refere às relações de gênero no processo de entrevista, parece haver-se confirmado um padrão já observado em *surveys* em outros lugares, qual seja: o de que mulheres são “consideradas menos ameaçadoras que homens e, portanto, com maior probabilidade de ganhar acesso às residências dos respondentes” (Huddy *et al*, 1997: 197), o que torna as mulheres de meia idade as entrevistadoras ideais para entrevistas pessoais. Embora, no caso desta pesquisa, não se tenha feito uma comparação com as respostas que seriam dadas a um entrevistador nas mesmas condições, suspeita-se que determinadas entrevistas (feitas na residência de mulheres que estavam sozinhas em casa) teriam sido dificultadas se fosse um homem, e não uma mulher, a solicitar a entrevista. Por outro lado, Huddy *et al* (1997) assinalam a existência de um fenômeno que não parece ter-se manifestado neste estudo: o de que respondentes dão respostas mais feministas a uma mulher do que a um homem. Ainda que, segundo estes autores, os estudos existentes sobre o tema sejam inconclusivos (no que diz respeito, por exemplo, a se homens ou mulheres seriam mais afetados por este tipo de efeito do gênero do entrevistador) e ainda que os testes de tais efeitos se refiram a *surveys*, e não a pesquisas qualitativas, é interessante notar que estudos anteriores identificaram respostas mais favoráveis a questões relacionadas a gênero (tais como o apoio a mulheres políticas e candidatas e assuntos pertencentes à agenda feminista) quando era uma mulher a conduzir as entrevistas. Os autores sugerem, porém, que esse efeito não tende a ser muito significativo nem reflete necessariamente um ajuste do discurso ao gênero da entrevistadora, mas pode indicar que a presença de uma mulher incentive os respondentes, em especial os mais jovens e maleáveis, a levar em conta “preocupações distintas” (idem: 213) ao manifestarem suas atitudes.

O viés mais feminista mencionado acima parece acontecer com maior probabilidade em relação a determinadas questões (como sobre a divisão sexual do trabalho doméstico) do que a outras (como as relativas à presença de mulheres na política dadas as respostas obtidas) devido ao padrão identificado nas respostas, como

pleitear um lote. Depois desse episódio, passei a evitar, em quase todas as entrevistas, anunciar meu vínculo com a UnB.

se discutirá posteriormente. O argumento de que as pessoas formulem suas opiniões sobre gênero no momento da entrevista em resposta ao gênero do entrevistador parece plausível diante do que se evidenciou nesta pesquisa a respeito de como as pessoas entrevistadas reagem à maior parte, porém não a todas, as questões relativas a gênero, isto é, diante da sua falta de reflexão prévia sobre o assunto.

Gutmann (2003: 80) sugere que mulheres, ao entrevistar homens, podem tocar em temas que concernem a questões delicadas e íntimas, como fragilidade emocional, com mais facilidade que entrevistadores masculinos. Assim, segundo o autor, estudos sobre masculinidade feitos por mulheres trariam aportes distintos. No caso de entrevistadores, pode ocorrer uma tendência a “exagerar demonstrações agonísticas de masculinidade”. Uma mulher, ao contrário, pode deixar um entrevistado mais à vontade para falar sobre assuntos encarados como femininos. Por outro lado, poderia haver a tendência de que, diante de uma mulher, entrevistado/as adequassem seu discurso à expectativa de que a posição da entrevistadora seria mais favorável às mulheres ou mais feminista. Nesse sentido, diversos homens tendiam a se colocar na defensiva, negando que suas respostas tivessem um caráter machista (“É nada em relação a machista, não”). Foram poucos os homens que falaram abertamente sobre a existência de preconceito e discriminação contra a mulher.

Outro elemento do contexto importante para se analisarem os dados obtidos diz respeito ao lugar da entrevista. Embora se tenha privilegiado a realização de entrevistas domiciliares, nem sempre foi possível fazê-las porque o perfil de entrevistados que se estava buscando seria mais facilmente encontrado em empresas, prédios de escritórios, faculdades ou sedes de associações. Um pouco menos da metade das 29 entrevistas (13) foi conduzida na casa dos entrevistados. A vantagem de se fazer a entrevista na própria casa do entrevistado consiste em que esta se torna uma fonte a menos de desconforto visto que, a rigor, ele/a estaria no lugar onde se sente dono/a da situação, contribuindo para seu grau de fluência. Porém, não necessariamente o lugar onde se trabalha, ainda mais quando se trata de um escritório ou sede de associação onde não há mais ninguém em volta, representa uma fonte de ameaça ou desconforto. Assim, esse fator não parece ter influenciado negativamente as entrevistas.

Quase todas as entrevistas foram feitas individualmente, com exceção de um caso, em que dois homens, que já estavam conversando quando do pedido da entrevista, pediram para serem entrevistados em conjunto porque se sentiam mais à vontade dessa forma. Neste caso, é inevitável que as respostas de ambos sejam influenciadas pela presença do outro e, em vários momentos, houve discussões entre eles a respeito dos

temas da entrevista. No entanto, a entrevista foi conduzida normalmente, seguindo o roteiro e adicionando ou suprimindo questões de acordo com o que dizia(m) o(s) entrevistado(s).

Os casais também foram entrevistados individualmente, em dias distintos e contextos separados (para dois casais, um no local de trabalho e o outro em casa e, no caso do terceiro, ambos na casa do homem, porém não no mesmo dia). Ao todo, foram entrevistados dois casais casados e um casal de namorados/noivos que não coabitam.

Todos os elementos citados acima e ainda outros – o lugar onde é emitido o discurso, para quem ele se destina, as relações de poder no momento da entrevista, a abordagem de quem conduz a entrevista, o entendimento de quem é entrevistado a respeito do propósito da entrevista e do comportamento que dele/a se espera, a “fachada”⁶⁵ que a pessoa pensa que deva assumir, o grau de tranquilidade ou tensão gerado por cada questão proposta e o grau de competência que se julga ter para responder às questões – conformam o discurso dos entrevistados. Deve-se ter em conta ainda que, neste caso, trata-se de um tipo de discurso não espontâneo no sentido de que não produzido “naturalmente”, mas emitido em resposta a uma solicitação. Isso não quer dizer que este discurso reflita menos as opiniões “verdadeiras” das pessoas que o produzem a respeito dos temas propostos. Há pessoas que, reconhecendo o tipo de uso que será dado à informação (uma pesquisa acadêmica), o compromisso de confidencialidade e o fato de tratar-se de uma entrevistadora desconhecida (com quem não se tem uma relação anterior e com quem não se terá qualquer contato posteriormente), aceitam a proposta e procuram exprimir o que, de fato, sentem e pensam em relação a pelo menos alguma questões. Para outras, a singularidade do fato e a aridez do tema tendem a criar tensões maiores. Além disso, o estudo é limitado porque apenas este tipo de discurso é analisado, e não outras formas discursivas, que as pessoas praticam nas suas interações diárias. No entanto, a repetição das representações confirma a existência de padrões sociais segmentados de discurso.

Há que se levar em conta também o fato de que a entrevista coloca questões novas, isto é, várias das questões não haviam sido objeto de reflexão prévia, portanto, as pessoas foram obrigadas a pensar as respostas no momento. Procurou-se, na análise, assinalar as variações de gênero no que se refere ao grau de articulação prévia das respostas, isto é, até que ponto homens ou mulheres parecem mais confortáveis com

⁶⁵ O conceito de fachada, criado por Goffman (1985: 29) é definido como o “equipamento expressivo de tipo padronizado, intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação”.

determinado tipo de pergunta e em que medida diferem no grau de facilidade com que emitem respostas⁶⁶. Para evitar deixar a pessoa em situação de desconforto e induzi-la a falar sobre temas que lhe parecessem mais fáceis, foi empregado o recurso de substituir ou complementar perguntas abstratas - às vezes respondidas com “não sei” - por perguntas mais concretas, relativas a como o tema em questão se manifesta na vida da pessoa e como ela lida com aquilo no dia a dia. As perguntas sobre vivências e práticas recorrentes – por exemplo, vocês costumam votar nos mesmos candidatos? – e aquelas relativas a percepções sobre questões que estão na ordem do dia - “o que você acha sobre o casamento homossexual?” - em geral recebem respostas imediatas, indicando que já havia um padrão de comportamento identificado ou alguma reflexão prévia a respeito. Nesse sentido, é preciso também sublinhar a especificidade do momento em que a pesquisa foi feita. Ao contrário do que estudos etnográficos sobre a política tendem a fazer, esta pesquisa foi conduzida num período de interregno eleitoral, isto é, dois anos após as eleições de 2010⁶⁷. Isso significa que as discussões eleitorais já haviam passado e que a necessidade de decidir em quem votar não se impunha como preocupação naquele momento. Desta forma, as pessoas não estavam esperando ter que falar sobre política num período não eleitoral. No entanto, a memória das eleições anteriores – em especial as disputas para presidente e governador - ainda estava presente.

As perguntas relativas, por exemplo, ao comportamento feminino versus masculino em geral, mas nem sempre, evocaram respostas condizentes com o que seria socialmente esperado. Em especial, entrevistado/as mais jovens e escolarizados querem parecer progressistas em seu discurso. Entretanto, a imagem que a pessoa quer passar, às vezes, é traída porque ela não consegue fabricar respostas distintas, de improviso, a questões que tendem a evocar estereótipos de gênero. Em alguns casos, a pessoa se sente constrangida porque o que afirmou anteriormente é negado por respostas posteriores, mais tradicionais e estereotipadas.

Ainda que o tema específico da política seja sensível e às vezes visto com desconfiança, o que tenderia a levar as pessoas a se resguardarem e a não emitir respostas que fugissem do discurso mais convencional, houve diversas ocasiões em que

⁶⁶ Para algumas pessoas, a maior parte dos temas da entrevista já havia sido objeto de reflexão ao passo que, para outras, aquelas questões estavam sendo levantadas pela primeira vez.

⁶⁷ No Distrito Federal, não há eleições para prefeito e vereador. No entanto, alguns reflexos da campanha eleitoral que começava a ser feita em municípios vizinhos ao DF, dos quais provêm alguns dos entrevistado/as, se faziam sentir. Várias pessoas mencionam que as cidades de onde elas ou suas famílias migraram estavam mobilizadas politicamente. Outras alegaram que nunca transferiram seu título eleitoral para o DF como razão para o não envolvimento com as questões políticas da cidade.

entrevistado/as saíram do padrão mais cauteloso⁶⁸. Embora as pessoas suspeitassem qual seria a “resposta correta” para diversas perguntas, isto é, a resposta com que uma entrevistadora com o meu perfil concordaria, manifestou-se também, frequentemente, o orgulho por emitir as próprias posições, isto é, a adesão a determinados políticos ou visões de mundo – por exemplo, a gratidão a Joaquim Roriz ou a filiação religiosa - que para a/os entrevistada/os são importantes. Também verificou-se ser mais confortável, em alguns momentos, pedir que as pessoas falem sobre o comportamento dos outros – seus vizinhos, por exemplo - do que o seu próprio.

A oportunidade de falar sobre suas visões e vivências foi, para diverso/as entrevistado/as, gratificante. Assim, houve agradecimentos ao final das entrevistas (“Foi divertido, foi tão bom desabafar com você! “Eu acho legal (*dar a entrevista*). Você sabia que eu gosto?”) e ainda pedido de ajuda (“Quero que você seja feliz, que você ajude, nesse seu estudo, ajude quem está com dificuldade, ajude o povo. Conto com a sua colaboração, sempre olhando pela classe mais baixa”). Como não poderia deixar de ser, a entrevista mesma proporciona elementos para que as pessoas comuniquem suas respostas, alterando sua percepção durante o próprio processo da interação, como a fala desta mulher ilustra: “Então, eu acho que, hoje em dia, o pessoal está mais livre, mais solto. Hoje em dia, como você falou, já tem mulher na política, já tem mulher em um monte de lugares que não tinha. Eu acho que foi benéfico nesse ponto”. Em outro caso, a própria pergunta leva a/o entrevistado a pensar a questão sob um ângulo novo. Uma mulher se surpreende diante do questionamento sobre a preponderância de mulheres em seu local de trabalho: “De um modo geral, a própria profissão (*de professora*)... É interessante, parece que é direcionada para mulher. É interessante isso, né?”

Como mulheres e homens variam em suas formas de emitir o discurso, ademais do seu conteúdo mesmo, são questões que constam desta análise. Há toda uma literatura para a qual gênero é uma das variáveis centrais na estruturação do discurso e que se dedica a analisar as variações entre os padrões de fala⁶⁹. Aqui se tentou incorporar algumas das indicações dadas por autores que trabalham com análise de discurso a respeito dos elementos que condicionam a sua produção e, dado que esta análise pretende dar relevo às clivagens de gênero, classe e idade, enfocando principalmente aquelas diferenças que podem ser atribuídas a estas clivagens.

⁶⁸ Mesmo tendo desconfiança sobre o propósito da entrevista, Seu Jonas afirma: “Não vou mentir. Político é político. Para ser sincero, eles são muito... Eles prometem muita coisa, sabe? Está vendo que não vai cumprir e vai comprometendo e aumentando até quando chega num ponto que eles ganham. Aí, quando ganha, aí pronto, acabou-se”.

⁶⁹ Ver Sunderland (2006) e Lakoff (2003).

Nem todos os elementos que importam em termos de análise contextual, tal como proposto por Paul Gee (2010), proponente de uma análise crítica do discurso, foram utilizados aqui. Este autor sugere que o contexto seja “indefinidamente amplo” (idem: 31), incluindo componentes tão diversos como a posição do corpo, o olhar, o tom de voz, as interações prévias com o receptor do discurso e o ambiente cultural, histórico e institucional. A análise que ele propõe requer atenção a como a fala está organizada, em termos de sujeitos, predicados, pronomes, adjetivos e as demais categorias gramaticais, para se inferir com razoabilidade o que o ator quer dizer e fazer, que mensagem ele quer transmitir e que impressão ele pretende passar em cada frase. Tudo isso depende de um entendimento profundo do contexto em que se insere o discurso visto que aquele molda o significado deste.

Não se fez uma análise detalhada de todas as frases emitidas por todos os entrevistados nem se enfatizou a observação de aspectos físicos do comportamento dos entrevistados, mas se procurou fazer uma análise estruturada por categorias, ressaltando-se trechos que ilustrem as diferenças que se quer sublinhar. O contexto em que o discurso foi proferido, tanto aquele imediato, referente à situação da entrevista, quanto o contexto mais amplo a que se referem analistas de discurso, como Dryzek e Berejikian (1993), isto é, o ambiente institucional e cultural circundante, foi objeto de análise neste trabalho. Não se pretendeu pinçar as falas dos atores em separado do meio social a que pertencem; ao contrário, toda a análise está direcionada para tentar associar discursos a contextos sociais, definidos prioritariamente por gênero e classe. Visto que a narrativa que cada pessoa constroi esta ancorada no contexto social em que ela se insere, é deste contexto que ela retira os elementos para estabelecer os termos de sua relação com a política.

Supõe-se, como sugere Gee, que o discurso ou a linguagem são meios para construir ou destruir coisas no mundo. Ao falar sobre aquilo que considera político, a pessoa traça os contornos de sua relação com esta esfera e se posiciona em termos de proximidade e apropriação dela. Assim, o discurso reflete a prática social à qual está atrelado na medida em que a maneira como a pessoa concebe o fenômeno social em questão se associa a como ela se relaciona com ele. E o modo como ela se relaciona, em seu comportamento diário, com a política está condicionado pela forma como ela atribui sentido à política.

O discurso sobre política, ainda que seja para uma entrevista, é um ato político visto que indica uma tomada de posição, a afirmação de um tipo de identidade política e, para alguns, a chance de falar sobre algo que não costuma figurar como tópico de

conversação na vida diária, em especial fora do período eleitoral. Este é mais um fator por que vários dos entrevistados têm dificuldade em expressar-se sobre essas questões, que não estão na sua agenda corrente de preocupações.

Todo discurso, quer trate ou não de política, é também político no sentido de que exprime alguma noção a respeito de distribuição de bens sociais, como argumenta Gee (2009: 12), ou alguma apreciação da organização social e de como ela deve ser transformada ou mantida. Assim, mesmo que a pessoa se recuse ou tenha dificuldades em tratar de temas relativos à política institucional, ela faz julgamentos políticos ao falar de si e de suas relações sociais. Esta é uma assunção importante para este estudo dado que serão discutidos graus variados de envolvimento com a política e diferentes entendimentos de política.

Os julgamentos políticos expressos pelos indivíduos remontam às representações coletivas próprias de seu segmento social. Representações, entendidas no sentido durkheimiano de “crenças culturais, valores morais, símbolos e ideias compartilhados por qualquer grupo humano” (1961 citado por Bocock 2007: 157), não são construídas de maneira individual e solitária, mas são transmitidas intergeracionalmente via processo de socialização. E ainda, elas variam conforme os diversos segmentos sociais. Assim, dentro de uma mesma sociedade ou cultura, haverá distinções relevantes conforme se estruturam as clivagens sociais. As práticas discursivas revelam não apenas as diferentes maneiras de articular a língua utilizadas pelos variados grupos sociais, mas também suas representações e seus desiguais níveis de acesso aos bens sociais, incluindo status e reconhecimento social. Analisar as variações nos discursos sobre política é uma forma direta de ter acesso às distintas representações sobre justiça e democracia.

A análise que segue trata de um conjunto de 29 entrevistas, realizadas com pessoas selecionadas de acordo com critérios já discutidos⁷⁰. Tentou-se obter diversidade em termos de gênero, classe e faixa etária. As tabelas 2 e 3 mostram alguns detalhes dessa distribuição.

Tabela 2: Distribuição das entrevistas segundo gênero, classe e faixa etária

		Homem	Mulher
Classe média (Taguatinga)	Mais jovens (21 a 40 anos)	3	5
	Mais velho/as (41 a 65 anos)	4	3

⁷⁰ Os nomes pessoais utilizados na análise não são reais. Os pronomes de tratamento “Dona” e “Seu” são usados para indicar pessoas pertencentes à faixa etária mais velha.

	Subtotal	7	8
Classe popular (Samambaia)	Mais jovens (21 a 40 anos)	3	5
	Mais velho/as (41 a 65 anos)	2	4
	Subtotal	5	9
	Total	12	17

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3: Características de entrevistada/os e contexto das entrevistas

	Classe social	Faixa etária	Pessoas presentes no momento da entrevista	Onde foi realizada a entrevista
Fernando	Média	21-40 anos	Apenas o entrevistado	Local de trabalho
D. Márcia	Média	41-65 anos	Apenas a entrevistada	Domicílio/Local de trabalho (associação)
S. Ricardo	Média	41-65 anos	Apenas o entrevistado	Domicílio
S. George	Média	41-65 anos	Apenas o entrevistado	Local de trabalho
Ana	Média	21-40 anos	Apenas a entrevistada	Associação (frequentadora)
D. Sônia	Média	41-65 anos	Outras participantes da associação, que estavam trabalhando	Local de trabalho (associação)
Camila	Média	21-40 anos	Apenas a entrevistada	Shopping center
Nara	Média	21-40 anos	Apenas a entrevistada	Universidade
Denise	Média	21-40 anos	Apenas a entrevistada	Universidade
Paulo	Média	21-40 anos	O entrevistado e Igor	Universidade
Ivo	Média	21-40 anos	O entrevistado e Paulo	Universidade
S. Mário	Média	41-65 anos	Apenas o entrevistado	Local de trabalho
D. Renata	Média	41-65 anos	Apenas a entrevistada	Domicílio
Elisabete	Média	21-40 anos	Apenas a entrevistada	Local de trabalho
S. Arnaldo	Média	41-65 anos	Apenas o entrevistado	Local de trabalho
D. Eunice	Popular	41-65 anos	Apenas a entrevistada	Domicílio
Marcela	Popular	21-40 anos	Apenas a entrevistada	Domicílio
D. Cleide	Popular	41-65 anos	Apenas a entrevistada	Domicílio
William	Popular	21-40 anos	Apenas o entrevistado	Domicílio
Gabriela	Popular	21-40 anos	Apenas o entrevistado	Domicílio

D. Luzia	Popular	21-40 anos	Apenas a entrevistada	Rua
Jeremias	Popular	21-40 anos	Apenas o entrevistado	Local de trabalho
D. Miriam	Popular	41-65 anos	Apenas a entrevistada	Rua/frente ao domicílio
S. Jonas	Popular	41-65 anos	Apenas o entrevistado	Rua/frente ao domicílio
S. José	Popular	41-65 anos	Apenas o entrevistado	Domicílio
Marta	Popular	21-40 anos	Apenas a entrevistada	Local de trabalho
Fabiana	Popular	21-40 anos	Apenas a entrevistada	Domicílio
Leandro	Popular	21-40 anos	Apenas o entrevistado	Rua
Michele	Popular	21-40 anos	Apenas a entrevistada	Domicílio

Fonte: Elaboração própria

Para captar as variações nas representações segundo estratos sociais, a amostra foi propositalmente desenhada de forma a contemplar os eixos selecionados previamente: gênero, classe e idade. As entrevistas foram iniciadas em Taguatinga (bairro de classe média). Inicialmente, associações de naturezas diversas (de moradores, culturais, comerciais) foram contatadas e alguns de seus dirigentes entrevistados. A intenção era começar o trabalho de campo a partir de algum ponto de referência e, em seguida, passar a pessoas que residissem nas redondezas das associações, mas que não participassem delas, utilizando a/os dirigentes de associações como referências para chegar a seus vizinhos. Entretanto, essa estratégia não foi bem-sucedida por recusa destes dirigentes. Mesmo sem este “encaminhamento”, foi possível entrevistar pessoas selecionadas aleatoriamente que se encaixavam no perfil buscado (mulheres, homens, de determinada faixa etária e de renda e moradores das duas cidades selecionadas) por meio de solicitações de entrevistas em domicílio. Em diversas ocasiões, também tentou-se entrevistar a/os cônjuges, porém nem sempre foi possível. À medida que o campo se desenrolou, aumentou a dificuldade de encontrar pessoas com o perfil “certo” (quando se esgotou a “cota” de mulheres mais velhas, por exemplo, era preciso entrevistar mulheres mais jovens) dispostas a serem entrevistadas e então passou-se à estratégia de ir a lugares onde as pessoas com o perfil desejado pudessem ser encontradas com mais facilidade, tais como escritórios de profissionais liberais e universidades. Em Samambaia, também se iniciou o trabalho de entrevistas por meio de contato com presidente de associação de moradores, porém contou-se também com a ajuda relevante de uma pessoa conhecida, em cuja vizinhança foram realizadas entrevistas.

Durante todo o tempo do trabalho de campo, foram feitos diários com anotações

a respeito das próprias entrevistas, do contexto em que foram realizadas, da relação entrevistadora-entrevistada/o e dos pontos de interesse que poderiam ser utilizados na análise. A comparação entre os casos – homens e mulheres casados, tipos equivalentes em Samambaia e Taguatinga, homens e mulheres residentes na mesma cidade, porém de classe e faixa etária distintas – norteou a análise. A construção de categorias de análise a partir da leitura comparativa das transcrições das entrevistas também foi fundamental. A constatação de regularidade nas expressões discursivas, bem como na forma de se posicionar diante das questões colocadas, guiou a elaboração do texto. Recorrer às notas de campo foi importante por possibilitar lembrar questões subjetivas a respeito de entrevistada/os que não podiam ser reveladas apenas pela audição ou leitura das transcrições.

4.2. O que são e como se produzem as representações de gênero

Embora os indivíduos, nas sociedades contemporâneas, pertençam a múltiplos grupos sociais, argumenta-se, seguindo Williams (1998), que as estruturas geradoras de marginalização imputada para determinados grupos sociais lhes fazem desenvolver “perspectivas” (Young, 2000), isto é, formas específicas e situadas de ver o mundo que caracterizam os diferentes membros de tais grupos. Obviamente, tais pontos de vista, a partir dos quais se derivam as representações, não são fixos, mas mutáveis historicamente e num ritmo mais acelerado na modernidade do que em tempos passados.

Em particular, as representações e comportamento de gênero, objeto deste capítulo, têm atravessado mudanças importantes, recorrentemente enfatizadas pela/os entrevistada/os. Ao mesmo tempo que são transmitidas intergeracionalmente desde o nascimento, organizando todo o processo de socialização, elas são também influenciadas por mudanças sociais, que têm impactos diretos sobre como convivem mulheres e homens, e ainda pela sucessão dos ciclos de vida. Todo esse processo está bastante presente na sociedade brasileira, que tem passado por transformações acentuadas. A transição entre representações de gênero típicas de sociedade pré-modernas e novas representações mais compatíveis com uma sociedade industrializada ou pós-industrial é um fenômeno que parece afligir a alguns dos entrevistados. A discussão a respeito de como a modernização impacta a desigualdade de gênero, já feita em capítulo anterior, será brevemente caracterizada aqui por se considerar que a análise de gênero na sociedade brasileira deve remeter a esse fenômeno mais amplo.

Cada sociedade tem sua própria configuração sociopolítica, que afetará o ritmo

dessa mudança. O Estado pode influir de forma determinante nesse processo de mudança de mentalidades e de criação de meios que permitam às famílias ao menos minorar a divisão sexual do trabalho – por exemplo, creches, asilos e educação em tempo integral - ao ofertar políticas públicas que facilitem a entrada e permanência da mulher no mercado de trabalho. Porém, o Estado brasileiro não chegou a instituir algum tipo de regulação sobre o trabalho não remunerado realizado na esfera intradomiciliar. O tipo de trabalho que sempre foi objeto de atenção preferencial, inclusive com definição de carga horária máxima, é o remunerado, por ser exercido no âmbito do mercado e estar associado ao homem, como afirma Dedecca, 2004 (citado por Ramos, 2011).

Pensar numa ordem de gênero alternativa, como faz, por exemplo, Fraser (1997), com sua proposta de “cuidador universal” como horizonte normativo regulador da sociedade pós-industrial, implica reorientar toda a intervenção do Estado, em especial as políticas sociais. Dado que a antiga configuração do Estado de bem-estar social, baseada num modelo de família tradicional e numa ideia de “renda familiar” auferida pelo homem que não faz mais sentido, seria preciso repensar toda a imbricação entre políticas públicas e ordem de gênero, tendo em vista o enorme impacto que o poder público tem sobre as relações sociais. Como indica Skocpol (1985), o Estado afeta estruturalmente a sociedade, moldando a formação de grupos, a ação coletiva e a agenda sociopolítica. Além disso, nos países latino-americanos, quanto maior a capacidade do Estado, menor tende a ser a desigualdade, segundo Hoffman e Centeno (2003).

Ainda assim, a capacidade estatal ou das “forças modernizantes” de alterar práticas e representações que estão profundamente incrustadas no tecido social é limitada pelas especificidades mesmas da desigualdade de gênero. Naturalmente, reconhecer essa limitação não significa aderir ao argumento normativo liberal de que o Estado e/ou a democracia não deveria penetrar na esfera doméstica. Ainda que o Estado deva ser o locus iniciador de muitas mudanças sociais que requerem alteração de comportamentos e visões de mundo, a complexidade das causas da desigualdade de gênero, já discutidas, requereria uma atuação concertada do Estado, do mercado e da sociedade civil.

Representações de gênero são parte crucial do processo socializador e algumas teorias feministas tratam das consequências nefastas da participação quase exclusiva da mãe e da ausência do pai nesse processo. Estando a divisão sexual do trabalho na origem da desigualdade de gênero, a permanência desta está garantida pela manutenção da primeira tanto em termos de práticas quanto de representações. Ela é vivida de

formas às vezes radicalmente distintas por mulheres de diferentes classes e idades, como ilustram as histórias de vida de entrevistados e os dados mais gerais da sociedade brasileira. Embora os propósitos da socialização primária e secundária sejam os mesmos, ela assume formas e conteúdos os mais diversos. Os indivíduos entrevistados nesta pesquisa revelam suas diferenças e semelhanças, sendo cada um deles portador de uma combinação única de visões de mundo. No entanto, interessa aqui não ressaltar as singularidades individuais, mas os elementos comuns às vivências individuais, derivadas de localizações estruturais semelhantes.

Deve-se observar ainda que o termo “representações de gênero” está sendo entendido aqui como referente a um conjunto específico de representações e que não se pretende, obviamente, esgotar tudo que pode ser compreendido como relativo a gênero. Apenas aquelas dimensões que se considerou que importassem mais proximamente a este trabalho foram abrangidas no roteiro de entrevistas e outras que surgiram a partir das regularidades encontradas no discurso, em especial as referentes à divisão sexual do trabalho, à relação com o trabalho remunerado, às relações de poder intrafamiliares – principalmente ligadas à chefia da unidade domiciliar e tomada de decisões –, à identidade de gênero, à feminilidade, à masculinidade, à maternidade e à paternidade. Dimensões relativas à sexualidade, à violência doméstica, ao comportamento contraceptivo e reprodutivo e diversas outras questões que dizem respeito a gênero não foram tratadas porque se supôs que não teriam uma correlação direta com o objeto principal da tese embora todas estas dimensões componham um quadro geral de subordinação da mulher na sociedade.

A relevância de se tratar primeiro das representações de gênero reside em que, seguindo Durkheim (1961 citado por Bradley, 2007: 123), se considera que, para entender qualquer fenômeno social, é preciso examinar as razões de sua existência e permanência, isto é, suas causas e consequências. Sendo assim, é preciso entender, em primeiro lugar, como a construção de gênero está configurada para perceber seu nexos com representações sobre política e ainda como papéis de gênero e políticos estão articulados. Além disso, argumenta-se que é preciso analisar antes as concepções de masculinidade e feminilidade para possibilitar o passo seguinte, de “aplicação” de tais concepções à política.

4.3. A divisão sexual de trabalho: seus indicadores e representações

4.3.1 Diferenciais de usos do tempo na execução do trabalho doméstico

Se é certo que, durante a socialização primária, o indivíduo é levado a crer que o meio social em que vive é o único possível, mais tarde ela/e virá a aprender que, na verdade, está situado num contexto de classe popular, média ou alta e, ainda antes disso, saberá que a sociedade a/o vê como mulher ou homem. Em se tratando de sociedades menos desiguais, o indivíduo tem a oportunidade de frequentar espaços sociais em que pessoas oriundas de distintos estratos sociais estão presentes e de tomar contato com diferentes perspectivas. Na sociedade brasileira, por outro lado, a profunda desigualdade social leva seus membros a viverem mundos totalmente separados conforme a classe a que pertençam. Assim, mesmo as escolas não promovem a convivência entre classes que se fomenta em outras sociedades. Uma criança de família pobre tende a estudar em escolas de baixa qualidade que serão frequentadas por crianças igualmente pobres⁷¹, o que tem um impacto significativo em termos de aprofundamento da desigualdade de oportunidades e experiências de vida.

Em termos de gênero e divisão sexual do trabalho, a dupla carga de trabalho é uma experiência vivida por mulheres de todas as classes sociais, o que demonstra que, apesar do abismo social, há elementos em comum na vida das mulheres brasileiras. Dados de usos do tempo demonstram que quase todas as mulheres executam afazeres domésticos no Brasil ao passo que nem metade dos homens o faz⁷². Além disso, mulheres dedicam a estes afazeres mais do que o dobro do tempo comparativamente aos homens: 25,3 para elas e 10 horas semanais para eles em 2008, em contraposição a 30,1 horas semanais, em 2001, para elas e 11,2 horas para eles. O número de horas varia conforme a inserção profissional da mulher, reduzindo-se entre as ocupadas e aumentando consideravelmente entre as “inativas” ao passo que, entre os homens, as alterações, embora sigam o mesmo padrão, não são tão grandes⁷³. O fato de que mulheres estejam diminuindo substantivamente seu tempo de afazeres domésticos

⁷¹ Ver: IPEA (2006: 129).

⁷² Segundo Ramos (2011: 27), a proporção de mulheres que afirma executar afazeres domésticos “variou de 43,3% a 46,1% para homens e de 91,4% a 88,1% para mulheres”, no período de 1996 a 2008, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE. Deve-se notar que os dados secundários não permitem inferir o quanto há de cuidado com filhos nessa categoria abrangente de “afazeres domésticos”.

⁷³ Entre as mulheres pertencentes à população economicamente ativa, a média de horas semanais é bem menor - 21 horas - e muito maior entre as inativas: 30,8 horas. Já os homens não apresentam um comportamento tão diversificado: 9,2 horas de média horária semanal para inativos e 13,1 para ocupados, em 2008. Portanto, mesmo homens que teriam bastante tempo para os afazeres domésticos não o fazem.

simultaneamente ao aumento de sua participação no mercado de trabalho não tem se refletido, portanto, numa divisão mais equilibrada do tempo dedicado ao trabalho doméstico visto que homens praticamente não alteraram seu comportamento neste quesito. Esses dados relativos a como mulheres brasileiras têm mudado seu padrão de trabalho não remunerado confirmam uma tendência que já se verificara nas sociedades pós-industriais, porém os dados relativos aos homens são mais desanimadores do ponto de vista da equidade de gênero para o Brasil visto que os brasileiros, ao contrário dos homens residentes nos países desenvolvidos, em especial os mais escolarizados, não têm aumentado significativamente seu tempo de trabalho doméstico⁷⁴. De todo modo, deve-se notar o incremento de dois pontos percentuais, registrado acima, na proporção de homens que declaram executar afazeres domésticos.

O elemento classe se faz sentir muito fortemente nesta análise na forma de um fenômeno, segundo Boserup (2007: 91), típico de sociedades latino-americanas, altamente desiguais e em “estágio intermediário de desenvolvimento econômico”. Trata-se da alta proporção de mulheres empregadas no trabalho doméstico remunerado⁷⁵. Mulheres pobres (rendimento mensal domiciliar de até um salário mínimo) tendem a gastar seis horas a mais, em média, no trabalho doméstico, do que mulheres com rendimento mensal domiciliar igual ou superior a cinco salários mínimos. Além disso, mulheres mais abastadas afirmam executar trabalho doméstico em proporção menor: 8,7 pontos percentuais a menos. O mesmo padrão vale para os homens, o que se deve muito provavelmente ao acesso que famílias de alta classe têm ao trabalho doméstico remunerado.

Mulheres e homens respondem de formas distintas a mudanças no seu ciclo de vida e na sua vida trabalhista em termos de execução do trabalho doméstico. Para eles, faz menor diferença estar ou não desempregado, trabalhar fora mais ou menos horas, estar ou não casado e ter filhos ou não, assim como ser mais jovem ou mais velho⁷⁶. Parece haver um teto para sua contribuição ao trabalho doméstico que está associada a uma maior rigidez no padrão masculino de comportamento, em razão provavelmente de uma recusa a aceitar uma participação além de determinado limite em atividades

⁷⁴ Ver Gershuny (2007: 192 citado por Ramos, 2011: 35).

⁷⁵ A América Latina foi, por muito tempo, o continente de maior desigualdade social no mundo, como argumentam Hoffman e Centeno (2003: 365) e o Brasil sempre ocupou lugar de destaque nesse ranking. Apenas na última década, a desigualdade começou a cair de forma acentuada e contínua em alguns países da região, inclusive no Brasil.

⁷⁶ Ver Ramos, 2011, para mais detalhes sobre as diferenças de magnitude entre as variações no comportamento masculino e feminino.

consideradas femininas.

O fato de que mulheres e homens de todos os perfis tenham reduzido seu tempo de trabalho doméstico é interpretado por especialistas em usos do tempo⁷⁷ como indicador de modernização social, que implica famílias menores, mais tempo de trabalho remunerado e de lazer e uso mais intensivo de tecnologias poupadoras de tempo no trabalho doméstico. Além disso, esse tempo é também reduzido devido a mudanças no padrão de execução do trabalho, isto é, as exigências sobre refeições e a qualidade de serviços como passar roupa se tornam mais baixas. Essas mudanças geram mais impactos sobre a vida das mulheres, que sempre executaram muito mais trabalho doméstico que homens, e que podem agora controlar seu comportamento reprodutivo de forma a ter menos filhos e em idade mais avançada.

Seria de se esperar que tão grandes alterações na vida das mulheres gerassem efeitos também sobre os homens, porém o que parece ter predominado, ao menos no que se refere ao trabalho doméstico, é que as mulheres absorveram quase todo o choque, passando a conciliar cada vez mais os dois tipos de trabalho (remunerado e não). Poderíamos supor ainda que mulheres e homens mais jovens estivessem progressivamente mudando seu comportamento, porém a análise apenas dos dados de tempo de afazeres domésticos não permite essa conclusão⁷⁸. Embora a diferença de média horária entre os mais jovens – de 16 a 25 anos – seja menor (mulheres fazendo 12 horas a mais de trabalho doméstico que homens) que nas faixas etárias seguintes (a diferença pula para 18 horas já na faixa de 26 a 39 anos e aumenta ainda mais – 19,4 horas – na faixa de 40 a 59 anos), o fato de que as mulheres ainda “jovens”, de idade correspondente à faixa onde se concentram casamentos e filhos – 26 a 39 anos –, incrementem sua carga horária de afazeres domésticos numa proporção muito maior que a dos homens (um aumento de 27% para mulheres comparado a um aumento de apenas 6% para homens em relação à média horária da faixa anterior para os dois sexos⁷⁹) é

⁷⁷ Ver Gershuny (2007), por exemplo. Ele argumenta que estaria havendo maior convergência na forma como diferentes classes sociais, em sociedades pós-industriais, dividem o tempo entre trabalho remunerado, não remunerado e lazer.

⁷⁸ Não se está afirmando que apenas a análise de tão poucos dados de usos do tempo devesse levar a ilações sobre como têm se transformado intergeracionalmente papéis de gênero tais como masculinidade e feminilidade. No entanto, acredita-se que o contraste entre, de um lado, dados mais objetivos, sintéticos e generalizáveis e, de outro, dados subjetivos e refinados permite ter uma noção mais precisa do que está em jogo.

⁷⁹ Na faixa etária de 16 a 25 anos, mulheres tiveram uma média horária semanal, referente ao período 2001-2008, de 22,1 horas e homens, de 9,5 horas. Na faixa seguinte, de 26 a 39 anos, as mulheres trabalharam, em média, 28,2 e os homens 10,1 horas. Dos 40 a 59 anos, os números eram de 30,3 e 10,9 horas e, a partir dos 60 anos, a média feminina foi 29,6 e a masculina, de 13,5 horas. Entre as meninas de 10 a 15 anos (dados de 2011), 71,3 % realizam afazeres domésticos, gastando em média 13,3 horas por

expressivo de um padrão conservador. Homens incrementam, sim, sua carga horária à medida que chegam às faixas etárias mais avançadas, porém de forma muito menos intensa que as mulheres. Interessa aqui sublinhar que o hiato de gênero não parece estar se reduzindo, ao contrário do que vem ocorrendo com a carga horária de trabalho não remunerado.

4.3.2 O trabalho doméstico na perspectiva de mulheres e homens

Dado este pano de fundo, que mostra como segmentos diversos da sociedade brasileira têm se comportado quanto ao trabalho doméstico – incluindo aqui tanto o trabalho de limpeza, cozinha e manutenção da casa quanto o trabalho de cuidados familiares -, pode-se compreender em outro nível de análise como essas questões são vividas por pessoas concretas. Estando inseridos numa sociedade que está passando por transformações estruturais, seu comportamento tende a refletir tendências mais gerais apontadas por dados quantitativos que abarcam realidades maiores. Assim, em alguns casos, os dados coletados na pesquisa serão contextualizados e comparados com dados mais gerais, referentes às duas cidades trabalhadas ou ao Distrito Federal e ao Brasil todo. O intuito desta contextualização é inserir o universo aqui trabalhado num panorama mais amplo, revelando a complementaridade ou oposição entre eles, e usar os dados qualitativos para revelar outras facetas e dimensões dos fenômenos sociais. Estes dados revelam como pessoas reais se comportam face à construção social de gênero e que sentido elas fazem das suas práticas diárias. O que a literatura tende a considerar dilemas nem sempre são encarados como tal por quem vive essas questões em seu dia a dia.

A pesquisa revela de maneira muito enfática como desigualdades de gênero se sobrepõem às de classe e idade, gerando experiências de vida distintas segundo estes eixos⁸⁰. Embora a socialização primária não tenha sido o foco da pesquisa, os entrevistados mencionaram reminiscências de infância que permitem ilustrar as disparidades de vivência entre as classes. Assim, em termos de diferenças de experiências que derivam da interrelação entre gênero, classe e idade/geração, o universo de entrevistados compreende desde pessoas que nunca chegaram a conviver com seus pais biológicos devido a dificuldades advindas da pobreza extrema até outras

semana. Entre os meninos, 40,1% o fazem e despendem nisso 8,3 horas semanais.

⁸⁰ Certamente, há outros eixos que importam, porém não seria possível tratar de todos numa pesquisa deste tipo.

que, já tendo chegado à idade adulta, moram e são sustentadas por seus pais. Há ainda mulheres jovens que tiveram filhos durante a adolescência e que passaram por experiências diversas de casamento e criação de filhos ao passo que outras, na mesma faixa etária, pensam em passar por tais vivências apenas num futuro distante ou sequer desejam tê-las. Há também homens que se tornaram arrimos de família muito cedo e que se viram obrigados a seguir qualquer profissão ou obter qualquer emprego para prover o sustento familiar ao passo que outros alcançaram um nível maior de escolaridade e, sem premência financeira, podem fazer planos relativos a futura carreira profissional e casamento. Há ainda uma disparidade muito notável entre o comportamento reprodutivo de mulheres mais jovens e mais velhas. Há mulheres jovens e pobres que fazem ou sonham fazer faculdade e não desejam ter mais do que um ou dois filhos ao passo que várias das mulheres mais velhas têm mais de quatro filhos.

Sendo a classe um dos principais determinantes de estilos de vida, influenciando desde a forma de organização familiar em que a pessoa é socializada até a idade em que ela forma uma nova família e tem filhos, a maneira como mulheres de distintas classes vivem a divisão sexual do trabalho é moldada claramente por esta variável⁸¹. Mulheres pobres, em maior proporção, e também de classe média se queixam do cansaço provocado pela dupla jornada, mas em geral não manifestam o anseio de que a divisão do trabalho deva ser radicalmente alterada.

Em particular, a divisão sexual do trabalho tende a parecer justa nos casos em que as mulheres não exercem trabalho remunerado. Para estas, os homens já fazem o bastante ao exercerem a função de provedores. Uma senhora de Samambaia que nunca trabalhou fora (e que, nisso, se distingue do padrão para mulheres de classe popular) é exemplar do comportamento descrito acima:

Pergunta: E o seu marido ajuda também? D. Miriam: Ajuda na despesa. Até porque ele tem esse barzinho, né? Pergunta: Mas a senhora gostaria que ele ajudasse nas coisas da casa ou não? D. Miriam: Não. Aí, é onde está. Eu não gostaria

⁸¹ Segundo dados da PNAD 2011, os domicílios mais pobres (renda mensal *per capita* de até ¼ do salário mínimo e de ¼ a ½ salário mínimo) são também os que possuem mais membros (média de 4,1 pessoas enquanto a média nacional é de 3 pessoas), em especial crianças. Em 27% dos domicílios com até ¼ de salário mínimo mensal *per capita* o arranjo familiar é o de famílias monoparentais femininas com filhos menores de 14 anos de idade. Outro indicador de como gênero e classe determinam faixas etárias associadas a ciclos de vida é o da taxa de fecundidade e sua variação por escolaridade. Mulheres mais escolarizadas, isto é, com 8 ou mais anos de estudo, têm menos filhos (taxa de fecundidade de 1,69 filho por mulher, comparado a uma taxa de 3,07 filhos por mulher entre as que têm até 7 anos de estudo) e os têm em idade mais avançada (31% das mulheres mais escolarizadas na faixa etária de 30 a 34 anos permaneciam sem filhos ao passo que, entre as menos escolarizadas na mesma faixa etária, apenas 11,5% não tinham filhos).

assim... O que ele, como ele pode me ajudar, sempre, ele me ajuda. Aí, a melhoria seria se eu trabalhasse, né? Aí, seria uma ajuda que viria, que seríamos nós dois, juntos, melhoraria. Mas como só ele trabalha, aí, está bom. Como ele me ajuda, está bom.

Esta senhora se sentia culpada por não haver somado o trabalho remunerado ao doméstico, como muitas de suas iguais fizeram. Não a incomodava que seu marido não exercesse o trabalho doméstico, mas sim que ela não tivesse chegado a exercer o remunerado. Não se pode afirmar, porém, que caso isso houvesse acontecido, a carga de trabalho doméstico teria sido mais igualmente repartida.

A dupla jornada de trabalho tende a ser reconhecida (ainda que esse termo não seja usado), porém naturalizada pelas próprias mulheres. Esta outra senhora de Samambaia responde de forma decidida quando questionada se as mulheres trabalham mais que os homens: “Ah, minha filha, isso aí não tem dúvida! Tem dúvida não. Trabalham dobrado, as mulheres. Porque a mulher, mesmo doente, ela está ali lutando, trabalhando, né? Doente ou não, ela tem que trabalhar, tem que se manter em pé, erguida, né? E homem, não”. E outra senhora, também de classe popular: “Trabalhava até mais. Eu tinha que levantar cedo, deixar almoço para os filhos feito. Aí eu ia trabalhar. E além de eu trabalhar o dia todo para aquele patrão, chegava em casa e ainda ia cuidar dos filhos. Trabalhava em dobro, né?”.

Mais do que naturalizar a dupla jornada, algumas delas sentem orgulho por serem capazes de executar todo o trabalho sozinhas, o que demonstra a introjeção de valores associados ao gênero feminino, notadamente a abnegação. Como afirma Subirats (2007: 62), a abnegação, a “virtude feminina mais apreciada (...) se transforma em uma atitude interna, a disposição à dependência, à submissão”, que se revela em posturas como essa diante da divisão sexual do trabalho. Ao aceitar esse modo de vida, as mulheres fazem dele um sinal de sua força moral e reivindicam o respeito que a sociedade tem pela maternidade visto que a recompensa advinda de tanto sacrifício vem na forma de uma família criada. No entanto, o poder derivado da maternidade do qual as mulheres se orgulham acaba por retroalimentar esse código de gênero (a abnegação e o consequente acirramento da dupla jornada), que tem por efeito uma série de desvantagens em outros campos.

Havendo abnegação, decorre que não haja condenação aos homens por não compartilharem do trabalho doméstico (ainda que possa haver, como se discutirá adiante, exaltação da mulher e rebaixamento do homem, mas isso não se converte em

tentativas de mudar o comportamento de cônjuges). Ao serem questionadas, mulheres tendem a escusar seus maridos, como no caso desta senhora de Taguatinga, que trabalha fora em tempo integral, assim como seu marido: “Ele trabalha o dia inteiro, né? No sábado, no domingo, quando ele tem tempo, ele me ajuda, sim”. Ou ainda, argumentam que sua autosuficiência e gosto pelo trabalho lhes permitem abdicar de ajuda: “*Pergunta: A senhora faz tudo sozinha?* D. Márcia: Faço, graças a Deus. *Pergunta: A senhora gosta de fazer sozinha?* D. Márcia: Gosto. Adoro ver minhas coisas limpinhas”. As mulheres mais jovens parecem estar pressionando seus companheiros em maior medida, porém sem sucesso, o que gera uma atitude de resignação e naturalização do comportamento masculino. “*Pergunta: E vocês costumam conversar sobre quem vai fazer o que e tal?* Elisabete: Costumo, mas não funciona. (*risos*)”⁸².

Mulheres pobres são as mais prejudicadas por este chamado à abnegação visto que o sacrifício exigido delas é maior: “D. Eunice: Eu sou mãe de dez filhos. Tinha que trabalhar fora, em dois empregos. (*risos*) Porque, senão, a coisa ficava feia, né? Aí, eu trabalhava fora. *Pergunta: E ainda trabalhava em casa, cuidando dos filhos?* D. Eunice: Ainda trabalhava em casa. *Pergunta: E aí, como é que era? Como é que a senhora se sentia?* D. Eunice: Era, era cansativo, apesar de ter sido gratificante. Porque hoje eu me orgulho muito de ter me sacrificado um pouquinho, trabalhando em dois empregos, chegar em casa, cuidar, deixar tudo pronto, para no outro dia ir trabalhar, foi gratificante porque eu tenho dez filhos maravilhosos, os melhores do mundo”. No entanto, elas fazem questão de afirmar que essa era uma tarefa autoimposta: “*Pergunta: Você trabalhava e quando chegava em casa trabalhava mais ainda?* D. Cleide: Trabalhava dobrado ainda porque dentro de casa você trabalha mais porque o serviço não acaba. *Pergunta: E como é que a senhora se sentia, muito cansada?* D. Cleide: Muito estresse, muito nervoso, muita agonia, muita fadiga. De chegar a trabalhar na casa dos outros, estudar, trabalhar, ainda chegar em casa, cuidar de marido⁸³, cuidar de filho, cuidar de casa. Era o meu objetivo. Mas eu venci”.

Mesmo mulheres pobres mais jovens já se acostumaram a tomar para si a maior parte do trabalho. Michele, que vive com o marido e o filho, ainda vai à casa da mãe para ajudá-la: “Ajudei-a a arrumar lá e ajudei-a a fazer o almoço também, né? Porque

⁸² Araújo e Scalón (2006: 56), em *survey* realizado com mulheres e homens, também descobriram que nem umas nem outros revelam um “sentido de injustiça” quanto à parte que exercem no trabalho doméstico, “o que revela ainda uma forte naturalização sobre suas responsabilidades domésticas”. Também reportam que quase não há conflitos domésticos sobre a divisão sexual do trabalho: “78,8% das mulheres e 81,2% dos homens responderam que nunca ou raramente têm conflitos sobre a divisão das atividades domésticas”.

⁸³ O marido também constitui um ente familiar a ser “cuidado”, assim como os filhos, e também representa um encargo considerável para as mulheres.

tem meus dois irmãos lá, só que só querem saber de namorar, só de namorada. Aí, não a ajuda muito (...) E tem meu pai também, que fica lá, só que meu pai vive no mundo”. E Gabriela: “Eu que lavo minha roupa. (...) E minha mãe não lava nada, minha mãe não faz nada em casa, tudo sou eu. Tenho esse hábito, já, de fazer mesmo”. Essas duas falas sublinham algo que parece acontecer com frequência: a divisão intergeracional de trabalho entre mulheres: sete mulheres relataram fazer este tipo de arranjo com suas filhas ou mães. À medida que crescem, as filhas são chamadas a encarregar-se do trabalho doméstico, em especial entre famílias mais pobres⁸⁴. Caso as filhas continuem residindo na mesma casa ou nas imediações, esse arranjo permanece mesmo quando as filhas se casam e têm filhos⁸⁵. Também acontece que as mães, já idosas, vão morar com as filhas e que passem a cuidar dos netos e da casa para não sobrecarregar a filha que trabalha.

Mulheres de classe média também têm dupla jornada, mas ela é aliviada pelo trabalho doméstico remunerado, executado em grande medida por mulheres pobres e negras. Como argumenta Ally (2009), dado que o trabalho doméstico é reservado para mulheres pobres, de cor e (i)migrantes, a desigualdade de gênero é dividida por raça/etnia e classe e o trabalho doméstico reforça e reproduz essas estruturas de desigualdade. As trabalhadoras domésticas permitem que seus patrões trabalhem em tempo integral, lhes possibilitam acumular diferentes tipos de capital ao passo que elas próprias são impedidas de adquiri-los. A fala de D. Cleide, diarista, exemplifica esse processo: “E aquele ritmo ali de doméstica, nós só naquilo ali, todo dia, igual a dona de casa... É uma dona de casa, né?, só que fora de casa. *Pergunta: É. Cuidando de outra casa né?* D. Cleide: Cuidando de outra casa, de outra família... Tem tempo que você não tem nem tempo de cuidar da sua família, cuidava da deles lá e deixava a minha. E a minha só tinha o final de semana para cuidar. Aí aquilo ali foi me estressando, foi me levando à rotina, foi me estressando, (*fui*) ficando nervosa com aquilo ali, aí eu entrei nessa situação que eu estou hoje” (*D. Cleide encontrava-se com doença renal, tendo deixado de ir trabalhar no dia da entrevista em virtude disso*).

⁸⁴ Em outras sociedades, são as sogras e noras – porque a mulher sai do âmbito da família original e passa a pertencer à família do marido quando se casa – que estabelecem esse tipo de arranjo, a que Kadiyoti (1988: 285) se refere pelo conceito de “barganhas patriarcais” porque diz respeito às estratégias que as mulheres criam para sobreviver num ambiente patriarcal, submetendo-se e resistindo ao mesmo tempo.

⁸⁵ Em Samambaia, onde as famílias pobres tendem a ser proprietárias de suas casas, por terem recebido lotes no período em que a cidade estava sendo construída, os filhos vão agregando-se aos pais com suas famílias de forma que se costuma ter mais de uma família por domicílio. Há ainda casos em que os filhos, após o divórcio, retornam para a casa dos pais, como se verificou no caso de uma entrevistada.

Mesmo para as mulheres de classe média, porém, resta a gerência e supervisão da empregada doméstica, que se relaciona sobretudo com a dona da casa. Este é o caso de Ana, mulher jovem, divorciada e mãe de dois filhos: “Eu sou a minha empregada, atualmente. Lavo, passo, cozinho, arrumo, cuido das crianças, levo para escola, busco, faço tarefa com eles. Faço tudo isso porque eu estou de licença médica e pra fazer tratamento de saúde. Porque eu estou com problemas de saúde. E estou sem empregada. *Pergunta: Mas você já teve empregada antes?* Ana: “Já, já tive. Sempre tive, por causa das crianças, né? Eu tinha que trabalhar quarenta horas. Sempre tive. Eu perdi minha empregada tem sete meses. Depois disso, eu tive que fazer tudo sozinha”.

Mulheres de classe média ainda mais jovens, que residem com os pais e não têm filhos, contam que é a empregada que executa todo o trabalho doméstico. No caso delas, a questão da dupla jornada não se coloca porque ainda estão na condição de filhas apenas e não precisaram ainda começar a trabalhar. Assim, lhes parece natural que todo ou quase todo o trabalho seja executado por empregadas e, em alguma medida, pelas mães, mas nunca pelos pais. Esta experiência é radicalmente distinta para mulheres de classe popular, como se verá adiante.

O trabalho doméstico é considerado infundável, mais pesado ainda do que o trabalho remunerado por não ter duração delimitada, como se vê pela fala desta senhora de Samambaia: “Eu trabalho mais em casa do que se eu sair fora. Eu não paro. É o dia todo, aparece uma coisa. Você não para, não” e ainda na desta senhora de Taguatinga: “O tempo inteiro, tem algo pra fazer, alguma coisa pra arrumar”. E por ser infundável, o trabalho se estende pelo fim de semana, período em que as mulheres que trabalham fora costumam concentrar o trabalho a ser executado (ou a parte mais pesada dele), como no caso desta jovem de Taguatinga, que mora com a mãe: “Fim de semana é que eu tiro mais para dar aquela faxina no quarto e tal. Até na casa também”. Esta outra jovem de Taguatinga, que mora com o marido e uma filha, também usa o fim de semana para trabalhar: “Fim de semana, eu vou colocar tudo em ordem, para a semana”. As mulheres mais velhas também fazem o mesmo, como apontam estas de Taguatinga: “Começo a fazer faxina nessa casa sexta-feira, à noite, termino no sábado à tarde, que é muito grande a minha casa”; e “O mais grosso, todo, fica para eu fazer, no final de semana”. Ou esta senhora de Samambaia, que já podia dar-se ao luxo de fazer a limpeza apenas no fim de semana porque suas filhas, que residem com ela, absorvem toda a carga durante a semana: “Eu só limpo aqui mesmo final de semana, que aí eu dou uma geral, mas, meio de semana, eu não faço, não”.

Contrariamente a todo o discurso feminino, a execução de trabalhos domésticos

aparece no discurso dos homens como algo que é feito quando há necessidade, isto é, quando a mulher está impedida por algum motivo. Nesse caso, os homens declaram que atendem prontamente à demanda surgida por impossibilidade da mulher, mas permanece a ressalva de que não se trata de uma prática corriqueira nem vista como responsabilidade cotidiana e precípua deles. Alguns exemplos de frases que apontam nesse sentido são a de um senhor de Samambaia: “Se eu ficar, se não tiver ninguém, eu faço (*trabalhos domésticos*) na hora”. Em outro caso emblemático, um senhor de Taguatinga afirma: “Se tiver que lavar um prato dentro de casa, para a mulher, eu lavo, se tiver que varrer casa, eu varro. É isso. A única coisa que eu não faço é passar roupa. Agora, o resto, se precisar fazer, eu faço, né?” e um senhor de Samambaia assegura: “Mas eu faço tudo dentro de casa também. Se precisar, a gente faz”.

Neste ponto, não parece haver diferença geracional pois fica explícito também no discurso dos homens mais jovens que o trabalho doméstico só lhes cabe residualmente, como para estes jovens de Taguatinga, que ainda não têm suas próprias famílias: “Moro com minha mãe e com a minha irmã. Mas, muitas vezes, eu fico só, assim, e me viro, sem problema algum”; e: “Quando tem a demanda mesmo, quando precisa, a gente vai lá e faz”. Este jovem de Samambaia faz os seguintes planos para o futuro, cuja enunciação deixa claro que o trabalho doméstico tem um lugar apenas eventual: “Olha, eu ajudo, sim. Não sempre, mas, assim, quando eu estiver em casa, quando eu estiver casado, eu vou ajudar minha esposa, vou ter que lavar, vou ter que..., vou ajudar a mulher. Não vou só... Ela não vai estar sobrecarregada do trabalho com os afazeres de casa. Se ela estiver trabalhando, estiver na rua e eu estiver em casa, eu vou fazer”.

No caso dos homens de classe média, a necessidade de fazer serviços domésticos surge também quando falta a empregada doméstica, como indica este jovem de Taguatinga: “Agora, por exemplo, não tem a necessidade de a gente estar fazendo esse tipo de trabalho, mas quando, há pouco tempo, a empregada teve filho e, aí a gente sabe da necessidade de estar ajudando em casa e aí é tranquilo, normal, assim”. A centralidade da empregada doméstica nos domicílios de classe média é exemplificada pela frequência com que aparece nos discursos. Dado que ela constitui uma redutora de conflitos domésticos, por realizar a maior parte do trabalho⁸⁶, os homens reivindicam sua presença embora também reclamem quando o cuidado dos filhos fica mais a cargo da empregada do que gostariam. A solução sugerida por este senhor de classe média

⁸⁶ Ainda assim, resta o trabalho de supervisionar o trabalho da empregada doméstica, que fica a cargo da mulher.

para reduzir a sua contribuição ao trabalho doméstico nos fins de semana é a contratação de uma empregada: “Eu falei para ela contratar uma diarista. Ela não quer. (...) Ela é inquieta. Assim, ela chega, ela me vê assistindo televisão, ela fica agitada, né?, querendo que eu faça alguma coisa. Pô! Eu passei a semana toda trabalhando com o intelecto, né? Eu trabalho no computador, eu sou chefe de desenho, e aí, eu chego em casa, quero dar uma espairecida, uma relaxada, né? Aí, ela quer que eu lave o banheiro, faça os negócios. Mas eu não estou querendo”.

Tanto mulheres quanto homens que viveram infâncias de classe popular, alguns dos quais pertencem hoje à classe média, se recordam de haverem sido chamados a oferecer sua cota de trabalho doméstico para a manutenção do domicílio, de forma a possibilitar que as mães saíssem para trabalhar fora. Depoimentos como este, de um jovem de Samambaia, são um tanto comuns: “Quando eu completei 12 anos, a minha mãe já deixou meio que a gente para tomar de conta, né?, das nossas coisas. Para trabalhar. Como ela sempre trabalhou muito, então, a gente tinha que tomar conta da casa, lavar as nossas roupas, lavar as louças, fazer comida. Não tinha tempo de cuidar da gente. Então, a gente que tinha que se virar”. Em alguns casos, isso se fazia mesmo à revelia do patriarca, pai de um senhor de Taguatinga: “Meu pai foi aquele nordestino mesmo, nordestino, nordestino mesmo! Aquela cultura bem machista mesmo. Então, homem não podia fazer nada dentro de casa, certo? E as mulheres, sim, têm que ajudar a mãe. Mas os homens não faziam nada. Meu pai achava que, se você lavar um prato, se você varrer uma casa, você não seria homem, né? Então, meu pai foi dessa cultura mesmo, bem machista, bem machista. Às vezes a gente... Minha mãe criava 12 filhos. Então, a gente, às vezes, até para aliviar as tarefas dela, escondido do meu pai, a gente lavava prato, varria a casa, fazia uma coisa ou outra, lavava uma roupa ou uma coisa, escondido do meu pai, porque meu pai nem aceitava, né?”

É interessante notar que, mesmo estes homens que executaram trabalho doméstico quando crianças não o fazem hoje em suas próprias famílias ou fazem apenas de forma muito residual. Provavelmente porque os meninos, por não terem ainda todas as características da masculinidade e também estarem submetidos ao chefe de família, podem ser chamados a executar determinadas funções “femininas”, as quais rejeitam ao tornarem-se eles próprios tais chefes.

As mulheres confirmam que seus maridos intervêm ocasionalmente, numa proporção pequena. Estes exemplos apontam nessa direção: “Ah, ele ajuda às vezes, nem sempre. Assim, eu tenho que, realmente, ter a responsabilidade”; e “Às vezes, meu marido ajuda quando eu estou muito ocupada, atendendo alguém, aí ele me ajuda. Ele

gosta muito de mexer na cozinha”. A despeito disso, para algumas delas, a ajuda ainda que marginal dos maridos é motivo de orgulho: “Meu marido que faz *(as compras)*. Leva a lista de tudo e traz certinho!”. As habilidades domésticas masculinas são comentadas pelas mulheres com um certo constrangimento devido ao seu caráter excepcional, como no caso de D. Márcia, de Taguatinga: “Levanto cedo e faço. Arrumo a minha casa, deixo tudo ok, meu velho me ajuda a fazer almoço *(risos)*. *Pergunta: Então, seu marido ajuda a senhora em casa? Resposta: Ajuda. Pelo menos fazer almoço. Ele adora ser cozinheiro*”.

Em determinada entrevista com uma senhora de Taguatinga, ela quis saber se a colega, que estava presente no momento, tinha a mesma experiência positiva que ela em relação ao marido:

Pergunta: Então, ele ajuda a senhora nessa parte do serviço doméstico? Dona Sônia: Ah, ajuda e muito! Meu marido então, melhor ainda. Eu acho que esses maridos daqui (refere-se aos maridos das mulheres que pertencem à associação), as que têm marido, todos ajudam. Pergunta: É? Dona Sônia: É, porque todo mundo é aposentado, né? As que não são não têm marido. A outra tem, mas o marido ajuda, eu sei que ajuda. Só duas que não são aposentadas, aí só. Pergunta: E quando os maridos não eram aposentados, ajudavam também? Dona Sônia: O meu sim, sempre ajudou, sempre. O seu também ajuda, né, Dona Conceição? Dona Conceição: Ajuda. Dona Sônia: Desde o começo, desde antes de aposentar? Dona Conceição: Não. O meu veio ajudar de uns cinco anos pra cá. Dona Sônia: O meu sempre foi companheiro, ele ajuda mesmo. Dona Conceição: Mas também, pensando bem, não tinha nem como porque a gente, eu e ele, nós trabalhávamos de manhã, de tarde e de noite, fora, para criar dez filhos.

Ficam claros, de um lado, o orgulho que D. Sônia sente de seu marido “companheiro” que ajuda no trabalho doméstico e, de outro, a não condenação, no caso de D. Conceição, ao fato de que o marido nem sempre “ajudou”. Mais curioso ainda é que ela atribui a não ajuda do marido ao trabalho remunerado dele, que, no entanto, era também executado por ela própria, o que se repete em relação a outras mulheres. E ainda chama atenção o fato de que os maridos passaram a ajudar por se haverem aposentado⁸⁷, isto é, deixado de executar trabalho remunerado, o qual não é sobreposto,

⁸⁷ Isso confirma o padrão encontrado nos dados relativos ao uso do tempo, em que homens mais velhos executam mais afazeres do que os mais jovens.

no caso deles, ao não remunerado. Assim se reafirma a conformidade com a dupla jornada. É como se o trabalho remunerado, por ter sempre estado presente na vida das mulheres pobres, fosse apenas uma extensão do trabalho doméstico, sem o estigma de gênero. No Brasil, ao menos nas zonas urbanas e na atualidade, não viceja o mesmo tipo de ética associada à reclusão de mulheres que ainda se verifica em sociedades em que a permanência das mulheres em casa é sinal de status para o marido. Já o trabalho não remunerado tem associado a ele a marca da feminilidade, que os homens resistem em aceitar.

Também é marcante a existência de uma seletividade no tipo de trabalho doméstico que os homens executam. Eles não fazem qualquer coisa que se necessite, mas apenas o trabalho que gostam de fazer ou que julgam mais condizente com sua masculinidade. Quando o trabalho doméstico aparece no seu discurso, em geral são coisas relacionadas a consertos e trabalhos eventuais, como nestes exemplos, referentes a um jovem de classe média: “Minha mãe sempre falou: “você tem que subir na lâmpada, você tem que fazer” ou relacionadas às suas preferências: “Eu adoro cozinhar, eu não tenho é tempo. Mas adoro, adoro! Acho cozinhar uma arte espetacular. (...) Eu cozinho muito menos do que eu gostaria, por exemplo” e ainda um senhor de Samambaia: “Eu faço comida que muitas pessoas não fazem não, né? (*risos*) Muita mulher não faz, não. E gosto de fazer pratos diferentes, essas coisas, entendeu?”

Homens mais velhos, de classe média, não têm receio em admitir que preferem os tipos de trabalho “mais adequados” ao seu gênero: “Eu faço a parte que está mais no meu perfil. Arrumar jardim, pintar, arrumar porta, essas coisas que tem aí pra homem. Parte elétrica, coisa de carro, né? Agora, lavar roupa, ela que gosta, também, né? Ela faz é arrumar a casa, ela também gosta”. Outro senhor de Taguatinga afirma: “Faço, sim. Não é assim... Como eu passo o dia fora, né? Não faço tanto. Mas quando chega o final de semana, aí eu faço mais, mais coisa à vontade, assim, para um homem, né? O chuveiro está quebrado, essas coisas assim. Eu lavo louça também, não vejo problema nenhum: lavar louça, ajudar minha esposa, quando há necessidade, né?” A necessidade de afirmar que “não vê problema nenhum” em ser um homem que executa trabalho doméstico é reveladora da permanência de códigos tradicionais de gênero.

Outro tipo de seletividade existente no trabalho doméstico masculino é aquele relacionado aos filhos que são objeto de cuidado. No caso de duas famílias compostas de esposa, marido, filhos de casamentos anteriores da mulher e filha/o do casal, as duas mulheres reportaram que o homem tendia a cuidar apenas do filho do casal, mas não dos

de casamentos anteriores da mulher⁸⁸. Fabiana, jovem moradora de Samambaia, afirma que seu marido “só faz comida e cuida da pequenininha (*a única filha do casal*), às vezes”. *Pergunta: Só da pequenininha?* Fabiana: “É”. Seu Mário, de Taguatinga, afirma que, em sua casa, “tem uma certa divisão: puxo mais pelo meu filho, né? E ela puxa mais para os filhos dela”. E D. Renata, sua esposa: “Como os meus outros três filhos não são dele, então, assim, manutenção da casa, comprar as coisas, continuou tudo comigo. Então, assim, eu é que decido porque como sou eu que vou comprar mesmo, eu que vou pagar, então, sempre quem decide acaba sendo só eu mesmo”. Ao que tudo indica, portanto, as recentes transformações nos arranjos familiares estão sobrecarregando ainda mais as mulheres porque o encargo de levar os filhos consigo, uma vez que o casamento acaba, é delas e os padrastos parecem cuidar menos dos enteados do que os pais biológicos.

Essa discussão relativa a quem desempenha o trabalho não remunerado remete a outra, também abordada na pesquisa, a respeito da chefia familiar. Perguntou-se aos entrevistados quem chefiava a família. Trata-se de uma pergunta provocativa, que não tem um entendimento unívoco - como de resto, nenhuma pergunta tem -, e que pretendia averiguar se o termo “chefe” faria sentido para as pessoas entrevistadas quando aplicado ao contexto familiar, além de, é claro, verificar em quem mais recaía a chefia. Nem todos os entrevistados se sentiram confortáveis com a pergunta e alguns de pronto a rechaçaram dizendo que a chefia era compartilhada. No entanto, para outros, a pergunta gerou uma resposta imediata e decidida sobre a titularidade da chefia. De certa forma, a pergunta representava um “teste” final para a discussão sobre como o poder decisório é dividido no espaço doméstico. Alguns dos homens entrevistados não deixaram de se declarar chefes embora dessem sinais de compreender que isso representava uma contradição em relação ao que haviam dito antes a respeito de mudanças de comportamento tradicionais. Trata-se de um atributo da masculinidade do qual muitos ainda não estão dispostos a abrir mão.

O conceito de chefia familiar está associado, para os entrevistados em geral, à detenção da maior renda, que, na grande maioria dos casos, é privilégio do homem. No entanto, embora façam frequentemente a ressalva de que quem ganha mais é o marido ou o pai, há mulheres que dizem que são elas que decidem mais ou, ao menos, que elas compartilham, sim, o poder de decisão. Portanto, os homens levam vantagem porque se

⁸⁸ Não foi possível comparar com o caso oposto, em que a mulher convive com filhos de casamentos anteriores do marido, mas suspeita-se que o arranjo mais comum seja o que foi encontrado, isto é: que os filhos permaneçam em maior proporção com a mulher. De acordo com a PNAD 2011, 88,7% das famílias monoparentais são chefiadas por mulheres.

reconhece, às vezes com pesar, que eles são os únicos ou os maiores provedores da casa, mas a chefia não é sempre concedida facilmente ao homem, ou seja, as mulheres, em alguns casos, querem tomar parte nela (nem sempre, tomá-la toda para si, mas ao menos dividi-la) porque, afinal, a família é o único espaço em que a mulher se sente detentora de autoridade. Os homens, por seu lado, aceitam renunciar a esse título, às vezes de forma envergonhada.

Nos dois casos citados acima, isto é, de famílias compostas de filhos de diferentes pais e a mesma mãe, as mulheres responderam que eram elas, e não os maridos (a despeito de que, nos dois casos, o marido ganhasse mais, como elas fizeram questão de ressaltar). No caso de D. Renata, seu marido confirmou que a chefia era “dividida” porque “lá é meio complicado” devido a “uma certa divisão” em sua casa, “tanto por parte dela, quanto por minha parte também. É igual eu falo para ela, eu só não considero minha casa, não considero meu carro porque eu já cheguei, já peguei tudo pronto, eu não ajudei a construir. Então, eu não considero nada meu. Eu moro aqui como um morador, um inquilino”. Deduz-se do seu discurso relativo ao lugar ambíguo que ocupa em sua família que Seu Mário sente um certo mal-estar por habitar uma casa em que ele não tem a autoridade que julga que deveria ter. D. Renata, sua esposa, embora não se considerasse “chefe”, admite que é ela quem mais decide as coisas dentro de casa. Já Fabiana, cujo arranjo familiar é o mesmo, toma para si a chefia familiar porque seu marido não se sente à vontade para “mandar” nos filhos que não são dele, “mas em relação, assim, a sustento, essas coisas, mais é ele”.

Tanto D. Renata, acima, quanto outras mulheres que admitiram decidir mais as coisas tiveram dificuldade em dizer que são chefes, sem ressalvas. Do total de dez mulheres para quem se fez a pergunta – para várias entrevistadas, a pergunta não fazia sentido ou porque eram divorciadas ou moravam só com o pai ou só com a mãe – quatro delas responderam que eram chefes. Algumas delas fizeram isso com reservas: “chefe, chefe, eu acho que não, mas, se for, assim, entre mim e o esposo, dentro de casa, sou eu”; e “muitas vezes sou eu, muitas vezes” e apenas uma disse que “sim”, sem mais. Duas disseram que “somos nós dois juntos” e que “é tudo em comum acordo” entre os pais e as demais (quatro) disseram que eram os maridos os chefes “porque, ultimamente, ele que está mandando mais assim, na casa, trabalhando, né? Pagando as despesas, porque eu estou sem trabalhar agora, né?” ou “É meu marido. Eu só entro quando ele não está. Mas é ele mesmo” e as demais disseram simplesmente que eram

seus maridos⁸⁹.

Já dentre os oito homens a quem se dirigiu a pergunta, quatro responderam que eram eles (ou seu pai) os chefes. Dois deles declararam isso sem reservas ao passo que os demais com alguma concessão/de forma figurada: “Ah, eu costumo falar para eles (*a esposa e os filhos*) que nós estamos no mesmo barco, nós temos que remar no mesmo sentido, né?, mesma batida. E, infelizmente, algumas vezes, eu tento, eu tento, não, eu pego o manche, que, se deixar, eles ficam, né?, ficam remando em descida”⁹⁰; ou com alguma dúvida: “É meu pai. Só meu pai. Minha mãe e meu pai. Meu pai, né?”. Houve dois casos em que eles disseram que não eram eles os únicos chefes e mais outros dois que disseram ser ou a mãe (“Minha mãe sempre foi meu pai presente, foi a que..., a chefe, e trabalhou a vida toda. E sustentou a casa como teve que sustentar”) ou a esposa: “Eu acho minha mulher mais chefe de família que eu. Ela sempre foi muito mais pai, mais mãe, mais até homem da casa do que eu. Ela sempre esteve mais à frente de tudo do que eu. Eu só me preocupei, basicamente, em trabalhar e, às vezes, prover as coisas dentro de casa. Mas mesmo assim, teve épocas, até épocas da faculdade que tive que pagar faculdade, ela que tocou a família. Eu fiquei só para trabalhar e estudar, certo? Ela, eu a considero, às vezes, até mais chefe de família do que eu”. Sua esposa, Elisabete, confirma ser a chefe porque faz “muita coisa, assim, que cabe ao homem, né? (...) Por exemplo, tem que trocar alguma coisa, uma lâmpada, uma torneira, então, assim, às vezes, ele não faz. Aí eu vou e faço. Então, precisa de arrumar alguma coisa, eu que vou atrás de alguém para poder arrumar, um marceneiro, né?” Este casal é emblemático de como a chefia é vista como invertida, isto é, pertencente à mulher, e não ao homem, porque ambos admitem que ele deixou de cumprir compromissos associados à masculinidade, os quais recaíram sobre ela, dando-lhe assim direito ao posto que deveria ser dele⁹⁰.

Ainda que as crenças tradicionais a respeito da divisão sexual do trabalho mantenham-se firmes entre homens e mulheres, jovens e velhos, de ambas as classes, como demonstrado acima, não seria justo dizer que não há mudanças nos discursos

⁸⁹ Para Lakoff (2003), as mulheres resistem a assumir o poder porque se trata de algo contrário à feminilidade.

⁹⁰ Neste casal, a chefia da família pertence à mulher embora o marido obtenha uma remuneração maior. Este é um caso em que a questão de ser ou não chefe de família parece ligada, portanto, a ser responsável pelos assuntos familiares independentemente do quanto se ganhe. Isso provavelmente é o que acontece também entre as famílias, cada vez mais numerosas, em que a mulher é a pessoa de referência (termo adotado pelo IBGE) quer ganhe mais ou não. Segundo a PNAD 2011, 18% dos arranjos familiares do tipo “casal” têm a mulher como “pessoa de referência”. Em 77,5% destas famílias “chefiadas” por mulheres o homem tem uma renda mais alta que a mulher. Deve-se ter em conta que, segundo dados da PNAD 2012, o rendimento médio das mulheres equivale a 72,9% do rendimento masculino.

masculinos a respeito do trabalho doméstico. O que parece haver é um descompasso entre discursos e práticas por ser mais fácil negar a validade de crenças que hoje parecem ultrapassadas, em especial para os mais jovens, do que mudar padrões de comportamento⁹¹. Ainda mais porque essa alteração implica não apenas o aprendizado de novos saberes, relativos ao desempenho de trabalhos domésticos, como o rompimento de hierarquias e de um consolidado equilíbrio de poderes. E ainda, como argumenta Burns (2009), requer-se a incorporação de narrativas que contenham argumentos favoráveis à igualdade de gênero, as quais somente podem ser promovidas por atores capazes de difundir um discurso ideológico feminista.

Com relação às representações masculinas do trabalho doméstico, pode-se afirmar que não houve um entrevistado sequer que dissesse, de forma cabal, que cabe apenas à mulher executá-lo e ponto final. Os homens, como visto, têm inúmeras reservas quanto ao trabalho doméstico e são ciosos dos tipos de trabalho que lhes parece apropriado executar, mas não chegam ao ponto de afirmar que não o fazem por serem homens. De forma geral, os homens querem parecer progressistas quanto a noções tradicionais de divisão sexual do trabalho ainda que seu discurso muitas vezes esteja impregnado de tais noções. Assim, há uma série de elementos contraditórios em seu discurso, além de justificativas e escusas (a falta de tempo, o gosto da mulher pelo trabalho doméstico) para práticas que reconhecem como tradicionais. Eles parecem estar se debatendo entre novos valores e velhas práticas, em especial aqueles que ainda planejam como se comportarão quando tiverem esposa e filhos. Os demais podem até se posicionar em contrário, mas já se acomodaram de uma forma ou outra a uma divisão sexual do trabalho que segue muito o modelo tradicional, ainda que com as modificações assinaladas (a disponibilidade de ajudar quando necessário)⁹².

Homens mais jovens e escolarizados tendem a apresentar discursos mais progressistas embora também não se possa afirmar que eles, atualmente, comportem-se de forma que indique grandes transformações no futuro. No entanto, há uma disposição discursiva a partilhar do trabalho doméstico. Nesse sentido, Wiliam, jovem universitário morador de Samambaia, admite que “não ajuda sempre”, mas planeja evitar que sua futura esposa se sobrecarregue, “para quando ela chegar, já tudo pronto, não precisar,

⁹¹ Burns et al (2001) constatam que, também nos Estados Unidos, o marido tende a exercer mais autoridade sobre o orçamento familiar, assim como a ter uma remuneração maior e a investir mais tempo no trabalho remunerado em oposição ao discurso dos casais sobre a divisão igualitária do poder decisório.

⁹² Araújo e Scalon (2006:53) constataram que os homens em geral têm visões mais positivas sobre a sua contribuição para o trabalho doméstico que as mulheres. A porcentagem dos que dizem que dividem igualmente este trabalho é maior que a das mulheres.

igual muitos fazem aí, que a mulher trabalha na rua e trabalha em casa também. Aí, fica muito pesado para a mulher, né? Claro que, quase todas são assim, né?”. Ele deseja também poder delegar o trabalho doméstico a uma empregada, possibilitando assim que sua futura esposa “trabalhe e seja uma mulher formada que..., e nossos filhos, a gente paga uma pessoa para olhar, para cuidar, entendeu?”. O desejo de contratar uma empregada embute também o desejo de melhorar de vida, de ter acesso a serviços que lhe foram sempre proibitivos e que são típicos da classe média. E ainda outro, também universitário e jovem, vai além, afirmando que “a questão não é de a esposa trabalhar fora, mas sim, um dos dois, pelo menos, trabalhar meio período, para cuidar, justamente, da casa, dos filhos e tal. Mas, independentemente do sexo. Se a minha namorada, futura esposa, resolver fazer advocacia, se ela precisar trabalhar o dia inteiro, eu já procuro uma coisa que dê um período de, pelo menos, meio dia, para eu poder cuidar das outras coisas, no caso, entendeu? É bem dividido, não, não tenho aquele pensamento machista de que: ‘Ah! Mulher no fogão e homem trabalhando o dia inteiro.’ Eu acho isso aí estupidez, entendeu?”

As últimas perguntas da entrevista em geral versavam sobre o que o entrevistado fizera no dia anterior e o que ele/as costumavam fazer nos fins de semana. A intenção principal era a de captar as diferenças de gênero na execução de trabalho doméstico e também de utilização do tempo “livre”. Embora não se tenha pedido aos entrevistados que especificassem quanto tempo tinham devotado a cada uma das atividades, os resultados são ilustrativos do que se veio discutindo até aqui e sintetizam bem estes achados. Como a tendência das pessoas em geral era a de fazer uma descrição sumária apenas das “grandes” atividades – relativas a trabalho remunerado e estudo -, que são consideradas as mais relevantes, frequentemente era preciso solicitar narrativas mais detalhadas para ter certeza de que os entrevistados não estavam deixando de fora o foco da questão. No caso das mulheres, como visto, isso foi menos necessário porque seus fins de semana eram, muitas vezes, tomados pelo trabalho doméstico e não havia como não tocar nesse tema ao discorrer sobre o que faziam normalmente. Mulheres que trabalham deixam grande parte do trabalho de limpeza para o fim de semana e ainda aliam isso ao trabalho de cuidado com filhos e pais e, às vezes, até a “bicos” que complementam a renda.

O trabalho doméstico aparece apenas duas vezes, de forma espontânea, no discurso masculino. Dois senhores de Taguatinga relataram, um deles, “consertar alguma coisa” nos fins de semana e o outro afirmou fazer café todos os dias. Na fala das mulheres, pelo contrário, a proporção é grande: dez em um total de quinze mulheres

entrevistadas citam espontaneamente a realização do trabalho doméstico no dia anterior ou nos fins de semana, seja ele relacionado a limpeza da casa ou cuidado com os filhos. Quando incitadas a descrever em maior detalhe suas atividades, geralmente em resposta à pergunta “quem fez o almoço/jantar?” após a entrevistada ter falado que almoçou ou jantou, mais cinco mulheres relataram ter realizado trabalho doméstico ao passo que entre os homens, as perguntas extras não tiveram o mesmo efeito. O volume de trabalho doméstico executado pelas mulheres varia desde apenas preparar o próprio café (jovem de classe média) até outras que lavam, passam, cozinham, cuidam dos filhos e ainda dos pais idosos (senhora de classe média, casada e mãe de quatro filhos, sem empregada doméstica).

A lentidão que se observa na mudança do comportamento masculino pode ser também atribuída ao fato de que os homens não parecem estar sendo pressionados, em casa, a executar uma carga de trabalho doméstico equivalente à feminina. De forma geral, as mulheres tendem a não esperar que a “ajuda” – termo onipresente – exceda determinados limites até porque, como argumentado, isso requereria superar uma imagem de masculinidade que faculta aos homens desobrigar-se da maior parte do trabalho doméstico. Além disso, o abandono desta atitude conformista implicaria um abalo na autoimagem feminina de superação bem como na identidade de mãe abnegada, com os poderes associados a ela – por exemplo, o poder decisório sobre sua casa -, que as mulheres foram socializadas para alimentar. Isso não significa, é claro, que as mulheres sejam naturalmente vocacionadas a “trabalhar dobrado”. Nem significa que elas aceitem sempre trabalhar mais do que seus companheiros como mártires, sem sequer tentar “reformular” seus parceiros ou negociar a redução de sua carga. Mas tudo é complicado pelo fato de que as relações entre esposas e maridos não se dão como as de patrões e empregados nem as de negros e brancos, ou seja, para voltar a um argumento anterior, a mistura entre amor e interesse quase nunca se resolve a favor da mulher. O amor pelos filhos e marido sobrepõe-se ao interesse em manter uma relação que aumenta o bem-estar material da própria mulher e de seus filhos e ainda ao interesse de não trabalhar em demasia de forma remunerada. Na base deste embate, estão representações de gênero que são introjetadas e que condicionam as preferências de mulheres e homens, induzindo-os a permanecer nos lugares que a divisão sexual do trabalho lhes reserva.

4.3.3 Trabalho remunerado: como mulheres e homens lidam com ele

A permanência de papéis tradicionais de gênero e sua força em termos culturais

é ressaltada por estudiosos de gênero na América Latina⁹³. A defasagem da dimensão cultural em relação a outras – como a econômica-produtiva e a educacional, que parecem ter apresentado mudanças mais rápidas ainda que importantes assimetrias se mantenham – é assinalada e está relacionada à discussão a respeito de como a desigualdade de gênero se reproduz. É assim que, mesmo em sociedades pós-industriais, a divisão sexual do trabalho tem se alterado de forma lenta e defasada em comparação com outros campos, como afirma Gershuny (1995). Talvez essa seja uma esfera em que as motivações tradicionais para a ação, conforme Weber (citado por Bradley, 2007: 132), baseadas no costume ou nos comportamentos longamente enraizados, frequentemente prescritos por religiões, estejam ainda bastante fortes. Assim, as coisas são feitas de determinada forma porque “sempre foi assim”. A permanência desse sistema tradicional de crenças e valores ainda é capaz de explicar muito das práticas de gênero que prevalecem no Brasil.

As estratégias de sobrevivência adotadas pelos indivíduos respondem a constrangimentos estruturais mais amplos. A entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho começa a ocorrer, no Brasil, na segunda metade do século XX, tendo se intensificado continuamente a partir daí⁹⁴. Assim, é esperado que as entrevistadas que estão hoje na segunda faixa etária já tivessem trabalhado fora: 80% (isto é, doze num total de quinze) de todas as entrevistadas trabalhavam ou haviam trabalhado fora em algum momento. Apenas uma mulher pertencente à segunda faixa etária e duas mulheres mais jovens de classe média, que estavam cursando a faculdade, nunca haviam trabalhado fora. Embora trabalhem e em proporção cada vez mais alta, a inserção das mulheres no mercado de trabalho tende a ser mais precária que a masculina em vários aspectos: elas ganham menos que os homens, têm uma taxa de desemprego maior, trabalham por menos horas e estão menos protegidas por direitos trabalhistas. Assim, a divisão sexual do trabalho não contempla apenas o trabalho doméstico, mas também o remunerado, direcionando mulheres para empregos menos socialmente valorizados porque associados à feminilidade. Além disso, a falta de políticas públicas de provisão de cuidado para crianças e idosos implica que, na prática, todo este encargo seja absorvido pela sociedade, recaindo de forma desproporcional sobre as mulheres e prejudicando sua inserção laboral.

As representações sobre trabalho remunerado são marcadamente distintas

⁹³ Tais como Harris, 1995 e Rains e Stark, 1997 citados por Hoffman e Centeno, 2003.

⁹⁴ Em 1950, a proporção de mulheres na População Economicamente Ativa era de 15,4%, segundo Abramo (2001: 77) e chegou a 46% em 2000.

segundo gênero. A mudança ocorrida nas últimas décadas na vida das mulheres sob a forma de seu afluxo ao mercado de trabalho é algo que, para os entrevistados, é provavelmente o símbolo mais claro de como têm se modificado as convenções sociais de gênero. Todos eles têm a percepção, várias vezes manifestada, de que as coisas já não são como eram antes (“Hoje em dia, é tudo diferente, né? (É) a mulher que tem mais aquela vontade de ter as coisas e trabalhar, ter o melhor para ela, né? Porque homem, hoje em dia, quase não está ligando pra isso”; “Antigamente, as mulheres, Ave Maria!, não podiam nem falar, né? E, hoje, está liberada mesmo”; “Ajudante de bombeiro, ajudante de pintor, tinha as mulheres todas. Elas estão enfrentando tudo, né? (risos)”) e o campo do trabalho é onde eles encontram grande parte dos indícios disso. No entanto, velhas e novas representações se misturam também neste quesito. Mulheres, em especial as mais velhas, não tendem a pensar que trabalhar fora seja algo imprescindível para suas vidas embora muitas, como visto, pensem que hoje em dia, ao contrário do que ocorria no passado, não é mais aceitável que mulheres fiquem apenas em casa. Mesmo assim, as mulheres ainda continuam atribuindo uma grande importância à sua identidade materna/de dona de casa, o que nem sempre se concilia facilmente com sua identidade de trabalhadora remunerada ou profissional.

Também é preciso olhar para os ritmos desiguais de mudança da dimensão cultural de gênero conforme a classe, raça e outras possíveis dimensões relevantes. Se é verdade que, de forma geral, mulheres são mais atingidas pela pobreza que homens⁹⁵, também se deve notar que a classe faz toda a diferença em termos de diferentes padrões de inserção no mercado de trabalho. Mulheres que possuem maior escolaridade tendem a ocupar postos de maior remuneração e melhores condições trabalhistas ao passo que mulheres pobres e de baixo nível de instrução são empurradas para ocupações mais precárias, em geral no trabalho doméstico remunerado.

De fato, as mulheres pobres sempre estiveram mais expostas ao mundo externo, antes ou depois da industrialização, devido à necessidade de trabalhar fora (o que produziu, como resultado, a estigmatização das mulheres que trabalham já que elas eram, em sua maioria, pobres), mas mesmo estas “aspiravam a se conformar ao ideal de mulher dona de casa e homem provedor” (Craske, 1999: 11), e tendiam a considerar seus deveres maternos mais importantes do que seu trabalho remunerado especialmente porque a sua renda tem sido tradicionalmente menor e complementar à do homem, num

⁹⁵ A feminização da pobreza é exemplificada por uma das características distintivas dos domicílios pobres (renda domiciliar per capita mensal de até meio salário mínimo): o fato de que são monoparentais femininos com filhos de até 14 anos de idade, segundo dados da PNAD 2011.

ciclo vicioso que se retroalimenta. A identidade de “dona de casa” não é abandonada, mas somada à de trabalhadora remunerada e, em vários casos, permanece o anseio pelo retorno à condição de dona de casa porque mulheres pobres enfrentam mais percalços no mercado de trabalho do que as demais.

A “ideologia da domesticidade”, nos termos de Bradley (2007: 140), que reserva para a mulher o espaço doméstico e a bane do mercado de trabalho, considerado muito perigoso e moralmente corrupto para as disposições femininas, sempre fez mais sentido para mulheres abastadas embora tenha sido difundida por todos os estratos sociais. A entrada das mulheres no mercado de trabalho, impulsionada pelo contínuo desenvolvimento do capitalismo em suas fases mais avançadas e pelo movimento feminista, foi sempre constrangida por códigos de honra que as restringiam a determinados setores, em geral menos rentáveis e de menor status que aqueles dos quais se apropriavam os homens, que muitas vezes se mobilizaram ativamente para defender seus nichos de poder.

Não seria possível dizer que esta ideologia da domesticidade, registrada em sua forma mais acabada na Inglaterra no período vitoriano, perdure intacta no Brasil de hoje. O mercado de trabalho não é visto como corruptor da honra feminina em sua inteireza (embora certamente algumas profissões ainda sejam). No entanto, ele não é tão definidor da feminilidade e as mulheres entram e saem dele com maior frequência que os homens porque há períodos em que elas optam, caso possam, por não trabalhar ou porque se considera que os homens já estão ganhando o suficiente para a família. Várias (quatro) delas contam que, em algum momento, haviam parado de trabalhar por ter engravidado ou para cuidar dos filhos ou apenas começado a trabalhar após os filhos terem saído da primeira infância.

Além disso, diversas (quatro) outras manifestaram o desejo de trabalhar meio período ou de parar de trabalhar (duas entrevistadas) ao passo que apenas um homem declarou estar disposto a trabalhar meio período⁹⁶. Gabriela, jovem de classe popular que planeja parar de trabalhar por um tempo quando os filhos nascerem, afirma que prefere trabalhar meio período “porque, assim, trabalhar o dia todo, às vezes, a gente não tem tempo para fazer as outras coisas, né? Cuidar da casa, às vezes, fazer alguma coisa e tudo”. Dentre as que gostariam de não trabalhar ou de fazê-lo apenas por meio

⁹⁶ Dados agregados de usos do tempo mostram que mulheres que trabalham fora até 14 horas por semana têm uma média horária semanal de afazeres domésticos de 32 horas ao passo que aquelas que se dedicam ao trabalho remunerado entre 15 a 39 horas semanais têm média horária de 25 horas e as que trabalham 40 ou mais horas por semana têm uma carga semanal média de 18 horas de trabalho doméstico. Já entre os homens, a média horária é apenas duas horas maior para os que trabalham até 14 horas do que para os que trabalham 40 horas ou mais por semana.

período, apenas uma disse que o faria para se dedicar a afazeres não relacionados ao trabalho doméstico. As demais apresentaram justificativas relacionadas a cuidar da casa ou dos filhos. Assim, para as mulheres, o trabalho não é visto como parte crucial de sua identidade, como é para os homens. Quando se está sobrecarregada e sujeita a um trabalho duro e mal remunerado, como, por exemplo, o de empregada doméstica (caso de duas entrevistadas) e ainda se tem que acordar mais cedo e ir dormir mais tarde que os demais membros da família para dar conta do trabalho doméstico, o trabalho remunerado torna-se um fardo do qual se pensa em fugir. D. Luzia, por exemplo, afirma que se cansou de trabalhar e resolveu “ficar em casa. O marido trabalha, né?”. Acaba apenas dedicando-se eventualmente a alguns trabalhos temporários, porém recusa-se a trabalhar novamente “em casa de família” por considerar um trabalho cansativo e pouco valorizado. Ao mesmo tempo, D. Luzia sonha em tornar-se caminhoneira (profissão marcadamente masculina), mas se apressa em dizer que o marido a considera “doida” por isso.

No entanto, a diferenciação entre trabalhar meio período e não trabalhar de forma remunerada em absoluto é importante para a maioria das mulheres. Trabalhar em período parcial é visto como desejável para “mães de família”, porém deixar de trabalhar ultrapassa o limite do aceitável porque implica não “ganhar o dinheiro da gente”, “ficar dependendo do marido”, não ter a “sua independência”. Por estes fragmentos de discurso, vê-se que superar a dependência dos homens ainda é uma questão para muitas mulheres. A relevância que o discurso feminista atribuiu à “independência” das mulheres ainda encontra ressonância na vida de várias delas. Há uma jovem entrevistada que migrou para o DF há cinco anos, vinda de uma pequena cidade de Goiás, para quem o trabalho é sinônimo de emancipação da dependência masculina ainda que ele seja justificado em nome da provisão das necessidades da filha: “Eu era dependente da minha mãe, depois eu passei a ser dependente do meu ex-marido, aí depois, quando a gente se separou, eu tive que crescer, né? (...) *Pergunta: Como assim “crescer”?* Marta: Crescer, assim, porque eu era muito dependente dele. Eu não trabalhava, ele não deixava eu trabalhar, só vivia em casa, né? E depois, quando a gente se separou, não, eu cresci, fui trabalhar, né? É muito bom eu ser independente, né? Assim, você poder crescer, conhecer novas pessoas e poder dar tudo que o filho da gente precisa, né? Então, assim, eu acho que eu não pararia de trabalhar”.

Se não trabalhar fora é ruim, decorre que ficar em casa também é, devido ao isolamento e ao desgaste que isso acarreta, como relatam estas senhoras: (*Trabalhando fora*) “a gente fica a par de tudo o que acontece, né? Parece que o sangue corre mais

rápido na veia. A gente trabalha muito só dentro de casa”; “A gente trabalha também para ocupar o tempo, né? Porque a pessoa ficar só em casa é desgastante”; e ainda: “Eu comecei a trabalhar muito nova. Acostumei e até hoje acho ruim sem trabalhar. (...) É ruim você amanhecer o dia, ver todo mundo fazer uma coisa, fazer outra. Não ter o que ocupar a mente, minha filha, é ruim”.

Já para os homens, trabalhar não se apresenta como uma opção, ainda que seja em período parcial. Homens com baixa qualificação também estão sujeitos a trabalhos precários e pesados, mas em geral não concebem abandoná-los ou reduzir sua carga horária. O contraste entre homens e mulheres nesse sentido pode ser exemplificado pelas diferentes posturas relativas ao trabalho que um casal de Taguatinga – Elisabete e Arnaldo – assume. Ela pensa que “para mulher, é bem complicado, trabalhar o dia inteiro, né? Apesar de eu ter uma filha já grande, já criada, praticamente, mas tem a casa, né? Tem os outros afazeres que a gente acaba deixando por fazer”. Seu marido, por outro lado, afirma: “Eu sou uma pessoa que gosta de estar ocupada, gosta de estar fazendo as coisas. Sou acostumado, eu não sei ficar..., trabalhar 6 horas e ficar folgado, então, eu tenho que ter outra ocupação”. O trabalho doméstico como forma de ocupação sequer lhe ocorre. Para o homem, estar ocupado no trabalho remunerado é algo que concerne de forma muito intensa à masculinidade tradicional e, por isso, eles tendem a rejeitar a possibilidade de parar de trabalhar ou não trabalhar em período integral. Gutmann (2003: 13) confirma que o trabalho é a “dimensão chave da identidade masculina adulta”, sendo um definidor da “masculinidade para muitos homens e mulheres em várias partes das Américas”.

Mais ainda, ter a mulher em casa ainda parece ser algo valorizado pelos homens, uma perda da qual eles se ressentem. A ideologia da domesticidade pode não ser tão legitimamente proclamada, mas ela permanece. Este mesmo homem, Arnaldo, admite que gostaria que sua esposa não trabalhasse e descreve muito da ideologia da domesticidade em sua fala, terminando com um anseio pela “mulher de antigamente”:

Pergunta: Você gostaria que ela trabalhasse só meio período para ficar em casa? Arnaldo: Como marido, sim. *(risos)* Sinceramente, como marido, sim, né? Agora, eu não posso privá-la de fazer aquilo que ela gosta, né? Ela também tem o direito de fazer aquilo que gosta. Eu não posso privá-la disso. *Pergunta: Mas o que você quer dizer “como marido”?* *O que você gostaria que ela fizesse?* Arnaldo: Não, porque é assim, a gente quando é marido, a gente tem aquela perspectiva daquele..., da gente ter em casa, para ela cuidar um pouco mais da casa, estar descansada para a gente quando estiver em casa. O estresse do trabalho, geralmente, se reflete no lar, certo? Então, assim, você tem aquela cultura de que

você quer ter..., chegar em casa, ver as coisas acomodadas, janta feita, almoço feito, alguma coisa, você ter a sua mulher ali, à disposição, não estressada...dentro de casa para você conversar, ela ser aquele porto seguro que, geralmente, a gente como homem, a gente é educado a ter, né? A gente pensa assim: quando eu chego em casa, minha mulher vai estar à minha disposição não só naquela questão de, sabe, daquela pessoa que “esqueço tudo aqui, eu vou entrar da porta para dentro, eu vou encontrar uma pessoa para ficar, assim, conversando, batendo um papo e o fato de a gente trabalhar, às vezes a gente não consegue separar isso, né? Então, assim, às vezes, a gente sente falta porque vem estressado do trabalho, o outro está estressado do trabalho também, às vezes isso se reflete dentro do lar. Às vezes, ela não tem tempo de, vamos dizer assim, dos afazeres do lar, porque a mulher tem jornada dupla, toda mulher tem jornada dupla, então, assim, às vezes, acaba influenciando. Você quer comer alguma coisa diferente na sua casa e não pode para manter a minha rotina do trabalho. Então, geralmente, o homem... Eu também sou sincero em relação a isso. Às vezes a gente não queria que a mulher trabalhasse. Porque, assim, a gente prefere a mulher dentro de casa cuidando, em tese, da gente, certo?, do que trabalhando porque, quando a mulher está trabalhando, ela também está cuidando da gente, para aumentar a renda da casa... Ela está, profissionalmente, se realizando, mas a gente, normalmente, tem essa cultura. Se eu pudesse, eu ainda queria a mulher de antigamente, ainda, né?

Embora apresente percepções contraditórias sobre a domesticidade da sua esposa e não deixe de compreender que o trabalho remunerado pode levar à realização profissional da mulher, Arnaldo admite que preferiria que ela não trabalhasse. Nisso, ele se assemelha a outros homens com o mesmo perfil (mais velhos, tanto de classe média quanto popular) que reclamam sobre o trabalho das esposas por considerá-lo mal remunerado ou por julgar que elas se dedicam excessivamente a ele, comprometendo sua dedicação à casa e à família (nas palavras de Seu Mário, por exemplo: “ Então, a gente, eu pelo menos, não gosto (*do trabalho de sua mulher*), eu queria que ela saísse porque eu vejo que ela está sendo muito sugada lá. E, por parte dela, isso chega a atrapalhar em casa”). Quando a mulher trabalha fora, a casa, na perspectiva masculina, perde um tanto da característica de refúgio, de lugar para se refazer.

Outros entrevistados sublinham a redução do tempo feminino para o cuidado com os filhos⁹⁷. Um deles, mais velho e de classe média, declara sentir-se aliviado

⁹⁷ Araújo e Scalón (2006: 49) afirmam que, sobretudo entre os homens, mas também entre as mulheres, o principal motivo para lamentar que as mulheres se ausentem de casa são os possíveis efeitos negativos que isso traria para os filhos, em especial os pequenos. Permanece também relevante o lamento masculino pela perda da esposa tradicional.

porque sua esposa trabalha apenas meio período e pode, assim, dedicar-se mais ao cuidado dos cinco filhos do casal para evitar que fiquem “dependentes de empregada”. Jeremias, jovem de classe popular cuja esposa deixou de trabalhar desde que o filho de três anos nasceu, afirma que: “Quanto menos ela trabalhar, para mim, é melhor. Porque ela fica mais tempo com o filho, né? Mais tempo em casa, cuidando das coisas”. Mesmo admitindo sua preferência pela domesticidade da esposa, ele tenta retirar de si próprio o peso desta decisão: “Aí ela parou de trabalhar por conta do mercado, né? Então, quando ela engravidou, o mercado não aceita mulher, se estiver grávida, e aí, depois, com filhinho, não conseguia conciliar, né?. Agora, que está um pouco maiorzinho, aí dá para procurar emprego”. Além disso, Jeremias faz questão de rejeitar de antemão possíveis acusações de machismo, ressaltando que, embora isso exista, não é o seu caso: “É nada em relação a machista, não. Tem homens que não gostam que mulher trabalhe, né? Que acham que a mulher vai fazer coisa, vai fazer besteira. Ah, eu não! Eu confio na minha esposa”.

O *trade-off* entre a empregada e o trabalho doméstico da esposa é um elemento chave na consideração sobre até que ponto vale a pena, na visão dos homens, que a mulher se engaje no trabalho remunerado. Questões como o custo de contratação de uma empregada para substituir o trabalho da esposa, o baixo salário auferido pela mulher e a própria naturalização da divisão sexual do trabalho entram em jogo para justificar a inserção parcial e precária (na forma de “bicos”, que a mulher assume por poder conciliá-los com o trabalho doméstico) ou inexistente da mulher no mercado de trabalho. O trabalho remunerado feminino é encarado recorrentemente como um custo de oportunidade em relação a ficar em casa a cargo de um trabalho de reprodução social do qual não se pode prescindir. Assim, resta às mulheres realizar trabalhos eventuais, como venda de roupas e outros produtos, para complementar a renda familiar. Esse dilema é típico de famílias em que as mulheres pouco qualificadas aufeririam um salário baixo (ao contrário do homem, que geralmente obtém uma renda mais alta) e que têm filhos cujo cuidado não pode ser delegado a mães, irmãs ou filhas.

As representações masculinas mais conservadoras sobre o trabalho da mulher incluem ainda o caso em que o não trabalho da mulher é justificado em nome de uma ideologia de gênero que não concebe esta prática como desejável. Seu Jonas, mais velho e de classe popular, ao explicar o que pensa do fato de que sua esposa sempre fora dona de casa, faz menção a isso: “É porque a gente, antigamente, não tinha nem ideia, assim, de mulher trabalhar, sabe? Tem que cuidar dos filhos, né? Aquele negócio todo. E está aí, então, ninguém nunca pensou nisso, não. Mas eu acho que se eu tivesse casado hoje,

mais novo, acho que a mulher já teria que trabalhar também, né? O certo é isso, né? Mas, antigamente, não, né? Eu nem pensava assim, trabalhar, não. Até porque filho, né? Tem que arrumar um para cuidar do menino, aí, aquele negócio todo, né? Aí, não tem profissão, vai ganhar mixaria. Para pagar, não valia a pena, né?”. Sua esposa, também entrevistada, concorda, lamentando que as coisas tenham se passado dessa forma: “Até porque nós dois (*ela e o esposo*) viemos do Piauí. Aí pensava assim: “Ah, ele trabalhando, aí eu posso ficar em casa.” *Pergunta: E você já tentou procurar emprego alguma vez ou não?* D. Miriam: “Não, menina! Eu fui muito acomodada. Então, acostumei naquela vida de casa e acostumei⁹⁸. (...) Foi uma coisa que eu me arrependi muito. Mulher tem que trabalhar⁹⁹.”

Tanto Seu Jonas quanto D. Miriam recorrem ao imaginário relativo ao trabalho feminino predominante em seu lugar de origem¹⁰⁰ e geração por estarem cômicos de que, hoje em dia, argumentos mais autoritários (do tipo “o homem não quer que a esposa trabalhe”) ou mais “conformistas” (“a mulher não trabalha porque gosta de ser apenas dona de casa”) já não são tão aceitáveis socialmente, em parte porque o trabalho é tão fortemente valorizado que mesmo mulheres não podem abrir mão dele sem boas justificativas. Assim, é preciso introduzir considerações de ordem econômica ou de dedicação a uma causa maior: o cuidado com os filhos pequenos¹⁰¹.

O termo “dupla jornada” aparece apenas uma vez, na fala de um homem de classe média com curso superior, porém, neste caso, a referência a essa expressão originária de uma denúncia feminista da exploração do trabalho feminino aparece acompanhada de um lamento, como visto, de que a mulher, em decorrência dessa carga horária de trabalho ampliada, tem menos tempo para cuidar do homem.

Vê-se que o trabalho feminino atormenta muito os homens. Eles ainda parecem estar se adaptando a este fenômeno, que nem sempre se realizava nos mesmos termos

⁹⁸ A repetição do termo “acostumei” nesse caso, assim como a reiteração do verbo “acostumar-se” no discurso de pessoas pobres em geral, indica uma aceitação do modo de vida “que lhe coube na vida”, por assim dizer, ou com o “destino”.

⁹⁹ Similarmente, Machado e Barros (2009), em pesquisa com mulheres de diferentes perfis, entre elas mulheres idosas de classe média, constatou que há, entre estas, queixas sobre a “dependência financeira e o limite da autonomia feminina” decorrentes do alijamento do mercado de trabalho. As autoras relatam ainda uma “valorização crescente da profissionalização feminina”.

¹⁰⁰ Vários dos entrevistados migraram ou pertencem a famílias que provêm de outras partes do Brasil – notadamente Nordeste – onde supostamente vige uma cultura mais tradicional, como alguns deles mesmos reconhecem. A cultura de seu lugar de origem constitui para estes, em especial os que de lá saíram já adultos, uma referência para comparação com as práticas vigentes no DF.

¹⁰¹ O trabalho feminino remunerado é bem aceito por homens e mulheres (em especial, por mulheres) desde que conciliado com a domesticidade e a maternidade. Segundo Araújo e Scalón (2006), há bastante concordância entre homens e mulheres sobre a necessidade da mulher de renunciar ao trabalho na fase em que os filhos são pequenos. As mulheres, porém, valorizam mais o trabalho feminino quando não há filhos ou quando estes já frequentam a escola.

em sua família de origem, e tentando conciliá-lo com expectativas conflitantes a respeito do comportamento feminino e de como isso os impacta. Quando não se trata do trabalho da própria esposa ou quando já aprenderam a aceitar o trabalho da esposa, são as chefes que incomodam aos homens. Quanto a isso, Subirats (2007) argumenta que a ordem androcêntrica instituída no mundo público não está ameaçada porque não apenas as mulheres entram nela de forma marginal, mas também elas não têm uma concepção alternativa de como esta ordem poderia ser modificada porque simplesmente aceitam as regras do jogo com que se deparam, as quais foram criadas por homens, em favor deles. Desta forma, as mulheres não representam uma ameaça real aos homens embora possam importuná-los em casos individuais. A autora cita, por exemplo, o fato de que a presença de mulheres impede que os homens “utilizem uma linguagem machista, descuidada e cúmplice” (2007: 94) e que eles não gostam de ter chefes mulheres, tendendo a reportar-se não a elas, mas ao homem seguinte na cadeia de comando. Gutmann (2003: 42) confirma que as “esferas de homosocialidade masculina” são muito importantes para os homens na América Latina porque é por meio delas e da competição masculina ensejada por elas que a masculinidade se reafirma.

As reclamações sobre chefias femininas encontradas na pesquisa confirmam o desconforto sublinhado por Subirats. Em geral, a pergunta sobre como são as mulheres com quem trabalham suscitam comentários elogiosos. É apenas quando se chega às chefes, presentes ou passadas, que os homens passam a reclamar. Alguns dos homens entrevistados coincidem em suas queixas, que se referem a como o trato com as mulheres pode ser embaraçoso (ao contrário da comunicação com outros homens, que é direta e inequívoca) porque requereria, em sua visão, uma linguagem que eles não dominam e um cuidado com possíveis reações sentimentais que eles não querem ter. O discurso de Fernando, jovem de Taguatinga, é muito ilustrativo disso:

“Acho que resolver problemas e pendências com um homem é mais simples. (...) Até por um processo de acessibilidade mesmo, masculina. (...) Eu aprendi uma coisa na vida familiar e, apesar de eu não gostar da terminologia, mas está intrínseca, que é a questão da figura do galo, né? Dentro do galinheiro, tem o galo. Eu acho que depois fui militar, né? E essa ideia da hierarquia é muito masculinizada dentro do serviço militar. Então, assim, talvez por isso, eu tenho um português rasgado, eu (*quero*) poder falar sem meias palavras, né? Acho que, talvez, com o homem, eu tenha essa facilidade maior. “Ó, bicho, eu acho que você não está certo.” Sem se preocupar com aquele lance do: “Será que se eu falar isso, eu não vou magoar?” (...) Mas é porque eu acho que é um

problema que o homem carrega consigo desde a maternidade e, aos poucos, a gente vai tentando, né?, se desvencilhar dele. Mas, hoje, eu sou tranquilo, mas já tive dificuldade, assim, nesse relacionamento. *Pergunta: Você tem medo de ofender, né?* Fernando: É porque, quer queira ou não, eu vejo esse tratamento com minha mãe e, lá em casa, somos minha mãe, uma irmã e eu. Então, dentro da minha casa, é muito complexo isso, né? Você tem que pensar se a mulher está bem, se não está sentindo alguma coisa de fato e de direito, se não aconteceu alguma coisa no externo que fez com que ela estivesse mais acanhada. Então, dentro da minha casa, eu tenho essa dificuldade. Eu acho que 99,9% dos homens têm essa dificuldade nesse trato, entendeu?”

Este entrevistado atribui a origem do problema ao histórico de relações hierárquicas em que a figura dominante é masculina e a dificuldade decorrente de reverter esse tipo de expectativa institucionalizada. Os estereótipos associados à feminilidade criam barreiras à comunicação entre mulheres e homens que se encontram em posições assimétricas (as de superior e subordinado), o que deve ser percebido pelas mulheres como um indício da necessidade de adotar um estilo “masculino” de comportamento, visto pelos homens como exagerado e excessivamente autoritário¹⁰². Como que para confirmar o que diz Fernando sobre esses impasses generalizados, dois homens mais velhos de Taguatinga relatam problemas semelhantes de diálogo ao lidar com mulheres. Em alguns casos, como no de Fernando, isso é atribuído à dificuldade do homem de se comunicar com a mulher e, em outros, à própria mulher, que, na fala de outro homem, “por se achar inferior, quer se impor mais, aí o homem já não gosta” ou “quer ser homem na marra, que não consegue ser nunca”, adotando uma postura considerada autoritária que é rejeitada pelos homens e, às vezes, até por outras mulheres. Uma jovem de Taguatinga, por exemplo, afirma que prefere ser chefiada por homens “por serem mais práticos”, ao contrário das mulheres, que seriam “cheias de detalhezinhas”. As demais mulheres não manifestaram preferência por chefes homens, mas também não reportaram dificuldades em lidar com eles.

Os entrevistados em geral observam a existência de estilos de liderança e de trabalho distintos segundo o gênero. As mulheres são elogiadas por determinadas características (a sensatez, a cautela, a docilidade, a capacidade de compreensão, a disciplina, a persistência) ao passo que os homens são valorizados pela impetuosidade e

¹⁰² Também se culpam as mulheres por empregar defeitos associadas à feminilidade (“mulher é mais propensa à fofoca”- na opinião de Seu Ricardo) em ambientes de trabalho.

pelo senso de praticidade, que se supõe serem características mais necessárias ao mundo do trabalho, em especial à tomada de altos cargos. As características associadas às mulheres as fariam “mais fáceis de se comandar”, nas palavras de um senhor de Samambaia, o que ele usa como justificativa para sua decisão de contratar mais mulheres do que homens. No entanto, há também dois jovens de classe popular que preferem ser chefiados por mulheres devido à sua “meiguice” e ao seu estilo mais suave de comando. Subirats (2007: 106) também faz o argumento de que as mulheres têm adotado uma forma própria de trabalhar que minora os males derivados do excesso de competitividade do estilo masculino.

As armadilhas a que as mulheres estão sujeitas no mercado de trabalho, as quais lhes impõem exigências contraditórias tanto nesta esfera quanto na política (assunto que será tratado em outro momento), as colocam em situação de desvantagem, o que é reforçado também pelo fato de que são elas que estão adentrando um mundo que sempre foi dominado pelos homens. Assim, elas é que têm que fazer os maiores esforços de adaptação para passar a dominar códigos que não se coadunam com os da feminilidade, no caso de segmentos profissionais dominados por homens.

Outra alternativa que lhes resta é a de se limitar a esferas vistas socialmente como mais compatíveis com seu gênero, em geral piores do ponto de vista salarial e de status. As ideias sobre divisão sexual do trabalho que assignam mulheres para profissões de cuidado estão mais do que vivas e presentes no discurso dos entrevistados. Em geral, há uma naturalização dessa atribuição de características femininas ou masculinas aos diversos tipos de trabalho, que é, na realidade, resultado da disseminação da divisão sexual do trabalho para outras esferas além da casa. Além disso, houve historicamente um movimento deliberado por parte dos trabalhadores em melhores posições, isto é, os homens, de rotular como femininos os trabalhos mais precários e mal-remunerados, como argumenta Bradley (2007: 141).

Em geral, entrevistados/as com alguma experiência profissional, o que não é o caso de todos/as, já passaram por situações em que viram mulheres serem prejudicadas de alguma forma. Assim como Jeremias aponta para a existência de discriminação contra mulheres grávidas no mercado de trabalho (o que converge, neste caso, com suas preferências pessoais a respeito do não trabalho de sua esposa), outros homens também admitem já ter observado, em suas experiências pessoais, que as mulheres sofrem tipos específicos de opressão no mercado de trabalho por serem mulheres. Termos como “assédio”, “machismo” e “discriminação” estão presentes no vocabulário de homens que percebem as mulheres como submetidas a tais práticas, como este senhor de

Samambaia: “A gente via o assédio, né? Esse negócio e eu ficava revoltado com aquilo, né? Porque, cargo de confiança, quem te botou lá foi um diretor, um deputado, mas o cara já te bota com interesse em ti, a maioria deles, né? Aí já te olha, bonita de corpo, tal, aquele negócio todo, né? Ele já te bota pensando em te seduzir, para te levar para o motel, né? (...) A mulher é tratada com muita discriminação ainda”. Arnaldo, de Taguatinga, faz um relato parecido a respeito de sua profissão anterior: “A sociedade trata o motorista de táxi de uma forma, vamos dizer assim, pejorativa, já qualifica de uma forma pejorativa. E por você se tornar uma mulher motorista de táxi é pior ainda porque todo homem que entra dentro de um táxi acha que ele está alugando táxi e alugando mulher. 90% dos passageiros cantam quando entram e, no próprio ponto de táxi, não há respeito em relação a elas”. E Paulo, jovem de classe média, afirma: “Ainda tem cargos em, principalmente, empresas privadas, que a mulher ganha menos, fazendo a mesma coisa. Eu já vi isso também. Não fico contente com isso porque eu não sou machista”. Seu Jonas, senhor negro de classe popular, adiciona ainda uma outra dimensão à análise: a raça. Segundo ele, na empresa em que trabalhava, “mulheres bonitas e brancas” eram favorecidas ao passo que negras eram prejudicadas. Fabiana, jovem de classe popular, também relata um caso de “preconceito” contra a mulher em que seu patrão preferiu contratar um homem sob a falsa justificativa de que o serviço requeria “pegar peso”.

Dado o fato de que o mercado profissional é segmentado por gênero, não surpreende que a maior parte dos homens entrevistados possuam profissões tipicamente masculinas, tais como motorista de táxi, cobrador de ônibus, mestre de obras, técnico de informática, técnico de engenharia civil e de engenharia elétrica, lutier e advogado. Já as mulheres entrevistadas, em sua maioria, se inserem nos nichos femininos: atendente de confeitaria, atendente de telemarketing, empregada doméstica, secretária, telefonista, auxiliar administrativo e professora. Assim, alguns deles contam como a entrada de mulheres em profissões dominadas por homens tende a suscitar surpresa e reações negativas: “A gente enfrenta menos preconceito, né?, em qualquer emprego. Você entra numa sala, por exemplo, de um curso de informática, você entra lá e aparece uma mulher, os caras já começam: ‘Vixe! Primeira mulher que eu vejo’ e tal. E por aí vai. É raro você ver mulher mecânica, ver mulher que dirige caminhão. Enfrenta o preconceito mesmo, tanto que tem lugar que a mulher não dá certo para trabalhar”. Seu José cita a existência de normas que protegem as mulheres contra o assédio masculino na empresa de construção civil em que trabalhava, o que demonstra que esse tipo de discriminação precisa ser regulado e punido para ser evitado.

Talvez porque trabalhem em segmentos predominantemente femininos ou porque o efeito do gênero nas relações familiares, onde se passa grande parte da vida e os papéis são claramente delimitados, seja mais fácil de avaliar do que na esfera do trabalho, as mulheres entrevistadas tendam a negar que hajam sofrido discriminação no mercado de trabalho por serem mulheres. Alguns dos homens, porém, por lidarem com a entrada minoritária de mulheres em setores dominados por homens, afirmam a existência de práticas discriminatórias. Ao tentar penetrar nesses redutos masculinos, as mulheres adquirem ciência de que há entraves, como no caso de Gabriela, que quer fazer o concurso para bombeiro. Ainda que argumente que há uma inclinação natural maior dos homens para o serviço, ela não considera justa a disparidade no número de vagas para os dois sexos: “De noventa vagas, três são de mulheres, o resto é tudo masculino. Então, assim, eles não dão mais oportunidade para as mulheres mostrarem que elas são capazes também. (...) Claro que o bombeiro é mais voltado para o lado do homem porque o homem tem mais aquela força, né?, de poder sair de uma situação difícil, como fazer um salvamento, e a mulher é mais delicada. Mas a mulher também é capaz de ser bombeira, de ajudar. Então, assim, a mulher não tem muita oportunidade”. Seu noivo, ao contrário, que também almeja ser aprovado no concurso para bombeiro, aceita e justifica a vantagem que ser homem lhe confere, alegando que “a área do militar não pode ser muita mulher porque é uma área mais de homem mesmo”. Por outro lado, Gabriela, ao ser perguntada se já havia experimentado alguma dificuldade por ser mulher, se mostra dividida: em primeiro lugar, repete argumento parecido ao do noivo - “tem trabalhos que são mais voltados para mulheres e também tem uns mais voltados para homens” -, porém, em seguida, alude ao sentimento de “revolta” que experimenta ao pensar que as mulheres sejam preteridas em relação aos homens nesta área. Embora aceite o estereótipo de gênero, ela também o rejeita por considerar que seria capaz de exercer a profissão tão bem quanto os homens. Ainda que a naturalidade da divisão sexual do trabalho seja uma ideia de difícil contestação, a experiência vivida de discriminação por gênero parece levar a um questionamento.

No entanto, predomina a percepção, entre as mulheres, de não ter sofrido discriminação. D. Sônia, por exemplo, afirma que nunca teve dificuldade por ser mulher ainda que suspeitasse ganhar menos que os homens, porém se supreende ao pensar que só trabalhou em lugares em que apenas havia mulheres. Assim como seu Jonas nega ter sofrido práticas discriminatórias por ser negro, alegando que não se preocupa “com negócio de cor”, as mulheres também tendem a negar que hajam passado pessoalmente por situações desse tipo, mesmo reconhecendo, em abstrato, que “nós, mulheres,

sofremos preconceito por todo lado”. D. Cleide acrescenta que, para mulheres negras como ela, é ainda pior. Algumas fazem questão de ressaltar que não enfrentaram dificuldades, acentuando, assim, sua capacidade pessoal de superação. Como o comportamento padrão é generalizar a partir de sua própria experiência para o conjunto da sociedade, isso pode levar as pessoas a supor que processos registrados de forma consistente para o conjunto da população como a disparidade de salários entre homens e mulheres sejam, na realidade, fictícios. Camila, por exemplo, compara sua experiência pessoal com o que vê na televisão a esse respeito e crê que esse tipo de desigualdade de gênero seja uma invenção, sem respaldo na realidade.

De forma geral, entrevistado/as demonstram pouca reflexão sobre questões de gênero. A resposta padrão à pergunta de por que há mais mulheres ou mais homens no seu campo profissional é “não sei, nunca havia parado para pensar nisso”. Isso se repete com relação à predominância de mulheres na igreja¹⁰³ ou de homens na política, como se verá posteriormente. Desigualdades de classe parecem mais facilmente perceptíveis porque toda a organização da cidade as evidencia, mas desigualdades de gênero tendem a ser naturalizadas, por motivos já discutidos. Elas nem sempre são criadas por meio da violência aberta, mas são reproduzidas por meio das segmentações existentes em vários campos, notadamente no mercado de trabalho. Como afirma Burns (2009: 152), as escolhas profissionais estão relacionadas a premissas relativas a como mulheres e homens variam no que se refere ao tipo de trabalho em que são competentes e que tipo de trabalho gostam de fazer, concepções que começam a ser aprendidas na infância, de forma que a hierarquia de gênero “se faz e refaz” atravessando as instituições e de forma quase imperceptível.

Ao não saber responder à pergunta referente à segmentação por gênero das profissões, entrevistada/os passam a atribuí-la a uma harmonia de características entre a profissão e o gênero a quem se destina. Ana, por exemplo, em relação ao número de mulheres professoras de ensino fundamental: “De um modo geral, a própria profissão... É interessante, parece que é direcionada para mulher. É interessante isso, né?”. Gabriela acredita que a enfermagem – faculdade que está cursando - atraia mais as meninas porque “a mulher tem mais esse amor pela vida, de cuidar de pessoas”, recorrendo a um tipo de explicação que essencializa atributos de gênero. Outros entrevistada/os creditam

¹⁰³ Em resposta à pergunta de por que haveria mais mulheres do que homens na igreja, D. Eunice responde: “Eu não sei, de verdade, assim, eu não sei. É, mas eu sei que tem um número maior de mulheres, até por causa do número de assentos, né? Você vê que o de homens é bem reduzido porque onde eu frequento é separado, né? Então, os assentos dos homens são bem mais reduzidos do que o das mulheres. O (*número de assentos*) das mulheres é duas vezes (*maior que*) o dos homens”.

essa clivagem ao interesse/gosto maior de mulheres ou homens ou, no caso de profissões consideradas perigosas, à sua adequação maior ao ethos masculino. Estes são, portanto, os que naturalizam esta segmentação acreditando que, em linhas gerais, ela segue os ditames da natureza, como Wiliam: “Claro, que, assim, dependendo do cargo, tem que ser homem, mas, assim, não pelo preconceito. A área do militar mesma não pode ser muita mulher porque é uma área mais de homem mesmo, né? Exceto, as partes mais, assim, administrativas (...) Tem emprego que, realmente, tem mais oportunidade para a mulher, como a professora. Essa área da saúde, também, são muitas mulheres e poucos homens”. Assim, não há a compreensão de que se trata de uma divisão hierárquica muito menos uma crítica a ela.

Há ainda os que reconhecem ser esta divisão criada culturalmente – dois jovens e dois senhores de classe média – para quem as profissões de advogado, engenheiro elétrico e civil e técnico em informática são tradicionalmente atribuições profissionais ligadas aos homens, mas que vêm sendo ocupadas paulatinamente por mulheres vistas como corajosas, que assumem o risco de “enfrentar outras áreas”. Para os jovens, a biologia se soma à cultura para explicar por que mulheres se dirigem mais a determinadas profissões e homens a outras.

Ainda que essa questão permaneça, em larga medida, irrefletida, o convite a pensar sobre o assunto em geral evoca a observação de mudanças, ressaltadas por todo/as os entrevistado/as, que veem com bons olhos o surgimento de “novos interesses” entre as mulheres, as quais “começaram a entrar de uns tempos para cá”. Embora essa mudança pareça acontecer como que por mágica, isto é, de uma maneira inexplicada, observa-se que as mulheres começaram a adentrar profissões que eram antes monopólio dos homens e supõe-se que isso tenderá a se intensificar no futuro, quer seja porque se percebe que tem havido um incremento constante no número de mulheres, quer seja porque se considera que as mulheres trabalham de forma diferente – em alguns casos, considerada superior – em relação aos homens. Seu Ricardo, de classe média, acredita – e ele não é o único - que já se chegou à situação em que o mercado “vai pelo bom profissional e a mulher sempre se destacou em qualquer área”. Assim, o caminho das mulheres estaria livre. O reconhecimento de que as mulheres enfrentam obstáculos específicos, mencionado anteriormente, não chega a levar à descrença na possibilidade de ascensão profissional da mulher. Em geral, acredita-se que isso ocorrerá com o tempo. Dado que isso não lhes traz grandes ameaças imediatas, visto

que o teto de vidro¹⁰⁴ permanece intacto, é confortável para os homens pensar desta forma.

Há, porém, os que se mostram mais céticos porque percebem uma dubiedade no comportamento feminino relativo ao trabalho. De um lado, demandas por igualdade, de outro, reivindicações por tratamento diferenciado, compatível com o “lugar de mulher” (supostamente, um lugar subordinado, porém cômodo porque isento de grandes desafios). Para Seu Jonas, cobrador de ônibus, “as mulheres ganharam a liberdade, né? Só que ela ainda quer andar no lugar de mulher, aí não pode. (...) Então, (*risos*) o chefe fala: ‘Vai dar uma viagem hoje, de noite.’ ‘Não, eu não vou, não, não vou, não. Nisso aí, quem tem que ir são os homens.’ Não, é igual. Vocês têm que fazer igual, a mesma coisa.”

O fato de que mulheres ainda julguem poder assumir uma carga de trabalho doméstico maior que a masculina pode se dever à crença de que aos homens cabe uma parcela maior de responsabilidade pelo trabalho remunerado, o que de fato verificou-se entre algumas mulheres, dada a prevalência do estereótipo tradicional da masculinidade. Também pode se dever a que, para elas, a inserção laboral se faz em piores termos, com menores chances de ascensão profissional.

Ademais, há mulheres que rebaixam o próprio trabalho porque ele não tem todas as garantias trabalhistas. D. Luzia, que sempre trabalhou sem carteira assinada, tanto como empregada doméstica quanto como cuidadora de idosos, parece equivaler trabalho a trabalho “fichado” e enfatiza que nunca trabalhou “fichada” ao responder se sempre trabalhou fora. Outras mulheres também ressaltam a questão de não serem fichadas ao falarem sobre seus trabalhos assim como há homens que se referem ao trabalho das esposas como “não fichado” e, por isso, mais precário. Em geral, o trabalho dos maridos é considerado mais nobre por contar com esse tipo de proteção do Estado.

Esse trabalho informal, muitas vezes improvisado e feito em domicílio (em Samambaia, quatro das oito mulheres entrevistadas trabalhavam informal e intermitentemente e três delas o faziam no seu próprio domicílio, algumas – mais velhas - com revenda de roupas e a outra, jovem, possuía um pequeno salão de beleza) de forma a ser conciliado com o trabalho doméstico é considerado apenas um “quebra galho”. Ele se destina a auferir uma renda adicional numa idade em que já se parou de trabalhar fora ou, no caso da jovem, na fase que ela vê como precedente à realização de

¹⁰⁴ Apenas 36% do conjunto de cargos gerenciais, de oficiais sênior e de legislador são assumidos por mulheres. O hiato de gênero em termos de renda no Brasil é também um dos maiores do mundo visto que a renda das mulheres fica abaixo de dois terços da masculina de acordo com os dados de Hausman (2011).

seu sonho: cursar uma faculdade de pedagogia. A ausência de uma renda fixa (nas palavras de D. Luzia “um dia tem dinheiro, outro dia não tem”) deixa estas mulheres em situação de vulnerabilidade e as torna mais sujeitas à autoridade do marido.

O trabalho da mulher é também mais precário no sentido de não lhe permitir participar de associações e sindicatos. Isso afeta negativamente também a estrutura de oportunidade de recrutamento político das mulheres visto que, no Brasil e em outros lugares, grande parte das mulheres que se tornam políticas profissionais haviam sido ativistas e sindicalistas¹⁰⁵. Entre os entrevistado/as, confirma-se o quadro prevalente entre os trabalhadores no Brasil, que é de baixíssima sindicalização¹⁰⁶, entre homens e mulheres. Apenas uma mulher declarou ser sindicalizada e outra participa de associação comercial ao passo que, entre os homens, um é sindicalizado e outro havia sido presidente de associação profissional. Assim, o trabalho remunerado não provê à mulher nem os recursos econômicos, devido à baixa remuneração, nem uma rede de contatos que lhe direcione à atividade política institucional.

Outra dificuldade que as mulheres têm diz respeito à forma como se organizam as relações sociais no “mundo do trabalho”. Cairoli (1998) cita o caso de trabalhadoras numa fábrica no Marrocos em que as trabalhadoras usam o “idioma da família”, esfera na qual sua identidade primária está fundada, para se referir às suas relações com supervisores e colegas de trabalho, o que as tornaria também trabalhadoras mais dóceis. A autora argumenta que as trabalhadoras usam o recurso de “transformar” o trabalho numa família, idealizada como um contexto livre de opressão e conflitos, para suportar a inserção neste contexto em que as condições de trabalho são de exploração e humilhação. Tendo formado sua identidade de gênero no contexto familiar, onde a racionalidade instrumental é mais restrita, e socializadas para dar suporte aos demais, colocando suas necessidades em segundo lugar, algumas mulheres parecem querer projetar no trabalho remunerado um tipo de sociabilidade que lhes é mais próxima, referindo-se ao ambiente de trabalho ou associativo como uma família. Assim como, no Marrocos, isso as impedia de se rebelar contra estruturas de exploração, a caracterização do trabalho ou de instituições que são criadas com propósitos comerciais, como associações de trabalhadore/as, como família pode ter o mesmo efeito aqui. Alguns

¹⁰⁵ Há uma tendência de que as mulheres ingressem na política institucional a partir de sua atuação prévia em organizações da sociedade civil e na área social, como afirmam Matos e Cortês (2010: 43).

¹⁰⁶ De acordo com dados do Latinobarômetro de 2003, 7,1% dos homens e 5,1% das mulheres pertencem a sindicatos no Brasil. Sobre os cargos de liderança, o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (2013: 136) informa que “há 244 mulheres nas direções executivas das centrais sindicais, o que equivale a 26,2% do total de membros das direções executivas. Nos cargos de presidência e vice-presidência, há ainda menos mulheres: apenas 9%”.

exemplos de usos dessa analogia são: “Gosto muito de trabalhar aqui. É muito tranquilo, aqui é família, né?” - nas palavras de uma recepcionista; “A vantagem é de que a gente se torna uma família, sabe? Por exemplo, as minhas colegas mesmo, a gente tem um amor, assim, por cada uma, e também amor ao trabalho”, descrição da presidente de uma associação composta só por mulheres, em Taguatinga; “Minha família é Taguatinga, né? *(risos)* 45 anos *(que vivo aqui)*. (...) A gente se reúne com os filhos, com os associados, que são considerado iguais a filhos, né?”, nos dizeres da presidente de uma associação de moradores em Taguatinga; “Nós aqui nos tornamos tipo uma família porque todos gostam de todo mundo.*(risos)*”, moradora de Samambaia a respeito de sua vizinhança.

Diante desse quadro de inserção mais precária e menos recompensadora no mercado de trabalho, não surpreende que as mulheres se afeerem à identidade de mãe e dona de casa, que confere respeitabilidade social e familiar. Além das jovens universitárias (duas de classe média e uma de classe popular), que pareciam almejar a futura carreira, há duas mulheres de classe média e uma de classe popular que parecem ter com o trabalho remunerado uma relação de orgulho e realização profissional. Por exemplo, Ana, professora da rede pública, afirma: “Não deixaria minha profissão para fazer outra, para ficar só em casa, cuidando de casa, de filho, isso não. Isso eu não faria” e D. Sônia, que integra uma associação comercial e também é professora, porém aposentada, declara: “Então, hoje eu sou aposentada e fico, exclusivamente, por conta da associação. (...) Tem a casa, mas, assim, eu não faço tudo sozinha, eu ajudo lá. Mas eu fico, estritamente, por conta da associação”. As demais tendem a ver o trabalho como um meio de sustento, independência e até de socialização, mas não de aprendizado e crescimento profissional.

Entre os homens, a satisfação com o trabalho parece mais generalizada. Três deles – dois de classe popular, um dos quais, Leandro, estava desempregado, e um de classe média - tinham com o trabalho uma postura apenas de aceitação e conformidade. Leandro, por exemplo, ao ser perguntado de qual trabalhado havia gostado mais, teve dificuldade em emitir uma resposta e, ao final, afirmou que nunca tivera um bom trabalho. Tampouco conseguia pensar em qual seria o emprego ideal. Dentre os demais, três jovens universitários, dois deles com trabalhos de tempo parcial e um deles à procura de emprego, tinham confiança em sua atuação profissional futura. Os demais afirmaram gostar do que já fazem. Um deles, de classe média, por exemplo, se orgulha de haver formado uma associação de taxistas e também de conseguir hoje exercer a profissão de advogado. E há também dois exemplos de homens de classe popular que

dizem gostar da profissão que exercem. Seu José, mestre de obras: “Eu gosto porque obra é aquele negócio, você faz, quando termina, você se orgulha daquilo que você fez, né? (...) E eu discuto com engenheiro e tudo e leio projeto e tudo”. Sua capacidade de dialogar com engenheiros, não tendo sequer completado o ensino fundamental, lhe enche de orgulho.

4. 4 Feminilidade e masculinidade

Uma precária inserção profissional é ao mesmo tempo resultado e fator de reforço da divisão sexual do trabalho e das representações sociais associadas a ela. Por sua vez, o envolvimento com o trabalho doméstico depende em grande medida da concepção que se tem de paternidade/masculinidade e maternidade/feminilidade. Daí porque, dentre o conjunto de representações que importa considerar nesta análise, aquelas relativas à maternidade e à paternidade são ressaltadas. Para que homens e mulheres mudem seu comportamento em relação ao trabalho doméstico, suas concepções de paternidade e maternidade devem também ser alteradas. Embora a pesquisa não esteja centrada sobre estas concepções, foram captados elementos que ajudam a esclarecer como elas têm se delineado.

Como argumentado acima, toda a socialização é segmentada por gênero, o que implica a transmissão de padrões de conduta e expectativas diferenciadas para homens e mulheres - ideais de feminilidade e masculinidade que são criados por cada sociedade, como resalta Goffman (1977). Decorre daí que as distintas classes de gênero desenvolvem o que o autor chama de “identidades de gênero”, isto é, um senso de si próprio e uma referência para o autojulgamento que são dados pelo pertencimento ao gênero que lhes corresponde. Para Goffman, essa identidade de gênero, inculcada nos membros de qualquer sociedade, é uma das mais fortes, mais ainda do que a identidade associada à idade. No entanto, em vez de se colocar essa questão em termos dicotômicos – gênero versus idade –, interessa reconhecer que a identidade de gênero não se mantém fixa ao longo da vida de um indivíduo, mas se altera de acordo com os ciclos de vida, associados às mudanças etárias: em especial aqueles relacionados a casar-se e/ou ter filhos.

A identidade de gênero se modifica à medida que se assumem estes papéis sociais, em parte porque a sociedade atribui alto valor à maternidade e à paternidade – funções marcadamente diferenciadas segundo o gênero - e o indivíduo incorpora as representações e práticas associadas a elas, reforçando assim sua identidade primária de mulher ou homem. Além disso, a identidade de gênero se altera também porque mudam

os principais referentes a que o indivíduo está sujeito: não mais o pai, a mãe e irmãos, mas esposo/esposa e filhos. Estes referentes principais (ou “*significant others*”, nos termos de Berger e Luckmann (2011: 154) são os “principais agentes para a manutenção de sua realidade subjetiva”, ou seja, são relações que sustentam a realidade para os indivíduos, reafirmando a cada dia quem se é, que lugar se ocupa no mundo e reforçando o efeito naturalizador do mundo e das relações sociais com que o indivíduo se depara. É por meio do discurso, segundo estes autores, que isso se faz de forma mais intensa e diária, não porque as pessoas falem sobre tais temas, mas porque as interações e conversas rotineiras têm o efeito de reforçar a realidade do mundo tal como ele se apresenta aos indivíduos.

Em relação às convenções de gênero, ocorre que as expectativas que indivíduos, em especial os mais velhos, aprenderam a esperar que se reproduziriam têm se alterado, produzindo algum grau de desconforto e induzindo os indivíduos a adaptar-se a uma nova ordem. O homem pode julgar-se um patriarca de poder inabalável em âmbito familiar, mas se sua postura não encontra respaldo entre aqueles sobre quem este poder deveria ser exercido porque sua esposa passou a trabalhar e a ganhar mais do que ele ou porque ele não mais pode usar de violência física quando se sentir contrariado porque existe uma lei que prevê punições ao seu comportamento, verifica-se um abalo nas estruturas que servem de suporte a essa “realidade” subjetiva. E a identidade que ele possuía é posta em xeque.

A masculinidade é, portanto, também definida em relação à feminilidade e vice-versa. Assim, embora se tenha visto que, em termos de comportamentos relativos ao trabalho não remunerado, os homens não pareçam ter se alterado muito, a mudança promovida pelas mulheres tem efeitos sobre a subjetividade masculina bem como sobre a imagem que os homens têm das mulheres, alguns dos quais já foram tratados aqui. Não é possível que a masculinidade tradicional se mantenha constante face às mudanças na feminilidade porque uma tem a outra como “ponto de referência”, nas palavras de Vigoya (2003: 52).

Não obstante, grande parte das crenças relativas a masculinidade e feminilidade está fundamentada em convenções que se estabilizaram ao longo do tempo e que não mudam rapidamente. A naturalização da divisão sexual do trabalho decorre de pensar-se que as mulheres são, por definição, mais aptas a desempenhar o trabalho não remunerado ao passo que os homens têm outras disposições – são mais corajosos e mais capazes de enfrentar o mundo exterior, por exemplo. É certo que essa crença é abalada por casos de mulheres que se revelam portadoras de atributos da masculinidade, que

chegam a assumir cargos eminentemente masculinos – o caso da atual presidenta é o mais claro. Mas trata-se de uma exceção, não da regra.

Desta forma, o vaticínio, feito por Goffman (1977), a respeito do arranhamento da crença – entre um círculo pequeno de pessoas - de que o arranjo entre os sexos é fundamentado em ditames naturais parece ser verdadeiro. Crowley (2007: 360) concorda e afirma que o “natural e imutável” tem sido cada vez mais debatido, inclusive na esfera doméstica, em sociedades modernas. De fato, homens parecem pouco confortáveis em afirmar que a natureza lhes fez provedores e protetores e, às mulheres, dependentes submissas. O discurso de gênero em geral não é tão explicitamente maniqueísta a não ser nos círculos mais conservadores. Mesmo assim, ele está recheado de asserções essencialistas sobre homens e mulheres. Se é verdade que a divisão sexual do trabalho continua existindo, ela tem que repousar sobre representações que ainda se mantêm, em grande medida.

A inércia das relações tradicionais de gênero torna-se ainda mais poderosa porque elas não tendem a ser discutidas. O fato de que esse desequilíbrio de poder se instaura em consequência do que se considera o cumprimento de um suposto chamado natural é o que o torna mais difícil de ser identificado. Burns (2009: 153) antecipa que esta naturalização pode criar dificuldades para pesquisadores interessados em desvendar a desigualdade de gênero visto que ela impede as pessoas de desenvolver um discurso sobre este fenômeno. A narrativa que possibilitaria fazer sentido dela muitas vezes não está disponível. No entanto, a própria observação de como essas questões se encontram desarticuladas nos discursos é reveladora de como a desigualdade se constitui.

O poder do discurso é exemplificado pelo fato de que é ele, ou seja, a conversação, que “proporciona contornos firmes a itens previamente apreendidos de maneira fugidia e obscura” (Berger e Luckmann, 2011: 151). Assim, se o sentimento de injustiça que uma mulher tem diante do trabalho excessivo a que é submetida não chega a ser externalizado, ou seja, se ela não tem a chance de falar sobre isso, é provável que esse sentimento nunca tome uma forma clara e não venha a tornar-se um interesse a ser defendido politicamente. Caso isso nunca chegue a tornar-se consciente para ela, pode lhe parecer que não há outro remédio a não ser conformar-se com esta situação por esta pertencer à natureza das coisas. O mundo em que ela habita não é apenas um dentre diversos mundos possíveis, mas é o único que existe. Isso fica claro na medida em que se observa que as pessoas entrevistadas em geral não têm respostas para perguntas sobre por que as divisões de gênero ocorrem, como já observado. Além disso, como argumenta Miguel (2010: 28), os interesses são construídos socialmente, em arenas de

participação política, o que demanda a inserção das mulheres e outras minorias em tais arenas para formação de seus interesses como grupo. Esse é um processo que se faz, segundo Offe e Wiesenthal (1980), de forma necessariamente “dialógica” e “coletiva” para aqueles que se encontram em posição de inferioridade na estrutura social.

Para a maioria da/os entrevistada/os, foi perguntado o que é ser mulher/homem e as respostas, na maioria dos casos, giraram em torno do trabalho – doméstico ou remunerado. Superada a surpresa inicial da pergunta que parece inusitada, a maior parte das mulheres logo se lembra de sua labuta diária para responder. Na opinião de várias delas, o que define “ser mulher” - e isso é feito em oposição a ser homem - é o trabalho de cuidado. Termos como responsabilidade e carga aparecem com frequência, associados aos papéis de mãe e de esposa, como para D. Renata, senhora de classe média: “Ah, eu nem sei te dizer. Eu sei que é uma responsabilidade muito grande. Se a gente for avaliar a vida desde quando você nasce até a fase que eu estou, é uma responsabilidade bem maior do que o sexo masculino, né? O sexo masculino tem responsabilidade de botar dinheiro em casa, não sei o que. Eu, particularmente, como toda vida eu tive que trabalhar, me sustentar e fiquei viúva cedo, para mim, ser mulher é uma responsabilidade muito grande, né? Porque além de, de ter que cuidar dos filhos, da casa, depois meus pais adoeceram, eu tinha um outro irmão, e a responsabilidade também continuou só pra mim, né?”. Mulheres mais velhas e que têm filhos, como D. Renata, têm um discurso parecido com o de mais jovens também mães, como no caso de Fabiana, de classe popular: “Quando se separa, se tem filho, os filhos ficam com você. Tudo é você. Então, pai acha que dá um dinheirinho ali... no começo do mês e pronto, está tudo certo. Não tem que educar, não tem que fazer nada. É a mãe que tem que fazer... E você faz porque você vai abandonar seu filho? Não”. E mesmo mulheres jovens de classe popular que ainda não têm marido nem filhos, como Gabriela, afirmam, ao pensar na mãe, que “o homem chega e só dá o dinheiro para ela pagar as dívidas, é assim (*risos*). Mais ou menos assim, a mulher cuida da casa, dos filhos”. Se a fala de Fabiana denuncia um sentimento de injustiça contra esta situação, a de Gabriela, que não passou pessoalmente por tais processos – a não ser pela observação do que ocorre com seus pais - , parece mais conformada. Também Elisabete, de classe média, parece mais resignada ao ressaltar o acúmulo de papéis assumidos pela mulher: “É o que todo mundo fala, né? É ser profissional, é ser mãe, é ser esposa, né? É ter sempre bom humor... É isso, hoje em dia, né?”

Ao lado desse discurso de maiores sacrifícios associados à feminilidade, há também um discurso de disposição à superação que as mulheres teriam em maior

medida que os homens. Esse discurso, que parece estar bastante disseminado, é o correspondente, no nível das representações, ao local ocupado pelas mulheres na família e na sociedade em geral. Como afirma Goffman (1977: 308), apesar de vivermos numa sociedade em que as mulheres constituem uma minoria em situação de opressão, as mulheres também são “idealizadas, mitificadas, de forma séria, através de valores como maternidade, inocência, gentileza, atração sexual e assim por diante – um panteão menor, talvez, mas um panteão de qualquer forma”. Um panteão que talvez tenha sido reforçado pela economia capitalista industrial porque a família contrasta com o mercado, em que tudo é comercializado. Por oposição, aquilo que não é - o trabalho doméstico, a afetividade familiar, a maternidade – passa a ser romantizado.

Assim, as mulheres mesmas ecoam uma visão edificadas de si próprias, afirmando que são “muito guerreiras”, “vitoriosas”, “umas heroínas”, “mais cautelosas, mais caprichosas” e “têm mais aquela vontade de ter as coisas e trabalhar”. Em geral, esses adjetivos são relacionados à capacidade feminina de matinar (uma das entrevistadas elogia a forma como lidou com a doença da filha), de “dar conta de marido, filhos e casa” e ainda de “correr atrás para conseguir o que quer”.

Por outro lado, o elemento classe também é determinante no sentido de atribuir diferentes sentidos à feminilidade. Nara, por exemplo, tem uma visão dissonante porque pensa que as mulheres são beneficiadas por poderem fazer uso de atributos socialmente valorizados, como a beleza, e ainda porque podem desfrutar da condescendência à feminilidade. Ao pensar sobre sua experiência de mulher de classe média, jovem e sem filhos, sem uma carga de trabalho doméstico a cumprir (o que é reflexo também da etapa do ciclo de vida em que se encontra) e sem uma referência materna mais tradicional, ela declara: “Eu acho que mulher tem mais facilidade para conseguir as coisas, querendo ou não. É... Bom, não sei. *Pergunta: Mas o que você pensa que a mulher consegue mais facilmente?* Nara: Ah, tudo! Hoje, por exemplo, eu estava dirigindo, eu falei isso para a minha mãe, eu estava vindo para cá de carro, aí vários homens, quando eu estou de passagem, eu pedi e consegui. Aí eu falei: ‘Nossa, porque eu sou mulher, certeza!’ *Pergunta: Mas você acha que são todas as mulheres ou só algumas?* Nara: Acho que as mais bonitas têm mais facilidade”.

Algumas mulheres parecem insinuar, como visto acima, que, em sua visão, o papel masculino tradicional se perdeu porque elas o absorveram, assumindo também a parte de “botar dinheiro em casa”. Outras contam que o bom de ser mulher é que não se enfrentam todos os encargos impingidos ao homem, o que sinaliza que os homens podem estar, cada vez mais, falhando em cumprir todas as obrigações associadas à

masculinidade, mas as expectativas existem e eles não deixam de ser cobrados por isso. Assim, existem mulheres – duas mais velhas e uma jovem – que dizem gostar de ser mulheres porque “tem muitas coisas que homem enfrenta que a mulher não enfrenta” e porque “o homem é mais cobrado pela sociedade (...) no sentido de sair para trabalhar”. Essa postura de um certo contentamento com o papel mais passivo exercido pelas mulheres se reflete também na fala de D. Sônia, que deixa as preocupações a cargo do marido/protetor: “Eu vou lá me preocupar, então? Se eu tenho ele para pensar por mim, por que que eu vou pensar? (*risos*) É porque ele pensa, né? Ele se preocupa comigo”. Essa postura se reflete também numa divisão do trabalho político que alguns casais parecem ter adotado, como será explorado no próximo capítulo. Para estas mulheres, o homem assume mais responsabilidades sociais em geral porque suas atribuições estão principalmente ligadas ao mundo externo enquanto a mulher “só cuida”, nas palavras de uma jovem de classe popular. Como argumenta Young (2005), há um tipo de relação entre homens e mulheres em que a superioridade dos primeiros “decorre não de atos de dominação repressiva, mas da disposição em assumir riscos e se sacrificar em nome de outros” ao passo que a mulher “nem ressentida nem resiste à dominação do homem, mas admira e é grata pela promessa de proteção”.

Há homens – jovens, de classe média e nível superior - que estão de acordo a respeito de que eles sejam mais cobrados socialmente porque deles se espera uma atuação mais pró-ativa enquanto as mulheres são treinadas para serem mais passivas. Não obstante, acreditam que “ser homem” seja mais fácil que ser mulher porque os homens, por fatores biológicos e culturais, não lidam com questões que concernem à mulher tais como “menstruação, estresse, filhos e ainda tem que trabalhar, ou não, deve, né?”. E reconhecem ainda que os homens enfrentam menos preconceito em todas as áreas, inclusive na que se refere a comportamento sexual. Mesmo a admissão de que há maior cobrança social sobre o homem é reconhecida como efeito da crença na superioridade do homem em relação à mulher. Desta forma, talvez por ser homem e entender o que há por trás dessa atitude condescendente que os homens são ensinados a ter em relação às mulheres, este jovem, ao contrário de Nara, percebe que as concessões feitas às mulheres podem ser interpretadas como tentativas de compensá-las por incapacidades associadas à feminilidade: “Até em casa, o pai mesmo sempre dá o melhor possível para a filha porque sabe que o filho vai conseguir. Não porque ele vai conseguir. Geralmente, consegue porque o homem é mais, eu acho que o homem é mais ativo nessa área. A mulher é mais passiva. Imposto também pela cultura”. Estes jovens são os únicos a afirmar que a feminilidade e a masculinidade são concepções

construídas culturalmente ainda que mantenham a crença em que a cultura reforça elementos biológicos.

E há indícios também de que essa masculinidade protetora não é sempre desejada pelos homens. Alguns a veem como um fardo. Fernando, por exemplo, jovem de classe média: “Eu acho a autossuficiência, a independência espetacular, até afrodisíaco, assim, diga-se. Eu acho que ela (*a mulher*) tem que viver a vida, ela não pode nem se encostar, nem se subordinar. Apesar de eu achar que é muito comum, é, extremamente comum a mulher que vê, que está ao lado de um homem, a figura da felicidade. Eu acho isso ruim, inclusive, para mim”.

Também é interessante que homens jovens de classe média entrevistados tenham passado por experiências relacionadas ao mercado de trabalho em que se sentiram prejudicados por serem homens, o que lhes permite ter uma percepção pessoal de como a dimensão de gênero pode também afetá-los negativamente. Eles citam por exemplo casos em que homens foram preteridos em relação às mulheres em profissões no ramo da estética, mais ligado à feminilidade. E Fernando afirma ter sido vítima de uma injustiça, que resultou em sua demissão, motivada por um embate de gêneros. Pensando que teria sido covardia reagir na mesma medida ou da mesma forma que faria com um homem, ele afirma ter ficado imobilizado e, por isso, manipulado pelas mulheres com quem entrara em conflito. Essa é uma das situações em que, segundo ele, “ser homem é um problema”. Seu Ricardo afirma ter sido vítima de fofoca feita por uma mulher, motivada pela vontade de “mostrar a imposição dela”, no ambiente de trabalho. Os homens estariam se deparando com incidentes em que a divisão de gênero no mercado de trabalho pode também funcionar contra eles próprios (num mundo em que também os homens manifestam novos interesses, antes considerados exclusivamente femininos) ou em que a masculinidade tradicional não lhes fornece as regras de conduta para promover seus interesses diante de novas situações, em que as mulheres também competem por poder.

A despeito dessas fissuras na ordem hierárquica de gênero, as quais expõem os homens a situações de vulnerabilidade, eles, de forma geral, continuam reafirmando concepções de masculinidade que associam o homem às noções de “responsabilidade”, “trabalho” (remunerado), “caráter”, “correr atrás”, “se virar”¹⁰⁷. Em geral, inspirados pelo exemplo de seus pais, como no caso de Seu Jonas: “Pra mim, é ter a responsabilidade de um homem mesmo, sabe? Mas responsabilidade mesmo, né? Ser

¹⁰⁷ Para Sarti (2009: 83), o casamento confere ao homem a “imagem de homem de respeito, pai de família”. Desta forma, casar-se e tornar-se pai representa a completude do “processo de tornar-se homem”.

homem não é ficar deitado o dia todo em casa, não. Eu nasci vendo meu pai se virando e eu criei meus filhos todinhos, me virando mesmo. Não deixando cair do céu, não, correndo atrás mesmo. Então, para mim, homem tem que ser isso, para mim”. Há indícios, em diversas falas, de que os homens que se julgam “homens de verdade”, portadores dos reais valores de masculinidade, estariam tentando resgatar um modelo de masculinidade que percebem ter se perdido em outros homens. Outros aspectos da masculinidade convencional são resumidos – em tom de desdém- desta forma por um jovem de classe média: “Ter um carro bom, uma mulher bonita e gostosa e tal, poder jogar o futebol dele, jogar o vídeo game dele...”.

Assim como há mulheres que consideram os homens “mais largados”, mais desistentes, mais moles do que elas próprias, há homens que consideram as mulheres mais “centradas”, “sensatas”, menos “afoitas”, mais “capacitadas” e ainda mais “sentimentais”, com maior “misericórdia”, o que é, ao mesmo tempo, um elogio à maternidade e ao acúmulo de tarefas que a mulher desempenha e ainda um reconhecimento de que as mulheres tendem a se comportar de forma mais preventiva e disciplinada que o homem, por exemplo, no trânsito (exemplo citado por dois entrevistados de classe média). Porque foram criados mais pelas mães do que pelos pais, tendo visto a mãe desempenhar papéis diversos, há entrevistados que reconhecem nas mulheres qualidades superiores às dos homens “Mas eu acho que a mulher tem o dom de administrar muito bacana, muito suave, né? (...) Tiro o exemplo da minha mãe. Administra uma casa, um trabalho, filhos, estudo e tal. Só por conta disso, a mulher já é mais capacitada que o homem”. Os elogios que vêm à mente quando se pensa nas mulheres como mães em geral são substituídos por críticas quando a mulher é vista como chefe/competidora, o que mostra que, para os homens, as mulheres têm facetas distintas, a depender do papel social que exercem. Também não se pode deixar de notar que o enaltecimento das mulheres como mães não implica que elas saiam da posição de subalternidade.

Além disso, esse elogio à mulher vem acompanhado de uma censura no caso de alguns homens – tanto mais velhos quanto mais jovens -, para quem estaria havendo um excesso de liberação feminina. Ao emular, em sua visão, o comportamento masculino, as mulheres estariam se arriscando a perder a respeitabilidade a que fazem jus por sua função maternal. Esse panteão a que se refere Goffman tem, portanto, um preço, que é o do recato feminino, da maior contenção, do maior enclausuramento, do maior controle social de seu comportamento. Seu Ricardo, por exemplo, reclama: “Eu fico impressionado com a quantidade de mulher que tem em bar. (...) Aquilo ali é muito

divertido, é muito legal e tudo, mas é como se tivesse pulando, assim, da ponte. Eu vejo a mulher, assim, como uma figura, dentro da sociedade, que merece todo o respeito, até pela posição de mãe, ela que é responsável por perpetuar a espécie. Ela tem que se dar o respeito”. A presença da mulher em espaços antes dominados por homens – fenômeno típico da modernidade -, como bares, ainda provoca espanto e protestos.

No que se refere ao comportamento sexual das mulheres, ao contrário do que se passa no mercado de trabalho, o tratamento diferenciado dado a elas teria sua razão de ser porque é visto como baseado na própria essência feminina, em contraposição à masculina. Nesse campo, não há que se falar em igualdade. A mulher não deve ultrapassar determinados espaços e limites para não por a perder sua honra visto que ela ainda está submetida a padrões mais rígidos de julgamento social que os masculinos, como reconhecem diversas mulheres e homens. Dado que são mais “instintivos”, é inevitável que os homens se comportem de forma sexualizada e promíscua, porém, a mulher não necessitaria fazê-lo por ser mais domesticada. Assim, quando ela o faz, está cometendo um erro que lhe custa o respeito social, como explicita este jovem de classe média e alta escolaridade: “A mulher está tentando mudar, tentando brigar pelos mesmos direitos, de forma errada. ‘Ah, o cara pega tantas mulheres e eu posso pegar também’. Só que ela tem que arrumar outro jeito de fazer isso porque, se ela pegar o mesmo tanto, aí vai ser chamada de vadia, não sei o que”. E perder o respeito masculino, assim como de toda a sociedade, ao tentar emular o comportamento do homem, está entre as piores coisas que podem suceder a uma mulher. A assunção de características masculinas pela mulher, ao menos nessa esfera dos relacionamentos sexuais-afetivos, é vista com desconfiança. Ana, de classe média, afirma ter “muita característica masculina” e que “sempre tive dificuldade em arrumar namorado por causa disso”. Nara conta que é vista com censura quando assume comportamentos mais masculinizados: “Sair à noite, se você bebe um pouco a mais, já olham diferente por ser mulher. Questão de roupa, né? Roupa curta, né?”.

Nesse sentido, observa-se algo que Gutmann já notara e que ele qualifica como uma negação do “paradigma feminista” de que o homem está mais associado à cultura e, a mulher, à natureza. Em muitos casos, o homem é visto como um ser que não pode evitar sucumbir à força dos instintos, em especial os sexuais, enquanto a mulher é vista como menos sujeita a tais forças da natureza. O homem, em muitos contextos, é também tido como o elemento desagregador das relações sociais, mais propenso a vícios e comportamentos de risco enquanto a mulher toma as rédeas da situação e mantém a ordem. Portanto, para o autor, as dicotomias mais simplistas relativas a

feminilidade e masculinidade devem ser evitadas, o que não nega a permanência das desigualdades.

O que, sim, tende a negar a relevância das desigualdades de gênero é a concepção de que não há diferenças entre homens e mulheres, ou melhor, de que embora estas diferenças existam – o que permite, em primeiro lugar, a distinção de indivíduos entre homens e mulheres –, elas não são geradoras de segmentações sociais mais acentuadas ou de desigualdades. Seria, nesta visão, inútil pensar nos significados de “ser homem” ou “ser mulher” na sociedade em que vivemos porque esta não promoveria mais esse tipo de vivência distinta. Essa é uma percepção reiterada por diversos (quatro) homens, três dos quais de classe média e mais velhos. Sua intenção é afirmar que homens e mulheres são basicamente iguais (excetuando determinados traços vistos como decorrentes de diferenças biológicas), o que não deveria levar a distinções sociais ou políticas baseadas no gênero - argumento liberal que encontra muito respaldo. Assim, para seu Gilberto, a humanidade está acima de diferenças de gênero: “Eu acho que não tem que ter essa diferenciação homem e mulher. Nós somos seres humanos”.

Seu Arnaldo, por exemplo, supõe que seja óbvia a identificação dos efeitos comportamentais decorrentes da “condição biológica”. Quando perguntado sobre o que é ser homem, ele responde: “Não tem diferença. Não, não tem significado. Acho que a gente não pode ver o ser humano assim. É lógico, eu sou homem, há algumas preferências diferentes da mulher. Biologicamente, isso é normal. Mas, socialmente, você não pode ver o indivíduo como homem e mulher. Você olha quando tem que dar um benefício pela condição biológica, mas quando você vê o cidadão, você tem que ver como cidadão, então, não tem sentido”. E Wiliam, de classe popular, vai na mesma linha, ao afirmar: “Não tem diferença do homem, da mulher. Para mim, o homem e a mulher, faz diferença só o sexo mesmo”. No entanto, ele também pensa que “dependendo do cargo, tem que ser homem, mas assim, não pelo preconceito”. Em sua visão, os homens deveriam conservar o acesso preferencial a determinados espaços apenas por serem dotados de determinadas características biológicas, porém isso corresponderia mais a uma decorrência natural das diferenças físicas do que a uma injustiça social.

Sendo as diferenças de gênero nada mais do que derivações de fatores biológicos, por definição imutáveis, não se as vê como relevantes, certamente não mais do que a clivagem de classe, que é tida como mais claramente originada por processos sociais. A questão relativa a benefícios ou prejuízos decorrentes do pertencimento de gênero (já se sentiu beneficiado ou prejudicado por ser homem/mulher em alguma

situação?) levou a uma reformulação, no caso de seu Arnaldo, que se lembrou de ter sido prejudicado “por ser branco pobre, agora, por ser homem, não”. Em geral, essa percepção de que distinções de gênero não importam mais decorre da constatação de que os fatores geradores (o afastamento das mulheres do mercado de trabalho e da política) de desigualdades de gênero já teriam sido resolvidos e as mulheres não mais encontrariam obstáculos em seu caminho, ao menos não quando não são pobres.

4.4.1 Casamento e maternidade/paternidade

A masculinidade hegemônica, como afirma Connell (1987: 186 citado por Gutmann (2003: 23), é heterossexual e está, assim como a feminilidade, muito relacionada ao casamento, que, na sua forma tradicional, confere ao homem direitos de controle sobre o corpo e a vida de uma mulher. Obviamente, esta instituição também tem sido reformada, tanto no plano legal quanto no dos costumes, sendo, hoje, um tipo de contrato regido por normas que asseguram à mulher a possibilidade do divórcio¹⁰⁸ e proteção contra a violência. Tendo se modernizado e se tornado mais igualitário, o casamento permanece, mesmo assim, como um arranjo frequentemente violento e opressor para as mulheres, que as deixa em situação financeira precária quando termina.

Alguns dos dirigentes de entidades e associações comunitárias entrevistados lidam com as consequências desta masculinidade violenta por meio da oferta de algum tipo de acolhimento para as mulheres vítimas ou de aconselhamento para homens vistos como potencialmente agressores. Ao falar sobre os serviços para mulheres providos pela instituição que preside em Taguatinga, Seu George os descreve como referentes às “problemáticas da mulher”, ou seja, “a mulher que apanha do marido, a mulher separada, a mulher desquitada, ou toda problemática aqui que envolve a mulher”. A persistência deste modelo de masculinidade também é confirmada por Seu José, que preside uma associação em Samambaia, e afirma já ter feito palestras sobre como a traição do homem pela mulher é decorrência da forma como os “machões” – termo que ele usa para descrever os homens machistas de classe popular a quem se dirige - tratam suas esposas, sem tentar satisfazê-las sexualmente, preocupados apenas com suas próprias necessidades. Quando acontece de serem traídos, os “machões” frequentemente usam de violência física contra as esposas. O fato de que tais instituições comunitárias se vejam obrigadas a abordar estas questões reflete o fato de que o casamento, quando regido pela masculinidade tradicional, é um “contrato sexual” perverso para mulheres.

¹⁰⁸ Castells (2007) considera que o divórcio reduz o poder de interiorização do patriarcado nas famílias, que passam apresentar situações mais complexas.

No entanto, o casamento ainda é um objetivo perseguido por mulheres e homens. De todo/as o/as jovens solteiro/as entrevistado/as, apenas uma mulher afirmou não pretender se casar no futuro. Camila, de classe média, considera que o casamento seja incompatível com um estilo de vida feminino marcado por maior independência e liberdade. Sua opinião sobre o casamento é de que “tudo tem que ser combinado, tudo, tudo tem que ser de acordo, você não pode tomar mais nenhuma decisão sozinha. Você não pode mais ficar até tarde na rua sem ficar: com quem que você está, onde você está... Se não está no trabalho, tem que estar com o marido”. Essa última frase de Camila aponta justamente para como a prática do trabalho remunerado pela mulher pode ser conciliada com relações hierárquicas na esfera doméstica.

O que sobressai na visão dos maridos, em especial os mais velhos, sobre as esposas é o papel tradicional, a dimensão da domesticidade e maternidade associada à mulher. Para Seu José, de Samambaia, uma esposa, à parte a dimensão do companheirismo, pode ser substituída por uma empregada doméstica: “É aquele negócio: a gente precisa de uma mulher porque a gente precisa de uma companheira, né? Que o homem precisa de mulher, né? (...) Mas, se for para viver só, também vive, né? Só paga uma empregada”. E seu Ricardo ressalta o fato de que sua esposa “é mãe de cinco filhos” ao explicar por que ela trabalha meio período, ressaltando a centralidade que, em sua visão, tem a maternidade na vida dela. As próprias mulheres já se acostumaram a pensar em si próprias nestes termos também, como Dona Renata, ao explicar por que gostaria de trabalhar em tempo parcial: “Eu tenho filhos pequenos e não tenho empregada, né? Daria pra adiantar uma boa parte do serviço da casa, né?”.

Os homens mais jovens demonstram uma retórica mais liberal sobre o futuro casamento, pensando em ter uma relação “de igual para igual” com suas futuras esposas, desejando ter mulheres “independentes” e “autônomas” ao seu lado¹⁰⁹. No entanto, essa independência e autonomia não implicam necessariamente, como visto, que o trabalho doméstico ou a responsabilidade pela criação dos filhos serão igualmente divididos com suas futuras esposas¹¹⁰. E o casamento é encarado, por Fernando, como um passo necessário para ter filho. Em resposta à pergunta “E você pensa em se casar,

¹⁰⁹ As mudanças geracionais apontam no sentido de um casamento menos dominado por práticas patriarcais. Como Walzer e Oles (2003) argumentam a respeito da sociedade estadunidense, o casamento adquiriu, entre os anos 1950 e 1970, “uma série de significados alternativos, incluindo uma mudança de presunção da dominação masculina para uma demanda por igualdade de gênero”.

¹¹⁰ “Quando eu estiver em casa, quando eu estiver casado, eu vou ajudar minha esposa, vou ter que lavar, vou ter que... vou ajudar a mulher. Não vou só.. Ela não vai estar sobrecarregada do trabalho com os afazeres de casa. Se ela estiver trabalhando, estiver na rua e eu estiver em casa, eu vou fazer, né?”, nas palavras de um jovem de classe popular.

ter filhos?”, ele responde: “Não agora, mas, um dia, sim. (...) Eu tenho algo muito bacana na minha vida, que é a necessidade - necessidade não, acho que não é essa palavra -, de ter filhos. E até do tanto que a sociedade se modernizou, dá para ter filho sozinho, mas eu acho bacana a figura materna, a visão da figura materna, pela relação que eu tenho com a minha mãe. (...) Eu acho que a solidão, de forma saudável, ela é bem bacana. O tempo que você tem pra pensar, o tempo que você tem pra ler, o tempo que você tem pra se entender e tal, então, eu acho isso muito bacana, né? E dividir isso, é meio complexo, ainda, para mim. Mas eu acho que é necessário”.

A relevância da maternidade na definição da feminilidade pode levar as mulheres a se apropriarem de um discurso que as coloca como maiores responsáveis pela criação dos filhos e detentoras de maior autoridade sobre as crianças comparativamente aos homens. Isso se faz ainda de forma mais intensa diante da frequente ausência masculina. A domesticidade feminina às vezes resulta que elas assumam a gerência mesma dos assuntos relacionados à casa e à família, tomando o lugar que “caberia” ao homem na casa (o que é evidenciado por frases como “Ela sempre foi (...) mais até homem da casa do que eu” e “Minha mãe sempre foi meu pai presente”) devido à ausência masculina total, nos casos em que o homem não está presente e a mulher assume por completo a criação dos filhos¹¹¹, ou quase, nas situações em que o homem está presente apenas residualmente. Ao pensar sobre a centralidade que suas mães tiveram na sua criação, tanto homens quanto mulheres elogiam o papel desempenhado por elas e parecem tomar esta referência como substrato a partir do qual construir suas próprias construções da maternidade e paternidade. Se a socialização primária foi feita em contextos familiares em que mulheres e homens tendiam a ocupar papéis bem definidos, em especial para a população mais velha, tais papéis tendem a ser reproduzidos pelos indivíduos em sua vida adulta¹¹².

Segundo Cardoso (1998, citado por Vigoya, 2003: 40), há uma ampla percepção na sociedade brasileira de que as “crianças pertencem exclusivamente às suas mães”, o que tem consequências perversas para mulheres (porque o trabalho de cuidado dos filhos recai majoritariamente sobre elas) e também para homens (porque os impede de

¹¹¹ Dentre o/as entrevistado/as, três – todas mulheres - foram criadas apenas por suas mães porque seus pais não haviam assumido os filhos e dois homens também foram criados apenas por suas mães devido à morte precoce ou doença grave do pai. Além disso, mais um homem declarou que não pôde participar da criação da filha devido ao excesso de trabalho e outra mulher contou que seu ex-marido a abandonou com a filha e mudou-se para a Austrália.

¹¹² Dois homens e uma mulher afirmaram que suas mães nunca haviam trabalhado fora e há diversos outros casos em que o trabalho remunerado da mãe era feito em casa (como costureira, por exemplo) ou de forma intermitente.

assumir a paternidade ao deslegitimar a presença do pai, em especial o pai adolescente, e desincentivar que estes potenciais pais se vejam como tal e assumam sua paternidade). Num dos momentos mais emblemáticos deste discurso tradicional de maternidade, Gabriela, jovem de classe popular, sem filhos, afirma: “Criança precisa do carinho da mãe ali, né? Porque tudo para ela é a mãe, tudo: na hora de se alimentar, o carinho... O pai, ela reconhece o pai, mas ela tem mais confiança na mãe, o bebê, né? É assim. Aí tem que ficar em casa mesmo, para cuidar”. Estão presentes, em sua fala, tanto a importância maior atribuída à mãe quanto um certo menosprezo do papel paterno.

Como visto, ser mãe é um dos construtos mais associados à feminilidade pelas próprias mulheres, isto é, exemplifica o que é ser mulher para grande parte delas. Dado que elas tendem a compreender o papel da mãe na criação dos filhos como mais central do que o do pai, elas entendem que ser “mãe de família” é sinônimo de assistir os filhos, prevenindo que se desviem, e cuidar da casa. O mau comportamento dos filhos é visto como efeito da negligência das mães, que “deixam a desejar”. Em particular, o temor de que os filhos sejam tragados pela violência é algo que assola as mulheres de Samambaia. Em se tratando das filhas, prevenir o desvio, ao menos para D. Cleide, de classe popular, é impedir que a filha adolescente se comporte como “as mocinhas de hoje, que são muito avançadas”, isto é, que “atacam os homens”. De forma análoga, filho/as bem comportado/as, que não dão trabalho para os pais, são citados como um grande motivo de orgulho e realização.

A importância da maternidade para a mulher é tão central que até mesmo adolescentes (já que vivemos numa época em que não é mais legítimo que adolescentes tenham filhos), em especial de classe popular, buscam exercer este papel, como já apontado por Fontoura e Pinheiro (2010). Michele, jovem de Samambaia, que teve um filho aos 15 anos, afirma que a gravidez foi mesmo planejada embora ressalte não querer ter outros filhos por enquanto para não atrapalhar seu projeto de fazer um curso superior. Segundo ela, a gravidez acabou suscitando a reprovação social (“todo mundo ficava me julgando”), o que lhe fez valorizar ainda mais a reação de seu marido: “Ele nunca me desprezou, assim, porque eu tinha medo de arrumar uma pessoa, aí, se eu engravidasse, me deixasse”. Admitindo o temor de que seu marido se comportasse de acordo com o padrão atribuído aos homens cujas namoradas engravidam na adolescência (tal como afirma Cardoso, citado acima), Michele é pródiga em elogiar o marido por ter fugido a este padrão e pela “ajuda” que ele lhe presta.

É também o reconhecimento deste padrão masculino de fuga à paternidade que está ligado à visão comiserativa prevalente sobre mães solteiras porque baseada na

assunção de que têm comportamento mais responsável que os pais. Desta forma, associações (numerosas tanto em Taguatinga quanto em Samambaia) que têm por propósito obter títulos de propriedade e adquirir lotes para construção de casas priorizam as mulheres como titulares do lote para impedir que os maridos os vendam sem seu consentimento. D. Márcia, presidente de uma dessas associações, afirma que procura fazer com que os títulos de propriedade sejam emitidos em nome das mulheres porque, dada sua experiência, o homem, por ser “uma criatura muito difícil”, que “não valoriza muito as coisas” nem se preocupa com os “filhos para criar”, tende a vender os lotes. Porém, mais apropriado seria dizer que a prioridade é dada às mães, em especial as solteiras, mas também as casadas, em contraposição às mulheres de forma geral. São as mães solteiras, chamadas por D. Márcia de “umas sofredoras”, que fazem jus a essa discriminação positiva porque se supõe que pensam em primeiro lugar nas crianças e não vendem os lotes¹¹³.

Há, portanto, uma grande desconfiança social sobre a capacidade dos homens, em especial os pobres, de exercerem a paternidade. Ana, jovem professora de classe média, reproduz, ao explicar por que as reuniões de pais e mestres na escola da Ceilândia em que leciona são pouco frequentadas, um discurso muito comum que atribui às famílias pobres um caráter disfuncional. Porém, enfatiza que o problema maior está nos homens. Ela crê que homens e mulheres têm visões diferentes devido a seus atributos “biológicos, fisiológicos e intelectuais” distintos e acredita “que, de um modo geral, realmente, não se interessam, por serem homens”. Além de constatar o desinteresse pela vida dos filhos típica da masculinidade, ela cita os tipos masculinos existentes entre os pais de seus alunos: “Tem os alcólatras, tem aqueles que abandonaram os filhos...”

Este tipo de representação da paternidade é corroborada por uma masculinidade que valoriza o engajamento em comportamentos de risco (alcoolismo, drogas, violência etc) assim como pela cultura de valorização da maternidade em detrimento da

¹¹³ Ainda que as mulheres não recebam a recompensa material que lhes é devida pelo trabalho doméstico que desempenham, existem alguns benefícios concedidos preferencialmente às mulheres, sendo a concessão de aposentadoria em idade anterior à requerida para os homens uma das principais. Além disso, há diversos programas sociais que privilegiam as mulheres por valorizar o papel exercido por elas em âmbito familiar, como a titularidade preferencial de propriedade imobiliária para mulheres no Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, e também a titularidade do benefício de transferência de renda com condicionalidades Bolsa Família. Trata-se de um benefício assistencial que transfere preferencialmente às mulheres uma quantia em dinheiro. No entanto, não apenas este benefício não tem por objetivo indenizar as mulheres por seu trabalho não remunerado como suspeita-se que ele possa estar, de fato, aumentando a carga de trabalho de cuidado da mulher e reforçando a divisão sexual do trabalho. No entanto, há também evidências (ver Suárez e Libardoni, 2007) de que o programa favorece o empoderamento das mulheres.

paternidade. A paternidade é apenas parte de uma ordem de gênero, como afirma Gutmann. A representação que se tem sobre o papel paterno exercido pelos homens é decorrência da representação da masculinidade de forma ampla. Ainda mais porque o poder que se atribui à paternidade, ao contrário da maternidade, de transformar e redimir os homens é bem menor. Como se espera pouco deles, tem-se uma sobrevalorização dos homens que se mostram capazes de romper com estas expectativas sociais e comportar-se de forma distinta, ainda que em pequena medida. Assim como as mulheres louvam os maridos que executam ao menos uma pequena parte do trabalho doméstico, elas elogiam os homens que exercem a paternidade ainda que de forma marginal¹¹⁴.

Essa desconfiança social da paternidade não é exclusiva das mulheres, mas também está presente entre os homens. A maternidade e paternidade adolescentes são compreendidas como parte de um fenômeno mais amplo, relativo ao excesso de “liberdade” observado atualmente por diversos entrevistados. Isso seria mais nítido entre os jovens, em especial as meninas, que engravidam muito cedo, mas também entre os meninos, que se envolvem com drogas e violência e, em consequência, morrem cedo. A maternidade adolescente é vista, tanto por homens jovens quanto mais velhos como efeito perverso da liberação sexual feminina, de sua tentativa desenfreada de imitar o comportamento masculino, como visto.

É interessante constatar que, no caso dos homens mais jovens, de classe média, esse comportamento sexual feminino é atribuído “ao povo de Samambaia”, referência de classe popular para os residentes em Taguatinga por ser a região de baixa renda mais próxima. A classe média vê nos outros – tanto pobres quanto ricos – os responsáveis pela disseminação da desordem social. Segundo Paulo, em Samambaia, “os pais não dão direcionamento para o filho” e isso tem como consequência o fato de que “as meninas de treze têm relação, têm filho”. O consumo de drogas, por outro lado, é visto como concentrado nas áreas ricas ao passo que a venda se faz nas áreas menos abastadas, como Taguatinga e outras. Ivo, também jovem de classe média, que conta haver presenciado o consumo de maconha na Octogonal, “que é no Plano, uma área muito nobre”, considera que isso seja típico dos ricos, os quais não se preocupam com as consequências que esses atos podem ter para outras regiões da cidade. Em suas palavras: “Esse pensamento de que droga não faz mal a ninguém já vem de pessoas com

¹¹⁴ Marta, cujo ex-marido a deixou com a filha e mudou-se para a Austrália, considera que ele seja um “bom pai” porque “ele é presente, ele liga pra ela”. Ainda que sustente que ele é um bom pai, ela afirma, porém, que o dinheiro que ele envia é insuficiente para fazer face às necessidades da filha doente.

poder aquisitivo maior, né? (...) Agora, o cara ir num traficante, dar o dinheiro na mão do cara para ele, aí complica já, né? Que vai afetar a gente, que tem menos poder aquisitivo e mora ali perto. Agora, o cara que sai, não sei de onde aí, dentro do carro blindado e por aí vai, compra e volta para casa, para ele tanto faz, né?, o que a gente passa”. Essa percepção de que os ricos são também os mais propensos aos comportamentos de risco também é nutrida por seu José, de Samambaia. Ele crê, ao contrário dos jovens de Taguatinga, que não são as adolescentes de sua região as mais liberadas, mas as que residem nas regiões ricas da cidade: “Você vê tanta gente bem vestida, filhos de pessoas de bem, que ganham bem e tudo, né? (...) Você vai aqui, na Avenida das Nações, no Lago Sul, ali de noite, está doido! O cara transando, né?, em cima do capô do carro, né?, perto da Avenida das Nações. Menina novinha... Vai no Lago Sul, ali, e no Gilberto Salomão à noite, e noutro lugar, quer dizer, o adolescente, ele mesmo está se acabando por si mesmo”. As meninas são as mais condenadas porque, além de não ter o recato que deveriam, não percebem que sofrerão as consequências mais sérias visto que “o pai não assume, nem nada e larga aí”, ou seja, reagem como seria de se esperar.

Uma das consequências dessa paternidade pouco responsável é que a ausência paterna seja algo repudiado por homens mais jovens devido às mudanças na ordem de gênero, ou seja, que eles queiram ter uma postura distinta da que tiveram seus pais. Estudos sobre masculinidade (Nolasco, 1993 citado por Vigoya, 2003: 38) notam que a forma como os homens experimentam sua paternidade está bastante ligada à sua própria relação com o pai, o que leva determinados homens a desejarem ser pais mais presentes no intuito de tentar compensar uma vivência negativa.

Assim como há transformações nos arranjos familiares e nas representações sobre feminilidade e maternidade, também os homens – mesmo os latinos, conhecidos como “machões” - estariam passando por mudanças na forma como exercem seus papéis familiares. Ainda que se esteja falando de uma mesma cultura, há diferenças de diversos tipos e há representações dominantes e minoritárias de gênero. Os modelos de masculinidade, é claro, não têm um conteúdo único, mas variam conforme a classe, raça, nível educacional, idade, geração, região e posição no ciclo de vida. Homens que fogem à paternidade na adolescência podem tornar-se pais dedicados em outros momentos de suas vidas. De maneira análoga, filhos de pais ausentes podem tornar-se pais zelosos. Homens de classe popular, que trabalham desde a infância, podem encarar a paternidade como a responsabilidade de prover sustento e de trabalhar ainda mais para fazê-lo, o que nem sempre lhes deixa tempo ou energia para exercer a paternidade.

Homens de classe alta, para quem a subsistência não é uma questão, podem ter outras representações. De modo geral, a concepção anteriormente prevalente na América Latina de que ter filhos era para o homem sinal de virilidade e de que ser pai não implicava mais do que inseminar e produzir uma prole estaria se alterando e, hoje em dia, seria característica apenas de homens que ainda mantêm uma mentalidade antiquada.

A redução acelerada nas taxas de fecundidade nas últimas décadas certamente tem grande impacto sobre como homens e mulheres veem o papel de pais e mães. Embora a fertilidade tenha caído de forma mais acentuada entre as classes altas e que, entre mulheres pobres, o número de filhos nascidos vivos por mulher ainda seja mais alto do que entre as mais ricas, trata-se de um fenômeno que atravessou as fronteiras entre as classes. Atualmente, as famílias têm menos filhos e tende-se a dar maior atenção individual a eles. Mudanças nas concepções de infância em nossa sociedade exigem de mulheres e homens outro comportamento com relação aos filhos. Assim, a criação e formação dos filhos, ainda que continue largamente nas mãos femininas, também constitui um projeto de vida para muitos homens. Da mesma forma que a masculinidade não se reduz à busca competitiva pelo poder, aliada à incursão em comportamentos de risco e violência, a paternidade não se restringe, para todos os homens (embora para muitos, sim, como indicam elementos discursivos já citados), à simples inseminação ou à provisão material. Contribui para essa revisão do modelo paternal o fato de que a Igreja Católica tem modificado, nas últimas décadas, segundo Santos *et al* (2001), o modelo de masculinidade prescrito ao homem cristão. As autoras argumentam, com base em análise de exemplares de cinco anos – cada um, em uma década, entre os anos 1940 e 1990 -, de um periódico católico, que, a partir dos anos 80, o “ideal masculino agora é o homem cristão que vive para sua família (se casado) e para seu próximo” (Santos *et al*, 2001: 66), em oposição ao modelo vigente no início do período, de uma paternidade mais distante e ausente da família.

No entanto, como destaca Fuller (1997, citada por Vigoya, 2003: 37), há uma dissonância entre o que se considera um “pai devoto” e o que se pratica na paternidade real, marcada pela divisão sexual do trabalho. Para seu Jonas, que se orgulha de ter “criado” seus filhos todos e relaciona a masculinidade ao cumprimento desta obrigação, a paternidade certamente importa, mas o fato de que sua esposa tenha se dedicado integralmente à maternidade (num arranjo para o qual ambos se dirigiram quase que

automaticamente, em suas próprias palavras já citadas¹¹⁵) o desobrigou de assumir o cuidado dos filhos, resultando em que a paternidade, para ele, está mais ligada à provisão financeira. Para homens de classe média, que podem pagar pelo serviço de empregadas domésticas, também.

A responsabilidade a que os entrevistados se referem quando pensam no que é “ser homem” é também a responsabilidade paterna, como quer que ela seja concebida, e outros estudos (Fuller, 1997, Nolasco, 1993, Keijzer, 1998, citados por Gutmann, 2003: 15) confirmam que a paternidade é central para a identidade de grande parcela dos homens latino-americanos. Concretamente, Fernando, jovem de classe média e nível superior, não tem vergonha de dizer que adora crianças e afirma: “Morro de vontade de ser pai”. Ele concebe a paternidade como a “oportunidade de transmitir (*conhecimento*) para você, para o teu espelho, para o teu fruto”. Paulo, outro jovem, afirma que seu objetivo de vida é casar e ter filhos e menciona até mesmo, como visto, a disposição de deixar de trabalhar para cuidar dos filhos. Existem aqui indícios do que Nolasco (1993, citado por Vigoya, 2003: 38) considera que seriam os traços definidores da imagem de pai prevalente no Brasil de hoje: “cumplicidade, prazer e gratificação”. E mesmo homens mais velhos, que já exercem a paternidade, demonstram preocupação com questões relativas à vida dos filhos, como a qualidade da educação que recebem e o tempo que passam na internet, assim como acusam outros pais de não ter diálogo suficiente com os filhos.

De outra perspectiva, homens mais velhos frequentemente falam sobre a perda de autoridade dos pais de família, como se lastimassem a ausência da figura paterna e patriarcal que gozava de autoridade, porém se mantinha distante e inacessível para os filhos. Ou anseiam pelo modelo mais rígido que prevalecia em sua terra natal, em que adolescentes de 17 anos eram considerados “homens”, e não meninos inimputáveis. E reclamam do fato de que atualmente os chefes de família não podem mais agir livremente como faziam antes, quando a família era vista como reino privado, onde prevalecia a autoridade do homem, não do Estado. Para seu Ricardo: “O pai, hoje, não pode reprimir o filho. (...) O pai vai reprimir o moleque, o moleque bate no pai, não respeita mais pai nem pai respeita filho”. Em sua visão, quando os pais, mantenedores da ordem doméstica, deixam de se fazer respeitar, toda a ordem social está ameaçada. Segundo Sarti (2009: 67), os pais (apenas os homens) são garantia da ordem moral; constituem a autoridade cuja presença é necessária por conferir respeitabilidade à

¹¹⁵“É porque a gente, antigamente, não tinha nem ideia, assim, de mulher trabalhar, sabe? Tem que cuidar dos filhos, né? Aquele negócio todo. E está aí, então, ninguém nunca pensou nisso, não”.

família. Essa ideia e sua relação com a ordem pública, assim como outras imbricações entre representações da família e da política, serão analisadas em mais detalhes no próximo capítulo.

Capítulo 5 – Representações e discursos de gênero e política

Este capítulo explora as interrelações entre representações de gênero e de política. Dentre as inúmeras maneiras pelas quais poder-se-ia pensar a articulação entre essas questões, optou-se aqui por analisar as assunções de gênero que estão na base dos discursos sobre política e ainda as variações que podem ser atribuídas a gênero (e à combinação entre gênero, classe e idade/geração), nas formas de pensar e vivenciar a política apresentadas por mulheres e homens. Argumenta-se assim que a compreensão das representações sobre política requer o entendimento de como está organizada a construção social de gênero e as representações derivadas dela. E também se postula que mulheres e homens, em razão de inserções sociais distintas, resultantes de localizações estruturais de gênero, adquirem representações e vivências distintas da política. Trata-se, portanto, de uma investigação de diferenças que se revelam discursivamente, visto que é por meio do discurso que se articulam identidades e se promovem comportamentos, mas que importam sobretudo porque estão na raiz de desigualdades políticas.

A clivagem de gênero é, como já discutido e argumenta Sapiro (2003: 603), uma das principais bases de “diferenciação e estratificação política” visto que todas as sociedades conhecidas usam-na para distribuir recursos políticos desigualmente. Entende-se que o primeiro passo para entender como isso tem ocorrido na sociedade brasileira é examinar que fatores presentes na configuração social de gênero são causadores de desigualdades políticas – o que foi feito teoricamente no primeiro capítulo desta tese. No capítulo anterior, procurou-se caracterizar empiricamente esta configuração, com base em elementos discursivos associados a estruturas sociais e papéis e identidades de gênero. Neste capítulo, trata-se de articular causas e consequências, isto é, entender o que revela este conjunto de dados qualitativos primários a respeito das implicações políticas dos papéis de gênero, ou, em termos gerais, como o gênero molda as representações e formas de inserção política.

Como se está lidando com uma questão ampla, que pode ser abordada de diversos modos, o caminho metodológico escolhido permite saber como mulheres e homens elaboram e se posicionam distintamente sobre política e sua conexão com a política. A intenção é não apenas a de sugerir como visões sobre política variam segundo gênero, mas também a de captar um conceito empírico de política, isto é, de compreender o que entendem o/as entrevistado/as sobre política. Ao analisar como os diferentes perfis de entrevistados compreendem a política, pode-se refletir também

sobre como o fenômeno político está configurado nesta sociedade. Verifica-se então até que ponto esse conceito empírico se aproxima da proposição teórica de que a ordem política não se restringe ao campo dos políticos profissionais, mas inclui também a chamada “política do dia a dia”, isto é, as práticas políticas presentes nas esferas da vizinhança, da família e do trabalho, em contextos desvinculados das instituições políticas formais, como assembleias legislativas e partidos políticos, ou de âmbitos menos institucionalizados de se fazer política, como movimentos sociais.

Visto que a associação entre gênero e política é variável histórica e espacialmente, é preciso situar a análise e limitar o âmbito das conclusões. Assim como o sistema político é transformado ao longo do tempo, também a vivência da política e as representações associadas a ela se modificam. Se tanto gênero quanto o campo político estão configurados de maneira única em cada sociedade, a interrelação entre eles também está. Desta forma, a análise também passa, ainda que brevemente, por elementos do contexto político no qual foi realizado o trabalho de campo, tais como: candidata/os nas últimas eleições, questões políticas que estavam sendo debatidas e menção a figuras relevantes da política local. Supõe-se que as representações sobre política são construídas como resultado de um processo de socialização política que não ocorre num vácuo institucional, mas que está moldado por como o sistema político e as práticas políticas se delineiam em cada sociedade.

No capítulo anterior, tratou-se de como ocorre a socialização de gênero, processo iniciado em âmbito familiar e intermediado por instituições e atores diversos, como meios de comunicação, escolas e empresas/locais de trabalho. Adquirir uma identidade de gênero é algo que se começa a fazer na mais tenra infância e que se prolonga por toda a vida, por meio da aquisição de novos papéis sociais (os de mãe/pai, avó/avô etc) e do trânsito por diferentes esferas sociais, engajando-se, pessoal ou virtualmente, com outros modelos de gênero. Nesse processo, tende-se também a tomar maior contato com a esfera pública/política à medida que se penetra em esferas públicas reguladas pelo Estado, como o mercado de trabalho, ou se adquire a idade necessária para votar, por exemplo. A política é mais uma esfera - uma das mais relevantes em termos de reprodução e geração de novas desigualdades – em que a segmentação de gênero opera, gerando experiências distintas de inserção política e preferências políticas também diferenciadas. Ao chegar na esfera política, a divisão iniciada muito antes, na família, se faz mais uma vez sentir, aprofundando-se, como consequência da ação reguladora e distributiva do Estado, os efeitos perversos de uma socialização de gênero e política .

Importa sublinhar que os processos de socialização política e de gênero se interrelacionam e que apreender noções sobre o funcionamento do sistema político, assim como os valores e crenças relacionados a ele, passa também por assimilar os lugares correspondentes a homens e mulheres nesta estrutura. Como já discutido no primeiro capítulo, há uma dicotomia entre esferas pública e privada que corresponde em linhas gerais à divisão sexual do trabalho. Supõe-se assim que, quanto mais profunda e generificada for esta dicotomia, mais distinta será a socialização política e de gênero por que passarão homens e mulheres e maiores serão as consequências políticas da segmentação de gênero.

Discutiu-se também, no capítulo anterior, a medida da permanência de uma socialização de gênero tradicional, indicada pela divisão sexual do trabalho e por representações de feminilidade e masculinidade associadas a ela. O foco do capítulo na diferenciação de gênero verificada na família e no trabalho se deve a que o impacto de gênero sobre a política é derivado da construção de gênero nestas duas outras esferas e de como a vivência distinta de gênero leva à aquisição de montantes desiguais de recursos conducentes à participação política, como colocam Burns, Schlozman e Verba (2001). O quadro geral é de mudanças no modelo tradicional que estão se processando com maior ou menor rapidez, mas que estão longe de chegar a por definitivamente em xeque uma ordem de gênero que assigna mulheres e homens a lugares sociais distintos. O núcleo duro da desigualdade de gênero, por assim dizer, isto é, as práticas familiares de divisão sexual do trabalho doméstico, permanece em grande medida intocado. No entanto, é cada vez maior a presença de mulheres na esfera pública do trabalho e elas têm se escolarizado em taxas superiores às masculinas, ainda que, como notado, isso não tenha se refletido numa tomada de posições mais altas no mercado de trabalho. Assim, elas, em especial as mais jovens, são socializadas para exercer os papéis de mãe/dona de casa/cuidadora principal e trabalhadora/provedora auxiliar ao passo que dos homens se espera que exerçam os papéis de trabalhador/provedor principal e pai/cuidador secundário.

Embora, como visto, as representações de gênero estejam entre as mais solidamente estabelecidas e sejam de difícil transformação, é razoável supor que os indivíduos sejam capazes, em maior ou menor medida, de alterar ou adaptar crenças iniciais relativas aos papéis masculino e feminino conforme transformações sociais lhes fazem ver que estes modelos não são fixos. Assim, ainda que o indivíduo tenha sido socializado num meio em que as representações dominantes de gênero associam a mulher à esfera doméstica e em que todos os cargos políticos são ocupados por homens,

supõe-se que a presença mais numerosa de mulheres na cúpula política possa levar à revisão de velhas crenças. A pesquisa foi realizada num momento especialmente interessante em termos da presença de mulheres no campo político devido à recente emergência de candidatas à presidência da República e à eleição de uma delas. O fato de uma mulher ter sido eleita ao cargo político de maior destaque pode induzir ao questionamento do baixo grau de competência política comumente atribuído às mulheres em geral ou a determinadas mulheres – talvez as menos instruídas ou as mais restritas à esfera doméstica - em particular¹¹⁶. Também pode acontecer que, por um fenômeno semelhante ao efeito da doxa, referido anteriormente, os indivíduos tentem ajustar os novos acontecimentos que não podem ser ignorados (a maior presença de mulheres em cargos de alta visibilidade política) à sua visão de gênero prevalente. Sendo assim, mulheres políticas podem ser vistas como exceções, provavelmente manipuladas por homens, ou como ocupantes de nichos políticos mais adaptados à sensibilidade feminina ou ainda como praticantes de uma forma feminina de se fazer política, o que não levaria a uma revisão substantiva dos estereótipos convencionais de gênero¹¹⁷.

A discussão gira em torno, portanto, de como e em que medida papéis de gênero levam a variações nas formas de inserção política de mulheres e homens, o que se supõe que aconteça porque mulheres e homens obtêm montantes desiguais de recursos que levam à participação política e, principalmente, porque formam representações e orientações simbólicas políticas distintas. Para começar esta análise, pretende-se sistematizar o arcabouço, já delineado em linhas gerais, pelo qual se entende que as desigualdades de acesso à política segundo gênero são produzidas. As categorias utilizadas neste arcabouço orientarão a análise dos dados provenientes do campo.

5.1 Família e representações sobre política

Todas as instituições sociais contribuem para a reprodução das “desigualdades duráveis”, como as de gênero e raça, por meio, segundo Burns e Kinder (2011: 142), da

¹¹⁶ Segundo Sanbonmatsu (2002, citada por Aguilar, Cunow e Desposato, 2013: 4), os chamados “esquemas de gênero”, que consistem em “hipóteses sobre as crenças, traços e competências de candidatos políticos com base no gênero do candidato”, podem mudar de acordo com a exposição a, por exemplo, lideranças políticas femininas.

¹¹⁷ Também pode haver um rechaço à mulher que atua como homem na política. Finamore e Carvalho (2006: 359) argumentam, em análise de representações sobre a candidata a prefeita em São Paulo Marta Suplicy, que havia uma percepção de “contradição entre estes dois papéis, da mulher e do político” e que os eleitores entrevistados tendiam a sentir-se “enganados” por uma mulher que age como político”.

“institucionalização de pares categóricos” – mulheres e homens, brancos e negros – e da distribuição diferencial de recursos baseada nesta categorização e nos estereótipos associados a ela. Como visto antes, a estratificação de gênero permanece solidamente estabelecida em nossa sociedade e o/as entrevistado/as não têm dificuldade em separar as características e os direitos e deveres sociais associados à feminilidade em oposição à masculinidade, ou seja, o “par categórico” de gênero continua bastante vivo.

Considera-se que é sobretudo na escola e no mercado de trabalho que se adquirem alguns dos recursos estruturais que facilitarão a participação política: educação, dinheiro, status, habilidades cívicas, redes de contatos e tempo. Entretanto, pessoas com igual montante de recursos estruturais não necessariamente terão taxas equivalentes de participação política. Assim como já mostraram diversos estudos revisados em capítulo anterior, mesmo comparando-se grupos equivalentes (em geral, em termos de classe e escolaridade) de mulheres e homens, elas apresentam taxas mais baixas de participação, o que aponta para a importância de outro tipo de recurso sobre o qual a socialização de gênero tem influência decisiva: as orientações simbólicas, isto é, as disposições subjetivas relacionadas à política¹¹⁸ - interesse e senso de impotência e competência políticas, ambição política, valores e crenças políticos, representações políticas, enfim – que estão fundamentadas por papéis de gênero.

A análise estará concentrada mais na variação das disposições subjetivas segundo gênero e menos em como os recursos estruturais granjeiam acesso aos campos sociais/político, moldando as representações, ou em como funcionam os mecanismos de recrutamento destes campos. A preeminência das orientações simbólicas se justifica não apenas porque a metodologia de pesquisa foi escolhida com o intuito de privilegiar a captação das representações sobre política, mas também porque se supõe que o discurso seja um meio de acesso à realidade vivida, que se constroi simbolicamente.

Visto que a família é a esfera em que se adquirem as primeiras noções sobre gênero e, conseqüentemente, sobre a inserção diferencial de gênero nos espaços público e privado, o foco inicial da análise estará voltado para como a organização familiar norteia a aquisição de representações/orientações simbólicas políticas. Neste ponto, é preciso lembrar que os atores sociais não são constituídos apenas por seu gênero, mas por uma interseccionalidade entre classe, raça e gênero e que as orientações simbólicas

¹¹⁸ As chamadas “estruturas de oportunidade política”, que são vistas como determinantes do sucesso de iniciativas de ação coletiva como movimentos sociais, como sugere Melucci (1989: 53), afetam a participação política na medida em que os arranjos institucionais proporcionam (des)incentivos que também operam de formas distintas segundo gênero. No entanto, não se procurará analisar como mulheres e homens são desigualmente recrutados e tratados pelas instituições políticas em sentido estrito.

são também afetadas pela posse de recursos como educação e status social¹¹⁹. Isso significa que não é possível falar de “família brasileira” como se esta fosse uma entidade homogênea. Especialmente em se tratando de participação política, fenômeno que é determinado em grande medida pelos recursos educacionais oportunizados pela classe social/família da qual se provém.

Como já exposto antes, o casamento permanece como objetivo de vida para quase todos os entrevistados e a família, na sociedade brasileira, segue sendo organizada de maneira predominantemente tradicional, isto é, composta por pais, mães e filhos (do mesmo ou de outros relacionamentos), embora outros arranjos ocupem espaço cada vez maior¹²⁰. Por meio do casamento, as mulheres ingressam numa relação de maior ou menor dependência financeira do marido, que é regularmente considerado o chefe de família, ainda que o modelo patriarcal de família esteja se desestabilizando com as progressivas e lentas mudanças nas relações de gênero. Burns *et al* (2001) ressaltam o fato de que a família é fonte de incentivos contraditórios à participação política: embora mulheres casadas e com filhos vivam em domicílios com maior renda¹²¹, a organização familiar, que lhes atribui a responsabilidade principal pelo cuidado com a família, tende a deixar-lhes pouco tempo ou espaço mental para comprometimento com questões públicas. Assim, devido ao exercício dos papéis familiares que lhe cabem, a mulher está mais sujeita ao isolamento na esfera doméstica.

No entanto, os empecilhos à inserção política ativa da mulher vão além da falta de tempo ou de “espaço mental”. Trata-se de superar uma divisão de papéis em que cabe ao homem ser o representante da família na esfera pública e ter uma atitude mais pró-ativa perante as questões políticas, organização que encontra seu reflexo no sistema político, o qual sempre esteve dominado por homens. Sua condição de cidadão dotado de direitos políticos e civis, status que a mulher alcançou tardiamente, possibilita ao homem exercer o papel de responsável por intermediar a ligação com o mundo público. A organização da família de classe popular, segundo Sarti (2009: 20), está configurada como uma rede de obrigações morais em que o coletivo precede os indivíduos, o que

¹¹⁹ Sapiro (2003: 624) supõe, porém, que a exclusão política das mulheres, independentemente de sua classe, raça ou religião, faz com que seu posicionamento diante da política seja menos afetado por tais variáveis e, portanto, menos variável do que o dos homens.

¹²⁰ Especialmente o arranjo monoparental feminino, que corresponde a 16,4% dos arranjos familiares com parentesco. Verificou-se um aumento de 13,8%, em 2001, para 18,5%, em 2011 (dados da PNAD/IBGE), no arranjo do tipo casal sem filhos. No entanto, o arranjo predominante é ainda o de casal com filhos, que caiu de 53,3% (2001) para 46,3% (2011) e os arranjos de outros tipos subiram de 5,6% para 6,1% no mesmo período.

¹²¹ 55,5% dos domicílios do tipo “casal com filhos” têm renda domiciliar mensal de até um salário mínimo per capita. No caso dos domicílios em que a pessoa de referência é mulher e o arranjo é do tipo “pessoa de referência sem cônjuge com todos os filhos menores de 16 anos de idade”, a proporção dos que vivem com renda de até um salário mínimo per capita é de 70,3% (dados da PNAD/IBGE 2011).

confere um “padrão tradicional de autoridade e hierarquia” que segue a clivagem de gênero, atribuindo a mulher a uma posição subordinada e o homem ao polo dominante.

A entrada da mulher no mercado de trabalho não representa uma ameaça definitiva a essa ordem porque a autoridade masculina deriva não apenas do papel de provedor - condição que pode e tem sido ocupada pela mulher, em número cada vez maior -, mas fundamentalmente do fato de o homem ser “a autoridade moral da família perante o mundo externo” (Sarti, 2009: 71), inclusive o mundo político. Assim, a emancipação financeira da mulher (relativa, porque ela regularmente ganha menos que o homem) torna-se menos revolucionária do que se poderia prever porque o trabalho remunerado se inscreve na mesma lógica de obrigações familiares, algo não concebido com finalidades individuais, mas feito em nome da família¹²². O trabalho é acomodado dentro da cultura familiar prevalente entre pobres¹²³, quer sejam moradores da periferia de São Paulo – objeto da pesquisa de campo da autora citada acima – ou do Distrito Federal¹²⁴. Isso não significa que o ganho de uma renda própria não abra oportunidades de maior individualização para as mulheres, mas constitui um importante limitador porque o homem continua sendo identificado como “autoridade moral”, fonte de respeitabilidade familiar. Tanto para o homem quanto para a mulher, o trabalho é encarado sob o ponto de vista de uma “obrigação familiar”, porém, no caso do homem, o trabalho está estreitamente ligado à sua posição na família como provedor e permanece, como já exposto, a “dimensão chave da identidade masculina adulta” (Gutmann, 2003: 13).

O fato de que diversa/os entrevistada/os tenham, como discutido anteriormente,

122

Não se pretende minimizar a importância que o acesso da mulher ao trabalho remunerado tem, mas apenas de ressaltar suas limitações. Como bem salienta Fraser (1997), ele é capaz de dotá-la de algum poder na esfera familiar e de emancipá-la de algum modo.

¹²³ Tamayo (2007: 10) também constata que o trabalho tem valor “supremo” entre os brasileiros e afirma, citando Tamayo e Schwartz (1993), que “o valor trabalho não é visto pelos brasileiros como uma forma de autorrealização nem como a satisfação de uma necessidade pessoal, mas como um meio para garantir a subsistência da família”.

¹²⁴ Em ambos os casos, são famílias formadas por migrantes vindos de zonas menos urbanizadas, principalmente do Nordeste (42% dos chefes de domicílio do DF eram naturais da região Nordeste, segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2004), que mantêm os valores e modo de vida adquiridos em seus lugares de origem porque as relações familiares continuam a ser fundamentais para a sobrevivência dos pobres no meio urbano. Como nota Sarti (2009: 50), é frequentemente graças ao apoio recebido da família que a migração torna-se viável, o que é mais um motivo para que ela permaneça como uma rede de apoio indispensável para aqueles que encontram pouco suporte nas instituições públicas. Além disso, tanto no DF quanto em São Paulo, as áreas periféricas se notabilizam por uma infraestrutura urbana mais precária que a das áreas centrais, pela distância em relação a estas e por taxas mais altas de violência. A desigualdade também representa um estímulo, segundo Reis (1995), a restringir-se ao “círculo mais próximo”, evitando interações que fujam a ele e mantendo distância do espaço, devido à existência de uma “cultura generalizada do medo” típica de um meio social com altas taxas de violência e pobreza.

atribuído ao homem um papel mais ativo e de maior responsabilidade que o da mulher, em especial no que se refere a sair para trabalhar e prover o sustento, sinaliza um reconhecimento de que o enfrentamento do mundo externo ainda cabe primordialmente ao homem. Por outro lado, assim como ressaltado no capítulo anterior, há mulheres que se veem confusas a respeito das transformações do papel masculino visto que elas estão se tornando, em proporção cada vez maior, responsáveis de fato – se não do ponto de vista do papel de gênero – pela provisão familiar. A questão do “fracasso masculino” (Sarti, 2009: 71) em cumprir seu papel na organização familiar, quer seja por falta de empenho ou por dificuldades presentes no mundo externo e que o homem pode fazer pouco para contornar (o que configura um fator de vulnerabilidade masculina, como argumenta a autora), gera a percepção feminina de que “hoje em dia, tem muito homem parado” (nas palavras de Michele, jovem de classe popular) e de que a família já não funciona tão bem como antes. A fala de D. Renata, de classe média, já citada anteriormente, também é bem ilustrativa disso: “Eu sei que (*ser mulher*) é uma responsabilidade bem maior do que o sexo masculino, né? (...) O sexo masculino tem responsabilidade de botar dinheiro em casa, não sei o que. Eu, particularmente, como toda vida eu tive que trabalhar, me sustentar e fiquei viúva cedo, para mim, ser mulher é uma responsabilidade muito grande, né?”

A ideia de que a família, hierarquicamente organizada, seja a chave para o entendimento do comportamento e da visão de mundo dos pobres, urbanos e rurais, é também fundamental para compreender por que o acesso a recursos estruturais não se traduz automaticamente em maior inserção política pelas mulheres. Ainda que as condições objetivas fossem favoráveis à emancipação política feminina (que não são, dadas as desvantagens sofridas pelas mulheres também no que diz respeito à posse de recursos), a incorporação dos preceitos culturais que justificam o poder masculino minoraria a possibilidade de que as mulheres assumissem plenamente sua individualidade política. Se a divisão de papéis morais na família insere a mulher como dependente do homem em sua relação com o mundo, sua agência política, como sugere, por exemplo, Friedman (2005) torna-se inevitavelmente precarizada em relação à masculina.

No entanto, como expõem análises mais recentes que a de Sarti, cuja pesquisa foi realizada no início da década de 1990, um conjunto de fatores - as mudanças sociais que propiciam mais recursos, em especial trabalho remunerado e educação, às mulheres, e que promovem sua crescente adesão à religião evangélica, assim como as “redes simbólicas de comunicação entre as classes sociais” (Machado e Barros, 2009: 371) -

estaria induzindo a expansão de valores individualistas também entre as mulheres de classes populares, em especial as mais jovens. É certo que tanto mulheres quanto homens de classe popular, ainda que continuem a pertencer a contextos em que predomina o ethos familiar tradicional, têm a chance de tomar contato com outros tipos de ethos, por meio da exposição à mídia bem como do maior acesso à educação, recentemente inclusive superior, e ao trabalho.

Por outro lado, também mulheres de classe média demonstram atribuir grande valor à conjugalidade e à maternidade. Ainda assim, persistem o argumento de que mulheres estão mais presas a valores relacionais, hierárquicos e familiares que homens, assim como o entendimento de que as classes populares possuem uma forma de ver o mundo mais holista e familiar do que individual. E a política tende a ser vista pelas mulheres frequentemente como um campo social alheio à feminilidade, o que será explorado adiante.

5.1.1 Hierarquias familiares e políticas

A divisão sexual do trabalho político familiar se faz visível nos discursos da/os entrevistada/os. Algumas entrevistadas, tanto de classe média quanto popular, admitem recorrer ao marido para obter aconselhamento político, em especial quanto ao voto. O marido foi evocado nas falas indiretamente, como uma figura de autoridade/consciência de posicionamentos políticos, o que também poderia ser interpretado, em alguns casos, como violência simbólica visto que as falas imputadas aos maridos parecem indicar a intenção de depreciar a competência política das mulheres. As esposas, por outro lado, ainda que sejam frequentemente evocadas como interlocutoras, inclusive sobre assuntos políticos, jamais o são dessa forma. D. Sônia, de classe média e nível superior, ao falar sobre a mudança de governo militar para civil: “Para mim, é indiferente. Meu marido me mata se me vê falando uma coisa dessas (*risos*)”. E em outro momento: “Ele (*o marido*) diz que eu tenho que escolher o candidato. Eu: Como que eu vou escolher candidato se eu não o conheço? Ele: Mas você tem que procurar. (...) Eu sempre quis votar em branco, mas ele achou que não. Ele falou assim: ‘Poxa, você é uma pessoa instruída e fica falando em votar em branco’. Eu falei: “A questão é que eu não sei escolher”. Elisabete, também de classe média, ao explicar como toma a decisão sobre o voto para deputado distrital: “Ah, eu vou com meu marido! Eu sento e vejo com ele”. E em resposta à pergunta se ele tenta convencê-la a votar nos candidatos dele: “Tenta, mas não muito, não. Conversando, conversando até que eu cedo mesmo”. D. Luzia, de classe

popular, afirma: “Eu não entendo muito de política, não. Tem gente que... Meu marido, eu acho que entende. Meu tio, também, fala cada coisa...”. Em outro momento, ela conta: “Meu marido, às vezes, briga comigo porque eu só gosto de ver novela. Na hora que começa o jornal, eu saio. (*E ele diz:*) ‘Você não assiste ao jornal, por isso você não sabe de nada’¹²⁵”.

Também o argumento relativo à colocação do homem no papel de intermediário entre a família e o mundo externo está presente em falas como a de D. Sônia, a respeito da atuação do marido no contato com órgãos públicos: “Meu marido é marido, é pai, é tudo. Ele é que toma a frente mesmo. Se for o caso que precise ser eu, aí, sim, eu vou, mas, geralmente, é ele”. A própria atribuição do posto de chefia da família ao marido, sob a justificativa de que é ele quem “paga as despesas” vai neste sentido, assim como as falas referentes às maiores exigências sociais feitas à masculinidade, mencionadas no capítulo anterior - “tem muitas coisas que homem enfrenta que a mulher não enfrenta” e porque “o homem é mais cobrado pela sociedade (...) no sentido de sair para trabalhar”.

No caso de mulheres de classe média solteiras, que residem com os pais, há uma tendência a reportar que os pais influenciam sua decisão de voto (o que reforça o argumento de que a independência em relação à política não é sempre um valor tão prezado quanto a independência em outros campos, como o trabalho e a renda). Denise, jovem universitária, afirma: “Eu converso com meu pai. Eu sempre acompanhei ele nas eleições”. Nara, com o mesmo perfil: “Para te falar a verdade, eu fui pelos meus pais (*a respeito de como decidiu seu voto nas últimas eleições*)”.

Por outro lado, há também mulheres que negam decididamente quando questionadas se votam nos mesmos candidatos que o marido. Independentemente da classe e da idade, este grupo de mulheres reage de forma semelhante, enfatizando que “cada um vota em quem quer”, “cada um tem sua opinião”, “eu nunca fui de deixar me influenciar”, “eu vou lá e faço meu voto, ele vai e faz o dele”, “voto em quem der na telha na hora”, e ainda “vou votar no que eu achar que é certo, não vou votar no que as pessoas vão falar” (esta última, frase de Gabriela, jovem de classe popular que ainda não votara). O voto é uma ação que, para várias mulheres, está associada ao prazer¹²⁶ a despeito de que algumas delas também digam que não votariam se não fosse obrigatório

¹²⁵

A mídia é frequentemente citada como fonte de saber valorizado – quem está a par das notícias pode se dizer conhecedor da política.

¹²⁶ Cito aqui o depoimento de uma senhora, presente durante parte de uma entrevista com outra pessoa, que disse ter ficado muito feliz com a conquista do voto feminino: “Se eu contar uma coisa para vocês, vocês vão até rir. Porque a mulher não votava, não é? Depois da revolução, aí é que a mulher passou a votar. Quando foi para eu votar, menina, parece que foi a mesma coisa de eu casar, a felicidade foi tão grande, tão grande!”

ou que votariam apenas nos candidatos que mais lhes despertassem interesse, porém não em candidatos para todos os cargos: “Eu sempre tive prazer em votar. Mas se, agora, não fosse obrigatório, eu não iria votar mais, não”; “Eu gosto de votar. Até quando eu comecei a votar com 16 anos, não era obrigatório e eu sempre gostei de participar”; “Eu gosto de votar. *Pergunta: E se o voto não fosse obrigatório, a senhora votaria assim mesmo, ou não?* D. Miriam: Não. Porque tem muitos deputados que não merecem o voto da gente. *E para presidente?* D. Miriam: Para presidente, até que eu votaria, sim”.

A pergunta relativa ao voto nos mesmos candidatos do/a cônjuge gera, por vezes, um certo constrangimento porque o voto, uma ação por excelência individual, é interpretado por alguns respondentes como devendo ser o resultado de uma decisão isolada, sendo a tentativa de influenciar o voto de outrem percebida como ilegítima. Além disso, a mesma pergunta tende a ser compreendida de forma distinta segundo gênero. Há mulheres que a percebem como uma insinuação de que os maridos influenciam o seu voto (considerada uma afronta ao ethos individualista¹²⁷) ao passo que os homens tendem a vê-la como uma sugestão de que eles as estariam influenciando. Enquanto alguns rechaçam essa percepção, há outros que a admitem, inclusive atribuindo sua influência à inabilidade política delas, como se verá abaixo.

Há homens que, sentindo-se um tanto constrangidos, ressaltam a dimensão do acordo que fazem com suas esposas para decidir o voto, indicando uma compreensão de que esta é uma decisão que pode ser compartilhada, porém não imposta unilateralmente. Seu José, de Samambaia, responde: “Pedir, eu peço, mas não..., né?” *Pergunta: Mas vocês chegam a votar nas mesmas pessoas?* “Tem vez que sim. Realmente, nesse ponto, quando a gente começa a apoiar uma pessoa, já somos nós dois apoiando”. Seu Jonas, também de Samambaia, nega peremptoriamente: “Não, não, não! Aqui, cada um vota em quem quiser. É família, né? Vota em quem quiser mesmo”. E seu Gilberto, de Taguatinga, diz que ele e a “companheira” têm uma “afinidade política muito grande, ideológica e tudo” ao ser perguntado se ele e a companheira costumam votar nos mesmos candidatos.

¹²⁷

A individualidade do voto se contrapõe ao holismo da organização familiar. Nesse sentido, pode-se argumentar que a política institucional, como resultado de transformações demandadas por movimentos feministas, estaria também impulsionando o aprofundamento do ethos individualista ao exigir que mulheres e homens votem individualmente. Ainda que seja discutido familiarmente, por ser realizado em separado e de forma anônima, a escolha eleitoral de representantes políticos parece induzir os eleitores, em muitos casos, a acreditar que, de fato, a decisão deve ser feita exclusivamente de forma individual. Além disso, como sugere Barreira (1998:27), as eleições reafirmam “os princípios de livre escolha que estão na base da sociedade democrática”. No entanto, é preciso considerar também o argumento de Offe e Wiesenthal (1980), para quem a individualidade do voto favorece a expressão de interesses da classe dominante, os quais não estão sujeitos às mesmas “ambiguidades estruturais” que dificultam a formação e expressão de interesses da classe trabalhadora, que se fazem de maneira necessariamente dialógica e coletiva.

Também a questão relativa a conversar com os filhos/pais sobre o voto suscita reações defensivas e o/as entrevistado/as sentem a necessidade de explicar que não há imposições. D. Miriam, de Samambaia: “Eu falo para eles que eles votam em quem eles quiserem votar. Eles decidem”. E seu George, de Taguatinga: “A gente vai caminhando, a gente vai fazendo a nossa parte, eu vou dizendo a eles: ‘Olha, nós vamos discutir aqui o candidato’. (...) A gente conversa, e aí, cada um escolhe o seu”. Já Wiliam, de Samambaia, afirma que em geral vota nos mesmos candidatos que seus pais e explica: “Não porque tem uma... A gente concorda um com o outro. (...) Mas assim, não tem aquela: ‘ah, meu pai vai votar na presidente tal, vou votar também’. Não. Eu vejo o que é melhor pra mim e ele vê o que é para ele e vota”.

Arnaldo, marido de Elisabete (a mesma que afirmou seguir o marido em sua escolha eleitoral), tem outra interpretação do que ocorre entre eles: “Se, às vezes, eu não tenho candidato e ela acha que esse candidato é o melhor a ser votado, eu acompanho o voto dela e vice-versa. (...) A gente tem essa consciência de estar sempre trocando ideia para poder votar”. O que ele entende ou apresenta como “trocar ideia” num processo deliberativo em que ambos têm voz ativa é entendido por ela como uma conversa insistente em que ela acaba por ceder (em seus termos, citados acima). Também se poderia dizer que ela acaba por dobrar-se ao poder daquele que detém mais conhecimento/preferências mais intensas ou se considera mais competente politicamente.

Há também homens que admitem considerar suas esposas inábeis politicamente e por isso, influenciáveis. Esse é o caso, por exemplo, de seu Mário, de Taguatinga, cuja esposa afirmara que “a gente não discute, não conversa, não interfere em voto um do outro”. Na versão dele, por outro lado, a esposa, por não ser “muito ligada nisso”, lhe pede: “Mário, olha aí para mim”. E ainda acrescenta: “Eu que acompanho, eu gosto muito de jornal, eu gosto muito de ler uma revista, a internet, eu sempre estou na CBN, na Band News, eu gosto só de notícia mesmo.(...) Mas ela não, ela não acompanha, não. (...) Nas outras eleições, ela votou num candidato porque pensou que, como eu trabalhava no governo, meu candidato teria que ganhar. Ela votou pensando em mim”. Seu Ricardo, de Taguatinga, cuja esposa não foi entrevistada, também desqualifica a postura política dela ao dizer: “Minha mulher também não é... Ela vota porque tem que votar. Ela é uma pessoa muito dedicada ao trabalho, é ela que faz as coisas. Então, nessas questões todas, ela faz é se desligar”.

5.1.2 Formação de representações sobre política em família: conversas familiares

Dado que a organização familiar está, em larga medida, marcada por uma divisão do trabalho político em que o homem se encarrega prioritariamente do mundo externo e, a mulher, do interno, e que a família é atravessada pela combinação ambivalente de poder e intimidade¹²⁸, a socialização política provida pela família proporciona diferentes orientações a respeito da associação entre feminilidade, masculinidade e política. Se, como nota a literatura de socialização política (Dahl, 1997), a fase decisiva, isto é, a que provê as crenças mais duradouras, é a que ocorre na infância e juventude, a análise de como a organização e os modelos familiares estão delineados é chave para se compreender como as subjetividades políticas começam a ser formadas, independentemente do quanto elas possam vir a ser modificadas depois.

A pesquisa indica que a socialização política provida pelas famílias, isto é, a transmissão de visões sobre o mundo político e o lugar ocupado pela família neste mundo, se faz de forma sobretudo esporádica (em especial, na época da “política” ou das eleições) e silenciosa¹²⁹ pois não é regra falar regularmente sobre política. Isso acontece não porque os cidadãos em geral sejam apáticos, mas porque a conversa cotidiana, como argumentam Berger e Luckmann (2011: 153), se destina a manter “a realidade subjetiva”, a qual depende do “acúmulo e consistência da conversa casual” porque a fala teria o poder de fixar na consciência sentimentos e percepções soltas e moldar o que se convencionou chamar de mundo real. O rompimento deste padrão implica quebra de rotina e ameaça a esta construção intersubjetiva da realidade.

É justamente porque a política estaria numa zona fora deste terreno da casualidade, vista como algo que não toca a vida cotidiana, que está além dos círculos sociais diariamente frequentados e das preocupações que norteiam os afazeres comuns, que ela não figura como tópico nas interações, nem para mulheres nem para homens. A conversa banal e cotidiana apenas pode preencher as funções de manutenção da realidade se se circunscrever ao que é abrangido pelo mundo mais próximo e

¹²⁸ Nas palavras de Tannen (2003), que estudou a dinâmica de conversas familiares, “o discurso na família pode ser visto como uma luta por poder, mas também é – e na mesma medida – uma luta por conexão”. A autora também cita estudo de Ochs e Taylor (1992) segundo o qual a família de classe média americana seria uma “estrutura de poder com o pai no topo”, cuja hierarquia é reforçada pela mulher, ao tratar o pai como “problematizador”, isto é, como aquele a quem cabe emitir a opinião autorizada sobre as questões discutidas pela família.

¹²⁹ Ray e Qayum (2009) argumentam que a hierarquia no âmbito doméstico é aprendida de formas sutis, por meio de “pequenos gestos e momentos silenciosos”, como tons de voz e atitudes de reverência que nem sempre são verbalizadas. Por exemplo, o que elas chamam de “*politics of sitting*” – a prática das “servas” (trabalhadoras domésticas), na Índia, de se sentarem no chão – é “inquestionada e não falada, a doxa do domicílio empregador”.

palpável¹³⁰. Tanto homens quanto mulheres estariam empenhados em manter a conversa centrada em temas que não geram desconforto e tensão, ainda que, como se argumentará adiante, os graus de tensão e estranhamento variem segundo os papéis sociais introjetados de gênero.

Nesse ponto, como argumenta Noelle-Neumann (1985), não há nada de atípico com relação ao comportamento da/os entrevistada/os visto que haveria uma tendência socialmente construída, porém universal, a evitar discussões. Para ela, é a “natureza social” que nos impulsiona a temer o isolamento e seguir o ponto de vista dominante, ainda que isso contrarie valores de autonomia e individualidade. E, de fato, os discursos tendem a enfatizar exatamente essa interdição social sobre o tema, devida à recusa a entrar em debates e divisões que a política enseja. Essa tendência ajuda a explicar por que pode ser difícil convencer alguém a falar sobre algo, no contexto de uma entrevista, que normalmente se tenta evitar, ainda mais com pessoas estranhas.

Alguns exemplos de falas femininas relativas a conversar sobre política são: “Política é uma coisa que dá até briga, dá até confusão, né? Porque a opinião deles é uma, a minha é outra, né? Então é uma coisa que não se justifica”; “É um assunto que eu não acho legal conversar. Porque eu acho que é uma coisa que não se discute, né? Então, eu não gosto, não”; “Eu vou lá e voto porque tem que votar, mas não gosto de estar discutindo, não”; “Se eu estiver numa roda e estiverem falando de político, eu saio na hora”. A ressalva feita por D. Cleide, de Samambaia, antes de responder sobre sua preferência política (*Qual governo a senhora acha que faria as coisas melhor?*) é representativa também desta visão de que “política não se discute”, prevenindo, de início, qualquer possibilidade de discussão política: “Filha, isso é uma coisa de gosto. Governo é uma coisa de gosto”. E, finalmente, ela acrescenta, demonstrando sua relutância em emitir uma opinião que ela suspeita que estaria em desacordo com a minha: “Mas o governo que eu achei melhor até hoje foi o Roriz”.

Por sua vez, as falas masculinas em geral vão na mesma direção: “Política é muito trabalho, política não se discute”; “Não converso, não troco ideia, nada”; “Não, não, política, não. A gente conversa, conversa, quando dá fé, o bar está fechado (...) Não é todo mundo que aceita falar de político, não”; “Eu não gosto muito de política, não”; “É difícil achar quem goste. Às vezes, eu estou conversando com o espelho”.

Embora estas asserções de cunho geral sobre política indiquem uma falta de

¹³⁰ Para Burns *et al* (2001), grande parte da socialização em geral, em especial sobre política, é feita por vias indiretas e “absorvida inconscientemente”, o que indica que não é transmitida por meio de discursos diretos e específicos sobre o tema.

disposição absoluta para abordar o assunto ou, em alguns casos, falta de interlocutores à altura, esta é uma interdição que se suspende em momentos e contextos específicos. Como afirma Eliasoph (1997: 625), estudos interculturais mostram que as pessoas que já se conhecem têm maior disposição para entrar numa discussão. Reforçando o argumento de que a família é o círculo social de maior solidariedade – a despeito de toda a sua conflitividade - na sociedade brasileira, no qual as pessoas, em especial, de classe popular, estabelecem laços de confiança e obrigações morais, a família poderia ser considerada um lugar seguro para se entrar também no tema da política. De fato, estudos sobre confiança interpessoal no Brasil mostram que a família é contexto privilegiado, podendo mesmo falar-se de “familismo” (Reis, 1995). Segundo esta autora, a família é a instância a que, na sociedade brasileira, os indivíduos se sentem mais pertencentes. Diante de um quadro de abissal desigualdade e hierarquias sociais institucionalizadas de ordens diversas, de classe, raça, gênero, a esfera pública se esvanece, assim como os vínculos entre os cidadãos e as relações mais próximas tornam-se as mais prevalentes.

Na realidade, a discussão feita acima a respeito de como as hierarquias políticas familiares se manifestam pressupõe que a política é abordada de algum modo no âmbito familiar. O contexto familiar ou de pessoas íntimas é especialmente propenso à abordagem do tema porque não apenas há maior confiança como também as interações são mais frequentes e há relações de poder que permitem romper determinadas barreiras, o que ocorre muito mais dificilmente com estranhos. A restrição das conversas ao contexto familiar também pode indicar a crença em que falar sobre política é algo que só se pode fazer entre iguais, isto é, entre pessoas de igual capital cultural porque fazê-lo diante de estranhos leva ao risco de sentir-se diminuído. Porém, mesmo na família, esta conversa, quando ocorre, se restringe a determinados momentos. Os interlocutores mais citados em se tratando de falar sobre política são familiares: principalmente, maridos e esposas e, em menor número, filhos¹³¹, pais/mães, irmãos, tios e também amigos e colegas de trabalho.

Quando se trata, por exemplo, de pedir voto, as pessoas entrevistadas se sentem mais à vontade para fazê-lo entre familiares, onde mesmo as brigas tendem a se

¹³¹ A hierarquia familiar entre pais e filhos (em especial filhos pequenos) faz com que estes sejam em geral desconsiderados como interlocutores sobre política. Filhos são citados apenas quando se trata de filhos adultos. Pais de filhos que ainda são crianças e adolescentes negam engajar-se neste tipo de conversa com filhos. Isso é ainda mais acirrado porque o campo político não inclui crianças e jovens menores de 16 anos. No entanto, mesmo um jovem entrevistado de classe média afirmou não conversar com seus parentes mais velhos “porque o pessoal mais velho acha que a razão é totalmente deles, acha que a gente não sabe nada”.

amenizar pois se sabe que os vínculos de solidariedade familiares são maiores que os vínculos políticos. Por exemplo, D. Luzia afirma: “Meu tio é do PT. (...) Ele só vota no PT e todos os meus primos votam no PT. A gente fica brigando. Aí a gente fala: ‘Nenhum presta. Vai fazer tudo a mesma coisa’.” D. Renata, de Taguatinga, admite ter pedido voto apenas à sua família (da qual exclui o marido): “Quando foi essa campanha agora, meu pai, por exemplo, não votava mais, não era obrigatório, mas eu queria que eles (*seus candidatos*) ganhassem e cheguei a pedir. Meu pai foi votar, minha mãe também, mas, assim, nesse termo, de família. Mas, em geral, em serviço, meu marido, não”.

Conversar sobre política envolve riscos, tanto relacionados ao envolvimento em discussões indesejadas quanto a ter que defender um ponto de vista que pode não ser respaldado pelos demais e a respeito do qual não se tem argumentos - que as pessoas em geral não querem assumir. Como argumenta Noelle-Neumann (1995: 226), as pessoas tendem a calar-se quando consideram que não têm os argumentos para defender seus pontos de vista. D. Miriam, de Samambaia, declara que evita falar sobre política “até porque eu não entendo, entendeu?, de política. Então é um assunto que eu não converso”. Já Camila, de Taguatinga, não é tão assertiva sobre sua baixa competência política, mas afirma: “Se tiver assunto, eu gosto de falar sobre política. Mas se eu entender do assunto! Se eu estiver por fora, eu fico na minha”. E seu Jonas, de Samambaia, ao falar do partido de sua preferência: “Para mim, para simpatizar um pouquinho mais é o PT mesmo. Mas não é tanto assim, não, para brigar, não. Se você quiser brigar sobre o PT, eu já saio voado para não..., entendeu?” Assim é compreensível que, havendo tantos receios, as pessoas se sintam mais à vontade para falar com seus familiares sobre seus candidatos visto que a família é um ambiente mais controlado. A resposta de Jeremias, de Samambaia, à pergunta se empreende alguma tentativa de convencer outras pessoas a votar nos seus candidatos é ilustrativa disso: “Mais os meus familiares. As pessoas de fora, não”. Fabiana, de Samambaia, diz que a campanha eleitoral municipal, que à época estava ocorrendo na cidade de origem de seu marido¹³², havia sido uma propulsora de conversa entre ela e ele, mas ressalva: “Não que a gente vá discutir...Achar qual (*político*) é melhor, qual vai fazer alguma coisa e só”. Arnaldo, de Taguatinga, explica desta forma a tendência em manter a conversa num âmbito restrito ao círculo mais próximo: “Com a família, geralmente, a gente conversa,

¹³² Muitos dos entrevistados migraram recentemente para Brasília e ainda não mudaram seu domicílio eleitoral ou têm parentes nesta situação. Assim, as eleições municipais em cidades de origem também constituem um tópico de conversação, em casos específicos, visto que continuam a chegar notícias de tais lugares.

com os amigos mais próximos, a gente conversa, mas é uma coisa interpessoal, ela não é uma coisa, vamos dizer assim, comunitária. É aquele negócio: falta engajamento. É um pessoal esclarecido, onde eu moro, as pessoas têm um nível cultural e de conhecimento até privilegiado, mas a mentalidade do local é: vou cuidar da minha vida e você cuida da sua. Essa aí é a verdade”.

E mesmo questões políticas definidas de forma mais ampla, como questões públicas, relativas a problemas que afetam a comunidade, não são conversadas no âmbito da vizinhança, como indica esta resposta de Marta, de classe popular, à questão se costuma conversar sobre problemas existentes no bairro com vizinhos: “Na verdade, só entre família mesmo, né? Não, assim, entre vizinhos. Porque até mesmo, a gente não tem tempo, né? E onde eu moro, são todas pessoas reservadas, ficam mais em casa, na casa deles. Então, a gente conversa mais sobre isso com a família mesmo, né?” E D. Eunice diz o mesmo sobre a experiência dela em Samambaia: “Olha aqui, apesar de eu ser assim, muito interagida, de querer saber das coisas, meus vizinhos não levam muito interesse com isso não. É cada um na sua. Eles gostam do que eles fazem. Tem deles que nem sabem para que serve um voto e tem deles que não sabem nem se na sua região tem um administrador ou governador”. O desinteresse e o desconhecimento que se supõe que os vizinhos tenham previne que as pessoas iniciem conversas sobre questões de interesse comum.

Falar sobre política requer, desta forma, tanto conhecer bem os interlocutores (ser capaz de antecipar suas reações ou estar preparado para lidar com elas) quanto ter um bom motivo. Ainda que a “espiral do silêncio”, aliada à incerteza e à desconfiança sobre os candidatos, levem os eleitores a se negarem a empenhar sua palavra em defendê-los, em algumas situações se rompe esta tendência ao mutismo. Os únicos entrevistados que disseram ter prazer em discorrer sobre política – três homens jovens e dois mais velhos, de classe média – declararam fazê-lo apenas num círculo restrito, formado por familiares e/ou amigos.

A promoção de determinados candidatos por igrejas (tanto católica quanto protestante) foi citada por algumas mulheres de classe popular como responsável por sua mobilização política¹³³. D. Miriam, de Samambaia, afirma que só se arrisca a pedir voto, ainda que, assim mesmo, sem entrar em polêmicas, “para o meu candidato da igreja. Eu peço: ‘Fulano, vota no deputado tal, para nós vermos se ele vai ser um novo

¹³³

A mobilização política é compreendida aqui como relacionada a convencer outros sobre seu candidato, mas há também outras formas de mobilização, das quais se falará adiante, em que mulheres se declararam incitadas por causa de sua filiação religiosa.

deputado, fazer coisas diferentes, para melhorar a nossa situação'. Só assim. Mas eu não convengo ninguém, não. Quer votar, vota; não quer, tudo bem". Fabiana também diz que a única ocasião em que chegou a pedir para familiares (irmãs e mãe, sem menção ao marido) votarem no seu candidato foi quando um membro da igreja que frequentava, apoiado pelo padre, candidatou-se. Outras mulheres e homens afirmaram ter votado em candidatos da igreja, mas não chegaram a dizer que haviam tentado convencer outros a fazer o mesmo. De qualquer maneira, a igreja também constitui um círculo social importante, além da família, para a discussão política. Dado que as mulheres são mais frequentadoras da igreja que os homens, este é, para elas, um lugar relevante de envolvimento político.

Outro motivo pelo qual a família constitui um lugar privilegiado para se ter conversas sobre política é o fato de que os membros de uma família tendem a ser expostos aos mesmos estímulos, isto é, a assistir juntos à TV, frequentar os mesmos lugares e conhecer as mesmas pessoas embora, é claro, os diferentes membros da família tenham vivências políticas distintas em razão de seu gênero. Assim, nos (poucos) casos em que os homens disseram frequentar a igreja junto com suas esposas, também eles foram incentivados a votar nos candidatos da igreja. Seu George, de Taguatinga, lembra que "às vezes, eu votei para um distrital, ela também votou, coincidiu. Foi um que o Padre Mateus pediu para a gente votar nele".

O tipo de estímulo à conversa sobre política mais presente nos discursos, no entanto, são os meios de comunicação. À parte as eleições, momento privilegiado de conversa sobre política também pautado pela mídia, os escândalos envolvendo corrupção são a principal base episódica das interações sobre política. Neste caso, entrevistado/as afirmam trocar comentários rotineiros e despreziosos sobre os casos mais palpitantes do momento, tanto entre familiares quanto entre colegas de trabalho. Em geral, falar sobre política está associado a falar sobre "roubos" e "escândalos" presentes na mídia. Camila, de classe média, declara: "A gente conversa, assim, no dia a dia, né? Quando vê esses escândalos, aí comenta sobre política e tal, comenta sobre pastor querendo se candidatar, a gente sempre comenta sobre política, não tem como. A gente vê coisa na televisão e: 'ah, a saúde está precária'. Já vem a política: "Ah, os políticos estão roubando. O dinheiro não está sendo investido." E D. Renata afirma sobre o teor das conversas com seus pais: "Na maioria das vezes que a gente falava, era tudo para falar mal, era para comentar algum escândalo. (...) Mas para parar, falar sobre política mesmo, conversar, debater, não". Seu Ricardo, também de Taguatinga, resume de maneira semelhante os comentários com seus colegas de trabalho: "Quando a gente

percebe que algum político usou e abusou do povo, a gente mete o pau”. O ex-senador Demóstenes Torres e Carlos Cachoeira, pivôs de um escândalo muito debatido à época, foram algumas das personagens políticas mais citadas nas entrevistas, por seis homens e duas mulheres¹³⁴, na maioria das vezes para ilustrar sua convicção de que a política está eivada de corrupção, mas também para exemplificar como são preenchidos os diálogos sobre política entre colegas de trabalho, como ilustra seu Mário: “Então, política, aqui, é suja. A gente nem troca ideia aqui. A não ser quando aparece... A gente tocou muito pouco nesse assunto, muito pouco mesmo. Até o Jorge, que fica aqui, ele até apostou comigo, que eles duvidaram que o Demóstenes ia ser cassado. Eu falei assim: ‘Bicho, eu acho que vai, sim. Dessa vez vai ser porque está muito sujo’. Mas é muito pouco, a gente não discute muito política, não”.

A exceção feita aos escândalos de corrupção no padrão de não conversa sobre política se deve a que não apenas o enquadramento da política na forma de escândalos é um dos principais modos de abordagem do assunto pelos meios de comunicação, como também a que estes são casos que, em geral, reafirmam as crenças relativas ao senso comum da política: de que esta é uma prática imoral e corrupta¹³⁵. Assim, estes são momentos que propiciam conversas em geral amenas (sobretudo quando envolvem políticos desconhecidos, caso do ex-senador cassado) e juízos sobre os quais todos tendem a estar de acordo. Trata-se de um reforço de estereótipos, que têm rápida circulação e compreensão nas interações (segundo Noelle-Neumann, 1995:191), sobre a política e os políticos.

Além da igreja, mulheres que trabalham fora também tendem a ser expostas a informações e conversas sobre política no ambiente de trabalho ainda que esse tipo de interação não seja parte do ethos feminino e que algumas deliberadamente o evitem. D. Eunice, de Samambaia, diz que, ultimamente, seu marido tem sido seu único interlocutor sobre política, ao contrário do que acontecia “quando eu estava mais ligada na política, eu sempre conversava com as amigas de trabalho, com pessoas que já trabalhamos juntas”. Ana, de Taguatinga, cita a escola em que trabalha como local em

¹³⁴ Dentre os oito entrevistados que citaram este episódio, seis (cinco homens e uma mulher) são de classe média. A mulher de classe popular que o citou o fez como exemplo de abordagem da política na TV que lhe gera repulsa por ser exaustiva, complicada e frustrante: “E esse negócio do Cachoeira, que eu não entendo nem o que é. Eu não aguento mais, só se fala sobre isso na televisão. (...) Não dá em nada, né? Fala, fala e não dá em nada”.

¹³⁵ Cappella e Jamieson (1997: 60) argumentam, em sua teoria da espiral do cinismo, que o enquadramento “estratégico” das notícias políticas torna salientes aspectos negativos do comportamento dos políticos e que os aspectos que ganham relevo são os absorvidos e mobilizados mais facilmente pelo público.

que, para ela, surgem interações sobre o tema.

Algumas das pessoas entrevistadas que pertencem a associações também declararam fazer delas, em diferentes graus, instâncias de debate sobre política, mormente no período eleitoral. As associações de bairro em ambas as cidades são, de acordo com o depoimento de seus integrantes entrevistados, utilizadas por políticos em campanha. Em alguns casos, o espaço que ocupam é franqueado aos políticos para reuniões com a comunidade e, em outros, eles apenas abordam as associações em busca de apoio. Neste sentido, D. Márcia, presidente da Associação de Moradores de Taguatinga, declara reunir-se “com os associados, que são considerados iguais a filhos” durante as eleições. Sem o mesmo paternalismo, seu Gilberto, líder de um ponto de cultura de Taguatinga, afirma reunir os principais membros, que têm “uma afinidade muito grande, tanto do fazer artístico quanto de questões políticas” para decidir os candidatos, apresentando claramente sua agenda político-eleitoral neste meio (e mesmo colaborando, por meio de contribuições artísticas, com seus políticos favoritos). Já D. Sônia, que faz parte de uma associação comercial de mulheres de Taguatinga, diz que procura se esquivar do assédio que os políticos fazem à associação em época de campanha e foge de qualquer conversa que haja na associação sobre o tema.

A socialização política diferencial por gênero leva homens e mulheres a desenvolver níveis variados de exposição a informações sobre política e de oportunidades de se posicionar discursivamente sobre política. A importância da fala, como argumentado anteriormente, reside em dar concretude a pensamentos e favorecer a formação de interesses. Eliasoph (1995: 632) compreende ainda que diferentes níveis de engajamento político estão relacionados diretamente à maior ou menor centralidade da fala. Sendo assim, um dos pontos centrais da desigualdade de gênero diz respeito à variação na disposições subjetivas necessárias para falar sobre política.

Sobre esse ponto específico, os depoimentos apontam para uma desigualdade de exposição à conversa sobre política. Como visto, a tendência a não falar sobre política de forma geral e, especialmente, em não entrar em disputas políticas existe e independe de gênero, o que decorre, em parte, do fato de que a democracia representativa não demanda, nem delas nem deles, um engajamento político mais abrangente que o voto. No entanto, segundo Noelle-Neumann (1995: 44), as clivagens sociais importam no sentido de definir graus de silenciamento, ou seja, “os homens estão mais dispostos a participar de uma conversa sobre temas controvertidos que as mulheres, os jovens mais do que os velhos e os pertencentes a estratos sociais superiores mais do que os que pertencem a estratos inferiores”.

Dentre as pessoas para quem se perguntou quem tem mais interesse por política e com quem costuma falar mais sobre política – homens ou mulheres – a maioria respondeu que homens se interessam e conversam mais. Havendo esse viés, isto é, supondo que essa intuição de que homens gostam mais de conversar sobre política seja usada como guia quando se trata de escolher um interlocutor – ainda quando não se pense sobre os motivos por que isso acontece –, decorre que mulheres sejam menos procuradas para tratar desse assunto, o que tenderia a reforçar sua menor exposição à política e, conseqüentemente, seu maior alheamento.

Houve também a opinião, manifestada por Wiliam, de que mulheres se interessam tanto por política quanto homens e também a de D. Cleide, para quem as mulheres conversam mais devido à necessidade de “pesquisar mais”, ao contrário do homem, que “quer ser certo.(...) Todo homem só quer ser o correto, não erra, não”. Em sua opinião, esse grau de certeza masculina os tornaria mais intolerantes e menos propensos à conversa.

No entanto, quatro mulheres (três de classe popular e uma de classe média) e cinco homens responderam que os homens se interessam ou conversam mais sobre política que as mulheres. Na opinião delas, duas de classe popular e uma de classe média, o interesse da mulher é diminuído devido ao preconceito existente na política contra as mulheres, que estaria agora se reduzindo. D. Eunice, por exemplo, afirma: “As mulheres não se preocupam em tentar entender, né? Não sei se é porque a política vem deixando um rastro ruim... Aí elas não procuram saber o que é bom ou ruim na política, saber o que que é. Eu acho que ela não se interessa”.

Os homens que possuem uma resposta pronta à questão são, em geral, aqueles que declaram conversar sobre política ou, ao menos, interessar-se por ela. Em alguns casos, sua opinião é baseada na observação do diferencial de interesse manifestado por suas namoradas/esposas. Segundo Ivo, jovem de classe média, por exemplo: “Às vezes, eu fico frustrado. Chego na minha namorada, começo a conversar e ela: ‘Tá’. Então, tá bom”. Alguns ressaltam que o diferencial de interesse seja alto, isto é, que “a mulher seja *bem* menos interessada nesse tipo de assunto”. Arnaldo, de classe média, afirma que a mulher tem “muito menos (*interesse*). O homem já não tem. A mulher, muito menos interesse ainda. Isso pode soar como machismo, mas não é. Talvez, no meio da senhora, tenha até um pouco mais de mulheres com essa consciência, mas se a senhora se desprender do meio da senhora e for para algum lugar, a senhora vai ver que não tem, mulher não tem”.

A questão de por que isso acontece é considerada de mais difícil resposta do que

a simples constatação de quem se interessa mais. Mesmo assim, os homens não se esquivam de dar sua opinião. Paulo, jovem de classe média, começa a formular uma explicação improvisada sobre os assuntos preferidos pelas mulheres: “Eu não sei porque isso é um assunto assim... (...) É homem que, geralmente, conversa mais sobre política, carro e por aí porque o assunto do homem é bem vasto: a gente começa falando de vídeo game, termina em política ou religião. A mulher, eu acho que, quando ela começa a falar num assunto, é uma coisa mais delas, de mulher mesmo, pessoal. Conversa da vida de fulano (...) E, às vezes, está conversando entre amigas mesmo, sobre assunto do dia a dia, que elas gostam mesmo. Mulher gosta de roupa, ela conversa de roupa”. Seu colega, Ivo, complementa: “Programa de TV”. E Paulo conclui: “É, novela”. Suas próprias constatações sobre o comportamento das mulheres, no caso de Paulo, lhe geram estranheza visto que, ao final, ele se surpreende: “É esquisito, né? Quando é ligada, é muito ligada. Quando não é...”. Seu José, de Samambaia, também não tem dificuldades em responder que homens se interessam mais, mas fica, a princípio, desconcertado com a questão do porquê, encontrando, logo após, uma explicação: “Aí, agora, você me apertou... Eu acho que a maioria deles é por status, para enriquecer. E já a mulher tem mais medo de enfrentar certas coisas. Você tira pelo presídio de mulher que tem ali, bem pequenininho. Enquanto o dos homens, nem cabe mais, parece uma cidade. Então, tem bem menos mulher assassina e bandida que homem (*risos*)”. As respostas masculinas à questão de por que mulheres se interessam menos tendem a evocar os estereótipos de gênero femininos, que relacionam a mulher ao medo (de enfrentar o mundo, mas também de cometer crimes) e à preferência pelo pessoal/privado.

Outros tipos de explicação mencionados por homens dizem respeito a como a política e as relações de gênero estão configuradas. Para Arnaldo: “É como se fosse, assim, um meio machista. É um meio de homens, então, não tem interesse, né? Você não tem interesse. A mulher, hoje em dia, gosta mais de futebol do que política”. Seu Mário, de Taguatinga, segue essa linha de raciocínio: “Antigamente, política era de homem. Você vê pela Gabriela, aquela novela que está passando agora. Mulher nem votar não votava. Coisa de muitos anos atrás. Hoje, a mulher está mais ativa, está mais participativa, bem mais”. E ainda, seu Jonas, de Samambaia, atribui a falta de interesse feminino à lenta mudança das relações de gênero: “Eu nem sei explicar direito, mas agora que a gente vê a mulher mais. Mulher, antigamente, Ave Maria!, não podia nem ir para a roça. (*risos*) Era igual ao homem, não podia lavar um prato que era veado. (*risos*) É, eu fui criado desse jeito”.

Assim, grande parte das explicações sobre por que mulheres fazem isso ou aquilo em maior ou menor proporção do que os homens se baseiam em representações de gênero ou visões estereotipadas sobre mulheres e homens que as pessoas usam em seu dia a dia para decidir sobre como se comportar em suas relações sociais. Neste sentido, é muito significativo que apenas uma mulher e nenhum homem tenha dito que as mulheres se interessam por política mais que os homens. Em geral, as explicações assumem que as pessoas manterão sua “natureza” de gênero ao adentrar o campo político, isto é, vão se comportar na política como fazem em outros campos. Ou pressupõem que nem entrarão, no caso das mulheres, por ser a política um campo avesso às representações de feminilidade. De qualquer maneira, ainda que sejam explicações produzidas de improviso, em resposta à indagação, o/as respondentes mobilizam informações ou percepções prévias, como seu arsenal de representações da “natureza” feminina em oposição à masculina, assim como sua observação - seletiva - de seu entorno (como no caso de Seu José, que cita o presídio feminino existente em sua cidade) ou ainda, as informações obtidas via mídia – caso de Seu Mário, que cita uma novela.

Esta percepção relativa ao menor interesse ou menor disposição à conversa sobre política entre as mulheres pode acarretar que elas, quando querem conversar sobre o tema, procurem por homens, como no caso de Denise, jovem de classe média, que não declara ter uma preferência de gênero ao escolher seus interlocutores, mas que, na prática, faz uma escolha por falar preferencialmente com seu pai sobre escolha eleitoral porque o considera “mais interessado nisso do que a minha mãe. Então, eu sempre conversava mais com ele”. Porém, também há mulheres que, como Michele, de classe popular, ainda julgando que os homens falem mais sobre política, sente-se “mais à vontade para conversar mais com mulher. Eu mesma sou desse jeito, fico mais à vontade para conversar com mulher. Com homem, eu já fico meio assim, com vergonha, né?” Ana, de Taguatinga, porém, afirma que, embora tenha conversado mais com mulheres ultimamente, considera “indiferente porque na escola, por exemplo, tem homens e mulheres, então, eu converso com homens e mulheres”.

De qualquer forma, a rejeição decidida que determinadas mulheres e homens¹³⁶ fazem à política é, por si só, um ato político com consequências não apenas para a sua relação com o campo político (dadas as barreiras que a pessoa interpõe entre si mesma e o campo) como também para a forma como outros (em especial, seus filhos e marido,

¹³⁶ Homens também rejeitam a política e se negam a falar sobre ela, mas resguardam algum senso de competência política, o que será explorado adiante.

que estão mais sujeitos à sua influência direta) passam a enxergar a relação entre mulheres e política. Nesse sentido, declarações como a de Fabiana, jovem de classe popular (“Eu não gosto desse negócio de política, não. É muita mentira, muita promessa que não é cumprida”), de D. Sônia, de classe média (“Política não é comigo. Só o nome me arrepiá, eu não gosto”) indicam uma indisposição a qualquer envolvimento com o tema. Não por acaso, estas mulheres não costumam conversar com seus filhos sobre questões políticas. D. Luzia, por exemplo, outra mulher de classe popular que diz não entender de política, afirma: “Minhas filhas são iguais a mim. Elas falam que: ‘Ah, para que votar? (...) Eu não, só vou votar quando eu for obrigada’.”

Ainda que não conversem com os filhos, elas reportam conversar com o marido eventualmente, mas, dada sua própria percepção a respeito da baixa competência política, pode-se supor que esta conversa seja moldada pela disparidade de conhecimento que um interlocutor (o marido) atribui à outra (a esposa). Diante de maridos que se julgam possuidores de maior saber político e que não consideram as esposas interlocutoras de mesmo nível, a conversa pode se restringir mesmo no âmbito familiar, ao qual ela é propícia¹³⁷. Os homens que afirmaram explicitamente o desinteresse de suas esposas – S. Mário, marido de D. Renata e S. Ricardo, em trechos já citados anteriormente – também declararam não conversar com elas, coerentemente com sua percepção de que elas são “desligadas” do assunto. Porém, eles também não o fazem com os filhos, escolhendo preferencialmente os colegas de trabalho para tratar do assunto nas raras ocasiões em que este vem à tona. Entre os homens que dizem se interessar sobre política, costuma haver mais conversa sobre política com os filhos. Seu Gilberto, de Taguatinga, por exemplo, diz que “minha filha, hoje, é assessora parlamentar por influência minha, também. Essas discussões nossas”. Assim como ele, seu George e Arnaldo, de Taguatinga, e seu José, de Samambaia, afirmam conversar sobre o assunto com seus filhos. E Elisabete, casada com Arnaldo, diz que a filha “puxou para o pai” porque “discute bem mais (*do que ela própria*), corre atrás de política, de arrumar as coisas e tudo. Mas eu, não”. Assim, embora a conversa sobre política nem sempre se realize devido a uma percepção de que filhos não são interlocutores legítimos, pais que se dizem interessados em política conversam com seus filhos – inclusive com suas filhas.

A importância de se investigar com quem e em que contextos se fala sobre

¹³⁷ Huckfeldt e Sprague (1995) constatam que os homens tendem a ver as mulheres, mesmo suas esposas, como parceiras menores para discussões políticas, o que se reverte em taxas reduzidas de discussão política com mulheres.

política ou questões públicas de forma ampla consiste em que a criação de competência política passa pela possibilidade de comunicação coletiva sobre tais temas, como teóricos da democracia deliberativa argumentariam, e também porque revelam, como discutido, desigualdades de gênero no processo de recrutamento para atividades políticas. Mesmo que as pessoas façam política e emitam discursos de caráter político ainda quando não tratam do que convencionalmente se entende por política, é importante avaliar como se percebem as diferenças de gênero na abordagem do tema visto que indica o quão distantes estão homens, em comparação a mulheres, do campo político.

5.2 – Impotência e incompetência política: variações de gênero e classe

Como visto, a conversa sobre política apenas se impõe de tempos em tempos, quando chega a hora de votar e ela começa a invadir mesmo espaços em que ordinariamente não está presente, como as igrejas. Ao figurar nas conversações, a política perde o ar de etereidade e obriga as pessoas comuns a darem a ela “um lugar definido no mundo real”, nos termos de Berger e Luckmann (2011:153). Este lugar é o de uma atividade ligada às eleições, que constituem o único momento em que elas são chamados a tomar parte. Compreendendo isso, os indivíduos constroem a realidade da política segundo o papel que creem exercer nela.

É durante o período eleitoral que a política começa a fazer algum sentido real para a maioria das pessoas por estar ligada a algo concreto, cujo mecanismo é conhecido. A época da campanha – a que Barreira (1998: 20) se refere como um período que dá vazão a denúncias, boatos e “conflitos simbólicos em torno de identidades políticas e lugares de reconhecimento”, fazendo emergir questões que ficam ocultas durante a vida regular ou “politizando o social” -, favorece a conversa sobre temas vistos como disruptivos. Para algumas pessoas, a admissão de que só se conversa sobre política durante as eleições gera algum constrangimento, o que demonstra o conhecimento de que o ideal do cidadão participativo não se encaixa no próprio comportamento, como no caso de Elisabete, de classe média, que lamenta, após responder que conversa “mais na época das eleições. Infelizmente, né? Não deveria ser...” O comentário de Seu Jonas, de Samambaia, embora se refira a outro fenômeno - à sua descrença nos candidatos de hoje em dia -, também indica um reconhecimento de que o comportamento político declarado não condiz com o que é prescrito normativamente: “E o pior é que tem que dar valor nesse voto, não é? Diz que é, dar

valor...” No entanto, para as demais pessoas para quem a conversa sobre política se restringe à “política”, ou ao período eleitoral, esta resposta é dada sem qualquer tipo de adendo ou desconforto. Wiliam, de Samambaia, por exemplo, afirma: “Área de política, quando é na época da eleição, a gente (*ele e os pais*) conversa mesmo. Mas, depois, esquece e não lembra mais, não”.

Essa naturalidade com que se admite não tratar de política cotidianamente está relacionada, como propõe Eliasoph (1997: 625) a uma crença na inutilidade da fala e ainda a uma “cultura de esquivia política” – *culture of political avoidance* – que, para a autora, consiste num “entendimento comum a respeito do significado de falar sobre política”, um entendimento que está enraizado culturalmente e baseado em diversos “acordos implícitos” relativos ao poder estrutural dos cidadãos comuns, ao tipo de sentimentos que eles devem ter e ao que implica falar sobre política em público. Em vez de interpretar essa atitude como sinal de apatia ou como resultado de um cálculo individual, ela propõe que essa postura seja encarada como um “trabalho cultural”: uma espécie de “segunda natureza”, fabricada culturalmente, que nos leva a traduzir sentimentos de impotência em sentimentos de eficácia. Entre os diferentes grupos analisados pela autora – que ela qualifica como ativistas, voluntários e cínicos –, havia sentimentos comuns de impotência diante da política e de ceticismo quanto ao governo com os quais eles lidavam de maneiras diversas¹³⁸. Em sua interpretação, há uma intenção deliberada – daí a ênfase na *esquivia* da política e na dimensão do *trabalho* cultural – de tentar resguardar o próprio bem-estar e de se proteger contra sentimentos de impotência. Ao contrário das interpretações que tendem a criticar o baixo envolvimento político do povo brasileiro, por não corresponder ao ideal poliárquico, como a de Santos (1993), ou, como as correntes democráticas liberais, criticadas por Miguel (2002: 503), que fazem uma “exaltação da apatia política”, Eliasoph tenta compreender como as pessoas comuns reagem ao lugar passivo que lhes é reservado pelo sistema político - uma postura reativa que deve ser interpretada em sua complexidade (considerando como os discursos se relacionam a práticas culturais e a disposições subjetivas), e não tomada como expressão de uma preferência pela apatia ou como uma simples rejeição ao sistema democrático. Segundo seu argumento, a expressão de autointeresse é a possibilidade encontrada para continuar acreditando num

¹³⁸ Voluntários se restringem a falar e agir sobre o que lhes parece mais manejável diante do que julgam que sejam seus limites de ação, o que não inclui o mundo da política. Cínicos consideram que a ação é inútil e reforçam sua descrença compartilhada por meio da fala, que, para eles, não é tão ameaçadora. Ativistas, o grupo mais engajado, têm uma percepção mais ampla sobre sua margem de ação e não tendem a evitar o tema da política em privado (mas, sim, em público). Todas estas crenças e valores são produzidos interacionalmente, e não individualmente.

regime democrático excludente.

Ainda que a análise da autora não contenha uma abordagem de gênero e que ela esteja se referindo a uma outra cultura (estadunidense), as linhas gerais de sua proposta analítica se aplicam bastante bem ao contexto brasileiro. Sua ênfase na esquivia política como algo cultural é compatível com a interpretação que vem sendo feita de como estão proscritas socialmente as conversas sobre política. Se as pessoas encaram a conversa sobre política como algo que lhes traz possíveis constrangimentos sociais – por exemplo, a ameaça de “perder face”, que é, segundo Goffman (1967, citado por Walzer e Oles, 2003: 333), “a base da moralidade e da ordem social” – a política ficará, como regra geral, restringida ao período eleitoral que lhe é próprio. Assim, não há problemas em admitir que não se fala sobre política porque não fazê-lo é parte das normas sociais. É por isso que determinadas pessoas fazem questão de afirmar que sua postura diante da política não é anômala, como faz Jeremias, de Samambaia: “A política está longe de todos nós. Toda a população. Só fica mais próximo nas épocas de política, de campanha. Fora isso...”

Porém, nem todos têm o mesmo entendimento de política, como se argumentará adiante. E o sentimento de impotência de que fala Eliasoph também se manifesta de formas distintas segundo as clivagens sociais. Para alguns, a opção de não falar se justifica em razão da crença na inutilidade e no risco da fala bem como do próprio senso de impotência e incompetência. Para outros, esse senso de impotência política não se conjuga a um senso de incompetência e a fala é usada para reforçar a crença compartilhada na vileza da política.

Assim, também aqui, os entrevistados se distinguem em virtude da forma como lidam com o sentimento de impotência diante da política. Alguns se calam e demonstram não crer no poder da conversa, o que já seria um indício de sua impotência, caracterizada por falas como a de Michele, de classe popular, em resposta à pergunta se gosta de discutir sobre política: “Não muito, né, não muito.(...) Porque é tudo do mesmo jeito, não muda nada, então, para que ficar discutindo? Tudo do mesmo jeito”. Esta recusa em falar sobre o tema indica, como argumenta Eliasoph (idem: 615), uma redução do escopo da “realidade discutível” e uma consequente perda de capacidade de desafiar um sistema político cuja dominação está tão consolidada que nem se pode falar sobre ele. No Brasil, há o agravante de que a circunscrição das liberdades políticas durante o regime ditatorial preveniu, durante muito tempo, que as pessoas tivessem qualquer expressão política.

Essa passividade também pode indicar uma autoexclusão derivada de se saber

possuidor de um baixo grau de capital cultural ou de compreensão do que se passa na política. E de fato, pessoas que atribuem a si um baixo grau de competência política tendem a afastar-se dela, direcionando suas energias para outras esferas que lhes deem algum senso de competência e autoestima ou moldando seu discurso político de forma a resguardar seu eu deste campo depressor. Nesse sentido, há nuances importantes de gênero que serão ressaltadas ao longo do texto.

As mulheres que afirmam não entender e não se interessar, em geral, têm menor pudor em confessar um baixo senso de competência política, isto é, não têm problemas em se dizerem ignorantes da política (ainda que as de classe média o digam de forma mais envergonhada e constrangida). Por exemplo, Elisabete, de classe média, declara que não entende bem os assuntos políticos “também por conta de falta de interesse meu, infelizmente. A gente acaba desgostando, perdendo a esperança e não vai atrás de conhecer, realmente, estudar o que é política. A gente não tem conhecimento mesmo, não. A maioria dos cidadãos brasileiros não tem”. D. Renata, também de classe média, afirma: “Tenho até preguiça de tentar entender, não gosto mesmo. Nem é por falta de tempo. (...) Até quando eu tenho um tempinho, não gasto com isso não, eu não tenho o menor interesse mesmo”. E Fabiana, de classe popular, diz: “Eu não procuro muito saber o que estão (*os políticos*) fazendo, o que não estão fazendo, sabe? Então é por isso que eu não sei te responder”. E Gabriela, também de classe popular, declara: “Olha, eu entendo mais para pouco do que para muito. Não tenho muito conhecimento. Eu conheço pouca coisa, pouquíssima mesmo. Não tenho esse conhecimento, não”. E há ainda outras mulheres, como D. Luzia e D. Miriam, ambas de Samambaia, que simplesmente respondem “não” à questão relativa ao entendimento de questões políticas.

A despeito de que mulheres, assim como homens, expressem níveis variados de senso de impotência/incompetência política, há que se sublinhar padrões diferenciados de fala por gênero. As respostas femininas são, em geral, mais cautelosas e, por isso também, mais otimistas que a dos homens e parecem indicar que as mulheres são, de fato, mais exigentes consigo próprias¹³⁹, o que lhes faz hesitar em dar respostas mais definitivas e a se declararem competentes politicamente. A fala seguinte, de D. Renata, de classe média, expressa bem esse modo diferenciado de expressão: “Deixe-me pensar até no que eu vou te responder. (...) Assim, se a gente for ver também, a gente não vive

¹³⁹ Fox e Lawless (2004) constatam que mulheres, com perfil comparável ao de homens em termos de estrato social, tendem a ser mais rígidas consigo próprias sobre suas qualificações para candidaturas a cargos políticos.

sem eles (*os políticos*), tem que confiar também. (...) Então, é meio complicado até para eu te responder. Porque, se for para eu parar e responder sem pensar, eu te diria que não. Mas, ao mesmo tempo, eu vejo que a coisa é bem mais complexa, que a gente precisa crer. E nem sempre também são falhos. Tem hora que, realmente, adianta, tem hora que funciona.” Mais do que apenas emitir uma opinião dúbia a respeito da confiança que deposita nas autoridades políticas, a fala de D. Renata demonstra uma tentativa de se colocar no lugar de um político para tentar compreender as dificuldades que enfrenta: “É complicado porque é um país muito grande, é uma infinidade de pessoas... A gente fica pensando se a gente estivesse ali... Você daria conta de tanta coisa para tanta gente, para tanto lugar? Então, (...) é complicado, eu teria que parar, pensar muito, que talvez eu nem conseguisse te responder”. Outras mulheres, como Gabriela, têm a mesma tendência a não expressar opiniões unívocas: *Pergunta: Você acha que os políticos se interessam pelo que você ou pessoas como você pensam, ou não?* Gabriela: “Assim, às vezes, se interessam, às vezes, não. Às vezes, eles veem que a sociedade precisa de uma coisa e eles não ligam. (...) Às vezes, se interessam. A sociedade precisa de alguma coisa, vai atrás, eles arrumam, eles têm que mudar aquilo que estava ruim. (...) Eu não sei se chega ao ouvido deles, mas tem vez que não se interessam. Não sei se é porque eles não sabem ou realmente não se interessam. (...) É muito difícil falar com político, sabe? Às vezes, eles escutam porque tem manifestação, aí eles acabam escutando. Às vezes, até para falar com um deputado desses é difícil. (...) Acho que, se a gente chegasse e falasse, diretamente, com a pessoa certa, com o político certo, podia fazer alguma diferença. Eles poderiam ouvir o que a gente tem a falar e tentar mudar. Na educação, na saúde, em tudo”. D. Cleide tenta também mostrar-se compreensiva em relação ao que impede os políticos de fazerem o que prometem: “Eles (*os políticos em geral*) acham que, se eles entrarem lá dentro da política, vai ser fácil fazer aquilo ali, mas não é só um, é uma equipe, um depende do outro. O presidente ou o governador é o último a assinar. (...) Então, às vezes, não é só o Agnelo¹⁴⁰ que está nessa panela, nesse sufoco. Talvez ele não tenha como reagir. Porque não vem só dele, vem dos outros também. Cada um, ali, é comandado. Então, fica difícil”.

O modo de falar feminino sublinhado acima indica o pertencimento de mulheres à categoria dos “céticos”. Em seguida, caracterizar-se-á brevemente a postura de um outro grupo - os cínicos - em relação a seu senso de impotência/competência política. O mesmo será feito sobre os cínicos, porém incorporando outras dimensões de sua relação

¹⁴⁰ Atual governador do DF, Agnelo Queiroz (PT).

com o Estado e a política em geral, sublinhando diferenças de gênero sempre que possível, isto é, sempre que estas diferenças tenham sido dignas de nota.

5.2.1 Cínicos versus céticos

Ao contrário do que se observa no discurso feminino, há um grupo de pessoas – em sua maioria, homens, que estou chamando de “cínicos”¹⁴¹, para quem a fala ao menos é vista como uma forma de gerar consensos intersubjetivos que asseguram algum grau de competência política, ainda que também estas pessoas não se considerem capazes de ações políticas ou nem considerem que a fala vá ter alguma consequência real. Nisso eles se assemelham aos portadores de uma postura cética, principalmente mulheres e classe popular.

De forma semelhante a Eliasoph, Dekker (2006) julga que o cinismo seja uma forma de chegar a um “consenso fácil” em discussões políticas e “uma saída para o estresse de ter ideais exagerados de política e envolvimento político”. Os cínicos se caracterizam, no caso desta pesquisa, por se julgarem melhor esclarecidos do que a média das pessoas. Assim como os céticos, eles não julgam que a ação coletiva ou mesmo individual em busca de objetivos comuns seja desejável ou possível pois descreem da possibilidade de mudança. Eles se distinguem dos céticos fundamentalmente por terem um senso de competência mais desenvolvido e, em decorrência disso, por se julgarem capazes de uma compreensão mais profunda e abrangente do que a maioria dos cidadãos, vistos por eles como condenados à ignorância, e uma consequente atitude negativa/pessimista perante a política. Como eles se julgam portadores de visões mais esclarecidas da política, a tendência é que eles não tenham vergonha de expor suas opiniões, denunciando os males que diagnosticam, sem no entanto, acreditar que o seu engajamento poderia provocar mudanças. Dekker (2006) atribui a difusão do cinismo à combinação entre o ideal de envolvimento político e a autoconfiança política. Em lugar de se fazer um esforço custoso de corresponder às expectativas de participação política, o distanciamento da política numa atitude cínica pode ser uma opção mais atrativa.

Também os cínicos se sentem impotentes diante da política, mas, ao menos, demonstram um senso maior de competência política, que lhes permite fazer da fala um instrumento para assegurar alguma percepção mútua de estar entre aqueles que não são enganados. O exemplo mais emblemático está nessas falas de dois jovens de classe

¹⁴¹ Em citação à própria Eliasoph (1997), que denomina de cínicos um de seus grupos, e diversos outros trabalhos, que também usam o termo “cínicos”, como o de Capella e Jamieson (1997) e o de Moisés (2005) para se referir à postura diante da política de grande parte dos cidadãos comuns.

média. *Paulo*: “Eu gosto muito desse assunto, o problema é que a gente sempre conversa, mas não adianta nada. *Ivo*: Não resolve, mas adianta porque a gente não vai ser idiota. *Paulo*: Melhora, abre o olho de quem não... A gente sempre conversa sobre religião, política, porque o povo fala: ‘Ah, religião e política não se discute’. Claro que se discute. Se não discutisse, pelo amor de Deus! A gente seria um bando de idiotas, votando errado e indo para a Universal (*Igreja Universal do Reino de Deus*)”. A conversa sobre política, para eles, preenche a função de distingui-los do “povo” que se deixa manipular tanto pelos políticos quanto por líderes religiosos. Há, portanto, um claro viés de classe no tipo de cinismo que estes dois jovens expressam. O tipo de refinamento político que eles consideram ter não se estende, segundo eles próprios, a todos os homens (que, para eles, costumam conversar sobre temas “mais sérios” que as mulheres), mas apenas a um grupo de elite do qual se consideram parte. *Ivo*: “A gente está falando pela gente, que é um grupo muito diferente do que a gente vê. *Paulo*: Eu me considero um cara fora dessa galera aí também, ainda bem. *Pergunta*: *Vocês acham que vocês são exceções?* *Ivo*: Muito. A regra é se reunir para tocar funk, para fazer festinha. (...) Lá em Samambaia, é se reunir para ver um lolozinho, se tiver, se drogar e fazer isso: funk”.

O cinismo também é expresso por homens que, mesmo evitando falar sobre política, consideram-se detentores de algum grau de conhecimento que lhes permite emitir suas opiniões quando instados a fazê-lo. Assim, ainda admitindo que preferem se manter distantes e incrédulos, ainda preservam algum senso de competência política, como no caso de Seu Mário, de Taguatinga: “Eu acompanho bastante, mas não comento, fico aqui comigo, mas, se precisar comentar, eu estou a par” e, relata, em outros momentos da entrevista, episódios em que chegou a conversar com vizinho e colegas de trabalho a respeito de suas convicções políticas: “Acho que isso não vai mudar nunca. É igual eu falo com os meninos (*seus colegas de trabalho*) aqui: Isso vai mudar no dia em que fizermos como os argentinos: ir para o Congresso e quebrar o pau e fechar aquilo lá”, e ainda: “Lá na M Norte (*setor de Taguatinga onde mora*), por exemplo, o Zé, que já mora lá há muito tempo, fala: você chega lá, é promessa, promessa, promessa, mas nunca sai. Então, aliás, com relação à política geral do Brasil, sou muito descrente”.

Essa descrença não o impede, num traço que é comum a outros homens (em maior medida) e mulheres, de expressar suas opiniões políticas e se dizerem competentes politicamente. Assim, mesmo quando não se sentem à vontade para responder “sim, tenho pleno entendimento da política”, há casos de homens cujas

respostas são indicativas de que o fariam caso a modéstia não os obrigasse a se refrear. Arnaldo, por exemplo, responde (quando perguntado se considera que entende bem os assuntos políticos): “Eu acho que não porque eu penso o contrário de todo mundo (*risos*). (...) Não sei se estou certo ou errado, mas eu tenho a consciência política muito diferente, sabe?” E conclui, após digredir sobre a precedência da reforma política sobre a tributária e a maioria penal: “Eu questiono muito as mentiras que se apregoam na sociedade”. Seu Ricardo, de classe média, insinua, em resposta à mesma questão: “Não sei. A julgar pelas respostas que eu te dei aqui, né ...”. E prossegue, exemplificando seu conhecimento político por meio de propostas e críticas que se destinam a mostrar que ele se crê mais esclarecido do que o “povão”, que “se deixa levar”. Também Fernando, jovem de classe média, diz que se sente “um marginal na política” por considerar-se distinto do “ser apolítico” – o brasileiro médio -, que “não luta mais pelo interesse comum, mas pelo interesse do próprio umbigo”. Por último, seu José, de Samambaia, se considera distinto das pessoas com quem convive: “Gente realista é muito complicado, né? Porque, muitas coisas nossas, muita gente não concorda, né? O povo não gosta de ouvir a verdade”.

Há, entre estes homens, uma preocupação em acumular um estoque de informações políticas que possa ser mobilizado quando necessário, que parece ser proveniente de um modelo de masculinidade que lhes demanda estar preparados para emitir sua opinião política – o que também explica sua satisfação ao expressar suas opiniões durante a entrevista. Esta pressão não parece se exercer de maneira tão forte sobre as mulheres, a julgar pela despreocupação maior com que dizem não se importar com o assunto. Outro indicador desse mesmo fenômeno consiste na maior desenvoltura, demonstrada pelos homens, ao serem interpelados, de surpresa, para a entrevista, a responder questões sobre suas opiniões políticas. Suas respostas são mais longas, assertivas e detalhadas que as femininas¹⁴².

Assim, ainda quando admitem a própria ignorância sobre assuntos políticos, eles atribuem esse déficit mais a fatores externos, tais como a manipulação política, do que a si próprios. Ter uma atitude cínica é, portanto, também uma maneira de demonstrar competência política, afirmando que não se é ludibriado, como faz Paulo: “O que é passado para a gente não é nada. Eu sei que eu posso não entender muito; entendo mais porque a gente tem internet, que a gente é mais livre para pesquisar. (...)”

¹⁴² É sintomático, por exemplo, que o tempo de duração médio das entrevistas masculinas, em relação aos quatro casais entrevistados, foi, em média, de 1 hora e 55 minutos e, no caso das femininas, foi de 1 hora e 4 minutos.

Agora, se a pessoa se basear só em televisão, no rádio, ela está lascada porque ali a notícia é totalmente manipulada. Mas eu acredito que eu entendo pouco em relação ao que eu teria que entender. Eles não querem que a gente entenda mesmo”. E, ainda, Fernando declara seu não entendimento, mas ressalva: “Sabe por que eu te falo que eu não entendo? Porque eu acho que a política é o ramo do conhecimento em que muda tudo. Existem duas ciências que mudam constantemente: a política e a geografia. (...) Então nesse ponto, eu sou meio socrático. Só sei que nada sei”. As respostas masculinas, qualquer que seja a classe, ainda quando denotam um desencantamento padrão em relação à política, procuram assinalar que esse desencanto é fruto de uma análise e uma experiência políticas que lhes autorizam a ter tal postura.

No entanto, esse cinismo tem, por vezes, também um componente de classe já indicado¹⁴³, que é manifestado majoritariamente por homens de classe média. Então, mesmo quem se considera vítima de uma conspiração com a finalidade de manter a ignorância generalizada se demonstra, ao mesmo tempo, aliviado por não pertencer ao grupo dos mais iludidos (porque mais ignorantes). O exemplo a seguir ilustra bem essa percepção de estar isento de manipulações políticas a que pessoas de classe social popular estariam entregues. *Paulo*: “O povo acredita muito no que vê na TV, né?” E Ivo complementa, afirmando que “o governo tem uma política muito medíocre com educação. Porque todo mundo é aprovado, já não se reprova mais em colégio público. (...) O cara é desinteressado, fuma maconha nos intervalos, cigarro também, bebida também, distribuidoras perto dos colégios, bares perto dos colégios, entendeu? Isso faz com que o aluno se desinteresse (...) Então, o professor não consegue dar aula de qualidade nunca num colégio como esse. No colégio particular, não. Sai do bolso do pai. Então, o pai acompanha”. Trata-se de um ataque não só ao “povo”, mas também às instituições públicas, que seriam geridas em nome de interesses políticos perversos. Em outras falas, teoria semelhante volta a ser enunciada por pessoas de mesmo perfil (homens de classe média), os quais julgam que os tomadores de decisão estariam empenhados em favorecer o setor privado em lugar do público, na versão de Arnaldo (“a grande verdade é que, se funcionassem (*os serviços públicos*), (...) deixaria de haver roubo e o colégio particular deixaria de ter tanto cliente quanto tem hoje, plano de saúde teria menos...)¹⁴⁴, ou que os políticos apenas fazem qualquer obra pública visando seu

¹⁴³ Eliasoph (1997: 630) também nota que os cínicos se julgam mais espertos do que “outros” e se empenham em reassegurar-se mutuamente de que não pertencem ao grupo dos inocentes e engabeláveis. No entanto, na análise da autora, os “outros” não têm uma marca de classe ou gênero.

¹⁴⁴ Arnaldo faz também a suposição de que Taguatinga Sul seria menos beneficiada pelo Governo do Distrito Federal por haver uma quantidade menor de empresários investindo lá: “Por que, hoje,

cálculo eleitoral junto ao povo, na versão de Ricardo (“Eles não tapam o buraco porque o buraco está atrapalhando; não, eles vão deixar o buraco lá até chegar na época e dizer: ‘Ó, eu fui lá e tampei o buraco’. Mas tem que ser naquela época, senão o povo esquece”). Há ainda a percepção de que os políticos não se submetem às leis porque podem comprar sua imunidade (Nas palavras de Ana: “E você ganha muito bem, você tem regalias, você pode ser abordado, numa blitz, faz o teste do bafômetro, é constatado que você bebeu e não acontece nada com você porque você é político, né?”). A legitimidade da política é reduzida porque se tem a noção de que ela constitui apenas um meio para a realização de práticas corruptas.

Esse cinismo que se manifesta na forma de um preconceito de classe também é acompanhado por um sentimento de impotência que se revela num argumento usado recorrentemente para justificar a própria inação: a de que um número pequeno de pessoas esclarecidas e bem-intencionadas – assim como um pequeno número de políticos honestos - nada pode fazer. O senso de impotência política que manifestam os cínicos – de se saberem uma minoria - é conjugado com um profundo senso de competência política, de acreditarem que conhecem verdades que são inacessíveis aos demais. O povo, visto por seu Mário como “muito pacífico, muito pacato, ganha uma Copa e esquece de tudo”, é incapaz de enxergar o que ele vê e fazer o que deveria; apenas “reclama, fala, xinga, mas não faz nada” – um comportamento que ele critica, comparando-o ao de sua mulher. Por julgar que sua visão iluminada é atributo de poucos (que, como eles, não têm influência política), concluem que é inevitável que a situação permaneça como está.

Há também uma mulher no grupo dos que expressam o cinismo de classe já mencionado. Ana, de classe média, é uma mulher cujas opiniões políticas se assemelham bastante à dos cínicos já citados, tanto no que se refere à visão preconceituosa sobre o povo quanto à percepção de que, dada a ignorância popular, nada há a ser feito por um punhado de “esclarecidos”: “Se fosse, realmente, um grupo grande, nós teríamos poder porque nós somos mais que eles (*os políticos*), aí o poder seria grande. Mas teria que ser uma revolução muito grande. E o povão não tem essa condição porque eles não têm o poder da educação, da informação. Ele ganhou uma camiseta, ganhou uma cesta básica, ganhou um lote, para ele está bom porque ele tem é que sobreviver, ele precisa de comida, ele precisa de roupa, ele precisa de um lugar para morar. Eu não preciso disso. Eu tenho esclarecimento político”. Também ela troca ideias

Taguatinga Sul é preterida em relação a Taguatinga Norte? Onde é o comércio de Taguatinga? Aqui, na Norte. Taguatinga Sul não tem comércio. (...) Então, por isso que anda esquecido”.

com “colegas” a respeito de suas “divagações” políticas (entre as quais a proposta de que o país fosse dividido em três), porém as julga inócuas porque “a gente não tem o poder, né?, uma turminha de cinco, seis não tem esse poder de decidir nada, de efetivar as coisas”.

O preconceito de classe se expressa não apenas na forma de um senso de superioridade de saber político, mas também na percepção de que a situação política estaria melhor se os detentores de menor conhecimento fossem restringidos em seus direitos políticos ou, ao menos, liberados de exercer o direito de voto. A fala de Ana é bastante ilustrativa dessa percepção classista (e racista): “Porque índio vota, o camarada que é alcoólatra vota, o drogado vota, o menino que tem 16 anos vota - é facultativo para ele, mas ele vai lá votar -, o senhor que tem 80 anos, que não precisa votar, vai lá e vota, porque a dona de casa que ganhou um lote, lá na QNR, vai lá e vota, porque as pessoas que não sabem votar votam. Então, eu acho que (*o voto*) tinha que ser facultativo”. E de forma menos explícita, Gilberto, senhor de classe média, expressa visão semelhante: “Se não fosse obrigatório, aí é que eu votaria mesmo. Porque muitas pessoas não gostam desse assunto – política - , não têm essa noção do que é o significado do voto dele, acham que é (*como*) votar na rainha Miss Universo, na “miss” da cidade. Eu acho que essa pessoa deixaria de votar e aí a gente conseguiria fazer um quadro diferenciado, entendeu?”

Os cínicos, portanto, não demonstram o mesmo compromisso com o “ideal de uma república democrática, uma crença no princípio da cidadania responsável e participativa” que Eliasoph (1997: 631) atribui ao grupo que estudou e que, segundo ela, a literatura de cultura política alega haver nos Estados Unidos. Para a autora, o negativismo e a raiva dos cínicos representam uma denúncia de que o sistema nem sempre funciona de forma democrática e, ao mesmo tempo, uma reafirmação deste ideal, do qual se julgam portadores. Em contraposição, na medida em que as críticas feitas pelos cínicos brasileiros se voltam não apenas contra o sistema político, mas também contra os cidadãos de classe popular – “o povo” ou “o povão”- e outros grupos marginalizados, eles demonstram não ter qualquer compromisso com ideais democráticos participativos.

O cinismo manifestado por entrevistado/as de classe média é, em alguns casos, acentuado também por uma percepção de que, por não utilizar serviços públicos, estariam menos vulneráveis à arbitrariedade da esfera política. Este tipo de cinismo é, portanto, um luxo que apenas poucos podem alimentar - aqueles que julgam estar além do campo político embora se julguem competentes politicamente, uma competência que

advem da capacidade de enxergar o que os mais pobres não veem. Mais uma vez, o discurso de Paulo e Ivo, dois jovens de classe média e alta escolaridade, é emblemático dessa postura. *Ivo*: “Sabe por que a política não tem tanta importância na nossa vida? Graças aos nossos pais. Porque se a gente dependesse de auxílio, saúde pública, como muita gente depende... Só que, geralmente, a pessoa que depende muito cai na lábia dos políticos. Aí começa a bola de neve. *Paulo*: Porque o que o político dá conta de fazer é um exame que a pessoa está precisando: ‘ah, eu vou votar nele, ele salvou minha vida’. E está certo porque ninguém mais faz nada por ele. Então, se um fez, não interessa o motivo, vira questão de sobrevivência: ‘vou votar nele agora porque ele está me ajudando agora’. Não gosta dele porque acha que o trabalho dele é interessante, mas sim porque é manipulado”.

Por motivos inversos, entrevistados de classe popular, que se sabem reféns dos serviços públicos e vulneráveis aos desmandos políticos, se consideram também alijados da política porque não creem possível sua intervenção numa esfera que não lhes pertence. O que perpassa o discurso destas pessoas é um tipo de ceticismo de quem se considera desamparado pelo Estado e incrédulo em soluções advindas da esfera pública. Um desamparo de quem sabe que não tem alternativas de saída como os ricos, os quais podem recorrer a serviços privados, mas também não manifesta esperança em que sua situação seja substancialmente melhorada nem crê ou se sente forte o bastante para utilizar o mecanismo da voz¹⁴⁵, isto é, não nutre expectativas de que a mobilização popular seja capaz de produzir efeitos.

5.2.2 Céticos e sua relação com a política

Williams (1998: 136) argumenta que a exclusão permanente de qualquer grupo afeta a sua capacidade de confiar no governo ou, de forma mais ampla, na política institucional como um todo. Este ceticismo de classe popular se expressa por meio de uma descrença generalizada, reforçada pelo acúmulo de experiências frustrantes e ainda pela falta de conhecimento do que se passa no campo político. Assim, o que lhes resta é buscar uma atuação mais satisfatória em outros campos, em que é possível ter um senso de competência inatingível em termos políticos.

Há pessoas que não articulam um vínculo entre o campo macropolítico e sua vida cotidiana porque a política institucional lhes parece muito distante e/ou porque a necessidade de ganhar a vida sempre se impõe com muita força, retirando-lhes o espaço mental para preocupações menos imediatas (como para D. Márcia, de Taguatinga, que

¹⁴⁵ Faço referência aqui aos termos usados por Hirschman em “Saída, voz e lealdade” (1973).

diz que sua vida continuou a mesma após o fim do regime militar “porque eu sempre trabalhei, né? Particular”). Nesse sentido, Seu Jonas, de Samambaia, expressa de forma bastante acabada uma visão do lugar reduzido que a política ocupa em sua vida: “A classe baixa, igual a mim mesmo, não conhece muito político, só conhece a firma que o patrão trabalha, a casa e pronto. E ganhar o dinheiro e pagar os impostos e... Então, por isso que eu acho que eu não sei bem se minha sobrevivência depende muito de política, mas, se não trabalha, não come, né? Pois é, então, para mim, hoje, político... (*balança a cabeça negativamente*)”.

A postura de não alimentar esperanças em relação à esfera pública se reflete na repetição discursiva de que é inútil tentar qualquer ação política, inclusive o voto, quando saídas políticas parecem inacessíveis e questões individuais mais prementes urgem. Embora pessoas de classe popular não tenham a opção de comprar sua independência da política como fazem os mais ricos, elas fazem questão de afirmar que não estão à espera de serem salvos por políticos em que não confiam. Assim, Wiliam afirma: “Acaba sendo até uma perda de tempo você ficar se preocupando com política porque nunca resolve nada. A gente está, como no ditado popular, ‘na lei da selva’. Você faz sua parte, você corre atrás do que você quer para você, e o seu próximo, você acaba deixando ao léu. (...) Então, se preocupar com a política não vai adiantar nada, (...) ninguém resolve nada, é sempre do mesmo jeito. Entra político e sai político e está da mesma forma, não muda”. E D. Cleide, de Samambaia, reforça o ceticismo: “Eles só aparecem na época da eleição, filha. Só promessa, é como eu estou te falando, só tem promessas. Fala que vai fazer isso, isso, isso e, no final, não faz nada. Só tem promessa. Então, eu não espero mais nada deles, não”. E D. Eunice, de Samambaia, ressalta também sua falta de credibilidade: “Não, eu não tenho ido não (*à administração da cidade*). Se trata de política, esses políticos não resolvem nada”.

Ao lidar com políticos, as pessoas se sentem envolvidas numa transação assimétrica – tal como na relação trabalhista, em que representam a parte mais fraca porque dotada de menos poder e informação. Porém, a transação política se notabiliza pelo fato de que os políticos são considerados pessoas não dotadas do mesmo senso de honra – daí a recusa em depositar neles a confiança e a lealdade de outras relações¹⁴⁶. Como afirma Sarti (2009: 107), “as qualidades morais são o parâmetro a partir do qual

¹⁴⁶ Não se está argumentando que as pessoas de classe popular confiem nos patrões, mas que a relação que estabelecem com estes comporta menos incerteza que a estabelecida com políticos. A existência de um sindicato dos rodoviários, por exemplo, tranquiliza seu Jonas porque consiste num “representante mais forte” diante dos patrões. Pode-se cobrar destes mais do que dos políticos, que não cumprem as promessas.

se avaliam as pessoas, dentro de uma escala de valores que não tem relação com a posição que essas pessoas ocupam na ordem social”. Isso vale também para os políticos, que os pobres enquadrariam, a despeito de reconhecerem as hierarquias sociais, no mesmo sistema valorativo que utilizam em suas relações cotidianas. Se a honra é compreendida como o cumprimento da parte assignada a cada um numa relação estendida e “permanente, em que se dá, se recebe e se retribui, através de contínuas relações de obrigação moral” (Sarti, 2009:111), os políticos se distinguem por não fazer jus à palavra que empenham (na forma de promessas não cumpridas), isto é, por serem partes não confiáveis na relação que empreendem com os eleitores. Trata-se de uma tradução para o mundo da política da lógica que empregam em sua relação de trabalho, em que recebem ou esperam receber salário e respeito em troca do trabalho que proveem.

D. Cleide, de Samambaia, explica os termos em que é feita esta relação eleitoral com os políticos, à qual diz ter renunciado (em favor de um voto mais orientado por preocupações relacionadas ao benefício “da cidade”): “Eles vêm e fazem promessas, principalmente, de emprego. (...) ‘Ó, se eu ganhar, pode ter certeza que eu vou te dar um emprego. Pode ter certeza que eu vou fazer isso, isso e isso’. E a pessoa vai e vota, confiando naquilo. (...) E não acontece nada. É por isso que eu não vou por esse lado. *Pergunta: A senhora vai por qual lado?* D. Cleide: Eu vou, assim, pelo lado da cidade mesmo”. Michele, de classe popular, afirma que “não votaria, não, porque não adianta. A gente vota, vota, eles mentem até dizer chega para a gente, depois não fazem nada que preste. Eu não votaria, não. Voto porque é o jeito mesmo”. D. Miriam, de Samambaia, afirma: “Eu gosto de vê-los falar as mentiras deles. Até porque a gente já conhece. Que político, o nome já diz: é político¹⁴⁷”. *Pergunta: Quando a senhora fala que político o nome já diz, o que a senhora quer dizer?* D. Miriam: É porque política é uma política. Então, o que os deputados vem e falam para a gente é só mentira. Eles não cumprem a palavra sobre nada do que falam. É por isso que eu falo que política já é política”.

A existência de uma oposição clara entre “nós” e “eles” sinaliza não apenas a consciência de pertencer a um grupo apartado dos políticos, mas também de se saber usado por este grupo de poderosos, que jogam com a boa fé dos eleitores. Mais uma vez, D. Cleide expõe em termos simples e explícitos a avaliação que faz do

¹⁴⁷ A fala de D. Miriam - “político é político” - indica que ela julga haver, como postula Bourdieu (2011: 198), uma série de “pressupostos tácitos” a respeito do comportamento dos políticos e da política que nem precisam ser explicitados porque já se intui apenas ao mencionar o nome.

comportamento “deles”: “A maioria mente. Tudo picareta e ladrão. Estão puxando a sardinha para o lado deles e nós ficamos para trás”. Seu Jonas, de Samambaia, expressa de forma veemente (não sem receios sobre o que pode advir de sua confissão, que indica também o medo de ser alvo da retaliação de políticos dotados de poderes que ele sabe não ter) o desapontamento que sente em relação aos políticos e seu jeito desonesto de agir: “Eles sempre falam, o negócio deles é: ‘vamos ajudar, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo’. Que eles não sabem dizer ‘não’, político não diz não para você, só diz: ‘Não, pode deixar que...’ Mas... *Pergunta: Mas é mentira?* Seu Jonas: Mas é, mas é. Isso está gravado aí. Pode falar para eles que eles não falam direitinho, para nós, a verdade, não”. Seu Jonas, que se descreve como pessoa de “classe baixa” e considera este um grupo oposto ao dos políticos, parece julgar que haja uma comunhão de interesses entre os políticos que os leva a comportar-se de semelhante modo quando em interação com o povo¹⁴⁸. Em seus termos, trata-se de uma oposição de classes sociais, que também lhe permite generalizar sobre o comportamento de pessoas de sua própria classe. D. Eunice faz o mesmo ao falar com amargura sobre a desigualdade social, que considera efeito da irresponsabilidade dos políticos: “A gente não é obrigado a trabalhar para eles encherem a barriga e a gente passar fome. Não é obrigado a manter um país, trabalhando feito condenados, como todo mundo trabalha, e eles ganharem rios de dinheiro e a gente ganhar um salário de R\$ 622. Eu acho isso uma desigualdade muito feia, muito feia! Isso é uma desonestidade daquela que você enfia a agulha devagarinho, para não doer, mas dói porque é uma agulha. Então, eu acho que não adianta um ganhar milhões e você achar que não dói em você, que dói. Pode até dar R\$ 622 em troca da sobrevivência dele, para manter ele vivo, para ele votar no outro ano, mas é ruim, é desonesto. Então, a desigualdade no nosso país ainda é uma das coisas que deixam as pessoas da classe média, pobre mesmo, muito desacreditadas de viver. (...) Eles mantêm a gente numa rédea, para te manter sem estrutura, sem cultura, sem sabedoria, para mantê-los roubando da forma que anda, aí, o mundo. É no desconhecimento total. A gente, às vezes, reclama, mas deveria ficar calado, porque quem tem que reclamar é quem tem sabedoria muita para poder ir em cima e desmanchar o que está feito de errado. Se nós não temos o poder, então, não temos nem o direito de reclamar. Não tem nem sabedoria, não tem o direito de reclamar, tem que ficar calado¹⁴⁹”.

¹⁴⁸ O fato de que políticos são considerados todos iguais permite que se faça essa distinção: nós versus eles. No entanto, a política é também percebida como fonte de conflitos. Embora se resguardem contra políticos e os considerem não confiáveis, a política ainda permanece capaz de mobilizar adesões emotivas. A política mexe com crenças, esperanças, sentimentos e gera decepções. A aparente indiferença é a reação de quem quer se proteger contra divisões e turbulências.

¹⁴⁹ Essa fala traduz bem o sentimento de autoexclusão que menciona Miguel (2011: 197): “Os excluídos

Encontram-se vários percalços no processo de aplicar à política a mesma lógica que se emprega atuando em outros contextos, como os desabafos acima indicam. Os termos da política deixam os eleitores em situação de maior desvantagem porque o voto – único recurso do cidadão - é dado a fundo perdido¹⁵⁰ e o eleitor só tem a chance de dar o troco, retirando o apoio ao político desonrado após quatro anos, ao contrário do que ocorre numa relação de trabalho ou de cooperação com um vizinho/parente, por exemplo. Alguns anseiam por este momento, como D. Cleide: “Ele (*refere-se a político em campanha que lhe pediu voto pessoalmente*) chegou aqui, fez promessas e eu falei assim: ‘Pois é, o senhor está prometendo, eu quero ver daqui a quatro anos se o senhor vem aqui, se o senhor vai fazer a mesma coisa ou se o senhor não vai fazer nada’. (...) Estou pagando pra ver. (...) Daqui a quatro anos, ele vem aqui de novo e eu vou jogar na cara dele a mesma coisa”. Seu Jonas, que tentou, sem sucesso, contato com o administrador de Samambaia, declara que está esperando que ele volte à sua casa novamente para pedir votos, na próxima campanha eleitoral: “Eu vou esperar ele lá em casa. Eu tenho certeza. *Pergunta: Ele vai passar aqui para pedir voto?* Seu Jonas: Vai. Ah, ele vai! *Pergunta: E o senhor vai fazer o quê?* Seu Jonas: “Eu vou dizer para ele que vou votar. ‘Pode ficar tranquilo porque meu voto está tranquilo’. (*risos*)”.

A desilusão relativa aos políticos é decorrente de uma experiência repetida de relações em que se observa que um dos lados não cumpre o que promete. Como a/o eleitor/a tem meios para checar pessoalmente (no benefício que não recebe ou no posto de saúde em que não é bem atendido ou na obra pública que não é construída) ou virtualmente (pela mídia)¹⁵¹ o não cumprimento do que foi acordado, ela/e retira sua confiança de uma relação de má fé. Gabriela afirma que sua mãe procurou um deputado “para que ele pudesse pagar essa cirurgia para minha irmã”, sem nada conseguir, assim como D. Luzia, que conta ter trabalhado na campanha de um candidato a deputado que lhe prometera emprego. Não há, no entanto, arrependimento ou autocensura em seus relatos e, a despeito do insucesso de sua mãe, Gabriela afirma que, caso necessário novamente, “procuraria porque eles têm mais facilidade. Eles conhecem mais, têm mais

da política tendem a excluir a si mesmos, introjetando o sentimento de incompetência e conformando-se em calar ou ser falados por outrem”.

¹⁵⁰ Barreira (1998: 43) fala de uma “defasagem” entre o momento do voto e o momento da ação do representante que imporia “distâncias entre as esferas social e política”.

¹⁵¹ Miguel (2010: 226) afirma que, na explicação da “espiral do cinismo” para a descrença crescente do público nos políticos, a mídia é a principal responsável por “difundir uma imagem negativa dos agentes da esfera pública”, o que deixa em segundo plano a experiência pessoal dos atores políticos. No entanto, dado que o eleitor pauta sua relação com os políticos não apenas na imagem que a mídia difunde deles, mas também no sistema de trocas contínuas em que consistem suas relações, interessa-lhe sobretudo que sejam concretizadas as promessas que lhes afetam diretamente.

acesso. Podem ajudar uma pessoa. Eu procuraria, sim, se estivesse precisando”. A falta de credibilidade nas instituições, aliada à inefetividade dos serviços públicos, torna sedutora a possibilidade de recorrer a “intercessores”, no termo de Miguel (2012: 39), que possam facilitar o acesso a benefícios.

Esse comportamento, porém, não se restringe a pessoas de classe popular. Há vários relatos frustrados também de pessoas de classe média que dizem haver solicitado ou recebido a promessa de favores. Mário procurou uma vereadora em sua cidade natal, sua parente, para ajudar uma sobrinha que não fora nomeada num concurso, Ana foi em busca do Secretário de Educação e de deputados para conseguir recursos para um projeto extracurricular com mães da escola em que trabalha, Ricardo pediu que algum político transferisse sua esposa, enfermeira da rede pública, para um posto de saúde próximo à sua casa e Elisabete trabalhou na campanha de Tadeu Filipelli¹⁵², porém deixa claro que “não, eu não trabalhei para ter o emprego. Troca. Não foi. Eu já iria, realmente, votar nele. Todo mundo que eu votei que só ajudou a acabar com Brasília. Mas, aí, sim, eu tive contato de ir lá pedir um emprego porque eu estava desempregada, mas não obtive êxito nenhum”. Ao contrário do que predomina nos depoimentos de pessoas de classe popular, os relatos da classe média estão permeados de defesas e justificativas para atos que os próprios entrevistados consideram não tão legítimos, como no caso de Ricardo: “Eu fui pedir ajuda, assim, apoio, né? Compreensão - não digo ajuda -, compreensão do político para ver se conseguiria transferi-la para cá (...) A gente está tentando nos meios normais, mas a gente buscou esse recurso porque é uma necessidade nossa. Até para a Secretaria é bom porque ela não vai pagar transporte (...), enfim, só têm a ganhar os dois lados”. Mário também se defende, alegando que suas demandas não se equiparam a práticas que considera nocivas: “Você promete e na hora que você precisa... Não que você vote em troca de favor, mas, pô!, custa fazer uma carta, dar um telefonema, uma recomendação?” Também as pessoas de classe média desejam que os políticos subvertam os procedimentos previstos legalmente para favorecê-las. A descrença nas instituições leva pessoas de todos os estratos a buscar favores pessoais, tentar acelerar processos, cortar caminhos e a louvar políticos que usam seu poder para tomar decisões que beneficiam determinados grupos/pessoas ainda que em detrimento da legalidade.

A experiência pessoal aparece frequentemente como “quadro de referência”

¹⁵² Atual vice-governador do DF e filiado ao PMDB. Já exerceu mandatos de deputado distrital e federal e participou do governo Roriz entre 1999 e 2003. Em 2009, rompeu com o ex-governador Roriz e aliou-se ao PT-DF ao lançar sua candidatura a vice -governador.

utilizado por eleitores para a avaliação do desempenho de políticos. A menção à falta de mudanças em seu entorno, com a lembrança de alguma promessa relativa à sua região de moradia ou a insatisfação com alguma obra que não atendeu às expectativas¹⁵³, surge espontaneamente no discurso ou em resposta ao questionamento sobre sua satisfação com a atual gestão, como exemplo da conduta desonesta de governantes. D. Renata, por exemplo, relata a decepção que sofreu com o retorno do PT ao governo do Distrito Federal¹⁵⁴ porque conhecidos seus, para quem ela chegou a fazer campanha, haviam prometido ajudá-la caso se elessem e o resultado foi que “particularmente, não tive benefício algum. Procurei quando ganharam, depois ainda comentei de novo e está aí até hoje. É como eu estou te falando, eu não vi benefício no coletivo e vi que nem nas amizades, nem nas pessoas mais próximas de mim também, eu tive retorno. Então, para mim, decepcionou muito”. Ela conta ainda não ter visto “nada de diferente” na sua vida (“Tem que pagar plano de saúde, continuo tendo que pagar a escola do meu filho. Então, assim, nada mudou até agora) e na de conhecidos: “Eu vejo pessoas amigas minhas, que têm precisado e também não têm conseguido. Alguns, eu vejo falar que conseguem, aí depende da sorte”. Essa observação direta do que considera que deveria ter sido melhorado em decorrência da eleição de um novo governador, de quem “esperava bem mais” é o que pauta sua avaliação, ainda mais porque ela afirma não ter tempo para rádio, televisão ou internet. Outras pessoas fazem raciocínios semelhantes. Seu Gilberto, ao ser perguntado sobre sua opinião quanto ao governo de Dilma, responde: “Olha, aqui para Brasília, até agora, não deu para sentir muita coisa, não. Acho que ela fica muito, lá, na superfície, e, até agora, não vi resultado nenhum aqui”. Michele e Wiliam, de Samambaia, fazem menção à promessa do governador de melhorar a saúde pública e Wiliam critica, explicitamente, a UPA – Unidade de Pronto Atendimento – próxima à sua casa, porém sua experiência pessoal lhes indica que tal promessa não foi cumprida (Michele: “Eu não estou vendo nada de melhor, não estou vendo nada melhor. Então, já nem acredito”). Outras tantas pessoas reclamam da reforma do estádio Mané Garrincha para a Copa em detrimento de outros investimentos.

Também é interessante constatar a referência repetida a melhorias feitas por Lula

¹⁵³ Em Samambaia, houve várias reclamações contra uma praça que fora recentemente reformada, porém de forma que o resultado desagradou aos moradores, que viram nessa reforma mal feita e negligente um sinal de descaso e humilhação a eles.

¹⁵⁴ Desde que foram retomadas as eleições para governador do DF, em 1991, o PT havia eleito governador (atual senador Cristovam Buarque) apenas por um período – de 1995 a 1999. Joaquim Roriz governou o DF nos períodos de 1988 a 1990 (governador nomeado) e entre 1991 a 1995 e 1999 a 2006, como governador eleito.

nos lugares de origem dos entrevistados, mais do que no Distrito Federal. Seu Jonas, de Samambaia, e D. Maria, de Taguatinga, por exemplo, consideram que Lula beneficiou, principalmente, o Nordeste, terra dos pais dos entrevistados, para onde retornam periodicamente, e onde podem ver pessoalmente as benfeitorias creditadas a Lula e, no caso de D. Maria, também a Dilma. Seu Jonas conta que “lá no Piauí, Ave Maria!, ali o Lula é Deus! Não é jeito de dizer, não, porque eu vou lá direto. A terra de minha mãe mais meu pai fica a, mais ou menos, cinco quilômetros de onde tem energia. E o cara puxou uma luz de lá, botou um posto lá na porta do meu pai¹⁵⁵”. D. Maria, de Taguatinga, pensa de forma semelhante: “Por Brasília não foi tanto, mas na região do Goiás, na região do Nordeste, foi muita coisa (*que Lula fez*)”.

Outra característica específica da política, também sublinhada pelas falas acima, é a inacessibilidade dos políticos. Desperta desconfiança o fato de que os políticos só aparecem em campanha e somem em seguida¹⁵⁶. Aqueles que se aproximam em época de campanha são os mesmos que viram as costas quando procurados após a eleição, o que torna a decepção ainda maior. O momento da campanha, em que o princípio da soberania popular é reafirmado, com todo o simbolismo de um gesto em que os “poderosos” saem de seus gabinetes e vão às periferias para pedir voto, se traveste logo em seguida do reverso disso, em que tudo volta a seus lugares e o cidadão fica sem voz novamente. No tempo da campanha, a política é praticada também fora do gabinete, em espaços mais próximos do público. Após isso, volta o tempo do “esquecimento” e do “segredo”¹⁵⁷ e os vínculos estabelecidos entre eleitores e políticos se perdem. Seu Jonas expressa bem esse sentimento de abandono pós campanha: “Lá no Nordeste, eu cansei de ver os vereadores dentro das casas do povo, casas que eram só umas palhinhas assim. Vereador estava lá até o dia de ganhar política. Depois que ganhava a política, nunca mais pisava lá nem falava com nenhum coitado daqueles. Então, essa política errada não

¹⁵⁵ Seu Jonas tem também a percepção de que os benefícios implementados por Lula são tão relevantes que o absolvem de denúncias que lhe são feitas: “E o pessoal lá do interior todinho está com a vida beleza, mesmo. Então, não é? Pois é, se ele roubou para lá... Mas eu mesmo, né?” O mesmo raciocínio é feito por Michele: “O Arruda também, por mais que tenha acontecido aquilo tudo, na época que ele estava no governo, ele fez um trabalho bem feito, né? Melhorou muita coisa”.

¹⁵⁶ Essa percepção de mudança entre a época da política e a vida cotidiana é acirrada pelo fato de que Samambaia é uma região muito assediada por políticos em campanha, de acordo com os moradores. D. Cleide relata que “na época de política, tu podes vir aqui, andar aqui, que é um atrás do outro”. D. Miriam confirma: “Quantos aparecem fazendo promessa! Se ganhar, vai fazer isso, vai fazer aquilo, vai melhorar para nós e, passou a política, ninguém vê”. Reuniões em casa de vizinhos, com café da manhã e lanche da tarde, são também bastante mencionadas.

¹⁵⁷ Barreira (1998: 50) faz menção ao “segredo”, analisado por Bourdieu (1989), relativo à delegação de poderes e ao “esquecimento” da democracia participativa em nível local, que as campanhas eleitorais reviveriam.

é de hoje, não, é desde o começo”. D. Miriam, sua esposa, reclama sobre o administrador de Samambaia: “Nunca nem ouvi falar que ele veio aqui. Vinha na política. Agora, não”. E em outro momento, ela afirma que todo político “ganhou a eleição, virou as costas”.

Eleitores de classe popular afirmam só ter acesso à face mais cordata e receptiva dos políticos quando estes têm algo a ganhar junto ao povo. Uma vez eleitos, a faceta muda. Michele, de Samambaia, por exemplo, afirma que políticos só ouvem as pessoas quando estão em busca de voto, deixando claro seu ressentimento contra a conduta oportunista dos políticos: “Quando estão querendo voto, sim; quando não, tem muitas vezes que a gente vai atrás, eles nem querem ouvir, nem querem escutar a gente. Eu acho (*que eles nos ouvem*) só quando estão querendo voto mesmo”. D. Eunice reforça a ideia de que “todos os políticos, depois que ganham, mudam. Já não nos conhecem mais¹⁵⁸”. Trata-se de um ritual cíclico, cujas práticas já são conhecidas. Durante a campanha, a política é feita de modo a agradar ao eleitor (nem sempre de forma convincente), como indica D. Miriam: “Todo mundo sabe que eles vêm para pedir voto, então eles têm que vir sorrindo, abraçam qualquer pessoa, nada está errado. Depois que passou a política, acabou aquilo”.

A distância que separa políticos e eleitores é vista como um dos principais fatores a prevenir que os primeiros realizem o propósito mesmo do cargo para o qual foram eleitos, que é “a de fazer algo pelo povo” (Miranda, 1999: 82). D. Miriam, de Samambaia, expressa sua contrariedade com um sistema político que separa aqueles que poderiam fornecer ajuda dos que necessitam dela: “O que eu penso é assim: no caso de eu precisar de uma ajuda aqui, eu vou pensar ‘ah, quem poderia me ajudar é um deputado’. Mas como que eu vou falar com esse deputado? Não tem como falar. Então, é isso. É uma coisa que falta, né? Deveria não ser assim”. Essa mesma desesperança no contato com políticos é expressa por Jeremias, jovem de classe popular, para quem não se “consegue nada do governo. Até para você chegar num político é complicado, é muita canseira. Então, eu acho que não vale a pena, não”. A percepção de inacessibilidade dos políticos é reiterada por Camila, de Taguatinga, que a articula com a falta de representatividade dos políticos eleitos: “Você não tem muito contato com as pessoas que estão lá, que dizem que estão representando, eu acho. Por isso que eu não tenho muita fé. Se eu precisar falar com um deputado e for atrás, eu acho que não se

¹⁵⁸ Ela diz isso, pensando especificamente em Lula, que ela afirma ter conhecido quando trabalhava como cozinheira num restaurante simples, frequentado por ele há 22 anos, porém generaliza para todos os políticos. Mantém, no entanto, a esperança de reencontrar Lula algum dia, “quando terminar a política”, e perguntar-lhe se se lembra dela.

consegue. Você fala com assessor do assessor do assessor, mas a pessoa mesma você não consegue falar. E, teoricamente, estão representando o povo, né? Mas eu acho muito distante, não é muito acessível, não”.

Os eleitores valorizam o conhecimento e contato pessoal, que a política, como praticada no modelo de representação em que a “consulta” ao eleitor é feita apenas nos momentos eleitorais ou via pesquisas de opinião pública que não promovem o contato entre representantes e representados, não favorece. Se as pessoas de segmentos populares estão continuamente engajadas num sistema de obrigações morais com conhecidos (notadamente íntimos, familiares), é compreensível que elas recorram ao mesmo mecanismo para transitar em outras esferas, mesmo num mundo hostil, como o da política. Como argumenta Miranda (1999: 80), que estudou o comportamento político de segmentos populares em Fortaleza nas eleições presidenciais de 1994, a confiança é reforçada quando o candidato parece genuinamente interessado em aproximar-se do povo. Não apenas a proximidade física, desde que pareça sincera, é valorizada, mas também o interesse genuíno em compreender as necessidades da população, o que se faz preferencialmente pela observação direta dos problemas e pela escuta daqueles que os sofrem. Se a política consiste em dar e receber benefícios coletivos ou individuais, é preciso que os políticos saibam quais os benefícios necessários, porém se considera que a população pobre tem poucos meios de fazer chegar suas demandas aos seus supostos representantes. Em especial, pessoas de classe popular se sentem desamparadas porque consideram que os políticos em geral negligenciam as áreas periféricas da cidade. D. Cleide reclama sobre ambos os aspectos, que observa no comportamento dos políticos: “Quando vêm aqui, em tempo de política, é carregados de segurança e auxílio para ajudar. Porque nós não podemos chegar perto”. E acrescenta, em outro momento: “Ele (*Osnir, político em campanha que foi pedir votos em seu bairro*) nunca vem a Samambaia, ele não sabe nem o que está se passando em Samambaia, a maioria deles não sabe o que se passa aqui, como é a nossa convivência, do que nós estamos precisando, o que está faltando na cidade. Então, quando eles vêm e falam, você já sabe que não é verdade. Quando eles prometem mundos e fundos, minha filha, não acredite não, porque é mentira! Porque eles não sabem o que a cidade está passando”¹⁵⁹.

Alguns dos que reclamam da falta de contato com políticos relembram, com saudades, de como a política era praticada em seus lugares de origem. Seu Mário

¹⁵⁹ Essas falas expressam um desejo de identidade com a/o representante política/o que candidatos devem esforçar-se por adquirir. Como argumenta Miguel (2011), há ao mesmo tempo uma demanda por identidade e distinção na representação política que torna o discurso político ambíguo.

argumenta: “Você já viu político na rua aqui? A não ser em campanha. Fora isso, não se vê, não se encontra. Pelo menos, lá no interior, você ainda tem o costume de cruzar com ele na rua, conversar, trocar uma ideia. Você ainda é atendido, mas aqui...” D. Miriam também tem uma visão positiva de como a proximidade com os políticos facilitava o acesso à ajuda: “Eu nunca votei no Piauí porque meus documentos são daqui. Mas lá, como é uma cidade pequena, se a pessoa que precisasse fosse pedir ajuda, ele ajudava numa boa. Então, eu acho que é mais conhecido, é mais fácil de você conseguir coisa lá”.

A impossibilidade de contato entre representantes e eleitores é uma das principais falhas do sistema político representativo na visão dos entrevistados, principalmente de classe popular, e o desejo de que este sistema fosse mais permeável às suas demandas está entre suas principais aspirações políticas. Alan, entrevistado ainda na fase de piloto da pesquisa, é bastante enfático sobre este ponto: “Todos eles que ganham votos daqui não abandonassem a gente não, viessem uma vez por mês, uma vez por ano. São quatro anos o mandato deles. Vem uma vez por ano, não vou nem pedir uma vez por mês, não, para ver o que eles fizeram nos projetos deles, se está andando o que eles prometeram, se está valorizando o voto que eles receberam. Que só pela boca do assessor ou pela boca do administrador: ‘Está funcionando’. Tudo bem, está funcionando. Mas melhor é ir lá ver mesmo: ‘Ah, valeu a minha candidatura lá. Valeu eu ir lá e prometer para aquele povo lá, não só ficar no gabinete’. (...) Ele trabalhou, ganhos nos votos e trouxe a assessoria dele toda para levar as informações para ele. Ótimo. Mas como ele teve o contato mão a mão, pegou na mão de todo mundo... Por que ele não faz isso uma vez por mês, uma vez por ano? O corpo a corpo. Eu acho que seria mais válido”. A ideia de ter um político fiel aos interesses da cidade pela qual se elegeram sobressai em seu discurso, assim como no de Seu José, que lamenta: “Samambaia teria condições, numa eleição, de eleger três distritais e um federal. Mas nós não temos nenhum representante dentro da Câmara”.

A fala de D. Miriam, citada acima – “quem poderia me ajudar é um deputado” – é uma das mais emblemáticas do poder que populares atribuem aos políticos de resolverem as questões que os afligem ou de prover a ajuda de que necessitam (a despeito da descrença que muitos têm em que esse poder seja de fato utilizado a seu favor). Os entrevistados que reclamam da inacessibilidade dos políticos o fazem porque têm uma visão da representação política que segue as linhas propostas por Miguel (2012: 32), ou seja, a de que os representantes têm “acesso a bens controlados pelo Estado”, que necessitariam ser repassados a quem deles necessita, numa relação de

“proteção”, porque marcada pelo poder que caracteriza os políticos (em oposição à “classe baixa”, nos termos de seu Jonas), porém, também, de reciprocidade moral, como já argumentado. Em alguns casos, como no de D. Miriam, de Alan e de outros -, manifesta-se a esperança de que esta representação poderia, de fato, se realizar caso houvesse a possibilidade de contato entre representantes e representados, ou seja, caso a comunicação destas necessidades fosse possível. As cartas remetidas por populares a políticos e analisadas por Miguel são um mecanismo utilizado por pessoas comuns para reivindicar o cumprimento da “função protetora”, que consiste em ouvir e atender às necessidades do público. No entanto, como indica o autor, estes remetentes parecem estar um passo além, tanto em termos de otimismo quanto de articulação de meios de contato com políticos. Pessoas de classe popular se veem impossibilitadas de acessar seus representantes e, mais do que isso, descreem que os políticos tenham a boa fé de fazer o que deveriam tendo em vista o comportamento oportunista que assumem a cada eleição.

O voto é entendido como um ato de empenho de confiança – algo caro e difícil de ser conquistado. Assim, o ideal seria votar em quem já provou ser confiável, o que é considerado cada vez mais difícil (dadas as decepções de eleições passadas¹⁶⁰). Assim, Seu Ricardo, de classe média, expressa uma visão sobre o voto que é confirmada por outras pessoas: “Tem que votar. De preferência em quem você conhece, teve contato, sentou ao seu lado, na mesa. Eu não vou votar em político desconhecido”. D. Sônia, de classe média, também expressa suas dificuldades de lidar com um campo em que se é obrigado a fazer escolhas sobre pessoas que não se conhece: “Ele (*seu marido*) diz que eu tenho que escolher o candidato. Eu: ‘Como que eu vou escolher candidato se eu não conheço ele?’ Ele: ‘Mas você tem que procurar’. Eu vou lá procurar saber que candidato, o que ele tem! Não, para mim, todo político... (*risos*) Não, não”. Seu Jonas afirma refugar os pedidos de votos oriundos de políticos de quem nunca ouviu falar e com quem nunca travou contato, o que se coaduna com sua visão de que pessoas de “classe baixa” não conhecem políticos: “Para mim, se chegar aqui hoje e disser: ‘Ó, vote em mim’. Nunca nem lhe vi. Eu não vou ter coragem de votar em você”.

Em contraste, o político visto como confiável ou que faz sua parte na relação de obrigações mútuas e morais é reconhecido e recompensado com a lealdade do eleitor. Novamente, de acordo com seu Jonas: “Você vê como é que é, né? O político, se ele ajudar numa besteirinha, você não esquece nunca, não esquece, não. Mas também, se

¹⁶⁰ Entrevistado/as mais velhos tendem a mostrar-se mais desiludidos que os mais jovens. É preciso tempo e experiência eleitoral para construir (des)afeições por políticos. Filhos de eleitores fiéis a Roriz demonstram ter herdando também as preferências dos pais.

você vê fazendo qualquer coisa com outro, você também não esquece (*risos*)”. O político capaz de criar uma empatia com o eleitor, fazendo-lhe crer que é um igual com quem se pode contar numa relação de obrigações mútuas, torna-se altamente valorizado. D. Miriam por exemplo, faz exceção a Roriz, em quem “confiava, até porque o que ele nos prometeu, ele cumpriu”. Em especial, em Samambaia, verificou-se uma adesão apaixonada a dois políticos de perfis muito distintos (Joaquim Roriz e Lula). Eleitores de classe popular põem-se em guarda contra políticos que pretendem estabelecer uma distinção entre eles e o eleitorado. Seu José cita um episódio conhecido da política local, em que um dos candidatos, ex- professor universitário¹⁶¹, teria humilhado seu opositor – Joaquim Roriz, com quem eleitores de Samambaia se identificam -, durante um debate. “O povo vê muito esse lado. O Cristóvão o humilhou. É onde o Cristóvão perdeu a eleição, né? Porque o povo ficou com dó do Roriz. Poxa, o cara é intelectual e humilhar o cara, né? A mesma coisa: você é uma menina estudada, eu não tenho nem o terceiro ano primário e você vir me humilhar. Quer dizer, se eu notar isso numa pessoa, eu já estouro logo. Quer dizer, é a pessoa se tornar mais burra do que eu”.

Com exceção daqueles políticos com quem os eleitores estabelecem relações de confiança e lealdade eleitoral, a norma consiste em evitar empenhar sentimentos na relação política, protegendo-se desse grupo de desconhecidos cujos códigos de conduta diferem dos “nossos”, desprovidos de honra porque não cumprem suas obrigações relacionais. Se tanto a mídia quanto a experiência pessoal reforçam a imagem de que os políticos não seguem os mesmos padrões morais dos eleitores, o melhor a fazer é não baixar a retaguarda e não envolver-se emocionalmente. D. Luzia, por exemplo, sublinha a diferença que observa entre as afiliações políticas de seus parentes, em sua terra natal, com as dela própria: “Eu vim de lá (*do Ceará*) com treze anos. Mas eu já via minha mãe brigando lá com vizinha por causa de política. (*risos*). Pergunta: Como é que era lá? D. Luzia: Lá era terrível, meu Deus! (...) Tinha uma vizinha da minha mãe que só faltava brigar. E eu ficava meio assim: o pessoal nem sabe que elas existem e elas estão ali, brigando”. E acrescenta, a respeito do próprio ceticismo com relação às boas intenções dos políticos: “A gente (*ela e a família*) dá uma discutidinha. Mas eu nem ligo muito. Sei lá, tem gente que fica, acredita... Eu acho que eles não querem fazer nada por ninguém, que eles estão interessados neles próprios, em ganhar e ficar ricos. Às vezes, eu fico conversando com meu marido: ‘Você acha que alguém, que a Dilma está

¹⁶¹ Cristovam Buarque, ex-reitor da Universidade de Brasília e governador do DF no período de 1995 a 1999, atual senador pelo PDT-DF.

preocupada com escola?’ Eu fico pensando que ela ou que um político não está pensando em fazer nada por ninguém. Eles estão lá pelo salário”.

O ceticismo é a resposta mais segura às dúvidas que a política enseja por ser vista como uma prática feita de forma secreta, em gabinetes (termo citado diversas vezes) e recintos de difícil acesso e entrada interdita (tanto física quanto simbolicamente), da qual pouco – em geral, notícias de corrupção – se divulga¹⁶². O campo político é visto como enclausurado e aut centrado, pouco ou nada permeável aos profanos. D. Cleide expressa um sentimento bastante generalizado, com as ressalvas já feitas a respeito de desigualdades de gênero no que tange ao senso de competência política: “A gente fica em dúvida, né? Política é uma classe que a gente não conhece direito. Só eles mesmos, lá dentro, é que sabem. Mas nós que estamos aqui fora não sabemos o que está se passando lá dentro, agora”. D. Eunice acredita que o comportamento dos políticos seja previsivelmente corrupto, mas não entende por que isso acontece: “ Todo político cai. Ninguém sabe por que”¹⁶³. Ivo, de classe média, também ressalta essa barreira que se interpõe entre eleitores e políticos: “O próprio sistema os protege, eles decidem tudo, o povo não decide, o povo decide botá-los lá e eles fazem o que querem”. E Paulo complementa: “A gente tem direito de votar, mas não tem direito de saber o que acontece”. A política é vista como um epifenômeno, algo que está desvinculado da realidade social, insulado num mundo próprio e com seus próprios mecanismos de funcionamento. O campo político está distante e não se conhecem suas regras, mas sabe-se que aqueles e, em alguns casos, aquelas que neles penetram são corrompidos.

Também contribui para o distanciamento entre cidadãos e campo político o fato de que este possui um estilo retórico próprio e excludente usado por políticos (e também dotado de um viés de classe), ao qual se referem dois entrevistados como “falar bonito”¹⁶⁴. Camila, jovem de classe média porém sem escolaridade superior, afirma:

¹⁶² Os entrevistados têm muito vivos na memória escândalos recentes, em especial o escândalo conhecido como “Mensalão do DEM”, ocorrido em 2009 e 2010, envolvendo o ex-governador do Distrito Federal – José Roberto Arruda – cujo mandato foi cassado, e deputados distritais, flagrados recebendo propinas. Também era recente, no momento da entrevista, a divulgação de denúncias referentes ao atual governador – Agnelo Queiroz, do PT.

¹⁶³ Essa percepção de que “todo político cai” também é usada, no caso desta entrevistada, para justificar seu apoio ao ex-governador Roriz a despeito das diversas denúncias de corrupção que pesam contra ele. Em suas palavras: “Então, talvez, aquele que caiu em alguma coisa errada já fez coisa muito boa, né? (...) E se meu candidato que caiu na malha fina voltar, eu votaria de novo. (...) Eu votaria dez vezes se necessário”. Por esse raciocínio, se todo político age mal, melhor escolher aquele que cumpre promessas...

¹⁶⁴ Segundo Miguel (2011:190, 191), o “falar bonito” equivale a emitir “signos de distinção”, o que “implica em usar palavras difíceis, construções mais elaboradas, termos técnicos, enfim, empecilhos à comunicação fluida com o receptor”. Trata-se de uma marca do discurso político que simboliza “atributos de seriedade, preparo e competência” que este discurso necessita ter para ser considerado legítimo. A

“Acho que sim (*em resposta à questão se os governantes se interessam pelo que pessoas como ela pensam*). Mas só para fazer *agá* mesmo, só para fazer campanha, para falar bonito, mas para fazer mesmo acontecer, acho que não”. O segundo entrevistado a usar a expressão é Wiliam, de Samambaia: “Às vezes, a gente também se engana e acaba ficando frustrado também, pelas corrupções que você vê na política, e acaba pensando que todo mundo é igual. Às vezes, você vê um político falando bonito, na televisão, falando que vai fazer isso e aquilo, você acredita, como eu acreditei nesse governador de Brasília aí. Me decepcionei com ele”. “Falar bonito” é falar como pessoa de outra classe/status social e também fazer promessas levianas.

Essa falta de transparência do processo político-legislativo é acirrada por contatos frustrantes com órgãos públicos, que informam mal os cidadãos sobre o funcionamento de suas políticas. Nesse ponto, há uma dimensão clara de gênero a ser ressaltada visto que são as mulheres as grandes responsáveis por interagir com burocratas e equipamentos públicos – escolas, hospitais, centros da assistência social etc - como parte de seu trabalho de cuidado. Em virtude disso, são elas que têm mais a contar sobre como ocorrem essas interações¹⁶⁵. Elas é que são vitimizadas por não receberem o tratamento que julgam adequado – frequentemente imposto sem explicações, de forma unilateral e impessoal, lento e burocrático - para si e seus filhos. D. Cleide se indigna ao lembrar de como foi atendida: “Você vai ao hospital hoje, mulher, agora é por classe: tem a vermelha, a amarela e a verde. Cada classe é uma situação do paciente. (...) Cada doença tem uma cor, então eles vão te atender por causa de cor. (...) Às vezes, você está chegando com um filho seu no hospital, você sabe o que ele tem, a enfermidade dele, mas eles não querem saber disso. (...) E você, sabendo que conhece o que o seu filho está passando, que dor ele tem... Mas eles lá não querem saber disso. Eles botam na outra classe”. A área de saúde, mais do que a de educação, é especialmente mal avaliada. Outros episódios lembrados pelas entrevistadas, referentes a mau atendimento, dizem mais respeito ao serviço de saúde, como no caso de Fabiana: “Uma vez eu fui ao médico com a minha filha pequenininha e o médico, não sei, saí de

ambiguidade que há, no discurso de entrevistada/os, entre o respeito à distinção do falar bonito e o ressentimento por saber que este é um tipo de discurso falso, feito para enganar o eleitor, pode ser considerada um efeito da ambiguidade apontada por Miguel, que caracteriza a política baseada na concorrência eleitoral midiática, que é o fato de ser ao mesmo tempo aristocrática e democrática, demandando dos políticos uma postura de “identidade e distinção” com relação aos eleitores.

¹⁶⁵ Todas as respostas à questão sobre quem vai à escola ou ao posto de saúde para cuidar de questões sobre os filhos ou quem vai se cadastrar para receber algum benefício não contributivo, tiveram respostas semelhantes. Elas afirmam, e os homens confirmam, que são sempre ou majoritariamente elas, ainda que acrescentando justificativas relativas, por exemplo, à “maior disponibilidade de tempo” delas.

lá muito zangada.(...) Eu entrei, ele nem perguntou o que ela tinha. Ele olhou para ela, pegou aquela receita e passou remédio, sem nem perguntar o que ela tinha”. Michele reforça a ideia de que “no hospital, eles mal olham para a cara da gente. E não vêm atender a gente”. D. Renata, que afirma trabalhar “o mês inteiro para pagar o plano de saúde dos meus filhos”, tendo sido usuária de serviços públicos por muito tempo, faz o mesmo, explicando por que considera os maus tratos na saúde ainda mais graves do que em outros setores: “Você entra num hospital do governo, a impressão que você tem é de que é um lugar ruim. Eu não gosto, particularmente, de entrar, eu entro e saio mais deprimida. Você vê muita coisa feia, muita coisa ruim. E eu acho um absurdo porque a hora em que a pessoa está doente é a hora que ela precisa de lugar para descansar, pelo menos, para sentar. Você está ali porque você está fora das suas condições”.

É sintomático que homens relatem episódios sofridos não por eles diretamente, mas por suas esposas, como no caso de Alan, de classe popular, que afirma: “Nunca tive discriminação, mas minha esposa já teve. Chegaram a falar para ela que o meu filho seria um marginal. Ela ligou para mim imediatamente”. De forma similar, D. Luzia, que acabara de sair de um posto de saúde ao qual fora em busca de consulta, quando entrevistada, conta que ela é a responsável por tratar de “escola, saúde, tudo” e se diz interpelada pelo marido a agir de forma que não lhe deixa à vontade: “Ele fala: ‘Você tem que reivindicar, você tem que chegar lá e falar alguma coisa’. Se eu chego lá, eu não consigo, eu não falo nada, não, vou-me embora. Tem gente que briga, chama o diretor do hospital. Eu não sei fazer isso. Ele: ‘Não, filha, isso aí não é de graça, não. A gente paga os impostos. Tu tens que...’ E eu: ‘Ah, eu vou falar? Eu vou-me embora.’”

Programas focalizados como o Bolsa Família (que, devido à grande magnitude e relevância para o debate político-eleitoral, será abordado em mais detalhes abaixo), com critérios de elegibilidade pouco compreendidos pela população, são um exemplo de como o funcionamento obscuro do Estado pode levar os cidadãos a se sentirem desconfiados e injustiçados. Michele, jovem de classe popular, não aceita que não seja elegível ao programa: “Eu fiz o cadastro e não passei: por que? Colocaram lá no meu cadastro que eu ganho R\$ 240. E a gente tem que ganhar, no máximo, 140, para passar no cadastro. Então, eu acho que é uma coisa nada a ver. Não é porque eu ganho 240 que eu não vou precisar, entendeu? Um pouco mais do que eles dizem que pode. (...) E eu nem entendi porque eu não passei lá no negócio”.

Outras áreas de políticas públicas, principalmente a segurança pública em Samambaia, também evocam um discurso que sugere abandono por parte do Estado, como o de D. Miriam: “Aqui, nós temos mais uma segurança porque tem esse mercado

que fica pertinho, que, se não fosse, eu acredito que nem polícia passaria por aqui”, o que não impede que ela deixe de estudar “por medo de vir do colégio. (...) Medo de sair à noite. E eu sou aquela pessoa tão medrosa que eu já não vou à padaria sozinha a partir de oito horas, que eu fico com medo”. O medo permanente da violência, que incentiva os cidadãos a se recolherem no espaço privado, bem como a percepção de que se é dependente de serviços considerados por todos piores do que os ofertados pelo setor privado, também são fatores que tiram a confiança no Estado. Alguns exemplos de falas que evidenciam a má opinião que se tem dos serviços públicos vis-a-vis os privados, emitidas tanto por pessoas de classe popular quanto de classe média, são: “Tudo, tudo particular é melhor por isso. Porque o particular é mais cobrado, qualquer coisa que ele faça, que não seja excelente, é demitido. E o funcionário público, não, ele sabe que não vai ser mandado embora e, se ele fizer ou não, ele vai ficar do mesmo jeito”; “Eu vejo a diferença do que é gratuito para o que não é: é muito grande”; “Em geral, é péssimo. Eu acho que é muito boa a estabilidade financeira do serviço público. (...) Só que eu acho que é até exagerada porque, enquanto não mudar isso, o serviço público não vai melhorar. (...) Você vê o cara, às vezes, deixa de fazer o trabalho, enrola e nada acontece. Nunca tem punição”; “Não tinha tentado (*o vestibular da UnB*) porque eu sabia que eu não tinha como concorrer com a galera de escola particular porque o ensino público é péssimo. Então, a gente tem consciência: quando você está ali, você sabe que você não tem chance. (...) Eu nem tentei a terceira fase (*do PAS*) porque eu sabia que não alcançaria. Mas é triste essa questão de faculdade. Tanto é que eu nunca fiz”; “Eu tenho uma menina com doze anos que estuda em Taguatinga porque tem colégio, aqui, que não tenho coragem de botar porque é marginal, é droga dentro do colégio, é professor que falta muito. Você vê: a coisa mais difícil é um filho de pobre passar na UnB. Por que? Porque não tem as matérias todas no colégio do governo. Aí, quando chega a hora de prestar vestibular, vai cair coisa que ele nunca estudou, como é que ele passa para a UnB? Na UnB, hoje, não tem quase filho de pobre, só filho de rico. É porque é a maioria desse povo que estuda em colégio particular que consegue passar na UnB. Da rede pública mesmo, quase não tem ninguém¹⁶⁶”.

Embora pessoas de classe média tenham menos contato com os serviços públicos ofertados pelo Estado, a percepção sobre a qualidade dos serviços também é, em geral, ruim: “Eu vejo na televisão, não sei, às vezes, você tem as decepções de ir (*a uma agência pública*) e não resolver, vai e não resolve. Deixam a desejar, eu acho. O

¹⁶⁶ A chamada Lei de Cotas (Lei n 12.177), que foi promulgada em agosto de 2012 e reserva metade das vagas para estudantes de escolas públicas, estava em discussão quando foram feitas as entrevistas, mas não foi mencionada por entrevistada/os.

funcionário público é muito arrogante. Acho que ele pensa que ele está lá não para te servir. Como eu que pago o salário dele, né? Ele está lá porque é uma obrigação”. Por outro lado, mesmo pessoas de classe média se sentem mais desamparada pelo Estado quando se comparam com os ricos. Sobre a forma como o tráfico de drogas é combatido, Paulo comenta: “Agora, o cara não vai vender droga no Sudoeste porque quem mora lá não quer isso. E quem tem influência é rico. O cara tem poder aquisitivo, ele tem dinheiro, se ele tem dinheiro, ele está morando ali, ele não quer um traficante do lado da casa dele. E aí, a polícia, de fato, entra em ação, quando isso acontece. Quando é uma ligação do Sudoeste, ele vai. Quando é ligação do Plano Piloto, ele vai. Quando é de Taguatinga, ele vai depois de meia hora, que já acabou”. E Ivo complementa: “Quando é na Samambaia, ali ele vai no outro dia porque eles já não pegam nem mais flagrante”.

Nesse contexto de exclusão simbólica e desinformação, que tende a gerar um sentimento de incompetência política, prevalece a noção mais difundida e simplificada, da política como prática corrupta e desengano de expectativas. *Pergunta: E o que você pensa quando você pensa em política, o que lhe vem à cabeça? Michele:* “Ah, só roubo (risos). Que é o que eles estão fazendo. Então, hoje em dia, a gente assiste e o que mais vê é isso. Só (penso) nisso mesmo porque não melhora nada”. *Pergunta: Você acha que você entende bem as questões políticas? Camila:* Não, não muito. Entendo no geral mesmo o que o pessoal fala: “Ah, ladrão... Essas coisas assim”. O ciclo de apostas (por meio do voto) e decepções em que se transforma a democracia eleitoral reforça essa percepção: *Pergunta: A senhora associa a política com que? D. Márcia, de Taguatinga:* “Eu penso que vai melhorar para a nossa capital, que as coisas vão mudar, mas, às vezes, a gente se engana. (...) Porque, os governantes, está muito difícil de a gente escolher. Muito difícil! Com as decepções que nós passamos de vários, eu acho que eu não votaria mais, não, se não fosse obrigatório”. O discurso cético reafirma a crença compartilhada de que o melhor é não esperar nada e levar a vida em frente, protegendo-se assim de novas decepções.

A eleitora/O eleitor cética/o passa a se sentir responsável pelos votos “equivocados”, isto é, ele introjeta a noção, expressa por meio do chavão de que “o povo não sabe votar”, de que é o eleitor (em especial, o menos “s sofisticado”) o responsável por eleger políticos corruptos, mostrando haver incorporado também a regra de que as ações dos políticos são derivadas dos “interesses dos cidadãos que lhes deram a delegação para representá-los” (Bourdieu, 2011: 198). Ana, por exemplo, diz que “a população brasileira não tem consciência política, não tem educação política. E

isso, também, vem da escola, que não educou para isso. (...) Então, a gente não sabe votar. Às vezes, a gente vota com esperança. Mas, aí, o camarada chega lá e faz uma grande coisa errada que só prejudica a gente. E, na próxima eleição, a gente vota errado de novo - com esperança -, mas vota errado de novo. É isso que a gente tem visto aqui em Brasília”. D. Sônia confessa, envergonhada: “A questão é que eu não sei escolher. Olha os meus candidatos: Collor (*risos*), eu votei no Arruda, olha o que o Arruda fez. Então, eu decidi, nessa eleição agora: para falar que eu não votei em branco, eu votei na Marina, por ela ser crente, por ela ser evangélica. E a partir de hoje, eu não voto em nenhum, já falei, é branco. Branco mesmo. Não adianta que não me convence”.

Viu-se que há um mal estar em ser chamado a ratificar, por meio do voto, o funcionamento de um campo político excludente e criador de corruptos em série, num mecanismo que aumenta o senso de impotência/incompetência política dos cidadãos, levando-os a declarar que não estariam mais dispostos a entrar nesse jogo. Ainda assim, vários/as dele/as demonstram a disposição de participar de alguma forma, visando promover seus próprios interesses e/ou exercer direitos políticos dos quais se julgam titulares. Há uma propensão a demandar que o político cumpra sua função.

Se essa propensão não decorre, como argumenta Miguel (2012), de julgar-se um igual ao representante político – no sentido da representação descritiva -, ela surge ao menos porque se supõe que ele está sujeito às regras morais da relação de obrigações mútuas e, nesse sentido, instaura-se uma igualdade que os faz demandantes autorizados de favores aos quais fazem jus por direito - noção de “favores como direito”, segundo o autor (Idem: 45) - , isto é, porque o que está em jogo é uma troca, e não uma concessão unilateral. Na visão de D. Miriam, verificada também por Sarti (2009: 107), a ordem sobrenatural é balizadora da igualdade moral entre pobres e ricos e, acrescento, eleitos e eleitores. *Pergunta*: “A senhora gostaria de participar mais se tivesse oportunidade? D. *Miriam*: Ah, queria! Daí, quem sabe, eu poderia até falar com algum deles, que eles viessem e vissem a nossa situação porque, na hora dos votos, eles sabem vir. Ganhou a eleição, virou as costas. E não é assim que tem que ser, né? Porque nós todos somos seres humanos, nós todos somos iguais. A diferença é porque você tem mais estudo do que eu, tem experiência mais de alguma coisa do que eu, mas, como cristãos, nós todos somos iguais. E eles não fazem isso!”.

A percepção de que “não é assim que tem que ser”, ou seja, de que não é assim que se dão as relações sociais de reciprocidade cotidianamente estabelecidas, é complementada por uma disposição a cobrar dos políticos a realização do que foi prometido. Assim, manifesta-se ao menos discursivamente, ainda que essa disposição

discursiva possa não se reverter em ações porque isso requereria a remoção de diversos outros impedimentos simbólicos, a inclinação a dizer aos poderosos o que eles deveriam fazer: “Se a gente pudesse ir lá no gabinete e falar: ‘Você prometeu que faria isso e isso na minha quadra e não foi. Tem como você fazer?’. E ele fizesse para provar que era verdade o que eles estavam falando”. Gabriela e D. Cleide também indicam ter a consciência do direito a reivindicar: “Se a gente chegasse e falasse, diretamente, com a pessoa certa, com o político certo, poderia fazer alguma diferença. Eles poderiam ouvir o que a gente tem a falar e tentar mudar. Na educação, na saúde, em tudo”; “Se me der oportunidade, eu rasgo o verbo, filha. Eu falo tudo que está engasgado, eu falo tudo na lata. Tem gente que nem me chama mais (*para reuniões com candidatos em época de campanha*). Porque se me chamar de novo, eu falo a mesma coisa”. Elisabete, de classe média e também usuária de serviços públicos, afirma: “Seria importante a participação da gente porque a gente, geralmente, está ali, tem conhecimento prático daquilo ali, pode falar o que está bom, o que não está, de fato, o que está funcionando, o que não está funcionando”.

As falas acima indicam que, além de se julgarem credoras dos representantes que elegem, elas também se sentem capazes de dizer a eles o que devem fazer para atender as necessidades dela e de sua comunidade. Mulheres como D. Miriam não abrem mão de todo da competência política porque conservam uma vontade de entrar em contato com políticos ou de participar de outras maneiras, o que aponta que elas se julgam agentes políticas legítimas e portadoras de direitos. D. Sônia, a mesma que afirma não se interessar “nunca, nada” por política, é capaz, no entanto, de responder: “É, eu poderia até ter (*alguma participação política*). Por exemplo, na área da educação, eu poderia até ir, puxando para o artesanato. Que eu sei que tem muitas secretarias que ajudam. Eu poderia. Hoje, não, porque a idade também não dá mais, né? Então, não. (*risos*). Pergunta: A senhora já chegou a participar de alguma coisa, tipo orçamento participativo, aqui em Taguatinga, ou não? D. Sônia: “Não, não. É até interessante, outro dia eu vi um carro passando, avisando que ia ter eu nem sei onde. Eu falei: ‘Eu podia ir lá para ver o que era, só para eu ver de curiosidade’. Mas cheguei lá, fiquei escutando aquela lorota, acho que eu não tenho paciência mais, não”. Apesar de sua motivação a participar, D. Sônia se refreia devido à resistência que interpõe contra qualquer contato com o campo político.

E ainda há o fato de que essas mulheres demonstram uma compreensão do impacto que a política, principalmente devido aos serviços públicos, pode ter em sua vida. Admitir a relevância da esfera política (em alguns casos, inclusive exemplificando

de que maneiras isso ocorre) implica resguardar algum senso de competência política. Fabiana, de Samambaia, por exemplo, afirma que a política afeta a sua vida da seguinte maneira: “Meus filhos têm que ir para a escola e teve a greve dos professores agora. Os professores entraram em greve por culpa dos políticos, do governo, que fez um acordo e não cumpriu. Então isso afeta, sim. A gente precisa de ônibus para trabalhar e os rodoviários fazem greve, por conta de quem?, dos políticos, que não cumprem os acordos. Vai no hospital: é a mesma coisa. Então, afeta, sim”. Outras mulheres de classe popular, como Michele e Gabriela e de classe média, dão respostas semelhantes à questão se a política interfere na sua vida de alguma forma. D. Renata e Nara, de classe média, também reconhecem a importância da política (“o que eles decidem influencia a vida da gente”), ainda que não se julguem capazes de fazer diferença nas decisões.

Mesmo seu Jonas, que afirmou não saber se a sua “sobrevivência depende muito de política”, declara: “Eu acho que o único jeito que tinha de ajudar o povo são os políticos. O político pega o dinheiro livre e não ajuda o povo”. A resposta dele, assim como outras, insinuam algo já mencionado, a saber: que os pobres precisam mais da política do que os ricos. Gabriela, por exemplo, ressalta: “A gente precisa deles (*dos políticos*) para tudo. O pessoal de baixa renda também precisa deles, por causa do Bolsa Família”. Quem não utiliza serviços públicos com frequência, como Camila, tem mais dificuldades em enxergar que papel a política pode ter em sua vida: “Na minha vida, eu acho que (*a política*) não faz diferença, até porque, como eu te falei, eu precisei poucas vezes. Acho que não, não sei, talvez sim, mas eu não percebo (*que impacto tem a política no seu cotidiano*)”. Essa percepção é acirrada pelo fato de que a classe média não usa tanto os serviços públicos quanto a classe popular.

Confirmando que a relação que desejam estabelecer com os políticos é de uma troca em que o recebimento advém do cumprimento de uma obrigação, há o discurso bastante disseminado de que não se espera doação, mas oportunidades – sobretudo de emprego –, ou seja, de estabelecimento de uma relação honrada. No caso de Seu Jonas, esta exigência é ainda mais forte porque há a percepção de que os recursos de que os políticos dispõem advêm dos cidadãos: “Eu acho que ajudar seria isso. Não é dar. Eu arrumar um emprego pra você, tudo bem, mas não é dar comida para ninguém, não. Eles pegam o dinheiro todinho e gastam com eles. O dinheiro que é nosso para eles colocarem asfalto em todo lugar, fazer campo para os meninos jogarem bola, praça para os meninos brincarem, eu acho que seria isso. Não é?” A respeito do recebimento do lote em Samambaia, por exemplo, D. Cleide ressalta o fato de que nem tudo foi simplesmente doado: “Ele (*Roriz*) me colocou aqui em Samambaia (...), só me deu o

terreno para eu me virar. E eu estou me virando. Ele me deu a vara e eu fui pescar. Ele me ajudou. E eu falo isso para você não é puxando o saco dele porque, hoje, o Agnelo, o Arruda estão cobrando loteamento. Está certo, tem que cobrar mesmo! Mas eles têm que ver a situação das pessoas, a renda delas”. Por valorizarem o trabalho e sua dimensão moral (Sarti, 2009:90), pessoas de classe popular não desejam ingressar em relações em que não possam utilizá-lo. Consiste um fator de orgulho apenas receber aquilo que a que se faz jus por haver trabalhado ou por necessidade – que, como pensa D. Cleide, torna as pessoas merecedoras de tratamento diferenciado e justifica, para Seu Jonas, o recebimento do lote: “Então, eu nunca ganhei nada, não, só ganhei o lote. O lote eu ganhei de graça, de graça. Isso aí eu ganhei! E não tinha condição de comprar um (*lote*), não, eu não tinha, não. Pois é, não vou mentir, para ser sincero, talvez eu estivesse no Piauí...”

Com relação ao Bolsa Família, por exemplo, repete-se a alegação, entre pessoas de classe popular, de que o programa é bom e necessário, porém mal focalizado (alegam conhecer casos de pessoas que não precisam, mas recebem e o contrário¹⁶⁷), mal fiscalizado e não propício ao desenvolvimento pessoal dos que o recebem, isto é, não permite aos beneficiários “crescerem”. D. Cleide resume algumas destas dimensões em sua fala sobre o programa: “Se o governo abrisse vaga de emprego, de curso, e desse para as pessoas, seria melhor. Você sabendo fazer algum curso, você cresce mais (*do que apenas recebendo o benefício*), entende?” Em outro momento, ela afirma: “(*O povo*) só quer as coisas se o governo dá, tudo tem que ser de graça, ninguém quer lutar. Eu acho até bom o governo ter passado o pente fino nesse negócio do benefício. Muita gente saiu, eu mesma fui uma delas, graças a Deus. E eu falo para os meus filhos assim: ‘Graças a Deus que ele achou que eu saí daquela pobreza’. Porque, para eles, eu saí, graças a Deus. Pelo menos eles estão tendo essa visão. Não estão me deixando caída, dizendo que eu sou uma pobre miserável, como eles falam. É desse jeito. Então o povo quer muito as coisas de graça, dado, e Deus não dá nada de graça para ninguém. Você tem que lutar para que Ele venha te abençoar, né?” Novamente aqui, a ordem sobrenatural é invocada como parâmetro de como as coisas devem se dar nas relações ordinárias, não sagradas, isto é, como trocas em que cada uma das partes faz um investimento e espera a contrapartida.

¹⁶⁷ A evocação do Programa Bolsa Família aciona o repertório sobre programas assistenciais – principalmente aqueles de distribuição de bens em espécie – a respeito dos quais circula a lembrança, em Samambaia, de que eram distribuídos para pessoas “que não precisavam” e, por isso, acabavam por se desfazer dos produtos recebidos, jogando-os fora. Essa lembrança é mobilizada para condenar também supostos erros de focalização do programa.

Repete-se também, no que se refere ao Bolsa Família, o fenômeno de que os pobres assimilam o discurso dominante sobre eles próprios (de que a transferência do benefício leva à acomodação), que é, no entanto, compatível com a visão de que a troca é melhor do que a doação. D. Miriam afirma: “Tem muita gente que, por ter a Bolsa Família, não se preocupa em arrumar um emprego. Então, eu acho que deveria ter mais emprego para as pessoas, é isso que deveria ter”. Fabiana, Jeremias e Wiliam, jovens de classe popular, usam termos e expressões como “acomodação”, “ensinar a pescar e não dar o peixe” e “andar com as próprias pernas”. Em sua visão, o programa deveria ser complementado por outras iniciativas. Wiliam: “É bom que tenha os dois. Tenha a ajuda, a Bolsa Família, e a outra ajuda. Porque, senão, ele, às vezes, se acomoda muito também, a pessoa fica só dependendo daquele dinheiro e ele só vai ajudar, ali, no momento mesmo. Depois, aquilo não vai ajudá-lo a crescer, a arrumar um emprego melhor, a ajudar os filhos a estudar”.

Aqueles que interagem ou já interagiram com burocratas estatais para requerer ou recuperar o benefício sentem-se incomodados pelo estigma associado a ser beneficiário (já que a linha de pobreza usada para recebimento exclui grande parte daqueles que se consideram pobres), como no desabafo de seu Jonas: “É só para quem não tem nada. Eu estou precisando, mas se tem gente pior do que isso, pode ficar para lá.” Ainda que almejem receber o benefício, como fazem D. Cleide e Seu Jonas, elas não querem pertencer ao grupo dos “miseráveis” que preenchem os requisitos para fazê-lo¹⁶⁸. No entanto, mesmo os que são excluídos do programa reconhecem sua necessidade.

O discurso de pessoas de classe média sobre o programa enfatiza críticas semelhantes – má focalização, má fiscalização, acomodação – porém, com outras dimensões, relativas, por exemplo, ao que se considera o favorecimento dos pobres pelo ex-governador Joaquim Roriz (“No governo do Roriz, o cara tinha Bolsa Família, Bolsa Escola, Vale gás, pão e leite... Então o cara: ‘Ah, vou trabalhar para quê?’); a condenação da má paternidade/maternidade dos pobres – adicionada à reprovação sexista da suposta promiscuidade de mulheres pobres - (“Eu conheço gente que deixou

¹⁶⁸ Seu Jonas conta que chegou a ser beneficiário de um programa de distribuição de leite do qual abriu mão voluntariamente em prol de uma mulher mais necessitada que não era beneficiária. D. Eunice relata ter sido beneficiária do Bolsa Família e também ter parado de receber por iniciativa própria. D. Cleide diz que se sente bem ao saber que o governo considera que ela não é pobre o bastante para receber o benefício. Falar sobre a relação dessas pessoas com o programa é tocar num ponto sensível, relativo ao seu senso de dignidade, que elas julgam afetado quando se veem na condição de beneficiárias de programas assistenciais. Há, porém, exceções. Gabriela, jovem cuja família recebia o benefício, fala sobre essa experiência sem aparentar desconforto: “Era bom (*receber o benefício*). Graças a Deus, a gente tinha aquele dinheiro para ajudar no lanche da escola, para ajudar em casa, também, na comida”.

de trabalhar para ter quatro filhos”; “Tem muita mulher que tem quatro, cinco filhos, com homens diferentes, ganham pensões e estão aí. 90% de chance de cair na criminalidade para roubar os nossos, né? Para matar um policial e por aí vai”; “O pai manda o moleque para a escola, às vezes, para ganhar o benefício; se estudar ou não, não está nem aí”); e a ênfase em maiores contrapartidas pelo recebimento do benefício. Ainda que a regra seja reconhecer a necessidade do programa, há a percepção de que ele estaria “desenfreado”, sem controles tão rígidos quanto necessário.

A dimensão do “trabalho cultural”, enfatizada por Eliasoph, se refere a que o grupo de voluntários que a autora estudou esforçam-se para evitar a política no intuito de prevenir que suas relações sociais sejam invadidas pelos “ruídos” que a política introduziria (as divisões, as distinções entre quem tem e não tem competência política etc). Em lugar disso, elas preferem utilizar uma linguagem do autointeresse ao descrever por que se engajam em ações coletivas locais. No caso desta pesquisa, considera-se que há também um esforço, feito por pessoas de classe popular, para desfazer-se da política, adotando uma postura cética e desinteressada, ainda que sabendo-se necessitadas e legitimamente portadoras de demandas políticas. O fato de que muitas destas pessoas já se beneficiaram em outros momentos de bens e serviços vistos como providos por políticos (sendo o lote da própria moradia o principal benefício recebido) lhes dá a certeza de que os políticos possuem os meios que lhes possibilitariam melhorar de vida de alguma forma. As promessas feitas a cada eleição renovam a certeza de que a eles são devidos bens sociais que não estão sendo ofertados como dever-se-ia e, mais do que isso, em época de campanha, reafirmam-se “ideais de representatividade, voltados para a integração de grupos excluídos” (Barreira, 1998: 40, 43), discursos que enfatizam direitos sociais e políticos e “convocam a participação e recapitulam a presença do ‘povo’ como juiz da causa eleitoral”. Assim, muitos se sentem negligenciados e injustiçados por políticos, mas se veem como demandantes legítimos (senão portadores de direitos) de bens públicos. O senso de incompetência política, aliado à percepção de que a política é uma esfera fechada e corrupta, lhes faz recuar e se afastar. Esse ceticismo, no entanto, está longe de ser inabalável. As pessoas se esforçam por adotar uma postura indiferente e incrédula, estando dispostas, no entanto, a mudar de atitude e comportamento diante de algo ou alguém que lhes pareça mais confiável. Existe a disposição em sair da posição de passividade em que se é posto pela democracia eleitoral. Seu Jonas, por exemplo, afirma: “Eu acho que, agora, se chegasse um político: ‘Vamos trabalhar comigo e tal e tal...’ Eu teria coragem de trabalhar com ele, para valer mesmo. Para ter oportunidade, assim, de trabalhar, sabe? Eu mesmo, mas eu teria”.

O ceticismo vem de quem sabe que tem que ganhar a vida - problema que os políticos não vão solucionar, como sabe Alan: “E nessa de ficar aguardando, os filhos da gente precisam do alimento. Então não conto muito, assim, com promessa”. No caso dos cínicos, o senso de impotência política se manifesta numa tendência a atribuir os problemas políticos a algo que não pode ser modificado (o comportamento, a ignorância do povo ou mesmo a história do país desde a colonização, na visão de Ana), que é também uma forma de se autoconvencer de que não há nada a fazer. É uma forma também de não culpar os poucos políticos considerados honestos, em quem ainda se deposita alguma esperança, por não conseguirem fazer o que teria que ser feito. Então repetem-se as frases destinadas a reassegurar que nada pode ser feito nem por eles próprios nem pelos políticos honestos¹⁶⁹: “não adianta dois fazerem nada”; “não adianta botar um ou dois lá dentro (*da Câmara Legislativa do DF*) se você tem 20, 30, contrários ao processo”; “uma ideia, quando ela é a consciência de um povo, de uma nação, sim, pode influenciar e causar mudanças, mas individualmente, nenhum ser humano vai mudar”; “há vários deputados distritais que têm boa intenção, como federais também, mas eles não aparecem. O Tiririca não vai aparecer nesses quatro anos, ele não vai fazer nenhum projeto. Por que? Porque vai ser tudo derrubado, engavetado”; “tem alguns políticos que estão tentando sair ilesos do processo, mas são pouquíssimos. Eles não dão conta; é impossível uma pessoa honesta competir com um desonesto. Uma hora, ele vai ter que ser desonesto também”. Tanto o ceticismo dos pobres quanto o cinismo dos homens de classe média levam à inação.

5.3 – Valores familiares/morais e políticos

O apelo a estratégias individuais de ação, isto é, a focar o próprio senso de competência em outras esferas da vida – em lugar de ações coletivas na esfera pública –, tais como trabalho e família ou em demonstrações do que em geral se consideram expressões da cidadania, é manifesto explicitamente nos discursos de pessoas de ambas as classes. Como argumenta Eliasoph (1997: 620), isso faz parte de um trabalho emocional de resguardar sentimentos de eficácia ou de traduzir sentimentos de impotência em sentimentos de empoderamento sobre o que se considera serem áreas de

¹⁶⁹ Reguffe, atual deputado federal (PDT-DF) que também já foi deputado distrital, é bastante citado nas entrevistas, por pessoas de classe média, como exemplo de político honesto. Notabilizou-se por ter dispensado salários extras e verbas de gabinete a que teria direito. Camila afirma sobre ele: “Esse Reguffe mesmo, ele ia nas paradas de ônibus, de manhã, sabe? Ia de porta em porta, de escola em escola, ele fez a campanha dele assim, a primeira vez. Ele não tinha recurso nenhum. Ele conseguiu ser votado, muito bem votado. Mas assim, tem que, realmente, ter o sonho de ser político”.

sua competência. Assim, faz-se uma economia de preocupações, reduzindo a atenção a esferas da vida que pareçam mais palpáveis ou manejáveis.

As concepções sobre cidadania reafirmam esta intenção de focar o senso de competência em áreas sobre as quais se tem controle. A evocação dos termos “cidadã/o e cidadania” provoca reações de autodefesa, evidenciando que tais termos são associados a noções de reconhecimento social e dignidade pessoal. Mais uma vez, pode-se recorrer à análise de Sarti (2009: 92) em que ela sugere que o trabalho é visto como fonte de “dignidade”, “respeito” e “fundamento de autonomia moral”. No entanto, ela também argumenta que “pobres e trabalhadores, neste registro, fazem sua exigência de *respeito* não como cidadãos, mas como seres humanos que são filhos de Deus, ancorando-se numa ordem da natureza”, e não numa ordem legal que institui a igualdade entre os cidadãos. O pobre julga-se honrado por ser trabalhador e filho de Deus e este seria o fundamento de suas reivindicações por direitos. Na argumentação da autora, ainda que a fonte das demandas por direitos não seja a condição de cidadania, o fato de que os pobres sintam-se dignos e honrados faz deles sujeitos reclamantes.

As evidências reunidas pela pesquisa mostram, porém, que a ideia de cidadania é altamente valorizada tanto por pobres quanto por pessoas de classe média e, de forma geral, por homens e mulheres, porém de formas distintas. Neste sentido, a análise de Sarti, que está muito focada sobre o senso de dignidade advindo do trabalho remunerado executado por homens, deixa de ver que mulheres também consideram fazer jus à condição de cidadania e também requerem respeito social¹⁷⁰. Pode-se observar, nos discursos, como as pessoas associam valores tais como ser uma pessoa honesta, cumpridora de seus deveres e pertencente a uma comunidade a serem cidadãs, isto é, possuidoras de um certo status social.

Ser cidadão é uma noção associada a ter dignidade e tê-la reconhecida socialmente. Nesse sentido, a ideia de cidadania é inescapavelmente social, isto é, não basta ser um indivíduo portador de direitos civis, políticos e sociais para considerar-se um cidadão; é preciso que os outros a/o julguem como tal. Essa dignidade advém, no caso de homens mais velhos de classe popular, do trabalho, tal como indica Sarti, e do

¹⁷⁰ É claro que a cidadania, como argumenta a literatura feminista, sempre foi baseada em critérios de gênero que excluía as mulheres. Friedman (2005:5), por exemplo, afirma que são predominantemente masculinos os atributos sobre os quais se baseiam concepções e práticas de cidadania, por exemplo, o papel de provedor. E mulheres estiveram tradicionalmente relegadas a uma subcidadania, dotada de menos direitos políticos, civis e sociais. Talvez para afirmar que detêm também este status, além do fato de se julgarem também portadoras de um sentido de honra, as mulheres façam questão de se dizerem cidadãs.

cumprimento de deveres exigidos de uma “pessoa de bem”. A esfera do trabalho é a que lhes provê um senso de eficácia e lhes faz considerar-se a si próprios merecedores de respeito. A fala de Seu José contém estes elementos: “Ser um cidadão é ser bem visto pelas pessoas, né? Nunca ter ido preso, não ter nenhum delito que venha a desabonar minha conduta... (...) Dentro de onde eu trabalho, é chefe, engenheiro, tem vez que até o dono do prédio me trata muito bem pela capacidade que eu tenho. Então, eu me considero um cidadão por isso. Porque não sou um marginal, não sou um bandido, né? (...) Você é uma pessoa humilde, mas, na mesma hora, é um bom cidadão”. Essa última frase de seu Jonas assinala claramente uma menção à sua condição de classe, que ele não vê como impedimento – embora, talvez, como um obstáculo - para a sua cidadania. Seu Jonas pensa também, em primeiro lugar, na sua condição de classe/escolaridade como empecilho à cidadania, mas acaba afastando esse pensamento ao confirmar que não é esse o sentido que eu estava atribuindo ao termo: “Cidadão? Olha, quem não sabe ler é cabuloso, né? Cidadão, como é que é o sentido assim? *Pergunta: Eu queria saber o que o senhor acha que é ser um cidadão.* Seu Jonas: “Cidadão que paga seus impostos, paga suas continhas, pejeja para pagar, né, que o dinheiro é pouco, não dá para pagar direito. Assim, é?” *É.* Seu Jonas: “Ah, eu acho que eu sou. Eu sou. Se eu não pagar uma conta, é só se não der, mas não corro, não. Corro atrás, corro atrás mesmo”. Ainda que, na fala de seu Jonas, a dimensão do reconhecimento por seus pares não esteja presente, o respeito associado à masculinidade provedora – ganhar dinheiro e pagar contas e impostos – está.

O respeito associado à cidadania também pode ser encontrado na esfera doméstica – derivado da maternidade - e na igreja, como para D. Miriam, de Samambaia, que, a princípio, tem dificuldades de responder a pergunta se se considera uma cidadã – “como assim?” - e direciona sua resposta para a casa: “Eu não sei: se é dentro de casa, eu me sinto. Se é fora, também me sinto. *Pergunta: E onde a senhora se sente mais cidadã?* “Em casa, eu me sinto mais”. *Pergunta: A senhora se sente mais dona da sua casa?* D. Miriam: “É, mais dona. Até porque sempre as pessoas me obedecem porque sabem que eu estou certa. Aí, eu me sinto...” *Pergunta: Mais respeitada?* D. Miriam: “É, mais respeitada”. *Pergunta: E lá na igreja, a senhora se sente respeitada?* D. Miriam: E muito! *Pergunta: É?* D. Miriam: “Vixe, me sinto uma rainha na igreja! Até porque o padre nem conhece todos que trabalham lá, mas ele respeita todo mundo. As pessoas que trabalham no grupo, é todo mundo unido, são uns irmãos, todos unidos. Então, eu me sinto muito bem”. *Pergunta: E aqui na sua casa, seus filhos respeitam, tratam bem a senhora?* D. Miriam: “É, tratam, sim. Tem umas

horas que a gente..., mas mãe é mãe, né?, então, tratam”.

Para outras mulheres de classe popular, a noção de cidadania está associada principalmente ao pertencimento comunitário e à ajuda aos que precisam. Todas elas respondem enfaticamente que sim à pergunta relativa a ser uma cidadã e, em seguida, exemplificam como entendem o significado: “É participar das coisas que tem na comunidade da gente, né? (...) Se a gente estiver, ali, participando para ajudar outras pessoas da comunidade... Eu acho que é isso”; “Eu ajudo, no que está no meu alcance, eu ajudo quem precisa. Se precisar de minha ajuda, eu estou ali”; “Faço meu trabalho, ajudo as pessoas, acredito que eu sou uma cidadã”.

Um sentido de honra pessoal está presente nas falas tanto femininas quanto masculinas e o título de cidadã/o é prezado por ser visto como um reconhecimento deste comportamento. Mulheres mais velhas e de classe média mencionam atributos como “trabalhar honestamente”, “honrar o nome do país que a gente carrega, tentar fazer alguma coisa que possa beneficiar, o que estiver ao nosso alcance”. Já mulheres mais jovens, também de classe média introduzem a dimensão de ter direitos: “Eu pago imposto, eu cumpro meus deveres e exijo meus direitos também”; “Uma cidadã um tanto abandonada pelo poder público, mas eu sou uma cidadã, sim. Porque eu estou inserida na sociedade, eu faço as coisas que eu tenho que fazer, cumpro as minhas obrigações, eu desfruto de alguns direitos que eu tenho, acho que é isso”.

Homens ressaltam dimensões semelhantes, relacionadas à comunidade, mas também à participação política e à lei: “Não basta estar inserido no meio político, social que você vive, você tem que fazer esse meio político e social funcionar. Desde não jogar um papel no meio da rua até ter consciência na hora de votar, consciência na hora de você entrar num órgão público e não se valer do conhecimento que você tem internamente para poder passar na frente...(...) Eu tenho a consciência cidadã, ser uma peça útil dentro da comunidade onde você vive”; “O cidadão, segundo a lei, é aquele que vota e é votado também, né? Então, cidadão é aquele que tem direito, ele tem direito a que todo ser humano tem, né? (...) Eu me considero um cidadão, com certeza”. E outro homem de classe média resalta que “gostaria muito” de ser um cidadão participante, mas afirma que prefere focar-se em sua vida privada. É um elemento comum entre os discursos a percepção de que a cidadania se exerce no âmbito da vida cotidiana, na dignidade com que se cumprem deveres sociais ou, em alguns casos, também no usufruto de direitos, o que mostra que a honra pode estar associada à cidadania, entendida como referente a uma ordem legal provedora de direitos.

A análise de concepções de cidadania demonstra a tendência em afirmar a

dignidade que há em levar uma vida privada pautada pelo respeito às normas sociais e a valores como honestidade. Não há um lamento por não participar ativamente da vida política – “um ideal de agência política”, nos termos de Friedman (2005: p.3), mas uma ênfase em ações individuais. Há que se ter em conta também que a incapacidade de pensar em alternativas estritamente políticas – embora possam ser privilegiadas outras vias coletivas de mudança em relação a problemas sociais - decorre de que o esvaziamento da esfera pública gera um círculo vicioso que previne o fortalecimento do senso de competência política. Desta forma, o que se julga realizável se restringe ao que o indivíduo, por conta própria e, assume-se, seu próprio mérito, ou com apoio de sua família, é capaz de fazer. Embora isso prejudique sobretudo os segmentos sociais que têm um nível menor de escolaridade, devido à sua origem social, mesmo estes acabam incorporando o discurso de que esforços individuais são mais recompensadores do que tentar alguma melhoria por meio de ações coletivas ou acreditar em políticos corruptos. A fala de Camila, a seguir, deixa clara a ideia de que a política é descartada: “Entra político e sai político, não muda nada. Tudo vai continuar para o resto da vida. Saúde, educação: eu não tenho perspectiva que melhore. Eu tenho perspectiva de ter uma vida financeira melhor, para eu ter uma educação melhor, uma saúde melhor, mas, pelo governo, eu não tenho esperança de que vá melhorar um dia. Pequenas melhorias não vão fazer muita diferença. Não sei, tomara que eu esteja errada”.

Sintomaticamente, Wiliam emprega expressões muito similares para, em primeiro lugar, desqualificar a política e, em seguida, apostar em outras vias de investimento de seus recursos. Embora a alternativa na qual ele aposta seja de natureza religiosa, uma saída coletiva, ela não parece contribuir para a recuperação da esfera pública porque sua percepção do papel social desempenhado pela igreja o torna ainda mais cético em relação à política e ao papel do Estado: “Entra político e sai político e está da mesma forma, não muda. A gente acaba fazendo a nossa parte de outra forma: na igreja, no trabalho mesmo da igreja, para ajudar alguém, e esquece esse lado da política porque não resolve, você só perde tempo, só fica estressado. Eu estava vendo um documentário que dizia que a igreja evangélica economiza milhões e milhões do governo em termos de recuperação de drogados, de viciados. A igreja faz isso porque ela vê que, na política, eles não querem saber de nada. Então, nós mesmos vamos fazer a nossa parte. As outras religiões também. Então você vê que sai mais do benefício da religião do que deles mesmos. E não tem recurso nenhum, não se ganha nada com isso. Depois você faz isso que você vai ver que o que eu estou falando é verdade. Então, se nós, que não recebemos recurso de ninguém, exceto dos irmãos da igreja, já fazemos

essa diferença, por que eles não podem fazer também essa diferença?”

Tanto o mercado quanto a religião são considerados alternativas superiores à política em termos de atendimento de interesses e necessidades, ainda mais quando ela parece reduzida a escândalos de corrupção e jogos de poder. Para a população mais pobre, isso acontece porque a política falha sistematicamente em lhes prover serviços públicos de qualidade e necessidades individuais. Para os segmentos mais ricos, porque já dispõem de renda, educação e outros recursos que lhes permitem manter sua posição social privilegiada.

Ainda que, como argumentam Machado e Barros (2009), a transição por “mundos sociais distintos” – referindo-se aos mundos público e privado e por valores característicos de diferentes classes sociais – esteja se tornando cada vez mais um valor entre pessoas - especialmente homens - de classe popular, o mundo da política não é visto como desejável. As mulheres almejam e têm orgulho em afirmar sua competência e seu desejo de afirmar-se no mundo do trabalho, porém não na política. Embora algumas destas mulheres, como D. Luzia e D. Sônia, confessem sofrer alguma admoestação do marido referente ao seu desinteresse político, não há, por parte delas, tentativa de disfarçar sua postura nesse ponto.

Dentre aquelas que afirmam não se interessar de forma nenhuma pelo assunto, há mulheres como D. Sônia, que são líderes em suas áreas de atuação e creem firmemente nas próprias capacidades, mas veem a política como uma exceção, isto é, como uma esfera em que não precisam afirmar sua capacidade por tratar-se de algo que não lhes apetece. Elas declaram sua competência e talento em outras áreas profissionais e, em alguns casos, de participação social, além de também na maternidade – no caso de D. Sônia, o envolvimento na associação e o gosto por trabalhos artesanais, no caso de D. Miriam e D. Eunice, de Samambaia, o trabalho na igreja, para D. Renata e D. Luzia, sobretudo a maternidade, para Michele, o desejo de ser pedagoga, para Gabriela, enfermeira, e para Nara, publicitária.

Apesar de haver este discurso de proteção do próprio senso de competência, o resultado é que a grande maioria das mulheres - e homens - rejeita, em princípio, a possibilidade de vir a participar deste jogo, candidatando-se a algum cargo político. Entre todas as pessoas entrevistadas, apenas quatro – dois homens e duas mulheres – disseram que poderiam vir a candidatar-se ainda que isso não estivesse nos seus planos. A maioria delas – sete homens e seis mulheres - alegou razões morais para a não candidatura ao passo que outras cinco pessoas – dois homens e três mulheres – alegaram impedimentos estruturais e outras pessoas reportaram outros motivos ou não

deram mais explicações.

A questão relativa ao envolvimento pessoal com a política – por meio da participação em alguma atividade política ou da candidatura – suscita diversas reflexões relativas a como se entende a política e de que forma as concepções que se tem a respeito do próprio papel na sociedade se chocam contra uma possível inserção política. Assim, em vários casos, as pessoas pensam em como seus papéis familiares ou suas concepções morais se coadunam com a política e, ainda, em como afastar confortavelmente – em termos de resguardo do seu senso de competência e de moralidade - para longe de si esta esfera de preocupações. Desta forma, o entrevistado entende que está sendo provocado a pensar em como o seu eu se encaixaria no âmbito da política. Ainda que este seja um exercício fictício, visto que nenhum deles estava considerando, de fato, candidatar-se, esta provocação os leva a julgar as características distintivas da política e o seu posicionamento diante dela. Isso, em parte, explica a predominância de argumentos morais para a rejeição dessa possibilidade.

Dado que a política é mais comumente pensada como uma prática permeada pela corrupção, constitui uma questão de honra e autoproteção não se envolver com este campo, tanto para homens quanto para mulheres. Embora se pudesse pensar que a feminilidade – devido aos valores tradicionalmente associados a ela: o altruísmo, a abnegação, o cuidado – tornaria as mulheres mais propensas ao uso de argumentos morais para rejeitar a entrada na política, os homens também fazem extenso uso do discurso de não se deixar “sujar” moralmente pela política. Há ainda o fator, já discutido anteriormente, de que tanto o ceticismo quanto o cinismo levam à inação. Os cínicos tendem a misturar argumentos relativos à crença em que têm a capacidade para candidatar-se à impotência de apenas um ou poucos políticos honestos e, ainda, ao “medo” que têm de corromper-se. Fernando, por exemplo, afirma: “Não gosto de submissão. Ainda mais se essa submissão significa estar envolvido em práticas irregulares. E aí o meu grande medo da política é esse”. Ivo vai no mesmo sentido: “Eu tenho medo de ir para lá e me corromper também. Eu prefiro, até, nem... Se eu for entrar lá com esse meu pensamento, é melhor nem entrar”, assim como Seu Ricardo: “Olha, às vezes, dá vontade, sabe? Mas de uma coisa eu tenho certeza: quem mexe com lama e porco acaba se lambuzando. Eu não quero me lambuzar”. E adiciona também argumentos de outro tipo: “Para entrar numa dessas, ou você tem dinheiro ou você tem uma opinião formada com o público, ser público”. Seu Mário condensa os argumentos mencionados: “Sinceramente, não. Tenho muitas ideias, mas eu tenho que passar essas ideias para uma outra pessoa, talvez. É aquilo que eu te falei: é se candidatar para ficar

na mão dos outros. (...) Lá, eu sei que eu não vou conseguir. Eu posso chegar lá, com a melhor das intenções, mas, na hora que o pessoal vir minhas ideias, eles não vão querer apoiar. Porque eles já estão acostumados”. Seu Gilberto menciona também o “jogo sujo” da política, do qual não quer participar embora afirme que poderia, por ter “um histórico aqui, dentro de Taguatinga. Eu fui muito participativo lá, em Taguatinga Sul” e seu Arnaldo se diz “uma pessoa até extremamente interessada em política, mas em ser político, não”. Por fim, Ana afirma: “Olha, eu sou uma pessoa de fazer, executar. Eu gosto muito de dar ordens, também. Mas eu não tenho, nunca tive, nem dentro da escola, interesse político, de me candidatar a nenhum cargo político. Não tenho. (...) Eu costumo ser muito justa e muito prática”.

A política é vista como um jogo predominantemente de bandidos, entre os quais se encontram alguns “santos” que ficam, porém, de mãos atadas¹⁷¹. A política, portanto, está cheia de pessoas corruptas que utilizam recursos públicos para fazer campanha. É preciso entrar nesse jogo para se eleger. Ou então ir por um caminho que se vê como uma peregrinação de obstinados e de pessoas excepcionais, que não servem como parâmetro para avaliar o campo político.

Outro grupo, formado predominantemente por mulheres, enfatiza a mácula moral que representaria o envolvimento na política. D. Renata, por exemplo: “Nem de longe eu penso (*em tornar-se uma candidata*). Pergunta: *Por que não?* D. Renata: É como eu te falei: eu tenho até preguiça de pensar em política. Então, eu nem me imagino, um dia, me preocupando com isso, nem com dinheiro, que é (*a preocupação de*) praticamente todos. Ou vão pelo poder ou vão pelo dinheiro. Então, eu não me imagino mesmo”. D. Maria, de Taguatinga, diz apenas que “não. Eu considero a Câmara dos Deputados um local de corruptos”. Fabiana se espanta apenas com a menção a essa possibilidade: “Nossa Senhora! Não dou conta, não! (*risos*) Pergunta: *Mas por que você nunca pensou nisso?* Fabiana: “Ah, não! É por isso que eu te falei: política é uma coisa muito suja. Por acaso, a gente se deixa levar. Eu não gosto, não, de jeito nenhum”.

Ainda no grupo das que rejeitam a possibilidade de candidatar-se por motivos qualificados como morais, mas que se traduzem mais na recusa em fazer parte da mesma categoria ou “classe” dos políticos por receio das cobranças que sofrem, está D. Cleide, para quem os políticos são “uma classe que tem muita cobrança e pouco dever de fazer. É fácil: muita coisa para ser resolvida, mas se torna difícil ao mesmo tempo.

¹⁷¹ Nos termos de Alan, de classe popular: “Se entrar lá dentro um santo, mesmo que ele tivesse um projeto bom, uma politicagem bem estruturada, com projetos bons, quando ele chega lá, toda aquela cúpula lá não deixa ele ir para frente com aquele projeto porque se ele for para frente, atrapalha toda a politicagem, atrapalha todo o serviço deles”.

Então, é uma coisa que eu não tenho vontade, nem vou fazer, nem nada”. E também se inclui Gabriela, que, como outra/os, parece pensar nos políticos apenas como parlamentares: “Ah, eu não queria, não! Não tenho vocação para ser política, que é muita responsabilidade. A sociedade cobraria muito, muito. E ainda tem as piadinhas de mau gosto. (...) Num comício, eles falam: ‘Vou fazer isso, vou fazer aquilo’. Na hora que conseguem, às vezes, o governo não tem verba para fazer aquilo e as pessoas falam: ‘Ah, mas você não falou que faria isso e aquilo?’ A sociedade acha que a culpa é do político, mas, às vezes, não é”.

Ao justificar sua posição, as mulheres evitam alegar um baixo senso de competência. Algumas delas salientam que se trata de uma “questão de gosto”, porém não de incapacidade. D. Sônia enfatiza: “É questão de escolha mesmo. É uma área que eu não gosto, não”. Michele – uma das mulheres que responde afirmativamente à pergunta se poderia tornar-se candidata a algum cargo político - faz o mesmo: “Apesar de não curtir muito essas coisas, eu acho” e prossegue: “Acho que eu teria capacidade porque eu iria mudar muita coisa, realmente. Saúde, educação... Não está ruim a educação - algo a melhorar, entendeu? Acho que mudaria muita coisa, apesar de não querer porque não gosto muito dessas coisas, não”. D. Eunice, a outra mulher que considerou tornar-se candidata, fica, a princípio, hesitante, mas depois conclui que sim: “Depende. É como eu te falei: para consertar, para você reclamar do que está errado, você precisa saber consertar. Então, se eu tivesse certeza do que eu estivesse fazendo e do momento em que eu estaria entrando na política, sim, eu me tornaria”. E em outro momento, explica, aproximando-se da noção de política do dia a dia¹⁷²: “No fundo, no fundo, eu sou uma política. (*risos*) Eu sou uma política. Eu procuro é não me envolver. Pelas coisas que a gente vem vendo, a gente tenta se afastar. Mas eu gosto muito. *Pergunta: A senhora acha que faz política no dia a dia da senhora?* D. Eunice: A gente não consegue, de uma forma ou de outra, viver sem fazer política, né? Mesmo dizendo que não quer fazer. De uma forma ou de outra, acho que sim, eu faço política, sim”. E, ao ser perguntada de que forma, ela narra uma conversa que teve com sua vizinha sobre o comportamento dos políticos. Mesmo ela, no entanto, considera que a política dos políticos é imoral, pensando em sua experiência passada de trabalho junto a pastorais da igreja: “Não tem nada que a gente faça que não seja político, né? Mas o certo seria não ser político. (...) Não tem jeito de a gente se cercar, fazer um trabalho sem pedir, às

¹⁷² Outro entrevistado que formula uma concepção de política nos moldes da política do cotidiano é S. Arnaldo, para quem “política está no dia a dia da gente, a gente não tem como fugir. As relações de trabalho são políticas, as situações pessoais, às vezes, são políticas, tudo na vida da gente é uma relação, em maior e menor grau, política, né? Então, não tem como você fugir. Ela é importante. Não tem como ela não ser importante”.

vezes, um apoio político. Até o próprio padre, se ele for fazer um trabalho com a comunidade, e tiver alguém que diga assim: ‘Eu sou político, eu posso te ajudar. Mas eu tenho um interesse de ajudar porque eu quero que você me ajude de tal forma na política’. Vai acabar mudando a consciência do padre e ele acaba aceitando porque não tem outra saída. (...) Vai ajudar, mas de qualquer forma, você fica devendo alguma coisa. É o político, né?”. A despeito de que ela tente salvaguardar algum significado positivo nas práticas políticas, entendidas como trocas escusas, sua concepção é de que a política macula a pureza da religião porque distorce o sentido genuíno do campo que se imiscui com o político.

As pessoas que citam o que estou chamando de “impedimentos estruturais”, isto é, falta de recursos como educação, dinheiro, contatos e outros – revelam também um maior senso de incompetência política, o que indica o quão interligados estão recursos estruturais e orientações simbólicas. Elisabete, por exemplo, julga não ter o “dom” necessário: “Não, porque o político tem que ter um tino, um dom e tal. Tem que ter algumas características para você ser político. *Pergunta: Por que você acha que não tem essas características?* Elisabete: “Não, não, política, não”. Nara, também de classe média, declara simplesmente não ter o “preparo”. Seu Jonas, de Samambaia, é mais explícito em se dizer incompetente para a política: “Minha leitura não dá, não. Não confio nela, não. Confio não”. Jeremias, de Samambaia, também enfatiza a escolaridade: “Se fosse me candidatar eu teria que fazer um estudo, fazer alguma faculdade, algum tipo de coisa assim”. E Camila acrescenta outros argumentos: “Teria que ter uma posição na sociedade, algum grupo para você conseguir pessoas. Porque não tem como ser só: ‘Ah, eu quero ser um deputado’. Mas quem vai votar em você? Ninguém te conhece, não participa de nada. Aí eu acho que fica complicado. Dificuldade até financeira para fazer campanha e tal. Porque esse pessoal que consegue já pega dinheiro do governo para fazer campanha. É muito dinheiro envolvido”. Estas mulheres justificam sua não participação na política institucional com base em argumentos que não se referem ao seu gênero, mas a impedimentos de outra natureza.

Outra razão para o aparecimento de argumentos morais é que a política, por constituir um campo alheio à realidade cotidiana, requer a analogia com outras práticas sociais para que se possa atribuir-lhe sentido. Retorna-se aqui ao argumento de que a família constitui uma “referência simbólica” (Sarti, 2009: 139) para se pensar a política, o que é evidenciado por diversos traços presentes nos discursos. Usam-se analogias com a vida familiar para pensar também a política. Já que ela é vista como corrompida, é preciso reformá-la com os princípios morais da boa educação, cultivada em família:

honestidade, caráter, disciplina e hierarquia.

Portanto, a justificativa dada tanto por homens quanto por mulheres para afastar-se de um campo político imoral é pontuada por referências a valores aprendidos com pai/mãe, como no caso de Fernando: “É algo que a minha mãe me ensinou, eu não imagino a possibilidade de alguém me pegar cometendo um tipo de irregularidade. Então, é questão até de formação mesmo”. E de Ana: “Eu não iria me corromper porque meu pai me ensinou a ser justa e honesta e eu sou. Então, eu seria jogada de escanteio muito rápido porque eu não aceitaria as coisas e não daria certo”. O mesmo raciocínio é usado por outros entrevistados para pronunciar-se sobre como a política poderia ser modificada, o que também é uma forma de os entrevistados, tanto de classe popular quanto média, afirmarem a sua superioridade – ao menos a sua, denegrindo, em alguns casos, os maus modos ou a falta de “conscientização” do brasileiro médio - em relação aos políticos. Eles se dizem portadores de algo que os políticos não têm: valores morais. Wiliam: “Para mudar, eles (*os políticos*) teriam que ter essa conscientização. Ensinar as crianças porque elas vão ser os futuros políticos. (...) Eu acho que a única forma de mudar é dessa forma: ensinando as crianças, as escolas, os pais passando para os filhos. Eu acredito que, se eu entrasse na política, eu faria alguma coisa, como você também”. Elisabete: “A maioria dos políticos tem curso superior, mas falta um pouquinho mais de educação mesmo, caráter, honestidade mesmo. Isso aí, com estudo, não se adquire, não. (*risos*)”. Seu Ricardo complementa: “Hoje, não é educação que faz o indivíduo agir de forma correta. É o conhecimento. (...) Educação é de casa, com a família¹⁷³”.

É bastante recorrente a associação entre as “más” práticas utilizadas por pessoas comuns, no seu dia a dia, e o que os políticos fazem de errado, num argumento repetido à exaustão por diversos entrevistados. Seu George: “Aquilo que ocorre lá no Senado não começa lá não, aquilo começa aqui embaixo. Eu já trabalhei em comissão de licitação, que eu analisava papel (...) E eu tenho que ter isenção porque amanhã, se eu não tiver, ele vai estar lá na minha porta, levando cesta, me dando uísque... É aqui que a gente tem que começar a consertar as coisas, sabendo votar, analisando bem os candidatos”. D. Sônia: “O governo, às vezes, até faz a sua parte, mas nós, como família, não educamos nossos filhos para não estragar um orelhão, não pichar uma parede, então nós mesmos fazemos por onde o governo desviar dinheiro e os outros aproveitam e carregam junto”. E Fernando: “A gente acredita na impunidade desde a fila que a gente fura, até um

¹⁷³ Miranda (1999: 84) assinala também que o uso dos “ensinamentos” aprendidos em família “para separar o certo do errado”, inclusive na política, é prática comum entre religiosos/seguidores da Bíblia.

imposto que a gente sonega. (...) Quem está lá é retrato daqueles que estão aqui fora”. S. Arnaldo utiliza argumentos semelhantes, porém acredita que os políticos impedirão que o povo se “conscientize” e se torne “mais cidadão e mais participativo”: “Eu acho que eles deveriam priorizar a conscientização do povo, mas eles não vão priorizar isso, né?”

Se cabe à família prover os princípios morais que serão utilizados na política, alguns concluem que é a decadência da primeira a responsável pela derrocada da segunda. Como discutido no capítulo anterior, a ordem social mais ampla e a ordem doméstica são vistas como proximamente conectadas. O vínculo que se estabelece entre a casa e a política é resumido na seguinte fala, de seu Ricardo: “Assim como todo mundo fala que a base de toda sociedade é a família, se você tem uma família desestruturada, o país vai ser desestruturado”. Percebem-se mudanças negativas, como a maior intervenção do Estado no âmbito familiar, abalando a autoridade paterna, como notam homens mais velhos: “Se, hoje, você der um tapa num filho seu, você está arriscado a ir preso. E tem menino: ‘Se o senhor me bater, eu vou dar parte’ (*risos*)”; “O Estado está assumindo essas responsabilidades e não está podendo, não está dando conta. O pai, hoje, não pode reprimir o filho”. Esse lamento sobre a redução dos limites de atuação dos chefes de família – contraposto por uma entrada maior do Estado na vida doméstica – pode ser considerado típico de uma perspectiva masculina porque se refere à perda de poder por parte de homens.

De forma geral, há um pesar pela perda de uma ordem social que se supõe ter havido em tempos passados – que entrevistados mais velhos contam ter vivido – em que a criação dos filhos era mais rígida e as leis eram mais cumpridas ou havia menos violência. Seu Mário, por exemplo, transita, em sua fala, entre o mundo da casa e o mundo público como se não houvesse distinção: “Quando você perde o respeito dentro de casa, ninguém te obedece mais. Seu filho não te obedece. (...) Eu vejo o exemplo de quando eu tinha 18 anos. Era difícil você ver um jovem dirigindo sem carteira, antes dos 18, porque tinham medo da polícia, porque o pai não deixava, porque o irmão não incentivava. Hoje não, hoje com 12, 13 anos, o moleque está dirigindo e é um orgulho para o pai. (...) Está faltando o punho, uma ordem. Aqui, no Brasil, não tem isso. Você pode pegar uma multa ali, mas você liga para o parente, que liga para o senador e tira sua multa, o juiz te libera, tira sua multa do sistema. Sempre tem isso. Agora, o pobre não, o pobre paga, que ele não tem esse contato. (...) Falta a lei e falta quem execute a lei”. Esse tipo de denúncia da falta de ordem está invariavelmente associada, nas entrevistas, a reclamações relativas a questões que vêm sendo bastante discutidas em tempos recentes - maioridade penal, casamento homossexual e pena de morte -, que não

serão aprofundadas aqui¹⁷⁴.

A lembrança de tempos passados considerados mais pacíficos está relacionada também à avaliação que se faz da ditadura militar¹⁷⁵. Em diversas falas, este é lembrado como um período de maior “organização da ordem pública”, nas palavras de Seu Mário, “consciência de comunidade”, nos termos de seu Arnaldo, “o presidente mandava no Brasil e o povo obedecia, o povo tinha medo, o povo tinha respeito”, para seu Ricardo, e “cada um respeitava o outro, o Brasil era mais organizado”, para Denise, jovem universitária de classe média, citando a opinião de seu avô. Chama atenção a repetição de argumentos relativos ao melhor combate à violência pela polícia – Seu George, Seu Jonas, Seu Mário – “o bandido sabia que sofreria consequências duríssimas”, “a polícia teve que atuar firmemente para dar essa tranquilidade”, “não tinha mole para bandido, não”. Citam-se ainda outras vantagens, tais como: menor corrupção, a existência de apenas dois partidos impedindo o tipo de fisiologismo e barganhas políticas que se verificam hoje e a repressão como um “estopim para acontecer uma revolta”, no dizer de Ivo. As ressalvas feitas por alguns (“aquele tempo era muita escravidão”, “para você ter isso aqui organizado, tem que impor desrespeitando os direitos”, “a gente não pode negar que todo Estado autoritário não deve ser aceito”, “não tinha liberdade de expressão”), não anula o fato de que, para vários, o saldo final seja favorável aos militares. Ao fim e ao cabo, para Seu Jonas: “As pessoas que vêm direitinho mesmo, do seu trabalho para casa, fazem suas coisas todas certas, de todo jeito é bom”. D. Maria, de Taguatinga, tem a mesma opinião e julga que sua vida “continua a mesma porque eu sempre trabalhei, né? Particular”.

Há diversas respostas femininas – de mulheres com perfil equivalente ao dos homens citados acima – que são mais reticentes em expressar uma opinião sobre o assunto. As respostas dadas por D. Eunice, D. Miriam, de Samambaia, Fabiana, D. Luzia, Michele e Camila são, respectivamente: “Era um regime muito forte, né? Não tenho muito o que falar, não, mas eu acho que sim (*em resposta à questão se mudou*

¹⁷⁴ Seu José, por exemplo, atribui à “lei dos direitos humanos”, que considera “uma palhaçada”, as alterações nas relações pai-filhos. Seu Mário considera que as leis não são cumpridas porque os infratores presos são liberados em seguida por serem menores de idade, opinião respaldada por seu Jonas. A pena de morte também é bastante reivindicada, tanto para políticos corruptos (seu Gilberto) como para bandidos (seu Ricardo). E a homossexualidade é vista por seu Ricardo como totalmente oposta à “cultura do povo” e ele prevê um cenário catastrófico até que haja um “consenso popular” sobre esta questão: “muita gente vai morrer, muita gente vai sofrer, muitas famílias vão se acabar, outros vão fugir”.

¹⁷⁵ Referências à “ditadura militar” foram abandonadas porque havia dificuldade de entendimento por parte de alguns entrevistados e também porque a própria expressão poderia incomodar entrevistados mais conservadores. Então a pergunta foi reformulada para: “Você acha que mudou alguma coisa no Brasil/na sua vida depois do fim do governo militar e início do governo civil?” Outros termos também ouvidos durante o campo foi “militarismo”, e “tempo do Figueiredo”.

alguma coisa no Brasil com o fim do governo militar); “Eu não tenho muita lembrança”; Não sei te responder”; “Eu não sei nem o que é isso”; “Não, está do mesmo jeito”; “Ah, isso eu não vou saber te falar. Governo militar é que era muita ditadura, era mais difícil, mas eu acho que sim (*em resposta à mesma questão*). Eu acho que hoje são mais fáceis as coisas, mas eu não vou saber te falar exatamente o quê”.

No entanto, há também respostas condenatórias à ditadura, vindas tanto de mulheres quanto de homens - sobretudo, mas não apenas -, de maior escolaridade. O que sobressai nos discursos que celebram o fim do governo militar são, principalmente, as referências à liberdade de expressão, mas também, no caso de Gabriela, a condenação à tortura: “Na época do regime militar era muita tortura, muita tortura. Uma coisa sem sentido nenhum, o regime militar. Só os militares mandavam, só eles podiam, eles mandavam na sociedade. Era coisa sem sentido, não tinha mérito nenhum deles. Eu acho muito bom ter acabado mesmo, uma coisa muito importante”. Nara e D. Renata afirmam, respectivamente: “Eu acho que o regime militar.. Deus me livre! (*A democracia trouxe*) Direitos de expressão, de ter sua opinião própria”; “Eu acredito que tenha sido positiva (*a mudança de regime*). Até pelos comentários de pai, de gente mais antiga, eu acho que foi positivo. Porque antes eles diziam sempre e eu vejo falar nas reportagens que, antigamente, você não podia nem falar, se manifestar. Então, eu acho que, hoje em dia, o pessoal está mais livre, mais solto”. As falas masculinas reforçam pontos semelhantes, como a de Jeremias: “Eu acho que o cidadão teve mais voz ativa, pode falar mais, pode questionar mais. Antigamente, não era assim”. E mesmo William, que tem o sonho de tornar-se militar, pondera: “Na época da ditadura, o quanto a pessoa sofria, né? Não tinha liberdade de ir e vir, você não tinha liberdade de expressão, expressar o que você pensa, inclusive essa nossa conversa que nós estamos tendo hoje, para eles já era proibido, não podia falar nada do que eu estou falando aqui”.

Essa discussão se vincula à da predominância de valores familiares/hierárquicos, em oposição a valores individuais/autônomos. A avaliação, por muitos, da ditadura com base na referência à ordem social e familiar é um indício do quão presentes tais valores continuam a ser. A sugestão de que a família capaz de prover uma boa educação é a chave para a reforma da política também sugere a imbricação entre valores políticos e sociais. Como exposto no capítulo anterior, há diversas queixas de que as famílias não sejam mais como eram antes, que o pai não goze do respeito absoluto de tempos passados, e de que as meninas não sejam mais tão recatadas. As mudanças no comportamento das mulheres – mulheres frequentando bares, meninas tendo relações sexuais aos treze anos, gravidez na adolescência, “mocinhas que atacam homens” –

exemplos citados no capítulo anterior, são usadas como indício de que as coisas não são mais como antigamente.

5.3.1 Feminilidade, masculinidade e política

Entrando mais especificamente em como noções de feminilidade e masculinidade se imbricam com representações sobre política, será abordada, em primeiro lugar, a questão de como papéis familiares femininos e masculinos são usados como referência para pensar a inserção de mulheres e homens na política. A esse respeito, há evidências empíricas e argumentos teóricos que apontam no sentido de que a organização familiar tenha implicações políticas. Além do fato, já exposto, de que as famílias constituem *loci* de discussão política, o que pode ser positivo em termos de engajamento político das mulheres, há outros fatores referentes à organização familiar que beneficiam mais os homens que as mulheres. Burns *et al* (2001) argumentam que a família tem efeitos indiretos sobre a participação política de homens e mulheres, empurrando homens para o mercado de trabalho e para instituições religiosas, o que lhes confere vantagens em termos de recursos e oportunidades de participação, e mantendo as mulheres em casa quando as crianças são pequenas. Além disso, os autores concluem que a hierarquia doméstica – fator apontado pela teoria feminista e já abordado anteriormente – tem também impacto negativo sobre a participação feminina de forma que mulheres são mais ativas quando se expressam livremente em discussões políticas em casa e homens também se tornam mais ativos quando controlam em maior medida as decisões financeiras em âmbito familiar.

A existência de uma “chefia familiar”, já discutida no capítulo anterior, também diz respeito claramente a uma hierarquia doméstica ainda bastante presente, a qual permite que se pense no que pode haver de comum entre ambos os tipos de poder: o patriarcal familiar e o político¹⁷⁶. Da mesma maneira com que centram suas concepções de cidadania e suas ideias sobre as origens dos males políticos em fatores relacionados ao âmbito privado/doméstico, fazem-se analogias entre o papel dos governantes na esfera pública e o papel do chefe de família. Falas como a de seu Mário, que estabelecem uma clara continuidade entre as linhas de comando privadas e públicas, enfatizam que o pai de família deve se fazer obedecer assim como o governante deve saber impor a ordem. Ao ser perguntado sobre como avalia, em linhas gerais, o período referente ao militarismo, após falar sobre suas muitas vantagens e poucas desvantagens,

¹⁷⁶ Sarti (2009: 140) argumenta que “a família, com seus códigos de obrigações, é um linguagem por meio da qual traduzem o mundo” e que “é esta especificidade que define o horizonte de sua ação política”.

ele responde com a frase já citada, que marca o que considera deva ser o princípio de atuação daquele que bem governa sua casa ou seu país: “Quando você perde o respeito dentro de casa, ninguém te obedece mais...” O papel dos governantes é concebido por analogia com o papel do pai de família. É esperado que se usem princípios e valores empregados em outras esferas também na política visto que a exigência de que a vida faça sentido abrange também a esfera política – ainda que, para muitas pessoas, a política permaneça como um campo propositadamente distante e obscuro – e é preciso responder a esta exigência aplicando algum princípio explicativo conhecido. O padrão de divisão sexual do trabalho vigente em casa é também utilizado na política até porque as concepções que o respaldam não constituem guias apenas para relações familiares, mas para o entendimento de todo o mundo social.

A interrelação entre representações de gênero e de política pode ser comparada à conexão entre representações de gênero e um arcabouço de visões religiosas que prescreve os lugares de mulheres e homens tanto na religião quanto na família. Na narrativa de entrevistados, a questão sobre o militarismo se relaciona a ideias sobre ordem, organização das questões públicas, segurança pública e preservação da ordem familiar tradicional. A questão do casamento gay, por exemplo, é frequentemente condenada com base em princípios religiosos que também são usados para pensar sobre como a ordem civil deve estar organizada.

Essa mesma linha de argumentação pode ser usada para justificar que cada um – pais de família, de um lado, governantes, de outro – fique em seu lugar. Como visto, o cidadão comum faz questão de afirmar a dignidade de seu modo de vida, que gira, em grande parte, em torno de papéis privados/domésticos, em oposição à indignidade dos políticos. A face política da masculinidade¹⁷⁷ fica frequentemente em segundo plano. Seu Ricardo, por exemplo, enxerga um dilema entre papéis familiares e outros e dá precedência ao papel paterno: “Como cidadão, que participa das coisas, eu até que gostaria muito. Mas, se eu desviar essa energia que eu tenho para minha vida, para minha família, se eu desviar para outra coisa, em uma das coisas eu vou comprometer, né? Você vê que um bom político não é um bom pai. Um bom profissional não é um bom marido porque ele vai se dedicar muito à empresa e vai deixar a desejar junto à

¹⁷⁷ Gutmann (2003: 35) afirma que, para Fuller (1997), a masculinidade entre homens de classe média no Peru está configurada ao redor de três eixos: o da hombridade (*manliness*), doméstico e exterior (referente ao trabalho e à política) e que cada homem se depara com as diferentes demandas colocadas por estes eixos ao longo da vida, às vezes privilegiando um ou outro a depender do seu posicionamento no ciclo de vida.

esposa, à família¹⁷⁸”. Está implícita também a ideia, congruente com a de que as raízes dos problemas políticos encontram-se na vida cotidiana, de que a provisão de uma boa educação doméstica – responsabilidade do pai de família – já é uma contribuição suficiente para a política.

As explicações relativas à predominância dos homens na política e à baixa presença de mulheres nesta esfera frequentemente recorrem a analogias com noções mais amplas de masculinidade e feminilidade. Como argumenta Gutmann (2003), os modelos hegemônicos de masculinidade estão apoiados sobre relações de dominação masculina no âmbito doméstico e nos demais âmbitos sociais, reforçadas, como sublinham análises de casos latino-americanos, pelos impactos deixados por anos de regime militar, inclusive sobre o imaginário da sociedade brasileira a respeito da ordem como valor, como discutido.

A relevância da socialização de gênero, que transmite o conteúdo dos papéis masculinos e femininos, para o entendimento de como se articulam os discursos políticos fica evidenciada pela forma como a casa e a política se interrelacionam. A resposta de Camila ao porquê da prevalência dos homens na política, é emblemática do entendimento da inserção dos homens na política com base no seu papel doméstico: “Eu acho que, por causa até da sociedade, que o homem comanda: é o homem que lidera até a casa. De uns tempos para cá é que a mulher começou a aparecer mais. Mas eu acho que é por causa disso mesmo: passa de geração em geração, homem é que está ali no controle”.

A fala de D. Miriam de Samambaia sublinha a busca de poder na política como extensão do poder detido pelos homens em outras esferas: “Eu acho que, os homens, é para ter mais poder; ele já tem aquele poder por ser homem, né? Aí, na política, dobra mais aquele poder”. Tratar-se-ia de um mecanismo que se inicia fora da política – neste caso, associado à essência mesma da masculinidade – e que se difunde para ela porque esta é a esfera por excelência de aquisição de poder.

Se se entende que o papel familiar do homem o impulsiona em direção à política, o da mulher é visto como limitador de seu engajamento político. No depoimento de Seu José, de Samambaia, que preside uma associação, fica explícita a ideia de que as candidatas a cargos políticos enfrentam oposição cerrada em casa: “Ela

¹⁷⁸ A fala de Seu Ricardo, um homem que se diz religioso e devoto pai de cinco filhos, ilustra o modelo de masculinidade discutido por Michele Santos *et al* (2001), definido em torno da convivência familiar e da felicidade no lar. Trata-se de uma espécie de privatismo católico que reforça a importância da paternidade, mas não questiona estruturalmente a divisão sexual do trabalho nem a submissão feminina ao homem.

(*qualquer mulher*) vai sair candidata e o marido não mexe com política: é o que termina causando separação. Isso a gente já viu muito por aí. Na época de política, é igual a carnaval, né? Eu vi muitos casamentos acabarem em época de campanha política, aqui. Mulher trabalhar na política, marido não gostava: aquele negócio, né?”. Por outro lado, Fernando, jovem de classe média, recorre ao papel maternal feminino para explicar por que seria desejável que houvesse mais mulheres na política (ainda que prefira lidar com homens do que com mulheres em cargos de chefia): “Eu acho que a mulher tem o dom de administrar muito bacana, muito suave. Tiro o exemplo da minha mãe: administra uma casa, um trabalho, filhos, estudo e tal. Só por conta disso, a mulher já é mais capacitada que o homem. Na essência, sem média, sem demagogia, acho mesmo”. A justificativa que ele provê para sua opinião a respeito da capacidade de gestão das mulheres – o desempenho de sua mãe na gestão de sua vida profissional e familiar – reforça o uso do padrão de pensar em relações familiares como bússola para a política.

Se a admissão de que os papéis familiares ainda privilegiam os homens politicamente – o que indica uma permanência – há, por outro lado, a percepção de uma mudança. Como a fala de Camila sugere, a maioria das pessoas entrevistadas nota que as relações de gênero estão mudando e as mulheres, começando a entrar na política¹⁷⁹. A feminilidade, tal como entendida predominantemente, impõe obstáculos à entrada da mulher na política, mas também lhes proporciona algumas vantagens, recursos que podem ser usados politicamente.

A começar pela maternidade, que, como visto, está na base da identidade feminina, e que também pode e tem sido mobilizada politicamente. Como sugere Costa (1983: 73, citada por Santos (2001: 58), a valorização da maternidade imputa à mulher a condição de “mediadora entre os filhos e o Estado”. Mães são agentes políticas e portadoras de reivindicações ao Estado. Como visto, mulheres, em especial as mais pobres, interagem mais com agências públicas e, argumenta-se, tendem a ter posições mais favoráveis à provisão de políticas sociais que homens. O trabalho de cuidado lhes oferece uma perspectiva única sobre o papel do Estado. Ao responder o que os políticos deveriam priorizar, D. Luzia menciona a saúde e acrescenta: “Quantas vezes eu já fui

¹⁷⁹ Todos os entrevistados que foram questionados se haveria maior presença das mulheres na política hoje do que antes, responderam que sim. Nesse sentido, a política é um campo mais marcadamente masculino do que o religioso dado que inexistem dúvidas sobre a preponderância de homens na política ao passo que o mesmo nem sempre se dá em relação às igrejas. A questão do aparecimento recente de mulheres na política não passa despercebida, mas não chega a constituir objeto de reflexão ou surpresa. Assim, há respostas que acusam a simples e completa desconsideração de questões como essa: “Não, sei, não tenho nem ideia”; “para mim, tanto faz”. Outros posicionamentos sobre esse ponto serão analisados em articulação com os discursos relativos à compatibilidade entre feminilidade e política.

morrendo para um hospital e volto pra casa do mesmo jeito? Não se consegue uma consulta. Meu filho, um dia desses, caiu, a gente ficou lá na fila, não conseguiu atendimento”. E D. Cleide faz referência explicitamente à sua condição de mãe para reclamar a atuação do Estado: “Nós, mães, primeiramente, temos que ser de casa. Porque o governo só manda a conta, né? O governo não sabe o que eu estou passando com ela (*sua filha*), mas eu sei, então eu tenho que fazer a minha parte e eles têm que fazer a deles. (...) Porque o governo está deixando a desejar nessa parte. Ele teria que melhorar muito o lado da infância, ajudar os filhos que pedem socorro. (...) Trabalhar mais na adolescência. Se está uma roubalheira, é falta de trabalho, falta de curso, porque nós, pais, sozinhos não damos conta. Então, nós temos que ter ajuda”.

Outro recurso ambivalente (no sentido de portador de potencialidades e riscos) de que dispõem as mulheres, também relativo às concepções prevalentes sobre feminilidade, diz respeito à existência de um “estereótipo benevolente” – nos termos de Sapiro (2003: 616) - que, embora redutor e restritivo, dado que constitui um estereótipo, pode ser usado politicamente em favor das mulheres. Sapiro argumenta que a literatura sobre estereótipos de gênero sugere que eles podem ser tanto “benevolentes” – de acordo com os quais as mulheres são mais compassivas e, neste caso, o estereótipo atua por meio de “paternalismo protetivo e cavalheirismo” – quanto “hostis”, operando por meio de exclusão e classificando as mulheres como emotivas em excesso. Pensar sobre as mulheres e sua relação com a política, tal como a entrevista convida os respondentes a fazer, implica realizar operações mentais de oposição aos homens. Para Kraus (1993: 170), a construção da identidade de gênero requer um trabalho de “distinção, um trabalho que consiste de exclusões, simplificações, opressão de ambiguidades a respeito do conceito antagonístico de masculino e feminino”. Isso quer dizer que as representações de gênero tendem a opor homens e mulheres. Assume-se que mulheres são pessoas “maternais”¹⁸⁰ – emotivas, honestas, dispostas a agradar o outro, mais presas à “moral relacional” (Machado e Barros, 2009: 371) e ao “valor-família” (idem) e homens são o oposto disso. Essa distinção segue a linha da “ética do cuidado” e da “política ética”, já referenciada anteriormente e baseada em autoras como Chodorow e Elshtain.

¹⁸⁰ Aguilár, Cunow e Desposato (2013: 3) argumentam que tende haver uma preferência por candidatas femininas quando os assuntos proeminentes na disputa eleitoral dizem respeito a questões sociais, às quais as mulheres estão mais associadas.

5.3.2 Discursos sobre feminilidade e política e os casos de Dilma, Weslian e Marina

Há três tipos de discursos sobre a compatibilidade entre feminilidade e política. Tanto o primeiro quanto o segundo tipos partem da visão do estereótipo benevolente, que chamo de “feminilidade virtuosa”, mas fazem conclusões distintas sobre a desejabilidade da entrada das mulheres na política. O primeiro supõe que as mulheres podem aportar características da feminilidade para o mundo da política, transformando-o. Celebra-se a entrada de mais mulheres na política por este motivo e tende-se a assumir que não haveria obstáculos estruturais ao incremento deste fenômeno. Assim como outros campos sociais, a política foi apenas recentemente aberta às mulheres e é uma questão de tempo até que elas atinjam o mesmo grau de presença dos homens. No entanto, há também a crença em que, por terem características distintas do que predomina na política, as mulheres a evitam. Nesse caso, haveria uma incompatibilidade entre feminilidade e política derivada da percepção de que mulheres, percebendo a política tal como ela é, se intimidam e não a buscam.

O segundo tipo de discurso considera que a política muda as mulheres, e não o contrário. Em lugar de transformar a política, melhorando-a, as mulheres é que são corrompidas quando nela penetram. Por causa disso, elas também evitam a política e a política as evita, isto é, a política dispõe de um arcabouço institucional ou está inserida num contexto social mais amplo que restringe a participação feminina.

Em seguida, analisar-se-á como esses discursos aparecem nas falas e como eles se aplicam a duas candidatas de características em vários sentidos opostas¹⁸¹: a presidenta Dilma Rousseff e a candidata a governadora nas últimas eleições no Distrito Federal Weslian Roriz, esposa do ex-governador Joaquim Roriz, que se tornou candidata após o impedimento do marido¹⁸².

Feminilidade e política são compatíveis e é desejável que o sejam. Essa é a visão expressa por mulheres e homens que são convidada/os a pensar sobre por que a presença de mulheres na política não é tão grande quanto a de homens e o que pensaram a respeito da candidatura de mulheres para a Presidência da República nas eleições passadas. O raciocínio expresso por muitos consiste em aplicar à política as

¹⁸¹ As últimas eleições no DF representam um caso interessante para comparação de como são avaliadas mulheres candidatas de perfis distintos – em termos de feminilidade – para dois cargos de alto destaque no Poder Executivo.

¹⁸² Joaquim Roriz renunciou à candidatura após ter sido impedido pela Lei da Ficha Limpa no Tribunal Superior Eleitoral. No mesmo dia, 02 de outubro de 2010, a candidatura de sua esposa pelo Partido Social Cristão foi lançada.

representações dominantes sobre mulheres - o estereótipo benevolente¹⁸³ a respeito da feminilidade virtuosa-, isto é, supor que as mulheres se comportariam na esfera política assim como fazem em casa, isto é, como mães honestas, emotivas, sensíveis etc. Assim, dado que a presença das mulheres na política ganhou proporções maiores nas últimas eleições, a novidade deste fato é recebida por muitos (a maioria da/os entrevistada/os) com bons olhos. Para este grupo, o gênero pode ser considerado um atributo que permite prever honestidade num grau que muitos não atribuem ao curso superior, por exemplo, embora não haja esta comparação nos discursos. Vários dos que julgaram que a educação doméstica - em geral, provida pelas mulheres - é mais efetiva em garantir um bom comportamento do que a escolaridade também consideram que a maior “sensibilidade” feminina teria serventia na política.

As representações das mulheres entrevistadas - independentemente de classe social - não distam muito das representações masculinas sobre as mulheres. Além disso, tanto elas quanto eles explicitam suas representações sempre de forma comparativa, o que confirma que a identidade de gênero se constrói pelo antagonismo entre feminino e masculino. D. Renata, por exemplo, acredita que “mulher é muito voltada para o sentimento. Eu sempre acreditei nisso. Então eu sempre achei que elas olhariam para o lado da pobreza, da carência. Eu acho que a mulher pensa mais com o coração. Então, eu acho que a maioria dos homens é muito endurecida, muito prática com as coisas. Eu acho que as mulheres, mesmo sendo no quesito política, eu acho que seria melhor”. D. Maria, de Taguatinga, tem opinião parecida: “A mulher é mais calma, tem mais firmeza, eu acho que a mulher tem mais firmeza do que o homem. (...) A mulher tem mais medo de roubar porque, dentre vários (*políticos envolvidos no escândalo do governo Arruda*), só teve a Eurides Brito¹⁸⁴. (...) Eu acho que elas têm mais medo de ir para a cadeia do que o homem”. Camila reforça o ponto de que os escândalos políticos em geral não envolvem mulheres: “Não sei por que, mas eu acho que as mulheres são mais honestas. Na política, você vê pouco escândalo envolvendo mulher. (...) Então, eu acho que mulher tem mais esse lado de honestidade. Se faz alguma coisa, é (*risos*) na moita, né? Homem é mais esparrado”. D. Luzia também compara: “Mulher tem o coração mais

¹⁸³ Segundo Biernat e Kobrynowicz (1999), estereótipos de gênero tendem a ser usados na avaliação de pessoas a respeito das quais pouco se sabe além de seu gênero. Estereótipos de gênero podem ser definidos de forma ampla como “séries estruturadas de crenças sobre os atributos pessoais de mulheres e homens” (Ashmore e Del Boca, 1979: 222, citados por Biernat e Diane Kobrynowicz (1999: 76), crenças que incluem “componentes pictóricos, comportamentais e afetivos”.

¹⁸⁴ Trata-se da então líder do governo na Câmara Legislativa do Distrito Federal, a deputada distrital Eurides Brito (PMDB), que foi flagrada recebendo propina no chamado “Mensalão do DEM”.

mole do que o homem. Eles parecem não pensar em ninguém, não têm dó”. D. Sônia: “Eu acho que a mulher dirige melhor. Você não me viu falando que eu vejo lá na frente? Eu não vejo aqui agora, eu vejo é lá na frente. E o homem não, ele vê aqui agora”.

No caso dos homens, argumentos semelhantes são utilizados: menor corrupção associada às mulheres (“Você já viu - deve ter, não vou dizer que não tem - mulher corrupta? Você já viu envolvida em alguma coisa? É muito difícil, não é?”); “Mulher não tem muito instinto de roubar, não. É muito difícil você ver uma mulher metida em coisa errada”) e características da feminilidade que fariam a mulher agir com mais cuidado (mulher é mais centrada, homem é mais afoito) ou de forma mais sentimental (“A mulher tem mais misericórdia do ser humano, o homem é mais durão. A mulher é mais amorosa, mais compreensiva”;) e/ou com maior preocupação pelo bem-estar social: (“o olhar da mulher, a palavra da mulher, em questões sociais, isso é muito importante”; “Se ela é motivada mais pela emoção do que pela razão, então, ela vai olhar para aquela pessoa que está passando dificuldade e vai se colocar no lugar dela e: ‘Eu vou tentar fazer alguma coisa. (...)’ O homem é muito razão: ‘Ah, ele está lá? Não estou nem aí. Eu estou aqui, eu estou bem’. E, geralmente, esses que são mais... recebem o preconceito da sociedade. Então, é melhor botar mulher que ela não vai receber o mesmo preconceito, da mesma forma. Porque ela é um outro gênero, mas é o gênero dela, entendeu? Não é um homem com gênero de mulher. É o gênero dela “).

Como visto, os principais pontos positivos, elencados por mulheres e homens, potencialmente agregados pela mulher à política são a honestidade e o olhar para questões sociais. Logo, o lugar que se imagina poderia ser ocupado pelas mulheres na política é o do social – um local de menor prestígio e poder dentro do campo político. Como bem explica o último entrevistado citado – Ivo, jovem de classe média -, a emotividade e o sentimentalismo são características estranhas ao campo político e discriminadas por ele. No entanto, ele faz a suposição errônea – segundo Okin (1989) - de que esses traços poderiam ser bem-vindos em mulheres ainda que não o sejam em homens.

O otimismo dos portadores deste discurso – embora ele/as não sejam os únicos a manifestar tal crença - os leva a, em muitos casos, acreditar que as mulheres poderão eleger-se e ocupar uma proporção cada vez maior de postos políticos com base neste capital advindo do estereótipo da feminilidade. Neste sentido, a eleição de uma mulher para presidente é entendida, por alguns, como prova de que não há mais obstáculos às mulheres na política – quer seja no que se refere à sua circulação no campo político ou ao seu desejo de entrada nele (e de que, caso mais mulheres queiram, elas poderão

entrar, sem maiores problemas).

A progressiva entrada de mulheres em campos dos quais estavam ausentes – o mercado de trabalho, a educação e, agora, a política –, é entendida como um mesmo fenômeno, que tenderia a se intensificar também neste último como tem acontecido nos demais. Isso se deveria, no entender de diverso/as entrevistado/as, à maior disposição feminina (“hoje em dia, a mulher está mais aberta, estudando, buscando conhecimento, descobrindo que tem potencial tanto quanto o homem, e conseguindo, sim, entrar na política e ajudar, de certa forma, ter força, ter voz ativa e tudo”, para Elisabete; “as mulheres pegaram, tomaram conta, há pouco tempo. Ainda está..., mas se os homens forem vacilando, como estão mesmo, as mulheres tomam conta”, para Seu Jonas; “Antigamente, as mulheres não tinham muita voz ativa, nos tempos passados. E agora, o pessoal foi abrindo mais a mente e ganharam o direito de votar porque nem votavam há um tempo atrás. E, agora, quiseram se candidatar”, para Jeremias; “Eu acredito que vai chegar o tempo que vai acabar ficando até mais mulher. (*risos*) A mulher está tomando espaço mesmo. (...) Quando muitas mulheres quiserem, acredito que vai ter muita mulher. Acho que é por isso, acho que não é porque as pessoas não acreditem na mulher, não”, como sugere Wiliam; “De repente, elas querem mudar esse preconceito, essa barreira de que só homem pode se eleger”. *Pergunta: Você acha que tem uma barreira na política contra as mulheres?* Denise: Agora não, mas eu acho que, antes, sim”; “As mulheres estão querendo mais – como que eu posso colocar isso? -, estão vendo que têm espaço e querendo ter mais espaço, é isso”, para Nara.

A eleição de Dilma à Presidência pode ter contribuído para o acirramento deste discurso voluntarista de que as mulheres não encontram obstáculos em sua progressiva ascensão social. Este fator parece representar uma mudança nas representações relativas à composição do campo político. O risco é de que este tipo de interpretação seja associada, como parece acontecer, à conclusão de que as desigualdades de gênero na política já foram banidas. Tanto para Nara quanto para Denise, jovens de classe média, a aparição de mulheres candidatas nas últimas eleições sinaliza a plena aceitação de mulheres no campo político. Nara celebra este fato: “Ah, muito bom! Mostra que todo mundo é igual. Não tem essas coisas de gênero. Eu acho. Se a pessoa é capaz...” Analogamente, seu George crê na hipótese, levantada pela literatura¹⁸⁵ e bastante pertinente, de que mulheres eleitas atuarão como modelos, mostrando às cidadãs comuns que o campo político também pertence a elas: “Nas próximas eleições, você

¹⁸⁵ Por exemplo, Kittilson 2005, citada por Schwindt-Bayer(2011).

pode ter certeza que vai ter um número bem maior (*de mulheres eleitas*). Com essa atuação da Dilma, com a aprovação que ela está tendo aí...”

Os recursos da feminilidade que se supõe poder reformar a política são, no entanto, os mesmos que podem afastar as mulheres deste campo. D. Márcia, de Taguatinga, considera que a presença maior de homens na política se deve a que “nem todas as mulheres têm coragem de enfrentar uma política” e que os homens têm esta coragem “porque eles já vão no pensamento de roubar”. Se, para D. Miriam, a “coragem” masculina não é louvada, mas desqualificada, dado que a política é o que é¹⁸⁶, para Gabriela, a falta de coragem e vontade feminina também não é censurada, mas apenas vista como um traço distintivo de gênero: “Às vezes, os homens gostam mais de política do que as mulheres. As mulheres gostam de comentar mais sobre política, mas o homem gosta de se amostrar mais, ele gosta mais de dizer assim: ‘Não, eu vou entrar, vou tentar’. A mulher já não pensa em entrar para a política, ela gosta mais de falar sobre política. Só não tem coragem de entrar para assumir um cargo”. A política é vista como uma atividade que requer agressividade e racionalidade instrumental estrita, mais do que princípios. Dado que são menos propensas à corrupção que homens, as mulheres fogem dela.

5.3.2.1 Gênero como critério para representação política

Como regra geral, não há um clamor para que mais mulheres entrem na política – ainda que se reconheçam as qualidades agregadas pelas mulheres ao campo e que a feminilidade possa não ser vista como um empecilho à entrada nele. Se não é visto como empecilho, porém, tampouco constitui um trunfo. O discurso de que mulheres moralizam a política – ainda que usado por candidatas a seu favor, como argumenta Barreira (1998: 26) – parece construído para dar conta da singularidade deste “novo” ator político, mas não para orientar a avaliação de eleitora/es sobre as candidaturas femininas. Se o estereótipo de gênero é acionado para responder à questão da possível existência de diferenças entre mulheres e homens na política, isso não se conjuga com um potencial desejo de ver mais mulheres ocupando cargos políticos. Isso porque a dimensão de gênero simplesmente não é percebida como uma questão para a eleitora/o eleitor comum (“para mim, tanto faz”, “nunca parei para pensar nessa questão, não”) ou, ainda, porque não se considera que o gênero seja um critério legítimo para pautar a ocupação de cargos públicos.

¹⁸⁶

Trata-se de um raciocínio um tanto paradoxal de que, ao mesmo tempo, se comemora a recusa das mulheres em participar da “política corrupta” e se destacam as virtudes que elas poderiam aportar.

Poder-se-ia supor que, no caso das mulheres, os discursos sublinhados indicariam uma tendência a crer na representação feminina como uma forma de “política de presença” (Phillips, 2001), isto é, uma forma de representação que levaria ao campo político características da feminilidade que permitiriam às mulheres identificar-se com suas representantes, enxergando nelas traços positivos de gênero. No entanto, há poucas razões para crer que mulheres fariam sua escolha eleitoral com base no gênero das candidatas. Além disso, os elogios à mulher na política apenas surgem quando se levanta este tema específico, mas não quando se questiona a respeito dos políticos e da política em geral.

Como argumentam Burns e Kinder (2011), as mulheres estadunidenses demonstram capacidade muito menor de identificação grupal de gênero do que os negros em relação a raça – o que se traduz numa identificação muito maior de negros do que de mulheres com o Partido Democrata, que defende temas feministas em maior medida. O mesmo poderia ser dito para o Brasil em relação à baixa identificação de gênero e, portanto, à pouca relevância política da identidade de gênero. O gênero não aparece nos discursos como uma identidade significativa, em termos políticos, para as mulheres entrevistadas. Há uma condenação moral padrão à escolha eleitoral baseada no gênero da candidata, o que se verifica pela ênfase em afirmar que não se votou em Dilma/Marina/Weslian ou em qualquer outra candidata por se tratar de mulheres, mas por outros critérios que se julgam mais relevantes/aceitáveis: i) competência e projeto político; ii) no caso de Dilma, e, em maior medida, Weslian, confiança na indicação de Lula e Roriz; iii) filiação religiosa da candidata, no caso de Marina. Em seguida, analisar-se-á como a categoria gênero interage com cada uma destas outras narrativas.

No caso da primeira – a que enfatiza a competência técnica e/ou a trajetória política em detrimento do gênero -, há uma preocupação em afirmar que se conhecem e se seguem os códigos de conduta próprios ao campo político – sendo que o de gênero não é um deles (ao menos não no caso das candidatas). Assim, Jeremias responde que votaria, sim, em uma mulher, “dependendo das propostas dela”. E quando perguntado se votara em Marina por ser evangélica, ele responde, com uma certa indignação: “Não, o meu voto independe de a pessoa ser evangélica ou não. O que vale, para mim, é o caráter da pessoa, as propostas das pessoas”. Nara vai na mesma linha: “Não. Não olharia essas coisas de gênero, essa questão de gênero. Não faz diferença ela (*Dilma*) ser mulher. Mas eu acho que, como a mulher já foi muito discriminada, é legal, né?” Elisabete também nega que tenha votado em Dilma por ser mulher, alegando: “Foi proposta mesmo”. E D. Eunice declara que votaria numa mulher “se fosse por causa do

partido. Eu verifico muito esse tipo de coisa. Se o partido é bom, se é um projeto bom, eu votaria pelo projeto. Se fosse mulher, eu votaria na mulher, mas por causa do projeto, não por ser mulher”. D. Sônia também deixa claro: “Eu apoio (*a candidatura de mulheres*), mas eu não votei na Dilma também não”.

A segunda narrativa é a que justifica o voto especificamente em Dilma e Weslian em razão daqueles que são considerados seus “padrinhos políticos”, que já gozavam de ampla popularidade e identificação com o eleitorado. No caso de Dilma, observa-se, em alguns casos, uma tendência a afirmar suas características próprias – masculinas - como um fator adicional de reforço ao voto e, no caso de Weslian, suas características de gênero são citadas como um fator desabonador do voto nela, às vezes superado em virtude de seu padrinho/marido.

Alguns eleitores sublinham o fato de Dilma ser uma desconhecida, característica que, como visto, torna sua candidatura digna de pouca confiança. Seu Jonas por exemplo, declara: “Eu sou o tipo de eleitor que só gosta de votar quando eu gosto mesmo da pessoa. (...) Eu votei nela só por causa do Lula mesmo”. Fabiana, que afirma confiar em Lula e ter votado nele todas as vezes, diz que votou em Dilma “só por votar mesmo. (...) A Dilma, para mim, não fede nem cheira. Acho que ela só foi porque o Lula não podia ir de novo¹⁸⁷”. D. Maria, de Taguatinga, também não se intimida em admitir: “Votei na Dilma. Eu votaria no Lula, mas não pôde ir mais, né? (...) Não foi por ela ser mulher, não. Eu votei nela para ela dar complementação nos trabalhos do Lula. Que ela prometeu muito que faria igual ao Lula”.

A rápida difusão de boatos difamatórios a respeito de Dilma (citados por diversos entrevistado/as) foi certamente propiciada por sua condição de novata: “No começo, andaram falando tantas coisas da Dilma, mas, pelo Lula, a gente a apoiou também”. Estes boatos diziam respeito tanto à vida afetiva de Dilma¹⁸⁸ - à sua orientação sexual - quanto à sua posição a respeito de aborto e casamento gay. D. Cleide confirma a existência deles e a dimensão que ganharam: “(*Dilma*) Deve estar apoiando (*aborto e casamento gay*) porque já está liberado, né? Porque apoiou, né? Porque ela gosta da área, né?”

Eleitores mais escolarizados tendem a não declarar tão simplesmente a adesão a

187

A adesão a alguns políticos representa a tentativa de acreditar, de depositar esperanças em quem aparenta poder fazer algo relevante. E é por isso que se responde ao pedido de Lula, por exemplo, para votar em Dilma, mesmo sem convicção.

188

Miguel e Biroli (2011: 172) argumentam que o foco dos veículos de comunicação que analisaram recaí, no que diz respeito a mulheres, sobre “a vida privada e as relações afetivas”, o que é consistente com a discussão havida, na campanha de Dilma, sobre sua suposta homossexualidade.

Dilma por causa apenas de Lula, como seu George, que faz questão de retirar dela o rótulo de “beleza sem conteúdo” que poderia ser impingido a mulheres em sua condição: “Ela desenvolveu, lá, um bom trabalho. Não foi à toa, o Lula não a indicou só por causa dos lindos olhos dela, não. É a competência, é a competência dela. Ela é muito competente”. Atributos de gênero típicos da masculinidade foram imputados a Dilma durante a campanha, o que contrabalançou positivamente o seu desconhecimento por parte do grande público. Ana, por exemplo, a considera “bem pulso firme”. Fernando cita vários desses atributos em sua longa fala, permeando-a, no entanto, de afirmações em contrário, que ressaltam o fato de Dilma ser mulher: “Eu sou suspeito porque eu acho que o país precisava se tornar mais feminino. (...) A figura dela é cabra macho, mas isso do ponto de vista positivo. Ela é fantástica. E mandar calar a boca, então! Uma mulher que se impõe é fantástica, acho que desse jeito vai melhorar, acho espetacular. (...) Ela tem o mesmo perfil da Michelle Bachelet. Não sei se você já foi analisar, mas são pessoas bem parecidas: pulso forte, técnicas, entendem daquilo que estão fazendo, foram bem preparadas para estar ali. E, por si só, isso já é uma vitória fantástica. Tem personalidades femininas muito bacanas, tem umas que utilizam mal o ser feminino. (...) Tem mulheres que se acham libertárias, que eu acho que não precisa ser assim. Tem mulheres que se masculinizam, eu acho isso negativo demais. Eu acho que o grande barato da mulher no poder é ela estar no poder como mulher. (...) Uma entrevista marcante que ela deu a Patrícia Poeta em que ela foi, inclusive, muito dura, muito ríspida, como é característica dela. Apresentou, nessa entrevista, uma vaidade bem interessante. Até isso eu acho que falta ao Brasil: um pouquinho de vaidade, vaidade mesmo, achar que o país é melhor do que é. (...) A Dilma tem um pouquinho desse negócio. Eu acho que a vaidade é necessária e só uma mulher poderia fazer isso: não tratar o país de forma pejorativa”.

O fato de Weslian Roriz estar estreando na política já na condição de candidata a governadora também não a beneficiou, na avaliação de D. Miriam, de Samambaia: “Eu não sei se eu gostei (*da candidatura dela*) até porque ninguém a conhecia. *Pergunta: Ela nunca tinha vindo aqui?* D. Miriam: Nunca. Eu nunca a tinha visto. Então, muita gente, eu acredito, não votou porque não a conhecia. *Pergunta: Mas a senhora chegou a votar nela, ou não?* D. Miriam: “Votei, sim. Votei por ele, né? Não por ela, por ele”. Alguns outros entrevistado/as confessaram (não sem um certo constrangimento) ter votado em Weslian, também por causa de Roriz. D. Luzia diz que “gostava dela porque ela é a mulher do Roriz (*risos*)”.

No caso de Weslian, porém, o que sobressaiu foi sua feminilidade convencional,

que em nada a favoreceu. Weslian incorporou, na perspectiva dos respondentes, a imagem de mulher tradicional: dona de casa que estava ali apenas para ser leal ao marido e fazer sua vontade, porém que nada entende de assuntos públicos. Seu mau desempenho nos debates, que reforçou a percepção de seu total desconhecimento do que estava em jogo, causou em algumas pessoas de classe popular um sentimento de empatia por ela ao passo que, entre pessoas de classe média, sua candidatura é unanimemente ridicularizada (o que demonstra, ademais da rejeição própria dessa camada social ao marido da candidata – Roriz - também a força da rejeição de gênero, da presença da “mulherzinha” tradicional na política). Nesse sentido, é bastante ilustrativa das dimensões de empatia e gênero a fala de Seu Jonas: “Oh, fiquei com tanta pena dela! Fiquei com pena dela... Ali foi um massacre, né? Roriz fez muita coisa boa, mas botar aquela mulherzinha ali, meu Deus do céu! Ainda votei nela, ainda. *(risos)* Por que? Por causa dele, né? Mas sabia que não tinha futuro nenhum. *Pergunta: O senhor achava que ela não ganharia a eleição?* Seu Jonas: “Tinha certeza. Não ganharia, não. Mulherzinha é fraquinha demais *(risos)*”. Nem todos os eleitores fiéis de Roriz, porém, afirmam ter feito como seu Jonas, isto é, ter votado em Weslian por causa de seu marido. Para vários, a exposição da esposa à humilhação pública, aliada ao despreparo da candidata, superaram a disposição em seguir Roriz. Seu José afirma que “aquilo ali foi a maior burrada política que o Roriz deu na vida dele” e Jeremias diz: “Não cheguei a votar nela por esse motivo: porque ela não estava preparada para assumir o governo”

Essa ambiguidade entre manter-se fiel a Roriz e reprovar a candidatura de Weslian também é expressa na perspectiva feminina de D. Cleide, porém com um elemento adicional: a identificação de gênero estabelecida por ela entre Weslian e “nós”, isto é, donas de casa alijadas politicamente: “Eu votei nela, vou te falar por quê: porque se ela tivesse ganhado, o Roriz estaria atrás dela ajudando e apoiando-a porque ela não conhece nada de política, não sabe nada. (...) Falar o que ela teria que fazer, como é que ela teria que fazer, como é que ela teria que reagir. Eu votei nela justamente por isso. Não foi por nada, não. *Pergunta: Mas por que a senhora não gostou da candidatura dela?* D. Cleide: “Ah, ela não conhece nada de política não, filha! Não, o negócio dela é fazenda, é casa, é igual a nós: casa, marido. Ela é leiga na política. Ela só aceitou ali mesmo para ajudar o marido, mas infelizmente, o povo não olhou pra esse lado”. Esta “mulherzinha” inspiradora de pena em nada se assemelha à imagem “pulso firme” que se tem de Dilma, vista como uma afilhada de Lula, mas também como uma pessoa de

personalidade própria¹⁸⁹ ou, no mínimo, como alguém cujo comportamento não é constrangedoramente impróprio do campo político. No entanto, é com Weslian, não Dilma, que mulheres como D. Cleide se identificaram – assim como se identificam com Roriz, por sua “humildade” – porém, no caso dela, não deixam de notar que ela não deveria estar ali. A domesticidade marcante de Weslian, sempre alegada como razão para seu desconhecimento e sua incapacidade de atuar politicamente, foi provavelmente um fator decisivo de sua derrota visto que muitos integrantes da base eleitoral de Roriz recusaram-se a apoiar sua esposa.

Entre a classe média, os termos utilizados para referir-se a Weslian e sua candidatura são sempre pejorativos: “ridículo” – o termo mais frequente -, “condição zero, nenhuma”, “piada sem graça nenhuma”, “era como se houvesse uma vaca em cima de uma árvore”, “aquela mulher era uma porta”, “péssima, não tinha base nenhuma”, “palhaçada, não sabia nem falar”, “vergonhoso”, “fim da picada” e “boneco na mão do marido”. Aquele que é tido como o responsável por sua candidatura é descrito como um “cara tão covarde que põe a mulher para se expor desse jeito”, ou seja, que não protege a esposa como se esperaria de um bom marido. A virulência dos comentários denuncia o sentimento de ultraje de que muitos foram acometidos.

Há todo um discurso de gênero em torno da candidatura de Weslian Roriz – sua condição de esposa, sua figura de dona de casa, seu marido que falha em protegê-la, sua inabilidade política derivada da domesticidade – que difere do discurso referente a Dilma. A Weslian não se aplica o argumento da feminilidade virtuosa e seus efeitos benéficos para a política. Tudo isso é esquecido diante do flagrante não pertencimento da candidata ao campo. Assim, aqueles que admitem ter votado em Weslian sempre fazem referência a Roriz como justificativa. No caso de Dilma, porém, ainda que a referência a Lula seja predominante, o argumento de gênero – nem sempre o da feminilidade virtuosa, mas também o da diferença que faz ter uma mulher ocupando o cargo de presidente - chega a ser mencionado em poucos casos tanto por homens quanto por mulheres. Denise diz ter votado em Dilma por ter sentido a curiosidade de “ver como seria a mulher governando o país”, mesmo raciocínio feito por D. Renata e Ivo. A dimensão da virtude feminina foi usada como justificativa do voto em Dilma por Wiliam, no caso do segundo turno, e, no primeiro, o voto em Marina é justificado em razão de sua trajetória de superação: “por ela ter passado uma vida difícil na infância

¹⁸⁹ Seu José, por exemplo, afirma: “Eu acho que a Dilma está fazendo a mesma coisa que ele (*Lula*) deixou. De vez em quando, está com ele para ele ir ensinando para ela (*risos*). Mas é bom, né? É uma mulher muito inteligente também. E ela veio de sofrimento, ditadura. Tempo do regime militar, aquele negócio todo”.

dela”.

O discurso relativo à candidatura de Marina Silva compõe a terceira narrativa contendo critérios de escolha eleitoral considerados mais legítimos do que o gênero da mulher em questão. A alusão à religião de Marina como justificativa para o voto nela é citada por cinco mulheres. Neste sentido, percebe-se que há uma tendência a admitir que o critério religioso é politicamente válido ainda que nem todos os entrevistados que votaram em Marina sejam capazes de defendê-lo abertamente¹⁹⁰. Camila não se intimida, porém, e declara em resposta à questão de por que escolheu Marina: “Porque ela é cristã e eu sou cristã também. Eu acho que é mais difícil de ela se corromper. E eu a acho muito pulso firme, ela é muito inteligente, ela sabe do que ela está falando, do que ela está fazendo, do que ela pretende fazer. Eu achava até que ela era bem mais convicta do que a Dilma. Mas a Dilma pegou a onda do Lula e se beneficiou, mas eu preferiria ela. Acho que ela tinha mais garra para governar¹⁹¹”. Em seu discurso, à dimensão religiosa, acrescentam-se outras, o que sinaliza uma compreensão de que apenas a cristandade de Marina poderia ser considerada uma razão insuficiente/ilegítima para guiar o voto. Outra entrevistada que compara as duas candidatas, chegando a conclusões distintas, é Gabriela, que não votou, mas disse que gostaria que Marina tivesse ganhado: “Acho que é porque ela (*Dilma*), na época estavam falando umas coisas aí... Que eu queria que ela (*Marina*) tivesse ganhado. Mas, entre a Marina e a Dilma, acho que a Dilma tem mais autoridade, mais autonomia. Ela fala, faz e acontece e a Marina, ela já não tinha, era mais uma coisa de religião mesmo, que eu queria que a Marina ganhasse. Mas a Dilma está surpreendendo a gente. Achava que era uma coisa e ela está sendo outra, totalmente diferente”.

D. Sônia apresenta argumento semelhante ao defender Marina e os evangélicos em geral: o de que sua religiosidade lhe confere uma proteção contra a possibilidade de corrupção: “Tem Deus na frente, é diferente. Feliz a nação cujo Deus é o Senhor! Nosso Brasil seria totalmente diferente se ele trabalhasse com os princípios bíblicos. Aí, sim.

¹⁹⁰ Para Miranda (1999: 79), que estudou integrantes do movimento católico carismático, “a religião se constitui uma forte e, em certos casos quase exclusiva, referência para pensar a política”. Analogamente, para Brites (2003), a “experiência política é encompasada pela religiosidade” entre os grupos pentecostais, o que os leva a “sacralizar a política” devido a uma tendência a usar as representações religiosas em todas as esferas da vida.

¹⁹¹ Em outro momento da entrevista, Camila afirma sua autonomia em relação aos ditames políticos da igreja, o que reforça o argumento de que o voto é visto como devendo ser uma ação individual: “Lá na igreja mesmo, o pessoal queria meio que obrigar o pessoal a votar nesse candidato. Eu falava: “Eu não vou votar, não vou com a cara dele, não sei se o objetivo dele, realmente, iria melhorar.” Inclusive, estavam adesivando todos os carros. Aí queriam adesivar o meu e eu falei: “Eu não vou deixar. Eu vou votar nesse outro cara.” Assim, de pirraça, eu falei: “Não, eu tenho minha opinião, eu tenho. Não é porque eu estou numa igreja que eu sou obrigada a votar no candidato da igreja.”

Como eu vi lá – oração da propina, não é isso? –, aí, não. Mas, quando é um evangélico mesmo, que segue a Bíblia, ah, menina, seria diferente nosso Brasil! Com certeza absoluta, sem medo de errar, sem medo de errar. (*risos*) Totalmente diferente”. E continua, incisiva, a respeito da escolha de Marina, respondendo à questão se o fato de Marina ser mulher influenciara seu voto: “Não, (*foi*) por ela ser evangélica. Mulher também, puxou um pouquinho, mas pela simplicidade dela e ela ser evangélica, eu fiquei assim meio... Mas também não ganhou, então...” Deve-se ressaltar aqui que D. Sônia, ao longo de sua entrevista, fez questão de ressaltar por diversas vezes seu desinteresse político. O ânimo demonstrado por ela ao falar da aplicação de princípios bíblicos à política revela que esta fachada de apoliticismo esconde uma concepção clara de como a política deveria ser aprimorada, ademais de uma capacidade insuspeitada de exaltação ao falar sobre política e religião.

Além do desinteresse por política, há mais um traço em comum entre D. Sônia e D. Luzia: a disposição em aplicar à política princípios religiosos, evidenciando que sua identidade religiosa é capaz de provocar alguma mobilização política e prover algum sentido, ainda que transitório, à prática política¹⁹². A resposta de D. Luzia é direta e aberta sobre o voto em Marina – “eu decidi porque ela era evangélica” – assim como sobre a influência da igreja sobre sua escolha: “Lá, todo mundo votou nela. O marido e o pessoal da igreja”. *Pergunta: Mais por ela ser evangélica?* D. Luzia: “Mais por isso também. Aliás, a gente não tem vontade de votar em ninguém. A mim, me dá vontade de votar tudo em branco”. A política pode não empolgar, mas a religião lhe injeta alguma energia.

Michele também admite ter votado em Marina por ser evangélica, porém não de forma espontânea, mas apenas em resposta à questão direta nesse sentido. Sua resposta inicial recorre a outro quadro explicativo - “porque eu pensava que é uma pessoa que mudaria mesmo, faria coisa boa para a gente e tudo” -, assim como a de D. Cleide, que não declara ter votado em Marina por ser evangélica - “foi pelo projeto dela. Só em ela falar que protegeria a Amazonas, né? (...)”. Outros entrevistados evangélicos que votaram em Marina – Wiliam e Jeremias – repudiaram a sugestão de ter votado nela por sua filiação religiosa.

A despeito de que haja uma tendência a considerar a religião e a política como campos opostos – sinalizada pela rechaço de alguns à ideia de que utilizaram o critério

¹⁹² Há também uma mulher de classe popular católica que afirma ter votado em Arruda devido ao seu comportamento na igreja, tendo, porém, se decepcionado profundamente com o escândalo em que se envolveu como governador: “Ele ia para a mesma igreja que eu ia. Está entendendo? Aí tinha uma campanha que a gente fazia com umas velas e ele fazia e aí... Depois você vê que não é nada daquilo, assim, entendeu?”

religioso para guiar a escolha política -, observa-se também, e de forma preponderante, a imbricação entre os dois campos e uma disposição a usar o princípio religioso mais do que o de gênero. O caso de Marina Silva presta-se de forma particularmente interessante a esta análise por tratar-se de uma mulher evangélica, que conjuga, portanto, duas identidades acionáveis politicamente. Ela se beneficiaria, portanto, de eventuais apostas na sua dupla blindagem contra a corrupção: sua condição de mulher e evangélica:

Há ainda outro elemento relevante mais encontrado entre os portadores do primeiro discurso: a crença em que mulheres na política, mais especificamente a presidente Dilma, simbolizam a ascensão social de uma minoria - as mulheres - ao poder. Essa percepção nem sempre é suficiente para levar sua portadora a votar numa mulher - até porque, como já sugerido, a feminilidade não é comumente vista como critério político válido. No entanto, não deixa de haver o reconhecimento de que uma mulher poderá ter interesse maior em agendas femininas/feministas.

A eleição de Dilma consiste numa poderosa forma de representação simbólica feminina porque aponta a capacidade feminina de ocupar espaços de poder. A simples presença de uma mulher num cargo tão simbólico já evoca algum sentido de identificação por parte de mulheres. Seu desempenho no cargo seria julgado não apenas como seu sucesso/fracasso pessoal, mas do coletivo de mulheres como um todo - afinal, ela seria a primeira mulher no Brasil a assumir uma função precipuamente masculina. A boa avaliação da gestão Dilma¹⁹³ no momento da entrevista pode ter contribuído para que as mulheres se sentissem bem representadas, assim como para que a chegada de mulheres ao poder fosse bem recebida também pelos homens. Jovens como Denise e Gabriela, que apenas recentemente adquiriram a maioridade, têm pleno entendimento de que a presença feminina é uma novidade e exceção e comemoram: “Mostra que a mulher também faz parte desse meio - não precisa ser só homem - que a mulher também sabe governar”; “Ela está fazendo o trabalho dela bem feito, está mostrando que realmente a mulher pode assumir um cargo desses, no alto da sociedade, ser presidente do Brasil. Acho que ela está sabendo, muito bem, fazer o trabalho dela”. D. Luzia toma claramente Dilma como modelo: “Eu acho legal tudo que nunca teve. Agora tem a presidenta lá: eu acho o máximo. Tudo que o homem faz, quando uma mulher começa a fazer, eu acho legal demais. Eu falei para o meu marido que queria ser caminhoneira. (*risos*) Aí ele: ‘O que? Você é doida!’ Eu acho legal, diferente”.

¹⁹³ A avaliação do governo Dilma foi de 62% em setembro de 2012, de acordo com dados apresentados por pesquisa de opinião do Ibope, em parceria com Confederação Nacional das Indústrias. Segundo a mesma pesquisa, a confiança na atuação da presidente foi de 77% nesse período.

Outra dimensão da representação feminina de Dilma estaria em sua capacidade de atuar em favor de “interesses femininos”. Nesse sentido, a excepcionalidade e a singularidade da presença feminina na política levam a supor que ela procurará atuar em defesa da minoria que integra, o que não acontece com os homens em relação aos políticos. A “perspectiva social” de Dilma a tornaria capaz de entender as mulheres e governar em seu favor numa espécie de solidariedade de gênero, para Michele: “Mulher sabe o que as outras mulheres passam. (...) Porque homem, minha filha (*risos*), homem só quer as coisas para ele, o que eles pensam é só para eles. Então, tendo mulher, fica até mais fácil”. Gabriela concorda: “Eu acho que a Dilma faz mais pelas mulheres. Pelo fato de ela ser mulher, ela quer ajudar as mulheres, que nunca tiveram tanta chance, tanta oportunidade”. D. Renata acrescenta um outro elemento a essa representação simbólica, aquele que seria definidor da feminilidade: “Eu acredito (*que Dilma se preocuparia mais com as questões de mulheres – pergunta feita à entrevistada*), eu acredito. Até por ser mulher, por ter sido mãe, por muitas outras coisas, eu acredito que, nesse sentido, ela iria ajudar”. A maternidade – uma espécie de “instituição social total” para muitas mulheres -, como visto, provê um argumento para a presença feminina na política, ao mesmo tempo restringindo-a e limitando-a.

Como já exposto, porém, esse sentido de representatividade, além de não ser alimentado por todas as mulheres, não é considerado uma razão para o voto. Mesmo D. Luzia afirma não ter votado em Dilma por causa de seu partido, razão também apresentada por D. Eunice, que vê a ascensão de Dilma como “sinal de que as mulheres estão com um crescimento bom na política”.

Há também homens que compartilham da opinião de que Dilma tem uma carga representativa simbólica importante, como Ivo: “Por ela ser mulher, dou um reconhecimento maior para as mulheres, vendo no âmbito não da política, mas vendo do lado: ‘Ah, a mulher chegou lá’. Para outras mulheres que ficaram aqui do lado de fora, acho que deve ter sido uma conquista para elas dizer: ‘Ah, a gente também consegue’. Mas, fora isso, na questão real da coisa, eu não acho que mudou muito, não. Se fosse o Lula, talvez estivesse fazendo a mesma coisa”. Seu Jonas crê que Dilma seja uma “continuação do Lula”, mas acrescenta: “Pelo menos para as mulheres, não tem nada de ruim, não”.

A descrença de Ivo em que Dilma poderia promover interesses femininos, como quer que sejam entendidos, é respaldada por outro/as entrevistado/as, como Ana: “Não necessariamente o fato de ser uma mulher no poder quer dizer que ela vá defender mais ou menos os interesses das mulheres”. Dado que não há uma forte identidade política

de gênero, também não se manifesta a crença em que uma presidenta poderia advogar “interesses das mulheres”. A própria definição desse termo é improvável. Ao contrário do que acontece em relação à raça, como argumentam Burns e Kinder (2011), a organização social de gênero (o fato de que as mulheres estão distribuídas entre os homens - como já argumentado por Beauvoir¹⁹⁴ -, ao contrário dos negros, que tendem a estar mais segregados espacialmente, ao menos nos Estados Unidos), impede que as mulheres desenvolvam um senso de identificação com seu próprio grupo tão alto quanto os negros. Em decorrência disso também, como acrescento, as mulheres passam pelos mesmos processos de socialização cultural a que são submetidos os homens, o que faz delas portadoras de representações de gênero que lhes reservam um lugar subordinado na sociedade. Daí a maior dificuldade de levar as mulheres a se verem como membros de um “grupo marginalizado imputado”, portador de interesses comuns.

5.3.2.2 Segundo e terceiro discursos: feminilidade em oposição à política

A suspeição a respeito da atuação política das mulheres é marcante do segundo discurso, aquele que considera a política uma cilada para as mulheres e, portanto, desconfia de que elas poderiam acrescentar algo de positivo a este campo, tanto porque elas próprias falhariam em manter sua virtude quanto porque o campo as desvirtua. Ainda que acreditem também no estereótipo da feminilidade virtuosa, aquela/es que aderem a este discurso se dividem tanto entre o grupo de cínicos – por acreditar que conhecem as soluções, mas não que elas poderiam ser realizadas – quanto entre os céuticos – os que simplesmente não acreditam na possibilidade de mudança - em relação à política.

Observa-se uma tentativa de apegar-se à crença de que a presença das mulheres poderia resultar em algo positivo para a política, porém considera-se essa aposta muito arriscada, que não se está disposto a fazer. No grupo dos cínicos, encontram-se argumentos como os de que a mulher tem em si a virtude, mas não consegue ou está impossibilitada de fazê-la germinar na política. A política é estruturalmente corrupta e não pode ser reformada pela infusão de virtude feita por mulheres dado que estas são cooptadas e reproduzem o comportamento próprio do campo. Assim, seu Ricardo elogia “o olhar da mulher, a palavra da mulher, em questões sociais, isso é muito importante. Apesar de muitas das mulheres terem o mesmo pensamento (*que os homens têm*)”. E acrescenta, sobre a predominância de homens na política, que a mudança teria que ser

¹⁹⁴ Em trecho já citado anteriormente: “O laço que a une a seus opressores não é comparável a nenhum outro” dado que as mulheres “vivem dispersas entre os homens, ligadas ...(a *elas*) mais estreitamente do que a outras mulheres”. Beauvoir, 2009: 20.

mais profunda do que a composição de gênero: “É a tendência. Eu acho que, no dia em que mudar totalmente o conceito e o perfil dos senadores e dos deputados... (...) Que ele é um servidor público e tem que ganhar tanto e que ele não tem que ter privilégios mais do que fulano, beltrano. Aí, a coisa vai mudar muito. Porque, realmente, só vai trabalhar quem estiver envolvido com a coisa pública mesmo, quem estiver interessado. (...) Tem pessoas interesseiras, capazes de derrubar até o mais honesto do mundo. Fazem de tudo – passeata - para chegar ao poder”. O campo político atrai pessoas desonestas ou as torna assim – mulheres ou homens -, opinião respaldada por outros entrevistados¹⁹⁵.

S. Mário, que considera a mulher “mais camarada, mais comunicativa, mais pela lei. É tanto que é mais fácil você ver um bandido que uma mulher bandida. Então, eu acho que se tivesse mais mulher lá, mais candidatas, eu acho que seria melhor, poderia mudar muita coisa. (...) Agora, não adianta ter a senadora e seguir o mesmo ritmo dos que estão lá dentro, né? Não vai adiantar nada”. Ao final, ele conclui que “político, não. Você vê o caso da Jaqueline Roriz¹⁹⁶, da Pedrosa¹⁹⁷, daquela outra que foi pega também naquele rolo lá da Caixa de Pandora¹⁹⁸: tudo a mesma coisa. Eu acho que não tem muita diferença, não”. E ainda julga que as mulheres políticas falhem em se fazer destacar: “A gente não as (*as mulheres políticas*) vê fazendo nada. Que opinião que eu tenho? Eu não sei o que elas estão pensando, elas não estão fazendo nada. Elas não chegam para falar: ‘Vamos fazer isso, vamos fazer aquilo’. (...) Um exemplo é: quem é mais conhecido - a mulher ou um deputado homossexual? (...) Então, quer dizer, eles fazem mais propaganda do que as próprias mulheres. (...) Nesse caso Demóstenes, você viu alguma deputada dando alguma declaração? (...) Elas perderam uma grande oportunidade de dar a opinião delas e aparecer”.

O ethos político é masculino – seus valores predominantes são masculinos – daí

¹⁹⁵ Há momentos em que a mudança observada no comportamento dos políticos parece ser creditada a características dos próprios políticos, isto é, a falhas de caráter que marcam essa categoria – como na fala de Ana: Todo mundo quer se candidatar porque é uma boa, é uma ótima. Na hora que você entra lá, você só se dá bem. Porque você tem que ser mau caráter, né? Se você não for mau caráter, lá, de duas uma: ou você vira ou você dança”. Por outro lado, há momentos em que isso é atribuído à transformação operada pela política no comportamento dos políticos, como querem dizer D. Cleide - “Eles ouvem, mas não fazem (*o que nós lhes dizemos*). Só escutam: ‘Vou fazer isso, vou fazer aquilo’. Mas, chegando lá, acabou. Aí já muda” e seu José: “E tem o que ditado que diz que a pessoa só é honesta até o momento que não é político (*risos*)”.

¹⁹⁶ Jaqueline Roriz é filha do ex-governador Joaquim Roriz e era deputada federal (PMN-DF) quando houve o Mensalão do DEM. Foi condenada, assim como o ex-governador Arruda, por improbidade administrativa.

¹⁹⁷ Eliana Pedrosa, deputada distrital pelo PPS, era secretária de Desenvolvimento Social no governo de José Arruda quando houve o Mensalão do DEM.

¹⁹⁸ “Caixa de Pandora” é nome da operação executada pela Polícia Federal destinada a apurar o Mensalão do DEM.

porque se valoriza e se estigmatiza a mudança que a feminilidade poderia trazer. No entanto, não se crê que uma minoria de mulheres seja capaz de modificar todo o funcionamento de um campo, em que práticas corruptas são percebidas como correntes. Fernando deseja que mulheres atuem no poder de forma feminina, evitando masculinizar-se, isto é, adquirir o ethos próprio do campo: “Tem mulheres que se masculinizam, eu acho isso negativo demais. Eu acho que o grande barato da mulher no poder é ela estar no poder como mulher”. Ana é um pouco mais otimista, porém também duvida: “A mulher tem uma outra visão das coisas, de um modo geral. Vejo como uma coisa positiva, mas é como eu lhe falei também: isso não quer dizer que vai diminuir corrupção, roubalheira, que vai diminuir essa coisa horrorosa que, realmente, já está instalada aí. É um bom começo, a mulher é mais sensível, observadora, algumas são mais éticas – algumas.(...) Eu acho que já existe um vício muito grande na estrutura. Mas, há possibilidades”. E sobre Dilma, ela ressalva: “Eu acho que a Dilma está procurando, de alguma forma, fazer as coisas caminharem. Ela me parece ser bem pulso firme. Mas ela tem assessores, né? Ela não trabalha sozinha.(...) Mesmo que ela dê a última palavra, eu não acredito que a última palavra seja decidida sozinha”. Jeremias ecoa a mesma linha de raciocínio. Em princípio, pondera: “As mulheres são mais racionais, a maioria pensa em, realmente, fazer alguma coisa. Talvez não consiga, mas pelo menos tem a intenção”. Porém, depois o pessimismo prevalece: “Mas quando entram lá dentro, o sistema é outro, né? Acho que até pensam em mudar, em fazer coisas que vão beneficiar a população. Só que o político não muda sozinho, ele depende dos outros. (...) Então, acaba que fica meio que de rabo preso com os outros políticos. Independe de ser mulher ou homem”.

A avaliação que céticos fazem da presença da mulher na política é que elas se comportam tal como os homens, ou seja, perdem as virtudes da feminilidade. D. Cleide ressalta que o dever das mulheres na política de promover o bem-estar das demais não é cumprido: “Elas têm que mostrar para nós, mulheres, que elas estão lá para vencer para o nosso lado, né? (*risos*) A nos ajudar aqui fora. (...) Mas só que tem umas mulheres aí que estão entrando e estão ficando igual aos homens”. E D. Miriam de Samambaia considera que as mulheres que entram na política têm uma peculiaridade: “Nem todas, mas algumas querem ter aquele poder que um homem tem, né? Por isso que elas querem se sentir um homem”. Assumindo que as políticas já estão, por definição, próximas da masculinidade, D. Miriam rejeita a proposta de haver mais mulheres na política: “É como eu te falei: ninguém conhece ninguém. Às vezes, não está política é uma; passou para a política, é outra pessoa. Aí é difícil”. D. Eunice afirma: “Quando

chega na política, é a mesma coisa: não muda, nem homem nem mulher. (...) Elas são as mesmas coisas. A gente viu: as mulheres fizeram o erro da mesma forma. A gente não sabe nem explicar, né?” Fabiana se decepciona com políticas que se deixam corromper pelos homens: “Não procuram fazer a diferença, não. Tipo, vai no mesmo caminho: ‘Me ensina aí como é que faz que eu gostei e quero fazer também’”. Elisabete é menos enfática: “Tem umas (*políticas*) que não estão acrescentando muita coisa”. Para os portadores deste discurso, o aumento do número de mulheres não é uma solução adequada para o problema da corrupção na política nem para o problema do comportamento oportunista e indigno de confiança dos políticos.

Mulheres, em suma, podem ser mães dedicadas e até moralmente superiores, mas também são seres humanos, ou seja, “a mulher, também, pode ser balançada pelo interesse. A mulher, também, não é aquela perfeição”, nos termos de Seu Ricardo. A esperança de redenção feminina seria, dessa forma, vã. Para preservar sua feminilidade/integridade, seria desejável até que as mulheres se afastassem da política, para Fabiana: “Política é um trem tão sujo, né? E mulher fica se envolvendo com isso, é tão feio...”

Há, portanto, uma suposição de que a feminilidade virtuosa pode ser corrompida por um campo político masculinizado. E há também um entendimento de que a política é um campo que suprime as diferenças de gênero, igualando mulheres a homens, ainda que não seja permeável aos dois gêneros na mesma medida. Se mulheres não agem diferentemente dos homens, a hipótese da representatividade maior das mulheres cai por terra ao menos no que diz respeito à sua capacidade de atuar em benefício das mulheres.

Compreende-se que haja obstáculos na sociedade e na política à penetração/atuação de mulheres. Os argumentos utilizados são, principalmente, de caráter cultural – tanto dentro quanto fora do campo político, a cultura política não favoreceria as mulheres. As referências ao machismo se multiplicam. Para Fernando, “O Parlamento é extremamente machista. Foi criado por coronéis, a instituição só pode ser machista”. Para Ana: “É difícil mesmo enfrentar a quantidade de homens que estão lá. Porque nós vivemos num mundo muito machista e as mulheres são machistas também. Porque a nossa cultura é machista, ainda. Está mudando muito devagar”. Para seu José: “Mulher - é aquele negócio que eu te falo -, é igual a pobre, que não vota em pobre, é igual a mulher que não gosta de votar em mulher. (...) Elas mesmas se discriminam”. Seu Ricardo lembra-se da dificuldade feminina de se impor e das exigências maiores feitas sobre o desempenho delas: “Se der uma tempestadezinha, todo mundo cai em cima da mulher. Aí, vem com aqueles comentários ridículos: ‘É, sabia que uma hora...

mulher no poder...’ Ainda em relação a obstáculos culturais, há mulheres que falam do preconceito na sociedade contra mulheres na política, como Camila: “Eu acho que a sociedade tem um pouco de preconceito com mulher, sabe, na política. Eu acho que o povo pensa que mulher é mais frágil e tal, então, não tem muito pulso firme para a política. Eu acho que não tem mais (*mulheres na política*) por causa do preconceito da sociedade”; e Michele: “É tanto preconceito, hoje em dia, de que mulher não tem capacidade para nada”.

Em menor medida, há entrevistada/os que mencionam obstáculos institucionais no campo político, por exemplo, sobre como minorias, como mulheres, são neutralizadas pela maioria de políticos desonestos: “Como são minorias, então acaba não resolvendo muita coisa porque, quando vai votar projetos - alguma coisa que vai beneficiar os políticos -, eles votam para o lado deles, então não adianta”, para Camila; “Falta espaço para elas, talvez. Por elas serem a minoria, elas não têm força. Ela pode chegar lá, por exemplo, pode ser o melhor projeto que for para o Brasil, mas não vai passar”, para seu Mário. E ainda, citam-se obstáculos eleitorais, isto é, mulheres possuem menor quantidade de recursos necessários para ganhar uma eleição: “(*Mulheres*) não têm dinheiro, né? Aí, para ganhar eleição...”. E também a discriminação nos partidos. Para D. Eunice: “Mesmo quando as mulheres se interessam e se afiliam a um partido, se tiver 27 candidatos lá e tiver que eliminar 5, eles eliminam as mulheres e deixam os homens. Eles nem fazem um estudo pra saber quem é que tem mais conhecimento. (...) Eles eliminam não porque você é capaz, mas por interesse”. Por fim, Gabriela intui que “a política dá mais oportunidade para homens. Eu acho que é assim. O que eu vejo mais na política são homens. Acho que tem alguma coisa que favorece mais a eles do que as mulheres. Não sei bem dizer”.

O terceiro discurso – minoritário – é o único a romper com o estereótipo da feminilidade virtuosa. Nem a política as corrompe nem elas a melhoram. A política é um campo em que preocupações de gênero não devem existir porque não se pode saber, a priori, se uma mulher ou um homem fará um melhor trabalho na política. Não porque a política seja um campo em que as diferenças de gênero se anulam – característica do segundo discurso -, mas porque as mulheres não estão mais predispostas a atuar de forma maternal e honesta na política. A fala de Paulo sintetiza a ideia: “Eu penso o seguinte: humano é humano e política é política. (...) Eu acho que gênero não, sexo não define caráter de ninguém”.

A pergunta sobre a distinção entre o pensamento de homens e mulheres na política é deslocada por seu Gilberto: “Tem mulheres competentes, lógico, assim como

tem homens picaretas e mulheres picaretas. O que tem que acontecer é nossa comunidade, a população, no geral, começar a entender esse processo, saber quem é quem, qual o jogo que nós queremos. (...) Ou a mulher ou o homem - o ser humano - tem direito de jogar. E a população tem que reconhecer que o poder é nosso”. E seu Arnaldo também se incomoda com a pergunta se votaria em uma mulher: “Eu votaria no político que me agradasse, independentemente do sexo. Eu acho um tremendo de um preconceito: ‘Você votaria numa mulher? Você faria isso com uma mulher?’ Eu olho o profissional. Eu não me consultaria com uma mulher, eu me consultaria com um profissional de saúde. (...) Se eu olhar primeiro o sexo, eu já estou errando”. Ainda que eles não estejam imunes a representações de gênero que marcam distinções entre homens e mulheres, procuram negar radicalmente que gênero seja usado como critério para pautar decisões políticas e acreditam fazê-lo em nome da igualdade de gênero.

Em suma, todo o discurso sobre a presença das mulheres na política – tanto o que o celebra quanto o que desconfia de seus efeitos e o que lhe é indiferente – não faz desta uma questão politicamente relevante. Ainda quando se recebe com bons olhos o crescimento do número de mulheres, é de uma perspectiva estereotipada – dada a perpetuação das mulheres como pessoas maternais - e instrumental, ou seja, como algo que poderá trazer efeitos benéficos para as práticas políticas ou para as políticas públicas, e não como uma questão de justiça de gênero, isto é, de inclusão das mulheres em condições de igualdade no campo político. Exceto pelas poucas falas que mencionam a representatividade descritiva de mulheres que chegam ao poder, de forma geral a identidade de gênero passa ao largo das preocupações femininas.

Os discursos enfatizam que as características associadas à liderança política são masculinas – ser “pulso firme”, saber se impor –, o que demonstra que uma mulher deve reunir também estes atributos para que pareça uma candidata política legítima, o que Weslian Roriz, ao contrário de Dilma Rousseff, falhou em fazer. Seu pertencimento ao gênero feminino, por si só, não lhe granjeia uma entrada no campo.

6. Conclusão

Este trabalho partiu da premissa de que os atores sociais orientam sua ação a partir de representações sociais, construídas coletivamente, e que sua identidade de gênero é determinante de variações em concepções políticas. Tratou-se aqui de tentar identificar tais variações supondo que elas sejam relevantes não apenas porque constituem guias para o entendimento das subjetividades como porque são indicadoras de desigualdades políticas de gênero. A questão de saber como mulheres e homens se distinguem em seu entendimento do campo político e sua forma de se relacionar com ele importa porque sinaliza a forma como internalizam interdições que apontam falhas de um sistema político que se quer democrático. Questões como disposição a falar sobre política, com quem e em que contextos, variam entre mulheres e homens porque estão associadas a fatores que estão na base da construção social de gênero: a divisão sexual do trabalho na família e no mercado de trabalho. Além das iniquidades produzidas nestas esferas, o campo político tem seus próprios mecanismos de exclusão de gênero visto que seu funcionamento está ancorado num padrão masculino de fazer política, contra o qual as mulheres são julgadas e, em consequência, marginalizadas.

Tendo em vista as premissas e objetivos brevemente enunciados acima, este capítulo conclusivo pretende sumarizar e explicitar alguns dos achados da pesquisa, à luz de interpretações teóricas que os situem no âmbito de discussões correntes na área de pesquisa em que ele se insere. Este é também o espaço escolhido para revisar o percurso metodológico e analítico feito ao longo do trabalho, refletindo sobre seus potenciais e suas limitações. Assim, após uma digressão inicial sobre as técnicas de pesquisa empregadas e de que forma elas propiciaram a abordagem das questões que nortearam a pesquisa, que está na primeira seção, faz-se uma retomada de questões centrais para a tese, tentando dar-lhes uma feição mais sintética e acabada do que foi feito nos capítulos analíticos: representações políticas e sua segmentação por classe, hierarquias familiares e políticas, cidadania feminina e complexidade da relação das mulheres com a política, conjugação entre política do cotidiano e política institucional e efeitos da desigualdade sobre o campo político.

6.1 Condução da pesquisa e análise

Seguiu-se, na condução da pesquisa, uma abordagem temática propositadamente

abrangente, embora direcionada, sobre os conceitos de representações políticas e representações de gênero. Como já explicado, os elementos escolhidos para integrar as representações sociais sobre tais temas são alguns daqueles que tocam na interrelação entre gênero e política, cuja importância foi discutida teoricamente, por exemplo: a divisão sexual do trabalho, as hierarquias familiares, as percepções sobre entrada da mulher na política, sobre mulheres políticas versus homens políticos, as conversas em família sobre política e a frequência a espaços e atividades de natureza pública/política. E ainda houve temas que surgiram ou ganharam relevo na análise a partir das falas da/os entrevistada/os, tais como: o senso de honra de eleitores em sua relação com políticos, a relação entre religião e política e as concepções de maternidade/paternidade. A vantagem de tentar explorar diversos ângulos de uma mesma e ampla questão reside em perceber como as diferentes e, muitas vezes, discrepantes, reações manifestadas por um mesmo entrevistado – e pelo conjunto deles – a respeito da política permitem traçar um quadro mais complexo de como os indivíduos se relacionam com este campo. Dando a eles e, principalmente, a elas a chance de se posicionarem sobre temas/questões políticas que lhes pareçam mais afeitas ao seu papel de gênero, seu grau de fluência e conforto tende a aumentar.

Ao argumentar que, colocando diferentes questões sobre um mesmo tema, a/o entrevistada/o terá a chance de manifestar seus pensamentos e posições sobre o que está sendo abordado, não estou supondo simplesmente que os dados coletados pela entrevista sejam, como sugere Rapley (2001: 304), um “recurso”, isto é, um reflexo da “realidade dos entrevistados fora da entrevista”, ou seja, que os entrevistados sejam realmente capazes de falar a respeito de percepções pessoais e representações sociais que já existem independentemente do convite a expô-las durante a entrevista. Os dados obtidos por meio de entrevista são construídos coletivamente por entrevistadora e entrevistada/o e no desenrolar da interação, assim como os elementos do contexto em que ela ocorre, o lugar, as reações da entrevistadora, o tipo de pessoa que o entrevistado quer parecer etc, são capazes de afetar as respostas emitidas. Assim, eles devem ser lidos com tais ressalvas em mente. Fica claro que, em vários momentos, entrevistada/os não tinham uma resposta pronta para várias questões e que a capacidade de articular um discurso durante o curso da entrevista varia de acordo com, por exemplo, o quanto a pessoa se julga competente para falar sobre o tema e com sua capacidade de produzir uma resposta de improviso com base em seu estoque de representações relacionadas à questão proposta. Tais elementos são sublinhados durante a análise e fornecidos para que a/o leitor/a possa analisar como a conversa é construída durante a entrevista.

Correlatamente, poder-se-ia supor que uma entrevistadora – em lugar de um entrevistador –, tenderia a induzir um padrão decididamente favorável às mulheres nas respostas. Tal suposição, porém, não parece ter se verificado em grande medida (embora não se tenha feito o teste de comparar como as respostas seriam distintas se um homem fizesse as perguntas). Respostas positivas à presença de mulheres na política são contrapostas a outras, que negam a identidade de gênero como fator de voto, descreem na possibilidade de que mulheres se comportem sempre da forma virtuosa esperada ou de que sua força moral seja suficiente para reformar o campo político.

As categorias presentes nas questões feitas – tais como cidadania, trabalho, religião, eleições – norteiam as respostas e induzem entrevistada/os a mobilizar determinadas identidades, segundo Rapley (2001: 309). Ao trazer à tona, por exemplo, a categoria de cidadã/o, entrevistada/os têm a chance de se pronunciar a respeito da relevância que atribuem a esta identidade, o que talvez não ocorresse numa entrevista mais aberta, isto é, não orientada por tais categorias. O fato de que a pesquisa de campo tenha sido conduzida com pessoas comuns, não necessariamente pertencentes a quaisquer grupos ou identidades previamente definidas, a não ser a de morador de determinado bairro e de pessoa capaz de falar sobre questões da atualidade e participação social (termos em que foi feito o convite), torna a entrevista menos direcionada a princípio, isto é, a/o respondente a inicia sem ter tão claramente uma identidade institucional a partir da qual se posicionar. Ainda quando entrevistado/as pertenciam a determinadas associações e se sentiam interpelado/as a falar a partir de tal posição, a introdução de questões pessoais¹⁹⁹ logo no início e ao longo de toda entrevista – em oposição a questões que solicitassem a posição da associação sobre os temas propostos - foi uma tentativa de reverter a tendência a colocar-se como representante institucional. Além disso, a pesquisa parte também da premissa de que qualquer pessoa, preenchendo os requisitos de idade e moradia, pode ser considerada apta a falar sobre os temas da entrevista e, por isso, não havia razão para selecionar entrevistados de maneira mais minuciosa.

A condução da pesquisa num momento em que a relação entre mulheres e política podia ser abordada à luz dos fatos de que a primeira mulher fora eleita presidenta e que houvera uma mulher candidata a governadora certamente teve impacto

¹⁹⁹ As questões relativas a vivências e comportamentos individuais – execução de trabalho doméstico, usos do tempo, por exemplo – foram quase sempre bem recebidas, em especial pelas mulheres, porque representavam a chance de falar sobre questões mais leves/familiares ou de fácil resposta. A alternância entre temas leves e “sérios” – relativos à política - pode ser uma boa maneira de tornar entrevistas como as desta pesquisa mais confortáveis.

sobre as percepções a respeito de como se compatibilizam feminilidade e política. Caso tivesse sido outro o momento da entrevista, antes dessas candidaturas femininas ou após o mandato da presidenta, poderiam ter sido outros os resultados²⁰⁰. Assim como as representações sobre gênero mudam de acordo com o tempo histórico e a cultura, suas articulações com as representações de política também mudam segundo elementos que ressaltam a visibilidade da categoria gênero – notadamente a presença de mulheres - no campo político.

A variedade de formas de responder às questões revela também os distintos repertórios discursivos disponíveis para a compreensão e a abordagem das questões propostas. Tais repertórios foram analisados como atos políticos reveladores de ideologias, isto é, noções sobre justiça da ordem social, incluindo suas hierarquias e desigualdades, em especial as de gênero, bem como sobre a possibilidade e os requisitos para a mudança. Também se analisou o discurso como produzido a partir do contexto social de seu emitente, ou seja, como revelador de uma “perspectiva social” que está relacionada à localização estrutural do sujeito, o que torna possível falar em diferenças de padrões discursivos entre mulheres e homens de diferentes classes sociais, assim como entre outros grupos sociais. Discursos também são reveladores de relações de poder, o que se explicita em elementos como tom de voz, expressões utilizadas, divisão do tempo de fala, formas de referir-se a pessoas/grupos sociais que se vê como aliados/opositores, estratégias para relevar ou reduzir a autoridade daqueles a respeito de quem se fala e convencer o interlocutor sobre seu argumento e ainda do que é silenciado ou deixado implícito. Em se tratando de casais, o contraste de suas visões a respeito das mesmas questões mostrou-se uma maneira eficaz de perceber as relações de poder existentes no âmbito doméstico-familiar e como se distinguem as representações sobre um mesmo fenômeno quando vistas sob o ponto de vista masculino/feminino de pessoas que ocupam posições sociais semelhantes exceto por sua localização de gênero. Mesmo quando não foi possível entrevistar cônjuges, porém, a análise comparativa de gênero, bem como de classe e geração/idade, identificou semelhanças e distinções que exemplificam como tais clivagens originam diferenças em termos ideacionais.

A observação de como tais relações de poder se desenrolam no âmbito mesmo

²⁰⁰ Como confirmam achados referentes aos Estados Unidos (segundo Sapiro, 2003: 610), a depender da presença de mulheres nas eleições estaduais, as diferenças de gênero com relação às eleições presidenciais podem ser maiores ou menores já que o fato de que o contexto local salienta questões de gênero acaba afetando o posicionamento da/o eleitor/a com relação também às demais disputas eleitorais. Outras pesquisas também apontam que os resultados de interesse relativos a gênero – por exemplo, a disposição de mulheres a convencer outrem a votar em seu candidato/a (Hansen, 1997) – variam em função da existência de mulheres candidatas.

em que elas se produzem, isto é, nas residências, na vizinhança etc, implicaria a realização de uma etnografia política, e certamente revelaria outras facetas de como pessoas comuns pensam e vivenciam a política. Tal como as etnografias, esta pesquisa insere-se no esforço de desvelar “disposições, habilidades, desejos e emoções de uma variedade de atores políticos e os significados que eles atribuem a suas práticas” (Auyero e Joseph, 2007:2), neste caso de pessoas comuns, que nem sempre se entendem como “atores políticos”, que nutrem crenças políticas frequentemente contraditórias, que querem se afastar e ao mesmo tempo se aproximar de um campo que as repele ainda quando propaga a necessidade de sua participação. Em se tratando de grupos marginalizados, como mulheres e populações de periferias urbanas em geral, a pesquisa qualitativa parece a mais apropriada para captar modos de pensar e fazer política.

6.2 Classe social e práticas/representações políticas

Esta seção procura apresentar de forma sucinta os principais²⁰¹ achados relativos às comparações propiciadas pelo desenho de pesquisa: de gênero, classe e idade.

A incorporação das clivagens de gênero e idade/geração à análise não significa que esta pesquisa tenha podido ou pretendido estimar a magnitude das diferenças de gênero vis-à-vis as de classe e idade. Os padrões ressaltados aqui e ao longo da análise estão relacionados principalmente a orientações simbólicas subjetivas com relação ao campo político e à esfera pública em geral²⁰². Nem sempre mulheres e homens divergem significativamente em seus posicionamentos e formas de ver o mundo ou, dito de outra maneira, nem sempre gênero sobressai mais do que classe ou idade/geração quando se comparam as percepções a respeito de uma determinada questão. Assim, determinadas categorias de análise foram criadas para dar relevo a diferenças de classe – cínicos versus cétricos – ao passo que outras – feminilidade/masculinidade e política - buscam dar ênfase a diferenças de gênero.

Elementos específicos do contexto do Distrito Federal – sua divisão em cidades/regiões administrativas que se distinguem principalmente pelo nível de renda médio de seus habitantes, proporcional, na maioria dos casos, à maior ou menor

²⁰¹ Vários deles foram mencionados ao longo dos capítulos de análise, por isso nem todos serão retomados aqui.

²⁰² Embora o foco esteja sobre orientações subjetivas, assume-se que elas são moldadas sobre estruturas materiais e institucionais que condicionam a sua formação pois, como afirmam Ray e Qayum (2009), uma cultura é “produzida pela confluência de condições materiais históricas e organização social prevalente”. O reconhecimento de que subjetividades (gostos, valores, crenças) e estilos de vida (tempo dedicado ao trabalho, ao estudo e ao lazer, acesso a bens e serviços privados versus públicos) são moldados pela classe social, operacionalizada pelo nível de renda, é que leva a supor que seja importante incorporar diferentes perfis de classe à análise de gênero.

proximidade do Plano Piloto (área central do Distrito Federal), os estereótipos que moradores de cidades vizinhas atribuem uns aos outros, incluindo aqueles referentes a suas filiações político-eleitorais – constituem fatores demarcadores de desigualdades de classe. Moradores de Taguatinga cultivam a percepção de distinção em relação aos moradores de Samambaia e fazem questão de afirmar o prestígio de residir naquela cidade, o que forja uma identidade de bairro/cidade por oposição a um grupo visto como de baixa renda, formado por ex-habitantes de invasões localizadas em Taguatinga, que teriam adquirido casas próprias em razão de uma política habitacional clientelista do ex-governador Joaquim Roriz pela qual lotes foram trocados por votos. Por seu lado, moradores de Samambaia reforçam esta percepção de habitarem uma área de menor status ao, em alguns casos, afirmarem que gostariam de morar em Taguatinga, ou ao preferirem fazer uso de seus serviços (escolas, faculdades), cuja qualidade é supostamente maior. Ambos os grupos têm a percepção clara de pertencer a estratos intermediário ou baixo, sinalizado pela referência aos “ricos”, identificados como os moradores das áreas centrais do Distrito Federal, e também aos “pobres”²⁰³ - moradores de Samambaia e outras cidades -, a quem pessoas de classe média se contrapõem.

A desigualdade de classe se expressa também em opiniões políticas visto que pessoas de classe média, em especial homens, buscam se distinguir dos pobres de baixa “consciência política”, manipulados por líderes políticos desonestos. A figura do ex-governador Joaquim Roriz, capaz de suscitar desprezo, de um lado, e adesões apaixonadas, de outro, consiste num marcador político e de classe bastante evidente e esta é claramente uma especificidade do contexto político do Distrito Federal. Não votar em Roriz – político considerado corrupto e clientelista – ou em sua esposa/filhas/apadrinhados e condenar seu legado são, para a classe média de Taguatinga e outras cidades do DF, sinais de uma visão política esclarecida. Por outro lado, o cultivo de sua memória como governador é especialmente notável no caso de Samambaia, cidade vista pelos moradores como tendo sido criada por Roriz²⁰⁴.

O manejo cotidiano de dificuldades financeiras e a consciência de ter suas possibilidades de vida restringidas estão presentes entre pessoas de classe popular, as quais sabem que sua inserção social está condicionada por seu pertencimento de classe. Há, portanto, uma consciência de classe muito geograficamente referida, como

²⁰³ Um exemplo está na fala de Seu José, de Samambaia: “As maiores gangues de Brasília estão dentro do Plano Piloto, né? Filho de papai. Que o rico é diferente do pobre, né? O rico paga para o filho ser vagabundo. Já o pobre, não. O pobre vira porque não tem condições”.

²⁰⁴ A referência constante ao ex-governador é simbolizada, por exemplo, pelo apelido dado a um restaurante popular de Samambaia: “Rorizão”.

explicado acima. O elemento do ressentimento em relação às distinções de classe, sublinhada por Judith Rollins, 1985 (citada por Ray e Qayum, 2009) se manifesta em alguns dos discursos, notadamente aqueles que se referem à exposição à violência, ao acesso a serviços públicos inferiores em termos de qualidade e ao baixo grau de instrução como limitante de capacidades. Por outro lado, ocorre também a introjeção, por parte dos pobres, do discurso dominante, que os pune por sua baixa escolaridade, justificando assim sua posição na hierarquia social. A ideia de que o seu voto não deveria ter o mesmo valor que o de pessoas instruídas, por exemplo, foi expressa algumas vezes por pessoas de classe média. Também frequente foi a noção, correspondente, manifestada por pessoas de classe popular, de que a falta de “leitura” ou de “estudo” não apenas é um fator de distinção entre as classes como também é impeditivo do seu acesso a determinados espaços ou do exercício do direito à participação política.

Não é banal, portanto, que, diante de um quadro social de profunda desigualdade, uma mulher de classe popular afirme que se vê como igual aos políticos²⁰⁵, igualdade que ela vê como instituída pela ordem divina. Ao afirmar sua igualdade – na condição de ser humano e filha de Deus – a pessoas de outra classe e políticos, ela está afirmando que, a despeito de toda a construção social que a situa num patamar inferior em termos de renda, estudo, status social, usufruto de direitos sociais etc, ela sabe que não é substantivamente diferente daqueles que pertencem à classe dominante. Esta crença poderia vir a funcionar como um elemento propiciador, em condições favoráveis, de maior participação política. Em especial porque, como já exposto, parece haver também um interesse, por parte de eleitores de classe popular, de expressar as próprias visões e demandas numa relação mais pessoal e de maior comunicação com os políticos e de estabelecer trocas que de fato favoreçam os demandantes.

Pessoas de classe popular se ressentem da impossibilidade de contato com representantes políticos porque precisam deles em maior medida do que membros da classe média, que podem pagar pelos serviços sociais. Além disso, se sabem credoras de serviços que devem ser providos pelo setor público e intermediadas pelos políticos, os quais detêm o poder de ordenar a sua oferta. A tentativa de obter concessões de políticos, porém, está longe de ser um comportamento apenas da classe popular pois

²⁰⁵ Nos termos de D. Miriam: “Daí, quem sabe, eu poderia até falar com algum deles (*os políticos*). Que eles viessem e vissem a nossa situação porque, na hora dos votos, eles sabem vir. Ganhou a eleição, virou as costas. E não é assim que tem que ser, né? Porque nós todos somos seres humanos, nós todos somos iguais. A diferença é porque você tem mais estudo do que eu, tem experiência mais de alguma coisa do que eu, mas, como cristãos, nós todos somos iguais. E eles não fazem isso!”.

membros de ambas as classes declararam ter tido ou tentado obter contato com políticos para angariar algum tipo de benefício, o que mostra que esse tipo de personalismo não é exclusividade do povo.

Esta discussão remete a um fenômeno apontado por Auyero (2011: 131) a respeito do clientelismo como uma prática que serve aos interesses de políticos e de eleitores, ou seja, o fato de ele funcionar “tanto como um esquema de dominação política quanto como estratégia de solução de problemas entre os pobres urbanos” e que a durabilidade deste esquema, que parece não se retrair embora seu arcaísmo e ilegitimidade tenham sido recorrentemente denunciados na literatura²⁰⁶, se deve justamente ao fato de que ele resolve problemas ao mesmo tempo no campo político e na vida de pobres urbanos. O clamor registrado nesta pesquisa por maior contato e proximidade com políticos parece se dever a que este mecanismo deixa de funcionar quando não se estabelece uma rede de comunicação suficientemente sólida entre políticos e eleitores, como teria chegado a haver com Roriz, por exemplo. O que as pessoas querem é fazer funcionar este mecanismo - que elas veem como um desdobramento do que acontece em outros campos de suas vidas, como indica Sarti (2009) - para que seus problemas de sobrevivência sejam minorados. Pode acontecer que, paradoxalmente – em se tratando de uma relação clientelista -, elas se sintam mais dotadas de direitos e cidadãs em razão de haverem sido beneficiadas por aqueles que têm acesso ao Estado, que são detentores legítimos de poder político.

6.3 Identidades de gênero e divisão sexual do trabalho

Como visto no primeiro capítulo de análise, as noções de feminilidade e masculinidade variam conforme a classe e idade, esta última associada a ciclo de vida. As diferenças assinaladas indicam ainda que há transformações intergeracionais importantes a respeito de concepções de paternidade e papéis de gênero em geral, embora todo esse processo de mudança seja lento e gerador de ambiguidades dado que convivem, na mesma pessoa e na mesma sociedade, representações modernas e tradicionais.

Os discursos relativos à divisão sexual do trabalho tendem a ser mais progressistas do que as práticas. Isso é verdadeiro não só para o Brasil, mas também

²⁰⁶ Miguel (2012: 43) afirma que a relação que eleitores de classe popular desejam manter com políticos tende a ser vista “com um sinal de negatividade”, como derivada de uma “baixa consciência política”, ao passo que os comportamentos semelhantes, quando advindos de pessoas de classe social mais alta, não são condenados da mesma forma, mas entendidos como manifestações de racionalidade.

para outras sociedades²⁰⁷. Embora o ideal da mulher emancipada e autônoma e do homem moderno e igualitário em termos de gênero seja sedutor, as pessoas têm dificuldades em se desfazer de velhos hábitos e comportamentos. Além da ubiquidade de sua permanência, constatou-se que a divisão sexual do trabalho atua de formas distintas sobre mulheres de classe popular e média principalmente devido ao fato de que a presença de trabalhadoras domésticas em domicílios de classe média desobriga mulheres jovens desta classe social de começarem a trabalhar mais cedo. Por outro lado, mulheres de classe popular são levadas, desde a infância e adolescência, a aprender e exercer regularmente este tipo de trabalho de forma a aliviar a carga de suas mães, que frequentemente vão morar com as filhas depois de idosas e passam então a exercer considerável montante de trabalho neste novo domicílio. Homens de classe popular também o fazem desde cedo, mas sua parcela de contribuição ao trabalho doméstico é muito menor que a feminina, assim como acontece entre homens de classe média, que são ainda mais poupados devido ao trabalho doméstico remunerado. Entre homens mais jovens, há uma disposição discursiva a vir a participar do trabalho doméstico, quando solteiros, porém persiste a ressalva quanto à residualidade que este tipo de trabalho assume em seus discursos, sempre condicionado a uma “eventual necessidade”. Assim, não há uma recusa definitiva a engajar-se no trabalho doméstico, porém não se verifica também a disponibilidade em dividi-lo igualmente. A masculinidade vista pelos olhos tanto masculinos quanto femininos isenta os homens da responsabilidade de compartilhar o trabalho doméstico por igual. Assim, apesar de os homens quererem parecer progressistas e igualitários, há uma divergência entre práticas e discursos que não aponta no sentido de uma revisão de fato substantiva da divisão tradicional.

Em especial na parte concernente ao cuidado com os filhos, o trabalho tende a não ser repartido em partes idênticas porque o exercício dele diz respeito ao núcleo mesmo da feminilidade e a um recurso de poder na esfera doméstica não desprezível, tanto para mulheres mais jovens quanto mais velhas: a maternidade. Neste ponto, merece ressalva o fato de que mulheres de classe média e mais jovens tendem a apresentar valores menos relacionais e mais individuais, como argumentam Machado e Barros (2009: 11), porém é preciso ressaltar que permanece o modelo de organização

²⁰⁷ Burns *et al* (2001) mencionam “um disseminado palavreado (*lip service*) relativo à igualdade em casa”, convivendo, porém, com arranjos tradicionais. E Subirats (2007:121) distingue claramente entre um raciocínio “que se impõe nas opiniões” e um “rechaço masculino a esse tipo de tarefas tão visceral que nem os pedidos nem as repreensões das mulheres nem a convicção de que 'deveriam ajudar' conseguem superar o desapego dos homens a tais atividades, o esquecimento, a falta de atenção, as trapaças constantes para eludi-las”.

familiar moldado pela divisão sexual do trabalho. Portanto, os mecanismos que explicam a reprodução da desigualdade de gênero – por exemplo, o fato de que mulheres estão distribuídas entre os homens, o fato de que as representações de gênero aprendidas em família são reproduzidas pelas demais instituições sociais - continuam a atuar nos estratos sociais pesquisados²⁰⁸. A multiplicação de novos arranjos familiares – apenas nesta pesquisa, foram entrevistadas, sem que houvesse qualquer direcionamento para isso, duas mulheres casadas que vivem com filhos do atual e de outros relacionamentos – não chegam a alterar substancialmente a divisão tradicional pois os novos arranjos se constroem com base nos mesmos papéis, o que resulta em que companheiros subsequentes tendam a não atuar como pais dos filhos anteriores da mulher. Trata-se de um fenômeno que começa a alcançar maior magnitude recentemente e que aponta, com limitações, para mudanças intergeracionais nas relações de gênero. Por um lado, maior liberdade para a mulher que pode se divorciar e se recasar sem tanta condenação social, porém, por outro, maior carga de trabalho em virtude dos filhos não assumidos pelos novos maridos.

As oportunidades de boa – em termos de salário e status - inserção profissional são muito menores para mulheres pobres, o que explica que, para elas, a identidade advinda do trabalho remunerado seja menos relevante que para mulheres mais escolarizadas e jovens. A mesma comparação pode ser feita entre mulheres em geral, que entram e saem com mais frequência do mercado de trabalho, e homens, que, mesmo trabalhando sob condições precárias, não concebem o trabalho em período parcial. A renúncia completa ao trabalho remunerado, porém, parece ter ficado para trás visto que mesmo mulheres que não trabalharam fora em sua juventude lamentam não tê-lo feito e há uma condenação generalizada a não ter o próprio dinheiro, tornando-se assim dependente do marido. O rompimento com a segregação de gênero no mercado de trabalho, porém, é um passo mais difícil de ser alcançado pois implica questionar representações de gênero que induzem mulheres e homens a buscarem os tipos de trabalho que foram socializados para preferir – um mecanismo visto por alguns, mais escolarizados e jovens, tanto como cultural quanto biológico.

As representações de masculinidade e feminilidade dão suporte à divisão sexual do trabalho, induzindo homens e mulheres a se verem como portadores de inclinações

²⁰⁸ Nesta pesquisa, constatou-se também um grande *continuum* de disposições entre classe popular e média, o que provavelmente se deve a que várias dessas pessoas que podem ser descritas hoje como de classe média advieram de classe popular e que tiveram uma ascensão relativamente rápida no DF. Há casos de pessoas que cursaram faculdade já depois de adultos e casados com filhos, o que representou um incremento de renda.

naturais a reproduzi-las. A percepção de um vínculo supostamente mais forte entre mãe e filho, a masculinidade protetora que muitos homens exercem sobre suas mulheres, o reconhecimento por parte de mulheres e de homens de diferentes gerações de que as responsabilidades do homem junto ao mundo externo são maiores que as femininas – todas essas são concepções tradicionais de gênero que continuam vigentes e impõem uma maior carga de trabalho doméstico não remunerado à mulher e, conseqüentemente, a menores salários e recursos políticos em geral.

A liberdade experimentada por mulheres possuidoras de maiores recursos sociais – o acesso à educação superior, o tempo para estudar sem precisar trabalhar, o acesso a opções de lazer que lhes permitem circular por espaços sociais de elite – pode ensejar, como visto, uma concepção de feminilidade positiva e dissociada do trabalho doméstico: uma feminilidade que se julga vantajosa porque baseada no culto social à beleza feminina e na condescendência à mulher. Trata-se de uma concepção marcada claramente pela classe e pela idade/ciclo de vida.

Outra concepção que parece variar significativamente de acordo com a geração diz respeito às representações sobre a paternidade. Dado que a referência paterna atua como critério para pautar as práticas de paternagem, tanto no sentido de reproduzir quanto de rechaçar o comportamento dos pais, num contexto em que se acelerou o processo de redução da fecundidade e em que se exige de mães e pais maior atenção individual aos filhos por haverem se transformado também as representações sobre a infância, já é possível notar mudanças em relação à concepção tradicional de paternidade como prática relacionada sobretudo à provisão material. Homens mais jovens e de maior escolaridade tendem a ver na paternidade um projeto de vida para além da posição de chefe de família, capaz de exercer a autoridade masculina sobre seu pequeno domínio privado, cuja perda é tão lamentada por homens mais velhos.

Além disso, há indicações de que pessoas mais jovens e solteiras estariam em busca de relações mais igualitárias em termos de gênero, como os exemplos relativos à percepção de que o casamento convencional poda a liberdade feminina e à disposição de um dos jovens de classe média a trabalhar meio período para cuidar dos filhos. No entanto, esse discurso mais progressista é contraposto a outros elementos discursivos, já sublinhados, que indicam uma tendência à permanência de práticas tradicionais. Práticas culturais são extremamente resistentes à mudança e pessoas mais jovens evidenciam esta resistência em sua forma de ver o mundo.

As referências e explicações sobre papéis sociais de homens e mulheres em geral são mais elaboradas entre entrevistada/os de maior escolaridade: fazem menção ao

papel da cultura, à discriminação contra a mulher e demonstram algum grau de reflexão prévia sobre estas questões. Entre homens mais jovens e escolarizados, é possível encontrar posturas que não são apenas defensivas em relação à masculinidade, isto é, não são apenas tentativas de afirmar que seu comportamento não é machista, incorporam reflexões mais amplas, ainda que também permeadas de estereótipos e visões conservadoras, sobre como homens e mulheres têm se transformado. De forma similar, mulheres mais jovens, devido à variedade maior de experiências a que são expostas – principalmente o acesso ao ensino superior -, também são levadas a por em xeque suas percepções tradicionais de gênero – por exemplo, aquelas referentes aos tipos de trabalho que as mulheres podem ou não desempenhar - ainda que não as abandonem de todo. Verificou-se entre as jovens, de ambas as classes, uma valorização do trabalho como fonte de renda e independência e mesmo, entre algumas, da carreira profissional derivada de um projetado ou já em execução curso superior, que indica o trabalho remunerado como crescente base da identidade feminina. No entanto, é improvável que o trabalho remunerado possa, por si só, ter como efeito a transformação de práticas familiares consolidadas visto que ele permanece conjugado, predominantemente por mulheres, com o trabalho não remunerado.

6.4. Hierarquia e representações domésticas e políticas

Pensar na relação entre hierarquia doméstica e a inserção política de homens e mulheres importa porque, como argumenta a literatura feminista, a família, a depender de sua organização, pode ser um *locus* tanto de educação democrática quanto de educação autoritária. As experiências vividas na família constituem a fonte a partir da qual o comportamento político começa a ser moldado, sendo a organização política pensada a partir da doméstica e papéis políticos concebidos a partir de papéis domésticos. Além disso, as pessoas podem sentir-se mais empoderadas politicamente quando o são domesticamente, ou seja, ter voz na família pode ajudar a ter voz ou ao menos sentir-se capaz de ter voz na política.

A hierarquia doméstica foi operacionalizada na pesquisa como referente à chefia familiar, à divisão sexual do trabalho político e à influência exercida sobre o/a parceiro/a em termos políticos. Assim como Burns *et al* (2001), compreende-se também que a família é uma instituição que provê incentivos políticos divergentes: de um lado, mulheres parecem ter menos respeito enquanto parceiras para conversas sobre política e são compreendidas, em alguns casos, como pessoas a serem tuteladas politicamente; ainda assim, a família tende a ser uma das únicas esferas em que elas se sintam à

vontade para pedir voto para seus candidatos ou para ter alguma conversa sobre política, mesmo que essa conversa tome a forma mais de uma consulta/questionamento ao “chefe de família” do que de um diálogo entre iguais.

O entendimento da configuração das relações de gênero na família implica também uma melhor compreensão de como as desigualdades de gênero são criadas em sua dimensão moral, de valores. A descrição da família como uma organização hierárquica em que o homem ocupa a função de chefia da família ao passo que a mulher ocupa a chefia da casa²⁰⁹ se aplica bastante bem não apenas a famílias de classe popular, mas também a famílias de classe média a julgar pela transversalidade da divisão sexual do trabalho e também pelos relatos em que o homem se diz ou é considerado pela mulher como chefe de família, sempre sublinhando-se o fato de auferir maior renda, e ainda pelos casos em que o homem/marido é referido como eminência parda em questões políticas. Nesse sentido, os valores de gênero são compartilhados, em alguma medida, entre classes. Também na família de classe média, existe uma hierarquia de gênero que coloca a mulher em lugar secundário ainda quando ela se insere em condições mais favoráveis que mulheres de baixa renda em outros campos – na educação e no mercado de trabalho. E mesmo a mulher de classe média toma para si a responsabilidade maior pelo trabalho de cuidado familiar e acaba, inadvertidamente, reproduzindo relações de dominação.

No entanto, o fato de que a organização familiar esteja se diversificando, como sublinhado acima, requer entender como a organização de gênero se conforma nos novos arranjos familiares. Nesta pesquisa, observou-se, por exemplo, que nos domicílios em que há filhos de outros casamentos, a autoridade é dividida com o marido: a mulher é a responsável pelos seus filhos enquanto o homem adquire maior ascendência sobre os filhos do casal. Nesses casos, é notável que ambas as mulheres envolvidas em tais arranjos se dissessem confusas ou injustiçadas por seus papéis de gênero, o que demonstra que a responsabilidade e o trabalho maiores advindos dessa maternidade solitária, ainda que vivida no âmbito de um casamento, já as levava a pensar nas implicações de sua condição de mulher num arranjo familiar distinto do convencional. Nessa posição, mesmo não sendo um chefe de família nos termos tradicionais, o homem mantém sua maior preponderância sobre questões públicas/externas ao domicílio e deriva daí parte de sua autoridade, vendo-as reduzidas

²⁰⁹ Ainda que as duas chefias estejam numa escala hierárquica em que a chefia masculina ocupa posição superior, deve-se reconhecer que ser chefe da casa é um recurso de poder, vinculado ao exercício do trabalho doméstico, do qual muitas mulheres não estão dispostas a abrir mão.

no que diz respeito à sua função familiar, isto é, abstendo-se de exercer o papel de chefe de família com relação aos filhos que não são seus. Ainda que reconheçam esse protagonismo nos homens, as mulheres não se concebem como meras “protegidas”, isto é, elas fazem questão de afirmar as qualidades que as definem como grupo, suas virtudes – consideradas, inclusive, superiores às masculinas – e a importância do trabalho que desempenham junto a seus filhos e marido.

Há diferenças na forma como mulheres e homens lidam com seu senso de competência política. Há, por exemplo, algumas mulheres que admitem “ir pelo marido”, isto é, deixar-se guiar por ele em termos políticos assim como há mulheres – em especial mais velhas e de classe popular, mas também as muito jovens e de classe média – que não têm problemas em admitir que não se interessam por política, ainda quando fazem questão de se afirmarem interessadas e/ou competentes em outros campos – do trabalho e do estudo. No entanto, a decisão do voto – à parte a questão de interessar-se de forma geral por política - parece constituir, em muitos casos, uma questão que toca no próprio senso de independência e há diversas mulheres que fazem questão de reafirmar sua capacidade autônoma de tomar esta decisão.

Ainda que a família seja um lugar de inserção feminina subordinada, diversas mulheres, em especial as mais velhas e privatizadas (restritas ao espaço privado ou portadoras da ideologia do privado como espaço feminino), contam que se sentem respeitadas em suas famílias porque é um ambiente em que sua condição de mãe e dona de casa lhes provê alguma autoridade. Outro ambiente citado por mulheres como representando para elas uma fonte de respeito social – e em que, mais uma vez, sua inserção se faz de forma subalterna - é a igreja. No entanto, a família é um âmbito de solidariedade e compartilhamento de interesses importante, e os motivos que orientam a decisão do voto tendem a ser compartilhados mais com os membros da própria família do que com pessoas de mesmo gênero pertencentes a outras classes sociais. Por isso, é esperado que se converse sobre política em família e que maridos e mulheres votem nos mesmos candidatos. Por exemplo, o fato de que, em Samambaia, a fidelidade a Joaquim Roriz tenha determinado, para muitos, o voto em sua esposa - Weslian Roriz – implica que haja um interesse político claramente circunscrito em termos familiares e de classe/região de moradia, mas que não perpassa a dimensão de gênero entre classes sociais.

O conceito de política do cotidiano – da política praticada nas interações do dia a dia, em espaços não convencionalmente chamados de políticos – é o que mais se aproxima da visão de política que muitos da/os entrevistada/os nutrem: a política

baseada em representações e critérios morais. Não porque a política seja vista como praticada fora dos gabinetes, mas porque os valores associados à política estão presentes nas demais esferas de vida das pessoas e porque a cidadania é entendida como referente à vida cotidiana, ao reconhecimento social advindo do cumprimento de deveres sociais e, no caso de pessoas mais jovens e/ou de classe média, também os deveres e direitos políticos.

O entendimento e a avaliação da política institucional com base em valores familiares são feitos extensivamente, com relação aos seguintes aspectos: papel dos governantes, avaliação de candidata/os, prevalência dos homens na política e organização da ordem social. Como a família está ordenada sobre bases não democráticas, o uso desta analogia para pensar a ordem política tende a não resultar em posturas políticas democráticas. Nesse sentido, a interrelação entre valores familiares e políticos, que tenta aproximar a política do âmbito do cotidiano, não produz a sua democratização. Autoras que estudaram esta interrelação percebem a continuidade entre o autoritarismo nas duas esferas. Ver as “relações intradomésticas como um microcosmo das regras e comportamento da sociedade” resulta, para Ray e Qayum (2009), em perceber como a servidão doméstica pode elucidar relações hierárquicas entre classes sociais. Para Young (2005), num “regime de segurança”, a relação dos cidadãos com o mundo político pode tomar contornos semelhantes à relação estabelecida entre patriarca e subalternos num contexto familiar que ela vê como já ultrapassado. A postura de “masculinidade protetora” e paternalista que o governante assume num regime deste tipo é entendida por associação com o “cuidado familiar”, o que a torna sedutora para os cidadãos a serem protegidos, estabelecendo-se assim uma relação não democrática de obediência baseada no medo. Ao agir desta forma, o governante emula o papel de pai que infantiliza os cidadãos.

Exemplificando como este fenômeno se fez notar no caso desta pesquisa, observou-se a avaliação do regime militar com base em analogias com a vida privada que servem para ressaltar a ordem reinante naquela época, em comparação com a desorganização típica da multiplicidade de atores políticos de um regime democrático. Para alguns segmentos, notadamente homens mais velhos, a relevância da família se manifesta especificamente na perda da autoridade paterna que possuíam e, em grande medida, ainda possuem os homens numa ordem familiar que lhes atribui o papel de autoridades mantenedoras da ordem moral. A avaliação que eles fazem das transformações no âmbito da família influencia também sua visão de como a ordem social/pública está sendo alterada. A maior intervenção do Estado na vida familiar com

o intuito de assegurar proteção a indivíduos, como crianças e mulheres, que ocupam uma posição de vulnerabilidade, lhes retira parte do poder patriarcal. Isso os leva a acreditar que a autoridade pública está usurpando funções que não lhe cabem e que a política como um todo não funciona tão bem quanto antes, em tempos mais ordeiros e pacíficos. Homens e mulheres mais jovens e escolarizados não têm essa memória positiva dos tempos do regime militar e fazem críticas mais incisivas sobre o cerceamento de liberdades imperante no período. Por outro lado, também estes jovens foram socializados em famílias organizadas de forma ainda tradicional, isto é, marcada pela divisão sexual do trabalho e pelas hierarquias associadas a ela. Sua visão dos papéis masculino e feminino tanto na família quanto na política não demonstra uma renovação geracional relevante.

As representações da relação entre mulheres e política tendem a enquadrá-las nos estereótipos já consolidados de feminilidade. Como já discutido, os efeitos disso para a entrada das mulheres na política são mistos: de um lado, é considerado bom que as mulheres, com sua “força moral”, entrem na política; de outro, considera-se que elas devem manter-se afastadas para não se corromper. E ainda, quando uma mulher – Weslian Roriz - dotada de características “femininas” exacerbadas, em especial, sua privatização – se candidata, isso é veementemente rejeitado ao passo que, quando uma mulher portadora de comportamentos e atitudes mais “masculinos” – Dilma Rousseff – se propõe a entrar na política, esta entrada é facilitada porque corresponde aos critérios de avaliação de candidatos tradicionalmente usados. O fato de que chefes mulheres sejam consideradas mais sensíveis e afetuosas não lhes confere uma autoridade legítima, tanto no mercado de trabalho quanto na política. Ainda assim, há uma busca pela feminilidade presente em Dilma, por sua condição de mãe, sintomaticamente lembrada por uma mulher²¹⁰, que usa este argumento para afirmar que a dimensão da maternidade pode torná-la mais sensível às necessidades femininas.

O uso de estereótipos advindos da domesticidade para julgar as mulheres acaba reforçando, segundo Biroli (2011:86), a “naturalização de características e competências” associadas a elas, o que segmenta e restringe sua circulação no campo político. É, como diagnosticara Sapiro (1984), a continuada marginalização feminina como condenação ao seu pertencimento a dois mundos – o privado e o público. A participação da mulher na política é vista na forma de estereótipos, relacionados a uma

²¹⁰ Uma senhora de classe média afirma: “Eu acredito (*que Dilma se preocuparia mais com as questões de mulheres – pergunta feita à entrevistada*), eu acredito. Até por ser mulher, por ter sido mãe, por muitas outras coisas, eu acredito que, nesse sentido, ela iria ajudar”.

suposta superioridade moral decorrente da maternidade. Interpretar o discurso maternalista como uma via legítima de entrada das mulheres na política implica eternizá-las nessa feminilidade estereotipada que advém de sua circunscrição ao trabalho não ou mal remunerado de cuidado. O primeiro dos discursos analisados sobre compatibilidade entre feminilidade e política – o da feminilidade virtuosa que transforma a política - reproduz o essencialismo de gênero ao pressupor que mulheres são mais maternais e estão predestinadas a se manter assim. Apesar disso, ele pode ser o mais útil para a promoção dos interesses estratégicos de gênero, isto é, para servir a estratégias eleitorais que justifiquem a demanda por maior presença das mulheres na política em termos que se coadunem com a imagem que o senso comum atribui às mulheres.

O segundo discurso supõe que mulheres tendem a adquirir valores próprios do ethos masculino ao entrar na política e que, são também, portanto, sujeitas à corrupção. Tende-se, nesse caso, a considerar que os incentivos institucionais que constituem o campo político são mais determinantes do comportamento do/as parlamentares do que as identidades de gênero e reconhece-se, assim, que ele é autônomo e sujeito a regras de funcionamento próprias, as quais moldam seus agentes. Diante disso, o essencialismo pode não se manter, o que representa uma visão menos determinística sobre gênero.

Há, entre os portadores do terceiro discurso – o que rompe com o estereótipo da feminilidade virtuosa -, ao menos a proposta de que o masculino e o feminino não tenham desigualdade valorativa, isto é, que sejam intercambiáveis porque dotados de igual valor, algo que está no cerne da proposta feminista. No entanto, ele não serve aos interesses feministas porque não faz da paridade de gênero nos espaços de poder uma questão relevante; ao contrário, deslegitima esta preocupação por não acreditar que gênero deveria ser vista como uma variável relevante tanto em termos de discriminação quanto de luta por igualdade. Esse discurso, portanto, fecha os olhos para a desigualdade de gênero e, por causa disso, desconsidera a importância da presença de perspectivas sociais distintas no campo político, advindas de estruturas sociais geradoras de desigualdade social de gênero, raça e tantas outras.

Há que se ressaltar ainda que as considerações sobre gênero da/os candidata/os não aparecem espontaneamente nos discursos e que, quando estimulado/as a pensar sobre a importância da categoria gênero para o comportamento dos políticos, a maioria das pessoas rejeita sua legitimidade como critério para balizar a escolha eleitoral. Considera-se, por isso, que embora gênero seja um critério constitutivo do campo político, não é considerado um fator de promoção da representação política.

6.5. Cinismo e ceticismo: padrões de discurso

Uma das diferenças de gênero nos padrões de emissão dos discursos diz respeito a que os homens tenderam a apresentar respostas mais convictas, não necessariamente mais democráticas, do que as mulheres. Esse foi um dos critérios utilizados para estabelecer uma distinção que é tanto de gênero quanto de classe: entre cínicos e céticos. Porém, não se trata de tipos puros, como deixa clara a descrição dos posicionamentos de pessoas que correspondem a cada tipo, pois há momentos em que cínicos expressam visões mais céticas e vice-versa. Como afirma Dekker (2006), as pessoas “mostram sinais contraditórios de eficácia política e impotência” e já que ambos os conceitos – de cinismo e ceticismo - estão associados à eficácia política, tende-se a apresentar um comportamento mutável em relação a essas dimensões.

A existência de mulheres que se dizem incapazes de entender ou de se interessar por política é um indicador do que se está chamando de ceticismo porque sinaliza a disposição a confessar um baixo senso de competência política, algo que os cínicos não têm. O modo de falar das mulheres – menos preocupadas em mostrar conhecimento ou autoridade sobre os assuntos discutidos na entrevista - também lhes faz menos incisivas e dispostas a se declararem competentes politicamente.

Outros estudos, como o de Hardy-Fanta (1993), também constataram diferenças que vão na mesma linha com relação às formas de falar sobre política de homens e mulheres: eles mais propensos a usar informações referentes à política institucional, mencionando posições e status, e elas mais tendentes a contar histórias de conexão envolvendo pessoas conhecidas e a relacionar a política a questões do seu cotidiano. Dado que eles associam a política a jogos de poder que se desenrolam numa arena marcada por conflitos de interesse, é compreensível que eles adotem, ao falar sobre política, a atitude que julgam típica deste mundo político: o cinismo. As mulheres, ao contrário, não apenas por ter menos informações formais sobre a política institucional, mas também porque este cinismo não faz parte do ethos feminino, tenderiam a adotar outros modos de falar e ver a política. Fica claro, assim, como sugere Hardy-Fanta (1993:49), que o modo mais cínico de falar masculino não reflete apenas uma “reação masculina ao relacionamento da entrevista” ou um simples “estilo de comunicação” distinto. Não se trata apenas de uma linguagem empregada numa situação peculiar, mas de uma forma própria de ver a política e de agir politicamente.

O cinismo, porém, não precisa estar associado apenas à capacidade de enxergar na política institucional os elementos básicos de que ela é feita: poder e conflitos de

interesse. Ele pode ser desencadeado, como ficou claro na pesquisa e também previsto por Eliasoph (1997), por uma combinação entre ideais de envolvimento político e autoconfiança política. Em lugar de fazer um esforço custoso de corresponder às próprias expectativas de participação política e para conviver com frustrações decorrentes de um petismo desiludido com o governo Lula, o distanciamento da política numa atitude cínica pode ser uma opção atrativa.

O fato de que elas se afastem da política institucional por ter um baixo senso de competência política é previsível, ainda mais por este ser um campo considerado maldito/imoral, marcado por divisões e conflitos. O exemplo dado pelas mulheres aos seus filhos de maneira geral e filhas, em particular, no tocante ao desinteresse pela política, tende a levar à reprodução dessa atitude, prevenindo mudanças intergeracionais.

A exclusão política maior das mulheres pertence ao imaginário das pessoas entrevistadas tendo em vista, por exemplo, a percepção generalizada de que mulheres se interessam ou conversam menos sobre política que os homens. A dominação masculina é entendida como histórica e reproduzida intergeracionalmente embora os discursos reconheçam a existência de inflexões que marcam a entrada recente da mulher. Ainda quando procuram afirmar que a política deve ser um campo isento de discriminação de gênero, trata-se de um dever ser, um princípio que deveria funcionar em favor do grupo marginalizado, isto é, as mulheres.

Nesse sentido, a hipótese levantada a princípio de que os homens teriam maior inserção política que mulheres parece estar bem enraizada no senso comum. Embora estes padrões distintos de comportamento segundo gênero reflitam representações que se formam em virtude de experiências de socialização, eles também têm impactos em termos de moldar contextos político-institucionais, isto é, de atuar sobre o ambiente político em que os atores sociais se movem. Se as mulheres são vistas como pessoas menos interessadas em política, elas tenderão a ser preteridas quando se trata de escolher interlocutores para falar sobre o tema, tendo assim reduzidas oportunidades de recrutamento político. Em decorrência disso, pode acontecer que se excluam as mulheres de conversas sobre política, por exemplo, no local de trabalho, assumindo que elas não terão interesse em participar. Homens mais velhos e de classe média que afirmaram que suas esposas não têm grande competência política, declararam preferir eleger outros interlocutores – principalmente colegas de trabalho. Homens jovens de classe média contam ter um grupo de amigos com quem se sentem à vontade para tocar em tais temas. E é nesses grupos de iguais que se pode desafiar a norma social de que

não se fala sobre política, cultivar as disposições que os levam a crer que são politicamente mais sofisticados que a média, e até ser chamado a participar de alguma organização de caráter político.

6.6 Relacionamento das mulheres com a política

Se, por um lado, está estabelecido que mulheres têm menor inserção política que homens, por outro, não se conclui que elas sejam, por isso, apolíticas. Há diversos exemplos de inclinações políticas positivas das mulheres, que foram mencionados ao longo dos capítulos de análise e que serão recapitulados aqui. Há dimensões de interface com a esfera pública que parecem atingir as mulheres de forma mais intensa.

Para introduzir a complexidade do relacionamento das mulheres com a política, é preciso ter em mente especificidades da desigualdade de gênero, que estão relacionadas às origens de desigualdades políticas. A resiliência da desigualdade de gênero deriva de fatores como a força da solidariedade intrafamiliar, que dificulta a percepção das necessidades comuns existentes entre mulheres de diferentes famílias/classes sociais, e o fato de que a submissão feminina é criada num contexto doméstico que envolve relações de poder e amor, no qual se forjam as identidades de gênero – ser esposa e mãe – que tornam as mulheres não apenas propensas a desempenharem os papéis domésticos opressores que lhes são atribuídos como também a desejarem exercer tais papéis. A intimidade existente no núcleo familiar, entre mulheres e homens, e o fato de que é nele, dentre outros, que crianças se desenvolvem como pessoas, de forma principalmente emotiva, são fatores distintivos e marcantes da desigualdade de gênero. Nesse sentido, compreende-se que as mulheres se orgulhem por desempenharem a contento os deveres associados à sua condição feminina, a parte que lhes corresponde na organização familiar, visto que elas se sentem beneficiadas também pelo papel desempenhado pelos homens – o trabalho remunerado, a autoridade moral exercida pelo homem, que torna a família respeitada na comunidade, a proteção advinda de saber que há alguém que se encarregará de administrar o mundo externo etc. Trata-se de uma relação de dependência e reciprocidade que tem funcionado ao longo de séculos como um dos principais mecanismos de reprodução de sociedades dominadas por homens. Essa injustiça da organização social de gênero, porém, não é algo sempre percebido por quem a sofre, em especial quando ela está mistificada por várias camadas de afetividade e dimensões que constituem bases do autorrespeito. Entre a/os mais jovens, existe a disposição de entabular relações mais modernas e igualitárias (porque esse discurso é especialmente difundido entre mais jovens e mais escolarizados), o que

não é facilmente concretizável quando as estruturas sociais - a organização da esfera pública - por exemplo, a indisponibilidade de alternativas para o trabalho de cuidado fora de casa, a segregação da força de trabalho, o desemprego maior feminino etc - se somam às representações femininas maternais, com as quais mesmo os jovens foram socializados, para induzir à manutenção dos comportamentos tradicionais.

Isso não significa, porém, que as mulheres não estejam cientes de ocupar uma posição de desvantagem numa ordem social em que ter autonomia econômica e desfrutar de garantias trabalhistas que tornam o trabalho mais digno é uma dimensão importante da cidadania. Ao contrário da política, a esfera econômica é uma das dimensões da vida em sociedade em que as desigualdades entre mulheres e homens mais se evidenciam e constitui um requisito para a cidadania ter reconhecida a “própria contribuição para a produção da riqueza social” (Rego e Pinzani, 2013: 80). Esta é uma dimensão de desigualdade que importa mais para as mulheres comuns do que a sua exclusão do campo político não apenas porque a política é uma preocupação que se impõe com muito menor frequência e urgência (pois não se crê que dela dependa a sobrevivência individual) como porque mulheres e homens estão iguais no que diz respeito a poder votar e ao valor de seu voto em termos eleitorais. E há ainda o argumento de que a política não é, ao contrário da remuneração do próprio trabalho, uma dimensão que afete tanto a subjetividade e autoestima pois não é tão relevante em termos sociais ter autonomia política, isto é, ter opiniões próprias e bem fundamentadas sobre política e participar politicamente. Não é condenável socialmente ser ignorante em termos políticos, em especial quando a ignorância política é vista como resultado de uma escolha (que poderia ser mudada se houvesse interesse), que se traduz, por exemplo, em recusar-se a assistir ao noticiário. Caso se tratasse realmente de uma escolha, bastaria apenas fazer um gesto tão simples quanto passar a assistir ao jornal ou estar mais disposta a manter conversações rápidas e superficiais sobre política para não ser considerada “desligada”, “ignorante” etc. Os homens tendem a sentir-se superiores às mulheres porque são capazes de tais atos assim como de elaborar sobre suas posições políticas com mais profundidade, em alguns casos, culpando-as por não fazerem tais “escolhas” e deixando de perceber que há condicionamentos maiores para essa mudança de comportamento: a superação de disposições introjetadas que lhes demanda afastar-se deste campo complicado e corruptor, a falta de treinamento no acompanhamento do noticiário político, o *trade-off* que pode existir entre tempo de assistir à TV e tempo de executar o trabalho doméstico etc.

Em oposição à política, o campo econômico parece gerar desigualdades mais

profundamente sentidas. A despeito de que o trabalho remunerado não seja uma dimensão tão central da feminilidade, ele também é compreendido como a saída para a necessidade de ter assegurado algum grau de independência financeira, assim como uma alternativa para evitar o isolamento doméstico. Por isso, trabalhar sem carteira assinada – sem ser “fichado” – e receber remunerações aviltantes – “mixaria” – constitui uma dimensão que concerne às bases da autoestima. Isso acontece porque há uma “equação entre trabalho e respeito” (Rego e Pinzani, 2013: 47) nas sociedades capitalistas contemporâneas que relega o trabalho feminino à marginalidade por ser não remunerado ou não tão bem remunerado quanto o masculino. Interpreta-se dessa forma o lamento de várias mulheres, que falam com vergonha – denunciando um sentimento de humilhação – sobre sua condição de dona de casa, de trabalhadora informal, de trabalhadora em “casa de família” (e não em empresas ou órgãos públicos, locais de trabalho considerados de maior status) ou de executoras de um trabalho “quebra-galho”, insuficiente para prover as necessidades da família.

Por outro lado, atores sociais têm interesse em preservar seu senso de eficácia e competência nas áreas em que atuam e não seria diferente para as mulheres. Elas percebem o trabalho para a família – marido e filhos – como também um trabalho socialmente relevante e merecedor de respeito, em especial porque associado à maternidade. Mulheres mais velhas, ao repensarem sua trajetória de trabalho interminável de cuidado com a família, não falam dela com lamento, mas com orgulho, por terem sido capazes de executar jornadas de trabalho extensas e superado as dificuldades decorrentes. Há, portanto, um reconhecimento social decorrente do trabalho não remunerado – sublinhado também em falas masculinas²¹¹ - que se faz questão de reafirmar justamente porque, neste caso, o reconhecimento é simbólico, e não expresso na forma de uma remuneração, o que também o torna menos importante.

As mulheres estão cientes de estarem inseridas em condições de inferioridade, comparativamente aos homens, no mercado de trabalho, o que lhes faz recorrer a outros campos da vida social para encontrar o seu lugar, isto é, um espaço em que poderão sentir-se menos humilhadas, frequentemente encontrando-o na igreja (embora também aí elas estejam em posição de subalternidade pois as lideranças religiosas são, quase todas, masculinas), também um espaço público em que elas são predominantes em número.

As mulheres valorizam a possibilidade de votar e, mais ainda, de não ter o seu

²¹¹ “Eu vejo a mulher como uma figura, dentro da sociedade, que merece todo o respeito, até pela posição de mãe, ela que é responsável por perpetuar a espécie”, nos termos de Seu Ricardo, de classe média.

voto ditado por outrem²¹² (marido/filhos), o que tende a ser entendido como uma dimensão da individualidade e da inserção política prezada por elas. Ainda que a dimensão individual do voto possa ter consequências perversas em termos de estímulo à ação coletiva, ela também tem um simbolismo libertador para as mulheres: a ideia de que a unidade sociopolítica não é a família.

Outro aspecto a ser ressaltado da visão política feminina consiste em que elas não consideram a política alheia a suas vidas, mas entendem que as decisões tomadas pelo Estado têm impacto direto sobre elas, em especial no que se refere ao acesso a serviços públicos, que constitui uma dimensão importante do público, especialmente para mulheres de classe popular²¹³. É essa percepção do papel do Estado e do poder que políticos possuem de mobilizar seus recursos, aliada à consciência de sua dependência de tais esquemas, que as leva a reclamar maior contato e, em alguns casos, maior respeito às regras do jogo político-eleitoral-clientelista por representantes políticos. Não há, em sua visão, nada de ilegítimo em almejar que deputados atendam a reivindicações localizadas ou mesmo pessoais em troca de haverem recebido seu voto.

Também foi constatado na pesquisa que as mulheres têm o seu interesse político provocado quando a igreja promove a discussão de temas políticos ou quando a identidade religiosa de candidata/os é posta em relevo. Torna-se justificável participar politicamente de alguma forma quando interesses mais nobres estão em jogo. A igreja torna-se, assim, um agente pertencente ao contexto sociopolítico – certamente não exclusivo do DF, mas que está presente aqui - que atua na promoção da participação política feminina (não apenas feminina, mas em maior proporção porque a maioria dos frequentadores da igreja é composta de mulheres), o que mostra que os fatores relativos à socialização e à cultura podem ser contrabalançados por fatores presentes na organização social e política²¹⁴.

²¹² Com exceção das jovens de classe média que afirmam não se importar em “seguir os pais” e de mulheres que, confessando a própria ignorância política, não deixam de fazer menção ao marido na sua escolha eleitoral.

²¹³ É possível argumentar que, com base numa comparação de pessoas do mesmo gênero e idade, mulheres jovens de classe popular têm uma dimensão mais acurada do público/político do que aquelas de classe média porque estas sempre puderam ter acesso a serviços privados, não iniciaram ainda sua vida profissional e se fecham num círculo muito restrito de sociabilidade intraclasse, além de também recorrerem aos pais para ajudar-lhes a decidir o voto. Isso lhes faz crer que é possível abrir mão do político como uma dimensão de exercício da autonomia.

²¹⁴ Outro elemento do contexto que poderia mobilizar as mulheres – embora não haja indícios fortes disso – é a presença de candidatas nas disputas eleitorais. Porém, não foi possível averiguar se houve maior mobilização política feminina por ter havido uma candidata a governadora e outras a presidente nas eleições de 2010. Para isso, teria sido necessário fazer a pesquisa durante o período eleitoral e comparar os resultados com os de outras eleições em que não houvesse mulheres competindo para os mesmos

Por serem as maiores beneficiárias de políticas sociais, elas têm experiência em interagir com órgãos locais do Estado responsáveis por administrar tais políticas, o que constitui, ao mesmo tempo, uma dimensão da cidadania e uma fonte de situações de humilhação e estigmatização. Não se trata, porém, de rechaçar a atuação do Estado – que tanto mulheres quanto homens pobres veem como necessária ainda que insuficiente –, mas de não concordar ou não compreender suas formas de intervenção quando elas se distanciam das demandas ou das convicções morais deste segmento, tais como o não aprisionamento de menores de idade infratores ou a concessão de benefícios assistenciais em oposição ao aumento da oferta de empregos dignos e rentáveis.

A ocupação de um lugar inferior na hierarquia social – de que estão cientes as pessoas de classe popular – não as impede de se verem como cidadãs. O princípio da cidadania relacionado à igualdade e universalização de direitos não necessariamente integra a concepção de cidadã/o que nutrem pessoas de classe popular, a qual está ligada à respeitabilidade e à honra de suas relações sociais. Nesse sentido, falar de uma concepção distinta de cidadania não implica condenar seus portadores ao anacronismo da pré-modernidade ou acusá-los de apenas entender a política sob o signo do conservadorismo ou do clientelismo. Como faz Brites (2003), a partir da observação das relações personalistas e clientelistas entre patroas e empregadas domésticas, seria preciso pensar em “contextualizar a própria noção de cidadania”, isto é, reconhecer que existem contextos onde as relações sociais e práticas políticas não se encaixam nos modelos prescritos por teóricos de cultura política a respeito das formas ideais de inserção política dos cidadãos. A proposta de “contextualização” da cidadania consiste em reconhecer como válidas as formas de participação política praticadas por grupos subalternos, em especial por mulheres subalternas, que compõem o grupo dos mais excluídos do campo político. Reconhecer, por exemplo, que o sentido de igualdade que pauta as representações políticas pode não ser o da igualdade de direitos, mas está baseado numa concepção de igualdade moral definida pela filiação cristã ou pela condição de humanidade.

A “fronteira moral entre família e política” que Araújo (2012) alega haver no discurso dominante sobre a democracia – por desprezar o que acontece no privado – impede o reconhecimento das diversas formas pelas quais as duas estão ligadas. Pensar

cargos. As mulheres são a maioria do eleitorado desde 2000. Nas eleições de 2010, elas constituíram 51,8% do eleitorado no Brasil e, no DF, esse percentual foi de 53,6%. Em 2006, as mulheres representaram 51,5% do eleitorado nacional e, os homens, 48,3%. Não parece ter havido alteração significativa na mobilização eleitoral de mulheres em função da existência de candidatas a presidente.

a cidadania das mulheres no mundo público/político implica pensar em como a inserção delas em tais esferas é constrangida por óbices presentes no universo doméstico e também condicionada pelos papéis que elas exercem tanto na esfera doméstica quanto na esfera comunitária – notadamente o de mães/cuidadoras. A cidadania também pode ser praticada nas esferas do mundo social/cultural, em que os papéis domésticos femininos proporcionam meios de inserção mais fáceis que no mundo político. O fato de que a cidadania seja exercida, como afirma Friedman (2005: 6), em diversos âmbitos da sociedade civil, além do Estado, condiz com a visão de cidadania extra-política apresentada por entrevistado/as. Há uma face social da cidadania, em particular da feminina, que não pode deixar de ser levada em conta. Conceber um cidadão homogêneo, sem pensar nas diferenças que surgem por efeito das desigualdades de gênero e raça/etnia, acaba por reforçar estas desigualdades.

No entanto, as mesmas estruturas sociais que empurram as mulheres para essa cidadania praticada em esferas associadas ao mundo privado são as que geram as desigualdades de gênero. Se é verdade que os papéis domésticos femininos as levam a desempenhar papéis políticos relevantes em espaços sociais supostamente não políticos, estes mesmos papéis são atados a estruturas familiares opressoras, que não dão às mulheres igualdade de oportunidades de participar da vida política, social e econômica. E ainda que elas participem no mundo social, essa participação tem a marca das relações sociais tradicionais da qual deriva.

Em consequência disso, os recursos políticos das mulheres tendem a ser dúbios, em termos do que lhes permite fazer no campo político. As representações sobre mulheres e os papéis sociais femininos podem até lhes capacitar a exercer uma cidadania social ou a entrar no campo político, mas não em condição de igualdade porque essa participação é possibilitada por recursos de menor poder, adquiridos devido à ocupação de uma posição social subordinada. Sua religiosidade e contatos sociais ligados a vínculos religiosos, por exemplo, podem lhes prover uma perspectiva ou identidade política²¹⁵, mas tende a limitar seu interesse apenas ao que diz respeito às disputas políticas de questões que geram embates morais, como aborto, casamento homossexual etc.

A questão do enquadramento moral da política – que funciona como um argumento para justificar o próprio desinteresse político - é algo que está presente no

²¹⁵ Também é provável que, por causa dessa filiação religiosa, esta inserção política não se faça de forma tolerante ou democrática, visto que a religião tende a estar baseada em dogmas e princípios morais absolutos, mas isso não deve impedir de reconhecer a importância que têm a religião e a igreja para a sociabilidade das mulheres.

discurso tanto de mulheres quanto de homens, ainda que de formas distintas. Embora ambos os grupos utilizem argumentos de cunho moral para rejeitar sua entrada no campo político, as mulheres – que constituem a maioria no grupo de céticas – o fazem sem ressaltar que teriam o conhecimento necessário para candidatar-se se quisessem. Assim, o argumento de Bourdieu relativo à diferença de gênero no que se refere a sentir-se autorizado a responder questões abordadas sob um prisma politológico – e não apenas ético – se repete também aqui visto que os homens são mais propensos a se dizerem capazes, do ponto de vista do saber político, a entrar no campo ainda que também rejeitem essa possibilidade, assim como as mulheres, usando justificativas morais.

Há ainda um outro ponto que pode ser levantado para tentar explicar essa tendência a recorrer ao enquadramento ético para avaliar a política, que diz respeito a que evitar a política é uma prática cultural corrente. Portanto, aqueles que o fazem estão apenas reproduzindo um código cultural que permite afastar a política da esfera de preocupação de pessoas comuns – a despeito de apelos relativos à participação política num sistema democrático, que chegam a atingir entrevistado/as²¹⁶ - removendo-a para um campo deturpado moralmente e, por isso, indigno. Trata-se também de um argumento que torna mais confortável para o/as que se consideram ignorantes políticos confessarem a própria ignorância visto que funciona como uma justificativa para tal.

Essa tentativa culturalmente localizada de evitar a política depõe não contra quem a evita, mas contra a maneira como está configurada a política, definida segundo preceitos masculinos, centrada em profissionais e afastada dos cidadãos comuns. De forma conjugada aos entraves da conversão de papéis sociais femininos em uma cidadania política plena, há também os mecanismos de marginalização próprios do campo político. Como os demais campos sociais, porém cada um à sua maneira e à sua medida, o campo político também trata homens e mulheres de maneira desigual²¹⁷.

O maior engajamento de cidadãos desprovidos tanto de interesse quanto de recursos políticos significativos requereria tornar a política mais compatível com a cultura predominante entre o povo. Hardy-Fanta (1993: 27), em estudo de comunidade

²¹⁶ Em vários momentos, entrevistado/as fazem menção a ter ciência de não desempenhar tão bem o seu papel político – entendido normalmente como o de eleitor - ou sua cidadania como seria de se esperar.

²¹⁷ Pinheiro (2007), por exemplo, argumenta que as mulheres parlamentares são levadas a se concentrarem no nicho das políticas sociais. Segundo dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2013, há apenas duas mulheres na condição de presidentes de comissões permanentes das duas casas do Congresso Nacional: uma na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado e a outra na Comissão de Cultura da Câmara Federal.

latina residente em Boston, ratifica o argumento de que há, entre estas pessoas, em especial entre as líderes comunitárias, um entendimento alternativo de política, baseado em “expectativas culturais por um estilo pessoal de política”, que a considera “um processo interativo baseado em relações pessoais”, que vão além do processo eleitoral e do acesso a cargos e instituições por estar incrustada mesmo “no tecido da vida cotidiana”. O engajamento comunitário de tais mulheres estaria associado a uma compreensão tipicamente feminina de política. Por permanecerem afastadas do campo político tradicional e praticantes da política do cotidiano no âmbito comunitário, tais mulheres – ainda que ocupantes de posições de liderança – não perdem sua maneira própria de fazer e pensar a política, ou seja, não se rendem ao ethos masculino da política tradicional.

Permanece, porém, um problema no que se refere à transição deste mundo político alternativo – o da política do cotidiano – para o da política tradicional porque as mulheres não chegam a acessar este último. Assim, não se pode dizer que a ambição de ocupar um cargo político decorreria automaticamente da prática da política do dia a dia visto que são dois mundos distintos e não necessariamente conectados entre si – seria preciso estabelecer pontes entre essas duas formas de fazer política, infundindo-as das características próprias de cada. Ainda que o recrutamento de lideranças políticas tradicionais perpassasse o mundo da política não institucional, no caso das mulheres, os obstáculos são maiores porque o campo político é hostil à feminilidade e exige delas o abandono do fazer político menos institucionalizado.

Reconhecer e valorizar o ethos feminino, com seus valores de interdependência e conexão, passa por afirmar a necessidade de que também a masculinidade adquira traços que são considerados femininos: a valorização do espaço doméstico, do trabalho de cuidado, da intimidade e da paternagem²¹⁸. Esse é um esforço que também requer levar a sério as representações políticas das mulheres e a contribuição que suas práticas tradicionais/maternais podem aportar à esfera pública, não colocando-as como inferiores às dos homens, mas sem deixar de apontar efeitos deletérios para as próprias mulheres, como a exclusão da política formal. A feminilidade convencional acaba por impedir as mulheres de desejar e de obter entrada no campo político. Não é por simples

²¹⁸Subirats (2007:211) crê que, embora as mulheres estejam se masculinizando para entrar na esfera pública, este movimento não tem sido acompanhado do “complemento” masculino, ou seja, os homens não têm adotado comportamentos femininos, o que cria uma situação “socialmente incompleta”. Similarmente, Fraser (1997: 55) argumenta que no chamado “Modelo do Provedor Universal”, que constitui a visão predominante de sociedade pós-industrial nos Estados Unidos e no Brasil, o modelo masculino de provedor é “agora universalizado e requerido de todos”. As características femininas são ignoradas e não se requer dos homens que as incorporem.

apoliticismo que elas se afastam ou são afastadas, mas por um conjunto de fatores ligados às práticas culturais, que afastam tanto homens quanto mulheres, aos papéis de gênero introjetados via socialização, ao menor acesso a recursos e oportunidades de recrutamento político e à ação do próprio campo, que as discrimina. Todos estes tipos de fatores são relevantes para explicar as desigualdades de comportamento político. Assim, noções simplificadas de apoliticismo e apatia política não dão conta de captar as nuances dos compromissos cívico/democráticos de pessoas que expressam visões contraditórias a respeito do seu relacionamento com o campo político. Essas visões também não dão a devida ênfase a que o alheamento político não é uma escolha individual, mas uma reação à estrutura institucional que afasta cidadãos comuns da política.

6.7.O campo político e os efeitos das desigualdades de gênero

Ainda que não tenha sido objetivo desta tese traçar nexos entre representações e fatores presentes no contexto, é possível apontar a relevância que estes possuem sobre como são percebidos os papéis sociais e políticos de homens e mulheres. Em especial, as representações das mulheres políticas - apontadas como invisíveis por entrevistados atentos ao noticiário político – são alimentadas pela mídia. Em decorrência disso, o campo político passa a ser visto como dominado por homens corruptos. Não há uma veiculação de discursos feministas que problematizem a ausência das mulheres, desnaturalizando essa desigualdade e fazendo-a ser percebida.

O contexto sociopolítico, sobre o qual o Estado pode intervir, tem potencial para modificar representações políticas - ainda que esse seja um processo lento, pois envolve a mudança de representações assentadas sobre práticas domésticas bastante naturalizadas. Portanto, cabe também ao Estado promover e disseminar as narrativas que possibilitarão combater o discurso antifeminista. Na ausência de instituições que promovam a mitigação de desigualdades de gênero – por exemplo, políticas públicas, como creches e licenças parentais, que favoreçam a redução da divisão sexual do trabalho – e diante de um campo político que não incentiva a entrada de mulheres (a não ser pelas cotas eleitorais para o Legislativo, que não têm sido muito efetivas), elas tenderão a manter-se afastadas da política institucional.

Os efeitos nocivos da desigualdade de gênero na participação política não prejudicam apenas as mulheres, mas todo o sistema político, que se torna menos permeável e, portanto, menos inclusivo e representativo. Por si só, esta falha já implica a violação de princípios democráticos de igualdade dos cidadãos. Ao não intervir sobre

os fatores geradores de desigualdades domésticas e seus impactos em termos políticos, o Estado se torna conivente da reprodução do autoritarismo. A pesquisa revela que um dos principais lugares onde ocorrem interações relacionadas à política (compartilhamento de informações, formação de pontos de vista e interesses) é o da casa, onde elas ocorrem de forma hierárquica, o que mostra o quão importante é a democratização do privado para a esfera pública. Noções como a associação entre a masculinidade e a liderança – “é o homem que comanda até a casa” - surgem no espaço doméstico e se difundem e se cristalizam no público.

Por estar afastada da política do cotidiano, a política institucional torna-se menos representativa, deixando de se alimentar da vitalidade das conversas políticas informais, da política praticada por pessoas comuns, que se julgam simbolicamente excluídas, mesmo sabendo que seus problemas pessoais estão imiscuídos em questões sociais e políticas e requerem soluções extraindividuais, as quais elas não se sentem autorizadas a demandar nem saberiam como fazê-lo. A baixa representatividade do sistema político é apontada por falas que denunciam a falta de comunicação e contato pessoal entre eleitores e políticos, a ausência de elementos para que eleitores avaliem os candidatos - o que os torna menos propensos a votar em políticos “desconhecidos”- e de mecanismos para que verifiquem o desempenho de seus candidatos uma vez eleitos, e o desinteresse dos políticos em prestar contas a eleitores que se julgam abandonados. As reivindicações por maior representatividade têm um sentido democrático porque demandam maior poder de voz e maior aproximação com o campo político. E também demonstram que não há repúdio ao ritual eleitoral da democracia representativa, o qual tende a ser visto como empoderador (porque possibilita, por um breve momento, a equivalência entre poderosos e impotentes) e prazeroso. A ação coletiva, porém, nunca é levantada como uma opção disponível e legítima.

Uma das formas de promover maior representatividade seria estimular a criação de vínculos identitários entre representantes e representados. Ainda que as mulheres não demonstrem fazer da identidade de gênero algo que as sensibilize em termos políticos, parece haver algum substrato para a mobilização desta identidade de gênero no campo político. No entanto, isso também requereria tornar o discurso de gênero mais legítimo e reconhecido. Elas tenderiam a enxergar-se mais como agentes políticas e portadoras de demandas legítimas específicas, como mulheres, não apenas como mães e cuidadoras, se isso estivesse espelhado na composição do campo e fosse recorrentemente afirmado por suas/seus representantes autorizada/os. A atual configuração do campo político resulta no silenciamento da perspectiva feminina. Silêncio que muitas vezes sequer é

percebido por aquelas que nunca estiveram habituadas a se fazer ouvir ou a perceber o gênero como categoria estruturante de sua vivência e inspiradora de sua imaginação política.

Anexo 1 – Roteiro para entrevistas em profundidade

Após explicações iniciais sobre objetivo da pesquisa e sigilo sobre as informações prestadas, agradecimento e solicitação para gravar a entrevista, algumas perguntas simples e pessoais serão feitas para ajudar a(o) entrevistada(o) a sentir-se confortável.

Muitas das questões abaixo não serão perguntadas. Elas devem aparecer espontaneamente na fala dos entrevistados sem que precisem ser evocadas. De qualquer forma, elas devem ser listadas neste roteiro como lembretes a respeito do que é preciso explorar.

Nome

Onde nasceu, há quanto tempo vive em Brasília, como foi sua vinda para Brasília ou de onde veio sua família?

TRABALHO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL/POLÍTICA

Como é o seu trabalho, o que você faz e se gosta do que faz? Trabalha fora em tempo integral? Sempre trabalhou (mesmo quando os filhos eram pequenos ou mesmo depois de casar)?

Se pudesse, mudaria de emprego? Você é chefe de alguém no trabalho? Você se sente valorizado no seu trabalho?

Se pudesse, deixaria de trabalhar fora? Gostaria de trabalhar apenas em tempo parcial? Se pudesse, seria dona(o) de casa? Por que? Tem mais homens ou mulheres no seu trabalho? Por que você acha que isso acontece?

Você tem ou já teve alguma chefe mulher? Como é/foi sua relação com ela?

O que o seu esposo/companheiro faz? Ele(a) trabalha em tempo integral? O que você acha do trabalho dele(a)? O que ele(a) acha do seu trabalho? Se o esposo(a) for dono(a) de casa, perguntar o que acha, se ele tem vontade de trabalhar fora, o que acharia se ele decidisse fazer isso, se ajuda ou não nas tarefas domésticas

Seu pai trabalha/trabalhava fora? E sua mãe? Você foi criado por quem?

Você costuma fazer trabalhos domésticos? Quais (limpar a casa, lavar a louça, lavar a roupa, cuidar de doentes/crianças, fazer consertos, cozinhar, fazer compras, ir ao banco/pagar contas)? Quantas vezes por semana? Alguém lhe ajuda? Em quê? Isso toma muito ou pouco do seu tempo? Como se sente em relação a isso?

De forma geral, quem mais decide as coisas dentro de casa?

Considera-se chefe de família/quem é o(a) chefe de família?

Observações:

- Se a pessoa estiver desempregada, há quanto tempo, como está sendo o processo de procurar emprego?
- Se a pessoa for dona(o) de casa, se sempre teve essa ocupação, como se sente sendo dona(o) de casa, já trabalhou fora em algum momento, por que parou e se pretende voltar? Se pudesse escolher alguma profissão, qual seria? O que costuma fazer no dia-a-dia? Alguém ajuda você nas tarefas domésticas? Como o seu esposo(a) reagiria se você decidisse trabalhar fora?

Participa de alguma associação de trabalhadores/sindicato?

Com que frequência, o que faz nessa associação? Há quanto tempo participa? Por que não participa (caso saiba da existência de alguma associação)?

Nessas associações, as mulheres/homens participam também? Por que (não)?

Por onde costuma circular? Que lugares frequenta?

Faz alguma atividade voluntária?

Já participou de alguma greve?

PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Como é a vida no seu bairro? Gosta de morar aqui? Conhece os vizinhos?

E no seu bairro ou comunidade, há alguma associação de moradores? Quem participa mais da associação: homens ou mulheres? Por que?

Há alguma associação de mães/pais/jovens/idosos, algum grupo de ajuda? Há alguma ONG ou associação de defesa de direitos? Participa delas? Com que frequência? O que a levou a participar? Por que não tem interesse em participar? Já precisou recorrer a elas? Como foi?

É religiosa(o)? Com que frequência vai à igreja? Que igreja(s) frequenta? Participa de alguma associação relacionada à igreja?

É importante para você participar de alguma dessas associações? Por que?

Quem participa mais dessas associações religiosas: homens ou mulheres? Por que?

Alguém de sua família também participa? Se não participam, o que eles acham da sua participação?

E quando tem uma reunião na escola ou levar os filhos para o posto de saúde, é mais você ou a sua mulher/marido que vai? Você gosta de ir?

INTERAÇÃO COM POLÍTICOS E ÓRGÃOS PÚBLICOS/ESTADO

Já participou de algum grupo para conseguir alguma coisa do governo? E dos deputados? Acha que valeria a pena fazer isso?

Utiliza serviços públicos? Como é a sua relação com os funcionários públicos quando

utiliza esses serviços (professores e diretores, médicos e profissionais de saúde, burocratas em geral)?

É bem tratado? Já teve algum problema? Como foi?

Quem mais se encarrega de tomar contato com esses serviços/profissionais – você ou seu cônjuge/companheiro? Por que? São mais as mulheres ou os homens que procuram estes serviços? Por que?

Participa de algum programa social ou conhece pessoas que participam? Como é seu relacionamento com assistentes sociais ou outros profissionais que lidam com esse programa? Por que você acha que recebe esse benefício/serviço? O que você acha das pessoas que recebem?

O que pensa dos políticos? Qual a imagem que você tem deles?

Já teve algum contato com políticos? Como foi? Foi você que recorreu a ela(e)? Por que você decidiu fazer isso? Como se sentiu ao fazê-lo? Obteve o que queria?

Tem algum(a) em quem você confie? Por quê? Tem algum(a) de quem você não goste? Por que?

Quais as questões a que os políticos deveriam se dedicar?

Quais as características que um bom político/uma boa política deve ter?

Você considera que participar de atividades religiosas é uma forma de participação política?

Você confia no governo e nas autoridades?

Já recebeu alguma proposta de troca de votos por favores?

O que significam os termos esquerda e direita para você?

PERCEPÇÕES SOBRE GÊNERO E POLÍTICA

O que achou do surgimento de mulheres candidatas a presidente na última eleição? Acha que é bom que as mulheres se candidatem? Elas pensam de forma diferente dos homens políticos?

Por que você acha que essas mulheres (Dilma e Marina) resolveram se candidatar?

Votou para presidente nas últimas eleições? Por que votou em tal pessoa? Como fez para decidir em quem votar?

Se o voto não fosse obrigatório, você votaria assim mesmo?

O fato de Dilma/Marina ser mulher tem alguma coisa a ver com a sua (não) votação nela?

O que você acha da Dilma? Você acha que ela é uma boa política? Você acha que ela sabe se virar bem entre os políticos? Por que?

Você se identifica com algum partido? Qual?

OBSERVAÇÃO: Se houver alguma menção a direita/esquerda, explorar o que pensa sobre isso e por que se identifica mais com um ou outro

Votou para governador/deputado distrital?

Em quem votou para governador? Como se decidiu a votar nessa pessoa?

E para deputado distrital?

Conversou com alguém? Tentou convencer alguém? Fez algum tipo de campanha?

Gosta de conversar sobre política? Costuma conversar sobre política com amigos/familiares?

O que você achou da candidatura de Weslian Roriz? Caso tenha votado nela: você já havia votado antes em Roriz?

Sabe em quem seu marido/esposa votou? Costumam votar nos mesmos candidatos? Por quê? Costumam conversar sobre política?

Sabe o partido do candidato em quem votou? Identifica-se com esse partido? É afiliado a algum partido ou participa das atividades de algum partido?

O que vem à sua cabeça quando você pensa em política? Por que você se interessa ou não se interessa?

Por que você acha que tem mais homens do que mulheres na política?

Você se sente capaz de ter alguma participação na política? Por quê?

Você acha que poderia vir a se tornar um(a) candidata algum dia? Por quê?

Que importância a política tem na sua vida? Costuma conversar sobre política com alguém? Quem?

Você se considera cidadão? Por quê?

Já assinou algum abaixo assinado?

Já participou de algum protesto de rua?

Já ocupou algum prédio/escola para protestar por algo?

Quando você discute sobre política, onde você costuma fazer isso e com quem?

Costumava conversar com pai e mãe sobre política? Conversa com os filhos?

Você e seu marido costumam conversar sobre quem vai fazer as tarefas domésticas?

Como foi a última conversa que você teve com seu esposo/a?

Você se sente capaz de influenciar a política local ou a nacional?

Você acha que deveria o governo deveria investir mais ou menos em serviços sociais/assistência social?

Quais deveriam ser as prioridades do governo, na sua opinião?

Você acha que houve alguma mudança na sua vida com a mudança de ditadura para

democracia no Brasil (para pessoas mais velhas)?

Você acha que foi bom para o país ter saído da ditadura?

Se costuma conversar sobre política, isso acontece mais com mulheres ou com homens ou não há diferença?

Concorda com as nomeações preferenciais de mulheres para cargos políticos?

Como era a política onde você morava? É diferente daqui?

Já tentou convencer seu marido/esposa a votar no seu candidato?

Você acha que tem mais mulheres na política hoje do que antes? E o que você acha disso?

Você acha que o congresso deveria ter mais mulheres do que tem?

Você acha que as mulheres na política representam melhor os interesses de outras mulheres/os seus interesses?

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Costuma assistir à TV? O que costuma ver? Costuma ler jornais e revistas? Que partes lhe interessam? Quais os seus programas de TV favoritos? Que revistas e jornais costuma ler?

O que lhe interessa mais: as notícias locais sobre Brasília ou sobre o que se passa no Brasil de forma geral?

USOS DO TEMPO/ESPAÇOS

Você poderia me contar o que fez ontem desde que acordou até a hora de dormir?

Hora	Atividade	Lugar	Com quem

Me diga o que você costuma fazer nos fins de semana (ficar em casa vendo TV, ouvindo música ou lendo, visitar parentes ou amigos, ir à igreja, sair para passear, limpar e arrumar a casa, fazer consertos/pequenas tarefas domésticas, fazer compras, participar de atividades coletivas (associações diversas). Com quem você faz estas atividades?

O que é ser mulher/homem? O que o fato de você ser mulher/homem muda na sua vida?

PERGUNTAS FINAIS

Até que série você estudou? Sabe ler e escrever?

Está estudando atualmente? Em que série?

Até que série sua mãe estudou? E seu pai? E seu cônjuge?

Você gostaria de dizer mais alguma coisa?

Idade

Ocupação

Cor/raça

É casada(o), há quanto tempo, quantos filhos tem e qual a idade deles?

Quantas pessoas moram nessa casa? Quantas delas trabalham?

Você tem algum tipo de renda própria? Quem ganha mais: você ou seu cônjuge?

Qual é a renda total das pessoas que vivem na sua casa?

Agradecimento final

OBSERVAÇÕES:

Tipo de domicílio e aspecto do domicílio (pobre/classe média/rico)

Cidade de localização

Arredores do domicílio: existência de muitas casas aglomeradas, equipamentos públicos existentes (escola, posto/hospital, centro de referência da assistência social), igreja, sede de alguma associação, outro(s) _____

A entrevista foi concedida com facilidade?

A entrevista foi interrompida em algum momento?

Houve presença de crianças durante a entrevista?

Houve intervenção de alguma pessoa durante a entrevista? Como reagiu o entrevistado?

Houve algum desconforto/resistência do entrevistado durante alguma das perguntas?

Atitude da/o entrevistada/o em relação às perguntas: muito, pouco ou nada confortável.

Houve mudança de atitude durante a entrevista? Qual o motivo aparente do desconforto?

Atitude do entrevistado em relação à entrevistadora: muito, pouco ou nada confortável.

Houve mudança de atitude durante a entrevista? Qual o motivo aparente do desconforto?

Houve reclamação sobre a duração da entrevista?

Em que questões a/o entrevistada/o pareceu surpresa/o ou pareceu não compreender o sentido da pergunta?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. “A situação da mulher latino-americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação”. In: *Proposta*. Nº 88/89, março/agosto 2001, pp.76-93.

ACKELSBURG, Martha. “Women's political activism and the rejection of politics: some dilemmas of popular democratic movements”. In: FRIEDMAN, Marilyn (Ed.) *Women and citizenship*. New York: Oxford University Press, 2005, pp. 67-90.

AGUIAR, Neuma. “Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro”. In: AGUIAR, Neuma. *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997.

AGUILAR, Rosario, CUNOW, Saul Cunow e DESPOSATO, Scott. “The impact of candidate gender on vote choice in Brazil.” Artigo apresentado no “Annual Meeting of the Western Political Science Association”, Hollywood, CA, Março 28–30.

AGUIRRE, Rosario. “Uso del tiempo y desigualdades de género en el trabajo no remunerado”. In: AGUIRRE, Rosario (Ed). *Las bases invisibles del bienestar social*. Montevideo: Doble clic editoras, 2009, pp. 23-86.

ALLY, Shireen. *From servants to workers: South African domestic workers and the democratic state*. New York: Cornell University Press, 2009.

ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1963.

ALVAREZ, Sonia. *Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990.

ALVES, José Eustáquio Diniz. “Diferenças sociais e de gênero nas intenções de voto para presidente em 2010”. In: ALVES, José, Pinto, Céli e Jordão, Fátima (Org). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, pp.21-46.

AMMASSARI, Elke. “Time use research”. In: BORGATTA, Edgar e MONTGOMERY, Rhonda (eds.). *Encyclopedia of sociology*. Macmillan Reference, 2000, vol. 5, pp. 3153-3165.

ANDERSEN, Kristi. “Working women and political participation, 1952-1972”. In: *American journal of political science*. Vol. 19, nº 3, 1975.

ANDERSEN, Kristi e COOK, Elizabeth. "Women, work, and political attitudes". In: *American Journal of Political Science*, vol. 29, nº 3, 1985, pp. 606-625.

ARAÚJO, Clara e SCALON, Celi (Orgs.) *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARAÚJO, Clara e SCALON, Celi. "Gênero e a distância entre a intenção e o gesto". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 21, n 62, outubro de 2006, pp. 45-68.

ARAÚJO, Clara. "Cidadania democrática e inserção política das mulheres". In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 9. Brasília: setembro-dezembro de 2012, pp. 147-168.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

ATKESON, Lonna e RAPOPORT, Ronald. "The more things change the more they stay the same: examining gender differences in political attitude expression 1952-2000". In: *Public Opinion Quarterly*, vol. 67, 2003, pp.495-521.

AUYERO, Javier. "Vidas e política das pessoas pobres: as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo". In: *Sociologias*. Porto Alegre, ano 13, nº 28, set/dez 2001, pp. 126-64.

AUYERO, Javier e JOSEPH, Lauren. "Introduction: politics under the ethnographic microscope". In: JOSEPH, Lauren, MAHLER, Matthew e AUYERO, Javier. *New perspectives in political ethnography*. New York: Springer Science, 2007, pp. 1-13.

AVIEL, Jo Ann. "Political participation of women in Latin America". In: *The western political quarterly*. Vol. 34, n. 1, 1981.

BADINTER, Elisabeth. *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BAQUERO, Marcello. "Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo". In: *São Paulo Perspec.*, Dez 2001, vol.15, no.4, p.98-104.

BARREIRA, Irllys. *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

BAUER, Martin e AARTS, Bar. "A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos". In: BAUER, Martin e GASKELL, George (Eds). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2007, pp.39-63.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENHABIB, Seyla. “Models of public space: Hannah Arendt, the liberal tradition, and Jürgen Habermas”. In: CALHOUN, Craig (Ed). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1992.

_____. “The generalized other and the concrete other”. In: GOULD, Carol. *Gender: key concepts in critical theory*. New York: Humanity Books, 1999, pp.290-298.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge*. Open Road Media, 2011. Edição Kindle.

BIERNAT, Monica e KOBRINOWICZ, Diane. “A shifting standards perspective on the complexity of gender stereotypes and gender stereotyping”. In: SWANN, William, LANGLOIS, Judith e Gilbert, Lucia. *Sexism and Stereotypes in Modern Society: The Gender Science of Janet Taylor Spence*. American Psychological Association (APA); 1 edition (January 1999), pp. 75-106.

BIROLI, Flávia. “Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia”. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 9. Brasília, setembro-dezembro 2012, pp. 7-38.

_____. “Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico”. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 6. Brasília, julho-dezembro 2011, pp. 71-98.

_____. *Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

BOCOCK, Robert. “The cultural formations of modern society”. In: HALL, Stuart *et al* (Eds). *Modernity: an introduction to modern societies*. Malden: Blackwell publishing, 2007, pp. 148-183.

BONETTI, Alinne. “Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político”. In: *Cadernos Pagu* (20), 2003, pp. 177-203.

BORBA, Julian. “Participação política: uma revisão dos modelos de classificação”. In: *Sociedade e Estado* – Vol. 27, n. 2, maio-agosto 2012, pp.263-288.

BOSERUP, Ester. *Woman's role in economic development*. Londres: Earthscan, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: a crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, Zouk, 2008.

_____. “O campo político”. In: *Revista brasileira de ciência política*, n. 5. Brasília, janeiro-julho 2011, pp.193-216.

_____. “Understanding”. In: *Theory, Culture & Society*, 1996 (SAGE, London, Thousand Oaks and New Delhi), Vol. 13(2): 17-37

BOURQUE, Susan e GROSSHOLTZ, Jean. “Politics an unnatural practice: political science looks at female participation”. In: PHILLIPS, Anne (Ed). *Feminism and politics*. Oxford: Oxford University Press, 1998, pp.23-43.

BRADLEY, Harriet. “Changing social structures: class and gender”. In: HALL, Stuart *et al* (Eds). *Modernity: an introduction to modern societies*. Malden: Blackwell publishing, 2007, pp. 122-147.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRENNAN, Teresa e PATEMAN, Carole. “Mere auxiliaries to the Commonwealth: women and the origins of liberalism”. In: PHILLIPS, Anne (Ed). *Feminism and politics*. Oxford: Oxford University Press, 1998, pp. 93-115.

BRITES, Jurema. “Serviço doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões”. In: *Campos*. 3: 65-82, 2003.

BRYSON, Valeria. *Patriarchy: a concept too useful to lose?* Disponível online em: <http://www.psa.ac.uk/journals/pdf/5/1999/bryson.pdf>.

BRITO, Maria Noemi. “Gênero e cidadania: referenciais analíticos”. In: *Revista de Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1. Florianópolis, 2001.

BURNS, Nancy. “Gender inequality”. In: KING, Gary, SCHLOZMAN, Kay e NIE, Norman (Eds). *The future of political science: 100 perspectives*. Taylor & Francis e-library 2009, pp. 151-153.

_____, SCHLOZMAN, Kay e VERBA, Sidney. *The private roots of public action: gender, equality, and political participation*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

_____ e KINDER, Donald. “Categorical politics: gender, race, and public opinion”. In: BERINSKY, Adam (Ed). *New directions in public opinion*. New York: Routledge, 2011, pp. 139-167.

CAIROLI, M. Laetitia. “Factory as home and family: female workers in the

- Moroccan garment industry”. In: *Human organization*. Vol. 57, nº 2, 1998, pp. 551-564.
- CALDEIRA, Teresa. “Women, daily life and politics”. In: JELIN, Elizabeth. *Women and social change in Latin America*. London: Zad Books, pp. 47-78.
- CALHOUN, Craig. “Introduction: Habermas and the public sphere”. In: CALHOUN, Craig (Ed). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: Massachussets Institute of Technology, 1992.
- CAMPBELL, Angus et all. *The American voter*. New York: John Wiley, 1960.
- CAMPBELL, Rosie. *Gender and the vote in Britain: beyond the gender gap?* Colchester: European Consortium for Political Research Press, 2013.
- CAPELLA, Joseph e JAMIESON, Kathleen. *Spiral of cynicism: the press and the public good*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1997.
- CASTELLS, Manuel e SUBIRATS, Marina. *Mujeres y hombres: un amor imposible?* Madri: Alianza Editorial, 2007.
- CHANT, Sylvia. “Gender in a changing continent”. In: CHANT, Sylvia e CRASKE, Nikki. *Gender in Latin America*. New Jersey: Rutgers University Press, 2003, pp. 1-18.
- CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1990.
- CLEMENS, Elisabeth. “Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupo de mulheres e a transformação da política nos EUA 1890-1920”. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, no.3. Brasília, janeiro-julho 2010, pp.161-218.
- COHEN, Jean e ARATO, Leonard. *Civil society and political theory*. Cambridge: Massachussets Institute of Technology, 1995.
- COHEN, Jean L. “Rethinking privacy: autonomy, identity, and the abortion controversy”. In: WEINTRAUB, Jeff e KUMAR, Krishan (Eds). *Public and private in thought and practice: perspectives on a grand dichotomy*. Chicago: University of Chicago Press, 1997, pp. 133-165.
- CONNELL, R.W. *Gender and power: society, the person and sexual politics*. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- COUTO, Márcia Thereza. “Na trilha do gênero: pentecostalismo e CEBs”. In: *Revista de Estudos Feministas*. Vol. 2, ano 2002, pp. 357-369.
- CRASKE, Nikki. *Women & politics in Latin America*. New Jersey: Rutgers University Press, 1999.

CRENSHAW, Kimberlé. "Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". *University of Chicago Legal Forum* .1989: 139–67.

CROWLEY, Helen. "Women and the domestic sphere". In: HALL, Stuart *et al* (Eds). *Modernity: an introduction to modern societies*. Malden: Blackwell publishing, 2007, pp. 343-362.

CUNHA, Eleonora. *Conferências de políticas públicas e inclusão participativa*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2012. Texto para discussão 1733.

DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo : USP, 1997.

DALTON, Russell. "Citizen attitudes and political behavior". In: *Comparative political studies*, vol. 33, n 6/7, August/September, 2000, pp. 912-940.

DEDECCA, Cláudio. *Tempo, trabalho e gênero*. In: COSTA, Ana et al. (Orgs.). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT Brasil, 2004, pp. 21-52.

DEKKER, Paul. *Political discontent and detachment: an attempt to disentangle support for 'political cynicism' in the Netherlands*. Paper presented at the 20th IPSA World Congress, Fukuoka, July 9-14, 2006.

DENZIN, Norman e LINCOLN, Yvonna. "The discipline and practice of qualitative research". In: DENZIN, Norman e LINCOLN, Yvonna. (Eds). *Collecting and interpreting qualitative materials*. Thousand Oaks: Sage publication, 2003, pp. 1-44.

DESLANDES, Suely. *Metodologia de avaliação III: introdução aos métodos qualitativos*. Brasília: ENAP, 2006.

DESPOSATO, Scott e NORRANDER, Barbara. "The Gender Gap in Latin America: Contextual and Individual Influences on Gender and Political Participation". In: *British Journal of Political Science*, 39:141-162, 2009.

DIETZ, Mary. "Context is all: feminism and theories of citizenship". In: PHILLIPS, Anne. *Feminism & politics*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1998, pp. 378-400.

DISTRITO FEDERAL – Síntese de Informações Socioeconômicas 2010/ Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). Brasília: Codeplan, 2010.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EdUsp, 2007.

DRYZEK, John e BEREJIKIAN, Jeffrey. "Reconstructive democratic theory". In:

The American Political Science Review. Vol. 87, nº 1, março 1993, pp 48-60.

ELIASOPH, Nina. "Close to home: the work of avoiding politics". In: *Theory and society*. 26, 605-647, 1997.

ELSHTAIN, Jean. "Antigone's daughters". In: PHILLIPS, Anne. *Feminism & politics*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1998, pp.363-377.

ENGELS, Friedrich. *Origin of the family, private property and the state*. New York: Pathfinder Press, 1972.

FERGUSON, Ann. "A feminist aspect theory of the self". In: HANEN, M e NIELSON, K. (eds). *Science, Morality and Feminist Theory*. Calgary: University of Calgary Press, 1987.

FINAMORE, Claudia e CARVALHO, João Eduardo. "Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso". In: *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto/2006, pp. 347-362.

FONSECA, Claudia. "Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação". In: *Revista Brasileira de Educação*, Jan/fev/mar/abr 1999, no 10, pp. 58-76.

FONTANA, Andrea e FREY, James. "The interview: from structured questions to negotiated text". In: DENZIN, Norman e LINCOLN, Yvonna (Eds). *Collecting and interpreting qualitative materials*. Thousand Oaks: Sage publication, 2003, pp. 61-106.

FONTANELA, Bruno et al. "Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas". In: *Cadernos de saúde pública*, vol. 24, nº 1, Rio de Janeiro: 2008.

FOX, Richard and LAWLESS, Jennifer. "Entering the arena? Gender and the decision to run for office". In: *American Journal of Political Science*, vol. 48, n. 2, April 2004, pp. 264-280.

FRASER, Nancy. *Unruly practices: power, discourse and gender in contemporary social theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

FRASER, Nancy. "Beyond the master/subject model: on Carole Pateman's *The sexual contract*". In: FRASER, Nancy. *Justice interruptus: critical reflections on the "postsocialist" condition*. New York: Routledge, 1997.

_____. "After the family wage: a postindustrial thought experiment". In: FRASER, Nancy. *Justice interruptus: critical reflections on the "postsocialist" condition*. New York: Routledge, 1997.

FRIEDMAN, Marilyn (Ed.) *Women and citizenship*. New York: Oxford University Press, 2005.

GASKELL, George. “Entrevistas individuais e grupais”. In: BAUER, Martin e GASKELL, George (Eds). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2007, pp.64-89.

GEE, James Paul. *An Introduction to Discourse Analysis*. Taylor & Francis, 2009. Edição Kindle.

_____. *How to do discourse analysis: a toolkit*. Taylor & Francis, 2010. Edição Kindle.

GERSHUNY, Jonathan. *Change in the division of domestic work: micro-sociological evidence*. DIW Working Papers, Draft 1, p. 1-20, 1995.

_____. *Changing times: work and leisure in postindustrial society*. New York: Oxford University Press, 2007.

GILLIGAN, Carol. *Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

GOFFMAN, Erving. “The arrangement between the sexes”. In: *Theory and society*, vol. 4, nº 3 (Outono, 1977), pp. 301-331.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOULD, Carol. “The woman question: philosophy of liberation and the liberation of philosophy”. In: *Philosophical forum*. Vol. 5, nos. 1-2 (fall-winter), 1974.

GRILLO, TRINA. “Anti-essentialism and intersectionality: tools to dismantle the master’s house”. In: *Berkeley Women’s Law Journal*, 1995, pp. 16-30.

GROULX, Lionel-Henri. “Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social”. In: POUPART, Jean *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010, pp. 95-125.

GUTMANN, Matthew. “Introduction: discarding manly dichotomies in Latin America”. In: GUTMANN, Matthew (Ed). *Changing men and masculinities in Latin America*. Durham and London: Duke University Press, 2003, pp. 1-26.

HABERMAS, Jurgen. “Sociedade civil e a esfera publica política”. In: *Direito e democracia, entre facticidade e validade*. Tempo Brasileiro. 2003, pág. 91-12.

HANSEN, Susan. "Talking about politics: gender and contextual effects on political discourse." *Journal of Politics*, February 1997, pp. 73-103.

HARAWAY, Donna. "A manifesto for cyborgs: Science, technology and socialist feminism in the 1980s". In: NICHOLSON, Linda (Ed). *Feminism/postmodernism*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1990.

HARDY-FANTA, Carol. *Latina politics, latino politics: gender, culture and political participation in Boston*. Philadelphia: Temple University, 1993.

HAUSMAN, Ricardo et al. *The global gender gap report 2011*. World Economic Forum Geneva, Switzerland, 2011.

HENDERSON, Sarah e JEYDEL, Alana. *Women and politics in a global world*. New York: Oxford University Press.

HIRATA, Helena e KÉRGOAT, Daniele. "Novas configurações da divisão sexual de trabalho". In: *Cadernos de pesquisa*. Vol. 37, n. 132, pp. 595-609, set/dez 2007.

HIRSCHMAN, Albert. *Saída, voz e lealdade: reações ao declínio de firmas, organizações e Estados*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

HIRSCHMAN, Albert. *De consumidor a cidadão: atividades privadas e participação na vida pública*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

HOFFMAN, Kelly e CENTENO, Miguel. "The lopsided continent: inequality in Latin America". In: *Annual Review of Sociology*. 01/2003; 29: 363-90.

HOWELL, Susan e DAY, Christine. "Complexities of the gender gap". In: *The journal of politics*. Vol. 62, n. 3, Aug. 2000, pp. 858-874.

HUDDY, Leonie et al. "The effect of interviewer gender on survey response". In: *Political behavior*, vol. 19, nº 3, 1997, pp. 197-220.

HTUN, Mala. *Sex and the state: abortion, divorce, and the family under Latin American dictatorships and democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HUCKFELDT, Robert e SPRAGUE, John. *Citizens, Politics, and Social Communications: Information and Influence in an Election Campaign*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

INGLEHART, Ronald e NORRIS, Pippa. "The developmental theory of the gender gap: women's and men's voting behavior in global perspective". In: *International*

Political Science Review, vol. 21, n.4, 2000, pp. 441-463.

INGLEHART, Robert and NORRIS, Pippa. *Rising tide: gender equality and cultural change around the world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

IPEA. *Brasil - o estado de uma nação*. 2006. (<http://en.ipea.gov.br>)

IVERSEN, Torben e ROSENBLUTH, Frances. "The political economy of gender: explaining cross-national variation in the gender division of labor and the gender voting gap". In: *American Journal of Political Science*. Vol. 50, n. 1 (Jan – 2006), pp. 1-19.

JAQUETTE, Jane. "Introduction: women in American politics". In: JAQUETTE, Jane (Ed.). *Women in politics*. New York: John Wiley & Sons, 1974.

_____ "Female political participation in Latin America". In: NASH, June e SAFA, Helen (Eds). *Sex and class in Latin America*. New York: J.F. Bergin Publishers, 1976, pp. 221-244.

KANDIYOTI, DENIZ. "Bargaining with patriarchy". In: *Gender & Society*. 1988, vol. 2, n.3: 274-290.

KAUFMANN, Karen e PETROCIK, John. "The Changing Politics of American Men: Understanding the sources of the gender gap". In: *American Journal of Political Science*, 1999, 43(3): 864-87.

KELLY, Jana, ESPINAL, Rosario e HARTLYN, Jonathan. "Diferenças de gênero na República Dominicana 1994-2004: dois passos à frente, um passo para trás". In: *Opinião Pública*. Vol. 12, nº 2, Campinas, Nov. 2006, pp.241-276.

KRAIS, Beate. "Gender and symbolic violence: female oppression in the light of Pierre Bourdieu's theory of social practice". In: CALHOUN, Craig, LIPUMA, Edward e POSTONE, Moshe (Eds). *Bourdieu: critical perspectives*. Chicago: University of Chicago Press, 1993, pp. 156-177.

KRAUSE, Sharon. "Contested questions, current trajectories: feminism in political theory today". In: *Politics & Gender*, 7 (1), 2011, pp. 105-111.

KRITSCH, Raquel. "O gênero do público". In: BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe (Orgs). *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012, pp.17-45.

LANE, Robert. *Political life: why people get involved in politics*. Glencoe: The Free Press, 1959.

LAKOFF, Robin. "Language, gender, and politics: putting 'women' and 'power' in the same sentence. In: HOLMES, Janet and MEYERHOFF, Miriam. *The handbook of language and gender*. Malden: Blackwell Publishing Ltd (2003), pp. 161-179.

LOVENDUSKI, Joni (ed). *State feminism and political representation*. New York: Cambridge University Press, 2005.

LUKES, Steven. *Power: a radical view*. New York: Palgrave MacMillan, 2005.

MACHADO, MARIA DAS DORES e BARROS, Myriam. "Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as camadas médias e populares do Rio de Janeiro". In: *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, 17 (2), 344: maio-agosto de 2009, pp. 369-393.

MACKINNON, Catharine. *Hacia una teoría feminista del Estado*. Madrid: Cátedra, 1995.

MAHDAVI, Pardis. *Passionate uprisings: Iran's sexual revolution*. Stanford: Stanford University Press, 2009.

MANSBRIDGE, Jane. "Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent yes". *The journal of politics*. Vol. 61, n. 3. (Aug 1999), pp. 628-657.

MARIANO, Silvana. "O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo". In: BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe (Orgs). *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012, pp.127-156.

MATOS, Marlise e PINHEIRO, Marina. "Dilemas do conservadorismo político e do tradicionalismo de gênero no processo eleitoral de 2010: o eleitorado brasileiro e suas preocupações". In: ALVES, José, Pinto, Céli e Jordão, Fátima (Org). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, pp. 47-90.

MATOS, Marlise e CORTÊS, Iáris Ramalho. *Mais Mulheres no Poder – Contribuição à Formação Política das Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

MELUCCI, Alberto. "Um objetivo para os movimentos sociais?". In: *Lua Nova*. São Paulo, junho 1989, nº 17, pp. 49-63.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista brasileira de ciências sociais*. Out 2000, vol. 15, nº 44, pp. 91-

102.

_____. “Política de interesses, política de desvelo: representação e ‘singularidade feminina’”. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n.1, p. 253-267, set. 2001.

_____. “A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo”. In: *Dados*, 2002, vol.45, no.3, p.483-511.

_____ e QUEIROZ, Cristina. “Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil”. In: *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis: 14(2) 248, maio-agosto 2006: 363-385.

_____. “Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu”. In: *Rev. Sociol. Polit.*, Jun 2010, vol.18, no.36, p.25-49.

_____. “A mídia e o declínio da confiança na política”. In: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia (Orgs.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: HUCITEC, 2010, pp. 223-240.

_____. “O representante como protetor: incursões na representação política vista de baixo”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 27, Nº 79, junho 2012, pp.31-47.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. “Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas”. In: *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, 18(3), 336, setembro/dezembro 2010, pp. 653-679.

_____. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MILLETT, Kate. *Sexual politics*. London: Abacus, 1972.

MIRANDA, Júlia. *Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso e do político*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

MOISÉS, José Álvaro. “A desconfiança nas instituições democráticas”. In: *Opinião Pública*. Vol. XI, nº 1, Março 2005, pp. 33-63.

MOLINEUX, Maxine. “Mobilization without emancipation? Women's interests, the state, and revolution in Nicaragua”. In: *Feminist studies*. 1985, vol. 11, n. 2, pp. 227-251.

MORÁN, María Luz e REVILLA, Marisa. “Mujeres y política en América Latina: más allá de la participación política formal”. In: PRIETO, Mercedes. *Mujeres y escenarios ciudadanos*. Quito: FLACSO, 2008, pp. 159-194.

MOUFFE, Chantal. *En torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

_____. “Feminism, citizenship, and radical democratic politics”. In: BUTLER, Judith e SCOTT, Joan. *Feminists theorize the political*. New York, London: Routledge, 1992, pp. 369-384.

NAVARRO, Marysa. “The Personal is Political”. In: ECKSTEIN, Susan (ed.) *Power and Popular Protest: Latin American social movements*. California: University of California Press, 1989, pp 241-58.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. *La espiral del silencio: opinión pública: nuestra piel social*. Barcelona-Buenos Aires-México: Ediciones Paidós, 1995.

NORRIS, Pippa. *Critical citizens: global support for democratic government?* Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____ e INGLEHART, Ronald. “Cultural obstacles to equal representation”. In: *Journal of democracy*. Vol. 12, número 3, julho 2001, pp. 126-140.

OFFE, Claus e WIESENTHAL, Helmut. “Two logics of collective action: theoretical notes on social class and organizational form”. In: *Political power and social theory*. Vol. 1, pp. 67-115.

OKIN, Susan. *Justice, gender, and the family*. Basic Books, 1989.

_____. “Gender, the public and the private”. In: PHILLIPS, Anne (Ed). *Feminism and politics*. Oxford: Oxford University, 1998.

PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2010.

PARSONS, Talcott. “Family structure and the socialization of the child”. In: PARSONS, T. e BALES, F. (Orgs.). *Family, Socialization and Interaction Process*, Londres: Routledge, 1956.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. *The disorder of women: democracy, feminism, and political theory*. Stanford: Stanford University Press, 1989.

_____. *Participation and democratic theory*. Cambridge: Cambridge

University Press, 1970.

_____. “The patriarchal welfare state”. In: *The disorder of women*. Stanford: Stanford University Press, 1990.

_____. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PHILLIPS, Anne. *Engendering democracy*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1991.

_____. “De uma política de ideias a uma política de presença?”. In: *Revista de Estudos Feministas*, ano 9, 2º semestre de 2001, pp. 268-290.

_____. “Does feminism need a conception of civil society?” In: CHAMBERS, Simone e KYMLICKA, Will. *Alternative conceptions of civil society*. Princeton: Princeton University Press, 2002, pp. 71-89.

_____. *Multiculturalism without culture*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

_____. “Da desigualdade à diferença: um caso grave de deslocamento?”. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília: julho/dezembro de 2009, nº 2, pp. 223-240.

PIETILÄ, Tuulikki. *Gossip, markets, and gender: how dialogue constructs moral value in Post-Socialist Kilimanjaro*. University of Wisconsin Press, 2007.

PINHEIRO, Luana. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PIRES, Álvaro. “Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico”. In: POUPART, Jean *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010, pp. 127-153.

PISCITELLI, Adriana. “Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas”. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 49-66.

_____. “Reflexões em torno do gênero e feminismo”. In: COSTA, Cláudia de Lima e SCHMIDT, Simone P. *Poéticas e políticas feministas*. Editora das mulheres: Florianópolis, 2004, pp. 43-66.

PORTO, Maria Stela Grossi. “Crenças, valores e representações sociais da violência”. In: *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, pp. 250-273.

RAMOS, Daniela Peixoto. “Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero”. In: BONETTI, Aline e ABREU, Maria Aparecida. *Faces da desigualdade de gênero e raça*. Brasília: Ipea, 2011, pp. 17-44.

RANDALL, Vicky. *Women and politics*. New York: St. Martin's Press, 1982.

RAPLEY, Timothy John. “The art(fullness) of open-ended interviewing: some considerations on analyzing interviews”. In: *Qualitative Research*. Sage Publications. Vol. 1(3), pp. 303-323, 2001.

RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RAY, Raka e QAYUM, Seemin. *Cultures of servitude: modernity, domesticity and class in India*. Stanford: Stanford University Press, 2009.

REIS, Elisa. “Desigualdade e solidariedade. Uma releitura do ‘familismo amoral’ de Banfield”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Nº 29, ano 10, outubro de 1995, pp. 35-48.

REGO, Walquíria e PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: UNESP, 2013.

RENNÓ, Lúcio. *Cultura política de desconfiança: o estudo do Distrito Federal*. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

ROSALDO, Michelle. “Women, culture, and society: a theoretical overview”. In: ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Louise (eds). *Women, culture, and society*. Stanford: Stanford University Press, 1974.

RUDDICK, Sarah. *Maternal thinking: towards a politics of peace*. Boston: Beacon Press, 1989.

SACCHET, Teresa. “Capital social, gênero e representação política no Brasil”. In: *Opinião Pública*, Campinas, vol 15, nº 2, novembro 2009, pp. 306-332.

SANTOS, Michele Candiani *et al.* “O papel masculino dos anos quarenta aos noventa: transformações no ideário”. In: *Paidéia*, 2001, 11 (20), pp. 57-68.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SAPIRO, Virginia. *The political integration of women: roles, socialization, and politics*. Urbana: University of Illinois Press, 1984.

_____. “Theorizing gender in political psychology research”. In: SEARS, David et al (Eds). *Oxford handbook of political psychology*. New York: Oxford University Press, 2003, pp. 601-634.

SARTI, Cynthia. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHWINDT-BAYER, Leslie. *Gender quotas and women's participation in Latin America*. Disponível em: <http://www.vanderbilt.edu/lapop/papers-ab-smallgrants.php> (Acessado em 20 de outubro de 2011).

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação e realidade*. 20(2) julz/dez 1995 pp.71-99.

SCOTT, James. “Exploração normal, resistência normal”. In: *Revista brasileira de ciência política*, n. 5. Brasília, janeiro-julho 2011, pp. 217-243.

SKOCPOL, Theda. “Bringing the state back in: strategies of analysis in current research”. In: EVANS, Peter, RUESCHEMEYER, Dietrich e SKOCPOL, Theda (Eds). *Bringing the state back in*. Cambridge University Press, 1985, pp. 3-43.

SQUIRES, Judith. *Gender in political theory*. Polity Press, 1999.

STRAUSS, Anselm. *Qualitative analysis for social scientists*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SUBIRATS, Marina. “Ser hombre”. In: CASTELLS, Manuel e SUBIRATS, Marina. *Mujeres y hombres: un amor imposible?* Madri: Alianza Editorial, 2007, pp. 49-136.

SUNDERLAND, Jane. *Language and gender: an advanced resource book*. London e New York: Routledge, 2006.

TAMAYO, Álvaro. “Hierarquia de valores transculturais e brasileiros”. In: *Psicologia e pesquisa*. 2007, vol. 23, n. especial, pp. 7-15.

TANNEN, Débora. *Gender and discourse*. New York: Oxford University Press, 1994. Kindle Edition.

TAVOLARO, Sérgio e TAVOLARO, Lília. “A cidadania sob o signo do desvio: para uma crítica da “tese da excepcionalidade brasileira”. In: *Revista Sociedade e Estado*. Volume 25, Número 2 Maio / Agosto, pp. 331-368.

TEOSOLD, Léa. “Do problema do essencialismo a outra maneira de fazer política”. In: BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe (Orgs). *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012, pp.189-209.

TONG, Rosemarie. *Feminist thought: a more comprehensive introduction*. Colorado: Westview Press, 2009.

VERBA, Sidney *et al.* *Participation and political equality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

VERKERK, Marian. “The care perspective and autonomy”. In: *Health care and philosophy*. 4: 289–294, 2001.

VIGOYA, Mara. “Contemporary Latin American perspectives on masculinity”. In: GUTMANN, Matthew (Ed). *Changing men and masculinities in Latin America*. Durham and London: Duke University Press, 2003, pp. 27-57.

VILLA, Dana. *The Cambridge companion to Hannah Arendt*. Cambridge companions online. Cambridge University Press, 2006.

WALZER, Susan e OLES, Thomas. “Accounting for divorce: gender and uncoupling narratives”. In: *Qualitative sociology*, 26: 331-349.

WEBER, Max, *Economia e Sociedade, Volume 2*. Brasília: Editora UnB, 2004.

WELCH, Susan. “Women as political animals? A test of some explanations for male-female political participation differences”. In: *American journal of political science*. Vol. 21, nº 4, 1977.

WEINTRAUB, Jeff. “The theory and politics of the public/private distinction”. In: WEINTRAUB, Jeff e KUMAR, Krishan (Eds). *Public and private in thought and practice: perspectives on a grand dichotomy*. Chicago: University of Chicago Press, 1997, pp. 1-42.

WILLIAMS, Melissa. *Voice, trust, and memory: marginalized groups and the failings of liberal representation*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

YOUNG, Iris Marion. *Intersecting voices*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

_____. “Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa”. In: SOUZA, Jessé (Org.) *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, pp. 365-386.

_____. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

_____. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University, 2000.

_____. "The logic of masculinist protection: current reflections on the security state". In: FRIEDMAN, Marilyn (Ed.) *Women and citizenship*. New York: Oxford University Press, 2005, pp. 15-34.

ZETTERBERG, Pär. "Do gender quotas foster women's political engagement? Lessons from Latin America". In: *Political Research Quarterly*. Vol. 62, n° 4 (Dec 2009), pp. 715-730.